



# CADERNOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE

**Vol. 9 n. 2 (2023)**



## Editorial

O segundo número de 2023 da Cadernos de Gênero e Diversidade está no ar. Nessa edição, publicamos dez artigos originais e uma resenha. Este é mais um número produzido somente com artigos livres de pesquisadoras e pesquisadores que escolhem a CGD para publicar suas pesquisas. Essa frequência reflete uma busca crescente de pesquisadoras e pesquisadores por nossa revista, que tem se consolidado como um importante veículo de divulgação de trabalhos no campo de estudos de gênero e sexualidades no Brasil.

Os cinco primeiros artigos trazem reflexões importantes que contribuem com os estudos de gênero no Brasil, com foco na situação das mulheres cis. O trabalho de Pedro Farnese, Janete Monteiro Garcia, Carla Montuori e Paolo Demuru analisa as valências simbólicas em sites governamentais de cinco estados durante atos iniciais de vacinação contra Covid-19, sendo a mulher figura central. Érica Lima Souza, Carolina Mota Santos e Antônio Carvalho Neto contribuem com o debate acerca da inserção de mulheres na política ao analisar a atuação de mulheres em cargos políticos no Brasil, evidenciando as barreiras para essa inserção. Julia Piva Laranjeira e Cristiane Gonçalves da Silva, a partir da análise dos curtas “Pra Eu Dormir Tranquilo” (2011) e “O Duplo” (2012) da diretora brasileira Juliana Rojas, em que cuidadoras dominadoras e agressivas se encontram impossibilitadas de manter suas fantasias de identidade, focalizam essa crise representativa que só pode ser resolvida de forma violenta: o tornar-se monstro. Débora Cristina Soares, Cíntia Rodrigues Oliveira, Verônica e Angélica Freitas de Paula analisam o percurso das representações das mulheres em anúncios de marcas de bebidas alcoólicas veiculadas no Brasil. Marta Bonow Rodrigues e Liza Bilhalva, a partir de pesquisa realizada com pescadoras embarcadas nas lagoas no extremo sul do Brasil, buscam compreender o modo de vida das mulheres campeiras.

As reflexões sobre construção social da masculinidade também aparecem nesse número. O artigo de Catarina Carneiro Gonçalves, Fernando César Bezerra de Andrade, Vital Fabrício do Nascimento e Maria Clara Sena da Silva enfoca o contexto de extrema violência relacionada a massacres, como aquele ocorrido numa escola em Suzano, São Paulo, para analisar a relação entre papéis de gênero e desengajamento moral.



Questões relativas aos estudos *queer* e LGBTQIAPN+ aparecem em dois artigos. O artigo de Andressa Hennig Silva aborda o abandono do consumo a partir da análise dos personagens LGBTQIA+ na série *The 100*. Luma Teodoro da Silva, Isabela Christina Arrieta Masieiro e Marcos Cesar Botelho, através de pesquisa bibliográfica, enfatizam a estabilidade da decisão proferida no julgamento da ADI 4.277 e da ADPF nº132, as quais, segundo as autoras permanecem tão estáveis quanto se fossem reconhecidas pelo Poder Legislativo.

A sexualidade das/dos brasileiras/os é objeto de atenção de Tainá Victória Machado, Silvia Beatriz Moreno Diniz e Isabelle Patriciá Freitas Soares Chariglione. Já o trabalho de Bianca Spode Beltrame e Andrea Poletto Oltramari buscam analisar o fenômeno do capacitismo nas relações de trabalho neoliberais e, de maneira mais específica, a possível ocorrência de assédio moral em vista deste.

Por fim, apresentamos a resenha escrita por Laura Ribeiro Araújo do livro de Judith Lorber intitulado "The New Gender Paradox", publicado em 2022.

Boa leitura a todas/os/es!

Thiago Barcelos SOLIVA

Patrícia Rosalba Salvador Moura COSTA

Felipe Bruno Martins FERNANDES



## ARTIGOS



## **A mulher como “sujeito visível” no ato inicial da vacinação contra Covid-19:**

estratégias governamentais de  
comunicação e as contradições do  
Estado em relação à segurança

Pedro Farnese, Universidade Paulista / IF Sudeste MG

Janete Monteiro Garcia, Universidade Paulista (Unip)

Carla Montuori, Universidade Paulista (Unip)

Paolo Demuru, Universidade Paulista (Unip)

---

Resumo. O estudo tem por objetivo analisar as valências simbólicas em sites governamentais de cinco estados durante atos iniciais de vacinação contra Covid-19, sendo a mulher figura central. Estes locais apresentaram maiores índices de feminicídio nos últimos 11 anos, o que nos leva a discutir as contradições entre o mundo encenado e o mundo real. Sob a ancoragem da semiótica de Greimas, percebemos a representação feminina como sujeito social “frágil”, sendo o Estado o “Pai-Provedor”, em contraste com dados que mostram um “estado ausente”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Visibilidade Midiática. Pandemia. Semiótica. Interseccionalidade.

---



## Introdução

Em um contexto de crise sanitária e vulnerabilidade humana deflagrada pela pandemia do novo Coronavírus, reconhecida em março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a descoberta de imunizantes em tempo recorde representou uma conquista da Ciência, mas também foi vista como uma oportunidade para organizações governamentais, notadamente Prefeituras e Estados, angariarem capital simbólico, principalmente em relação a temas considerados “politicamente corretos”, dentre os quais o da mulher ganhou um lugar de destaque (BOURDIEU, 1987, 1989, 2011)<sup>1</sup>.

O Brasil inaugurou a aplicação de imunizantes no dia 17 de janeiro de 2021, imediatamente após a autorização em caráter emergencial pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A partir da decisão, os governos estaduais, que constitucionalmente têm a função de distribuir as doses para as cidades organizarem sua aplicação, iniciando uma verdadeira “corrida da vacina”.

Para além da urgência de saúde pública a fim de conter o avanço da doença, agentes políticos enxergaram neste contexto uma oportunidade de construir uma imagem de estado “eficiente”, que dá respostas rápidas às demandas sociais com planejamento e gestão. Com um olhar mais estratégico e atento às prerrogativas básicas que norteiam ações de comunicação organizacional, era possível ir além, afinal, o seu real significado e sua abrangência ultrapassam a visão reducionista linear e instrumental que normalmente se concebe sobre ela. É o que defende Kunsch (2020, p. 87) ao afirmar que o fazer comunicacional contemporâneo perpassa [...] novas demandas e exigências das quais as organizações vêm enfrentando na sociedade atualmente, que passa por constantes transformações sociais, econômicas e políticas.

O estado de São Paulo saiu na frente. Minutos após a aprovação da Anvisa, sob os holofotes de toda a imprensa brasileira, outra representação também se configurava: uma mulher foi a escolhida para receber a primeira dose. Chamada a manifestar seu sentimento por se tornar a figura central do momento, a enfermeira Monica Calazans, de 54 anos, reforçou sua posição como mulher negra, suburbana e que acredita na ciência (ADORNO, 2021).

---

<sup>1</sup> O conceito de capital simbólico aparece na obra de Pierre Bourdieu. No campo político trata-se de uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido (BOURDIEU, 1989).



A utilização desta personagem e a ênfase de suas falas representativas nas estratégias de divulgação empreendidas pelo governo estadual nos chamou a atenção. Esta tática se tornava recorrente em outros estados, nos dando pistas em relação ao uso da imagem da mulher para inaugurar as campanhas de vacinação.

Ao mesmo tempo em que a mulher ganha a centralidade do espaço público a partir desta prontidão do Estado, um outro dado vai em antítese a este cenário: o estado que “cuida” e “reconhece” a sua importância na sociedade, também é o que deixa essa mesma população carente de ações efetivas que visam coibir a violência contra elas. Foi o que revelou o Atlas da Violência, divulgado em agosto de 2021. Boa parte das unidades federativas registraram aumento no número de morte de mulheres nos últimos 11 anos (2009-2019) (JUCÁ, 2021).

São cinco estados que apresentaram maior índice de feminicídio, a saber, São Paulo, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Ceará. Tal contexto nos levou a buscar, junto aos sites dos governos estaduais e prefeituras de capitais, se a mulher foi protagonista das campanhas de vacinação e, a partir dessa constatação, buscamos entender qual o perfil da imagem feminina prevaleceria nessas iniciativas e quais os efeitos de sentido poderiam trazer junto ao público.

Ao analisar todos estes dados sob a luz da semiótica greimasiana (GREIMAS, 1984, 2008), buscamos imbricações importantes sobre as polifonias que emergem ao compararmos um discurso construído, quando o Estado “valoriza” o papel da mulher na sociedade brasileira, ao utilizá-la como protagonista de estratégias de comunicação para exaltação de sua imagem-conceito<sup>2</sup>; e o que de fato se verifica em relação às estatísticas do mundo real com respeito às vulnerabilidades das mulheres no quesito da segurança e a efetividade do poder público frente ao problema.

Com a verificação da linguagem verbal e imagética, foi possível apontar para a representação da mulher como sujeito social “fraco” ou “dependente” do Estado, que se configura como “Pai-Providor”, ou “Protetor”, capaz de proporcionar o “bem-estar” individual e coletivo, em particular o público feminino, sendo as mulheres pretas o alvo de toda a encenação.

---

<sup>2</sup> “constructo simbólico, complexo e sintetizante, de caráter judicativo/ caracterizante e provisório realizada pela alteridade (recepção) mediante permanentes tensões dialógicas, dialéticas e recursivas, intra e entre uma diversidade de elementos-força, tais como as informações e as percepções sobre a entidade (algo/alguém), o repertório individual/social, as competências, a cultura, o imaginário, o paradigma, a psique, a história e o contexto estruturado” (BALDISSERA, 2009a, p. 138).





## A complexidade da comunicação organizacional

Nos dias atuais, gerir relacionamentos de uma organização é condição *sine qua non* para a expansão e consolidação da sua imagem junto ao público. Na esfera pública governamental, as imbricações entre os interesses e objetivos de uma “Política de Estado” e “Políticas de governo” tornam a definição de estratégias de comunicação ainda mais complexas. De acordo Lima *et al* (2019) a primeira versa sobre aspectos da sociedade, a partir dos pressupostos da Constituição Federal. Já a outra tem alta vinculação com chefes de poder executivo, visando atender situações como atendimento de promessas de campanhas e oportunidades que ensejam ganhos políticos.

Segundo Bratosin e Tudor (2021, p. 26), o espaço público é, por excelência, o “espaço simbólico da comunicação pública e política, cujo modo de funcionamento repousa sobre a simultaneidade da publicização do político e da politização do público”. Eles afirmam que esta compreensão requer um olhar atento sobre a amplitude dos fenômenos globais recentes, que trazem consequências profundas para as experiências vivenciadas, “como a reprodução das *fake news*, a emergência de novas formas de militância transnacional ou a proliferação (por meio das crises sanitárias, ecológicas, culturais etc.) de fragilidades e vulnerabilidades que contrariam a ordem dos poderes e valores que se dizem democráticos” (BRATOSIN e TUDOR, p.10).

De acordo com Baldissera (2009b) pode-se dizer que todo ato comunicacional é incerto e provisório, contudo, produz efeito. Assim, por mais que haja intenções na produção de mensagens pela organização, não há garantias de que os significados construídos pelas pessoas serão os mesmos que a organização, em âmbito formal (produção), desejou e idealizou. O autor define, então, comunicação organizacional como processo de construção e disputa de sentidos.

Parece mais fértil pensar a Comunicação Organizacional em sentido complexo, seja para assumir a incerteza como presença, para respeitar e fortalecer a diversidade (possibilitar que se realize/ manifeste), fomentar lugares de criação e inovação, potencializar o diálogo e os fluxos multidirecionais de comunicação, reconhecer as possibilidades de desvios de sentidos e compreender a alteridade como força em disputa de sentidos, dentre outras coisas (BALDISSERA, 2009b, p. 120).

Atentando-se para o fato de que qualquer informação ou movimento pode assumir visibilidade instantânea (THOMPSON, 2008),



mesmo quando não é desejada, podemos indicar que as organizações precisam estar atentas a todo o processo de produção e prestação de serviços. Não basta marcar presença no mundo virtual. Importam as representações que lá estão ofertadas, particularmente quando se pensa que as mesmas interferem nas percepções que os públicos têm e, em alguma medida, influenciam na construção/ acumulação de capital e poder simbólicos.

## **Gênero, raça e interseccionalidades**

O gênero para Araújo (2011, p.3) “traz à luz os processos da história humana das diferenças biológicas (macho/fêmea)”. O autor segue na tentativa de revelar como essas diferenças foram sendo ajustadas nos discursos pela força e poder. Nesse aspecto, explica que tais “representatividades de papéis sociais dos corpos sexuados [...] reproduzirão, historicamente, relações desiguais baseadas nas diferenças percebidas desses corpos marcados por sua biologização” (id, ib.). Quando se trata de “corpos negros” tal desigualdade se acentua ainda mais como veremos ao longo deste estudo.

Trazendo para o aspecto da interseccionalidade, a pesquisadora Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177) aborda este conceito sob a ótica que visa capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Desse modo, o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros tantos sistemas discriminatórios ocasionam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Betty Friedan (1971) foi uma das principais precursoras do assunto, no entanto, suas ideias diziam respeito a um determinado grupo de mulheres, que conforme apontam os estudos de hooks (2015) “são brancas, casadas, com formação universitária de classe média e alta” (p. 193-194), não compreendendo a interseccionalidade como um todo. Na publicação “Mulheres negras: moldando a Teoria Feminista” (2015), hooks faz críticas à Friedan, alertando que ela “ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres, e não disse aos leitores se era mais gratificante ser empregada, operária [...] do que ser dona de casa da classe abastada” (hooks, p. 194).

Para hooks (2015), o discurso feminista dominante e praticado por mulheres brancas na contemporaneidade segue a mesma prédica de





Friedan, não deixando claro, porém, “até que ponto suas perspectivas refletem preconceitos de raça e classe, embora tenha havido uma consciência maior sobre esses preconceitos nos últimos anos” (hooks, p. 195).

Diante desses desafios, um conceito trabalhado e debatido pelo feminismo nos últimos anos, inclusive por hooks (1984), é o da sororidade. Segundo de los Rios (2006) trata-se de “uma experiência subjetiva entre mulheres na busca por relações políticas e saudáveis, na construção de alianças [...] para contribuir com a eliminação social de todas as formas de opressão e ao apoio mútuo para alcançar o empoderamento vital de cada mulher” (p. 123). Tal noção, de acordo com Machado, Schons e Dourado (2019) “recebe críticas por ser entendida como um conceito que tende a universalizar a noção de mulher, como se não houvesse diferença de classe, raça, etnia e orientação sexual, por exemplo, entre elas” (p. 239).

Ao acionar hooks (1984), os autores entendem que “essa concepção foi baseada em um feminismo branco e burguês, um programa que ela caracteriza ser “falso e corrupto”, que mascara e confunde a realidade diversa e complexa das mulheres” (p. 239). Sendo assim, hooks reconhece que a “opressão sexista” está intrinsecamente atrelada à “racista”, se tornando mais forte nesse quesito. Por isso, a feminista “prefere referir-se à sororidade não como “apoio” entre mulheres, mas como uma “aliança” entre elas que deve considerar o entrelaçar de gênero, raça e classe” (MACHADO, SCHONS E DOURADO, 2019, p. 239).

## **Metodologia e seleção de amostra para análise**

O *corpus* de análise deste estudo foi constituído a partir da visita em cada um dos sites de governos estaduais e prefeituras das capitais dos cinco estados que apresentaram aumento no número de morte de mulheres em 11 anos, de acordo com o Atlas da Violência: São Paulo, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Ceará. O recorte temporal compreende o período em que estes agentes políticos promoveram solenidades para marcar o início da campanha de vacinação, de 17 a 21 de janeiro de 2021, cuja centralidade, como dissemos anteriormente, residiu no protagonismo feminino.



O quadro 1 aponta a divisão de mulheres vacinadas por raça e suas condições. Vale lembrar que as primeiras doses aplicadas no país foram direcionadas para profissionais de saúde e idosos.

**Quadro 1:** Características das personagens

<b>Estado</b>	<b>Raça</b>	<b>Profissão / Condição</b>
São Paulo	Uma mulher negra	Enfermeira
Pernambuco	Uma mulher negra	Técnica em Enfermagem
Bahia	Duas mulheres negras	Uma enfermeira Uma idosa institucionalizada
Rio de Janeiro	Duas mulheres negras	Uma Técnica em Enfermagem Uma idosa institucionalizada
Ceará	Uma mulher parda	Técnica em Enfermagem

Fonte: Elaboração dos autores

Os dados estatísticos mostram que das sete mulheres que receberam as primeiras doses, seis eram negras (85,7%) e cinco (71,4%) eram profissionais de saúde, sendo todas da área de enfermagem. O cruzamento dos dados apresentados nos leva a questionar como estas unidades da federação que atuam como “protetor da mulher” colocando-a em evidência, não dão a mesma atenção quando se refere à segurança dela em relação à violência. Isto caracteriza uma espécie de contradição, que segundo Greimas e Courtés (2008, p. 98) representa a “relação existente entre dois termos da categoria binária asserção/negação”.

As personagens foram expostas de formas distintas, com o objetivo de modular e criar um discurso político-institucional. Tais



polifonias, a partir das imagens veiculadas nos canais oficiais destes governos, foram reveladas utilizando como metodologia a análise do discurso e os conceitos de semiótica plástica e figurativa (GREIMAS, 1984, 2008),

Dada a manifestação insistente de determinados traços observados no material analisado, uma das definições mais acionadas para a compreensão do objeto de estudo são as isotopias que podem ser: plástica-figurativas e temáticas presentes nas imagens. Uma isotopia temática, segundo Fiorin (2016, p. 112), é a reiteração de valores semânticos específicos em uma narrativa, fixados por meio de figuras e/ou formantes plásticos do plano da expressão.

Por sua vez, as figuras são os elementos do “mundo natural” ou de uma “visão de mundo”, cujo sentido é validado dentro de um universo sociocultural onde estão inseridas, como, por exemplo, o céu, o mar e assim por diante (GREIMAS E COURTÉS, 2008, p. 324). Os formantes plásticos são compostos por categorias como eidética (curvos *vs* reto.), cromática (vermelho *vs* azul) e topológica (alto *vs* baixo). Tanto as figuras, quanto os elementos plásticos possibilitam a interpretação da imagem, estabelecendo correlações entre os dois planos da linguagem, neste caso, a verbal e visual. São para Greimas (1984, p.21) “sistemas reconhecidos [...] constituem linguagens e, portanto, estão longe de serem triviais”.

De outro modo, o conceito de isotopia indica a interatividade e a recorrência de um ou mais traços distintivos, seja do plano da expressão, seja do plano do conteúdo, garantindo, desta forma, a coerência e a homogeneidade do texto. São três tipos: temáticas, que reiteram valores semânticos (a vida, a morte, a saúde, a doença, etc.); figurativas, que tangem à repetição de uma ou mais figuras (a seringa, a cruz, o caixão, a pomba, etc.); e plásticas, que insistem na reprodução de determinados traços cromáticos (verde, amarelo, rosa, azul, etc.) e topológicos (alto, baixo, esquerda, direita, no centro, etc.).

Os valores semânticos profundos manifestados por traços ou isotopias figurativas e/ou plásticas podem ser dispostos – conforme o *corpus* analisado – ao longo dos polos que constituem aquilo que Greimas e Courtés definem “categoria tímica” (2008, p. 505). Trata do “humor” e do “tom afetivo” empregado em um determinado semantismo, podendo conotar um traço semântico como “eufórico” e outro como “disfórico” caracterizando, assim, a sua valorização positiva e/ou negativa.



Tais concepções dão luz à análise aqui proposta. Os governos, de forma estratégica, aproveitando-se da narrativa da fragilidade, buscaram construir a própria imagem de um Estado “paterno”, “provedor” e “protetor”, que acolhe todos. Tais simbolismos nos importam em particular, ao considerá-los parte fundamental no fluxo da engrenagem das estratégias de comunicação e visibilidade midiática.

## O “Pai Protetor” na figura do estado

O “estado protetor” como sujeito “patriarcal” de fato não está preocupado com a causa das mulheres e, sim, na vantagem e “boa visibilidade” que pode obter “abraçando” as pautas relacionadas a elas (LANDOWSKI, 1992, p. 86). Isto posto, começamos as explanações pelo Estado de São Paulo, que foi o primeiro a realizar a vacinação contra a covid-19. Na figura 1, estão presentes o governador João Dória, a enfermeira Mônica Calazans, a primeira brasileira vacinada e a profissional que aplicou o imunizante.

**Figura 1: Ato de vacinação no Estado de São Paulo**



*Fonte: Governo do Estado de São Paulo (2021)*

A cromática verde no *backdrop* engloba toda a imagem, apontando que esta é uma ação do governo do estado em parceria com o Instituto Butantan, podendo a cromática em questão simbolizar a esperança de pôr fim às mortes causadas pela covid-19. Esse sentimento construía de certa forma a figura do “herói”, tão almejada por políticos



brasileiros, podendo representar aquele que traria a solução para a crise sanitária ainda em vigor. O herói surgido para salvar e proteger os “fracos”, como a mulher preta que, não por obra do acaso, foi escolhida para figurar esse momento.

Obedecendo as regras das análises topológicas (posições), a postura ereta de Dória (em pé) sem dizer nada, aparenta um ar de superioridade, daquele que “está situado mais alto ou acima do outro” e dessa forma “se dirige aos demais” (GREIMAS, 1984; HOUAISS, 2009, p. 1791) principalmente se o sujeito da relação for, em qualquer esfera, a mulher; nesse mesmo ato ele olha para baixo na direção de Calazans, que está no centro da foto, passando a impressão de que o estado lhe assegura a devida atenção ou “proteção”. Tal estratégia de marketing durante o lançamento da campanha de vacinação, redundava numa “campanha antecipada de Dória à presidência da República” (SINGER, 2020).

A primeira mulher vacinada “roubou” a cena no papel de representatividade que a ela concederam. A camiseta do governador traz a bandeira do Brasil que denota sua preocupação para além dos interesses do estado. Outra reflexão a ser feita é a respeito de outra actante na imagem, ou seja, a mulher branca que aplica o imunizante. Um adendo para explicar que actante em Greimas e Courtés (2008, p. 20) significa exatamente “aquele que realiza ou que sofre o ato [...] são seres ou as coisas que, a um título qualquer e de um modo qualquer, ainda a título de meros figurantes e da maneira mais passiva possível, participam do processo”.

Ela está encurvada e, mesmo sendo uma postura mais apropriada para a aplicação, pode ser entendido como, independente do espaço conquistado, a mulher na sociedade vigente sempre estará abaixo da posição ocupada pelo homem, estando ambas em posições inferiores a Dória. A autora bell hooks (2015) já refletia acerca da superioridade da mulher branca sobre a negra e Saffioti (2011, p. 79) também complementa a ideia de que “dependendo das condições históricas vivenciadas, uma destas faces estará proeminente, enquanto as demais, ainda que vivas, colocam-se à sombra da primeira”.

Na Bahia, uma das primeiras mulheres vacinadas foi uma idosa (Figura 2). Ela parece ser uma paciente acamada, dada vestimenta que usa, no entanto, mesmo diante dessa condição, ela não foi poupada da exposição, o que reforça a estratégia de comunicação dos homens que agem de maneira “politicamente correta”. Circundada por homens,





encontra-se sentada numa cadeira de rodas pendendo o corpo e a cabeça para o lado esquerdo, como se fosse sucumbir diante das câmeras e dos que estão ao seu redor.

### **Figura 2: Idosa sendo vacinada no estado da Bahia**



*Fonte: Governo do Estado da Bahia (2021)*

Tanto no plano da expressão, quanto do conteúdo, essa posição topológica abaixo fortalece implicitamente o sentido de inferioridade da personagem. O Secretário de Saúde do Estado, Vilas-Boas, que também é médico, está em primeiro plano e mais visível na imagem. Ele representa socialmente duas posições elevadas, diferindo em tudo nesses aspectos da vulnerabilidade manifestada na mulher. Assim, usando as modalidades do *saber e poder*, o representante do poder público aplica o imunizante, numa atmosfera que atravessa, conforme Landowski (1992, p. 85), o domínio da ‘vida privada’ para o da ‘vida pública’, garantindo sobre si os holofotes e “visibilidade” neste momento.

Outro ponto relevante é a cromática composta por tons de azul, branco e cinza, tanto nas roupas dos participantes em questão, quanto no painel ao fundo e na caixa de vacina. Tais cores convergem com a ideia de que atores estão alinhados um mesmo propósito, que é resguardar a vida dos baianos, a começar pelas mulheres, tidas como mais “frágeis” e, portanto, as mais necessitadas da atenção do estado, como “pai provedor” ou “protetor”. Eideticamente, o envergar do secretário para aplicar o imunizante, o aproxima da idosa que serve como trampolim para atingir os interesses em disputa.





Em Pernambuco, ao fazer um comparativo com o que dissemos anteriormente, as fotografias publicadas no Portal da Prefeitura de Recife e do Estado (Figuras 3 e 4) são parecidas, mas diferem no ângulo e nos atores mostrados, de acordo com a estratégia política e comunicacional de cada governo.

### **Figura 3: Ato de vacinação retratado pela Prefeitura de Recife**

*Fonte: Portal da Prefeitura de Recife, 2021*



### **Figura 4: Ato de vacinação retratado pelo Governo de Pernambuco**



*Fonte: Secretaria Municipal de Saúde do Recife, 2021.*

Na Figura 3, divulgada pelo poder público municipal, o plano é médio (de meio corpo) e está mais fechado na mulher. O *backdrop* com a



propaganda do governo não mostra o nome do Estado, apenas “Contra a Covid” e “estadual,” possivelmente para tirar o foco do poder público estadual. Ao lado direito da personagem estão “cortados” a Vice-Governadora Luciana Santos, que também é uma mulher negra, e neste contexto consolida a narrativa construída; e o Secretário de Saúde, André Longo.

Já na imagem disponibilizada no Portal do Estado, é evidente o *slogan* “Pernambuco vacina contra a Covid”, sendo reforçado com a palavra “estadual” abaixo. Na fotografia em plano mais aberto. A mulher está sentada e ladeada por dois homens – o governador Paulo Câmara e o Secretário de Saúde - mostrando literalmente, para não deixar dúvida, quem está “provendo” a vacina. Em uma região mais periférica da imagem, em ambos os lados cortadas, aparecem duas outras mulheres. Esse recorte pode trazer a impressão da pouca importância do sujeito feminino, representando que elas não devem aparecer mais do que os provedores da benesse; confirmando, sobretudo, a análise de que a mulher, de fato, não é a prioridade e atua neste processo como coadjuvante ou no mínimo, contradiz a proposta.

No Ceará, diferente de todas as análises anteriores, a profissional da saúde vacinada na ocasião está em pé, embora sua estatura física seja mais baixa do que os demais actantes na imagem. Percebe-se que a foto publicada no *site* da Prefeitura (Figura 5) aparece o nome do Estado meio cortado, e na fotografia divulgada pelo Governo do Estado (Figura 6), esses dizeres estão destacados na parte superior do *backdrop*.

### Figura 5: Ato de vacinação registrado pela Prefeitura de Fortaleza



Fonte: Prefeitura de Fortaleza (2021).



## Figura 6: Ato de vacinação registrado pelo Governo do Ceará



*Fonte: Governo do Estado do Ceará (2021).*

As cores em destaque são o rosa, que no “mundo natural” está atrelada à figura da mulher; e a seringa com o líquido que assegura a vida, é representada pela cor azul, atribuída ao homem (GREIMAS E COURTÉS, 2008, p. 324). Ou seja, a mulher recebe o benefício (a vacina) e quem provê é o homem, o Estado, ou “pai provedor”.

Nas camisas usadas por todos que estão na fotografia, é possível perceber na estampa um coração onde está escrito: “Nossa prioridade é salvar vidas”. O uso dos termos “prioridade” e “salvar vidas” condizem com a estratégia política e midiática de que a mulher tem atendimento prioritário e, principalmente o governo municipal, deixa explícito na linguagem verbal que zela pela vida dela. Temática e figurativamente, essas características passam a noção de que o Estado e seus representantes defendem a causa da mulher.

Duas questões importantes são iluminadas à luz do objeto semiótico: na figura 5, uma mulher aplica a vacina. Nesse aspecto, intenta mostrar que ambas são “valorizadas” como mulheres, cada uma em seu papel, a que dá e a que recebe. Já na figura 6, vemos um homem, encenando a aplicação do imunizante. É a consolidação do que temos dito: nesse ponto, o “estado”, que linguisticamente trata-se de uma palavra do gênero masculino, está sendo representado também figurativamente na imagem do masculina; implicitamente ao mesmo tempo que intencionalmente o fato configura uma manipulação. Tal “ação de um



homem sobre outros homens” representa uma forma de dominação sob o viés da “sedução” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 300-302; FIORIN, 2016, p. 30).

Em outras palavras, significa que o sujeito manipulador “leva a fazer manifestando um juízo de valor sobre a competência do manipulado” (FIORIN, 2016, p. 30). De fato, reforça o sentido de que a mensagem teve o poder de manipular tanto a mulher, que pode ter acreditado que é importante e tem prioridade, quanto o público que tem acesso ao conteúdo.

No Estado do Rio de Janeiro, além da mulher, símbolos religiosos também foram explorados.

### **Figura 7: Ato de vacinação registrado pela cidade do Rio de Janeiro**



*Fonte: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2021.*

### **Figura 8: Ato de vacinação registrado pelo Governo do estado do Rio de Janeiro**





*Fonte: Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, 2021.*

Nesta paisagem não se vê explicitamente a propaganda dos governos, pois o quadro é mais emblemático do que seria qualquer outra montagem ou painel ao fundo. Na figura 7, tanto a idosa, quanto a profissional de saúde, aparecem em primeiro plano, estando centralizadas e aos pés da Estátua do Cristo Redentor, que é mostrado parcialmente.

De modo distinto ao que se apresentou até agora, não existe a figura explícita de nenhum representante do estado junto com elas, revelando, nesse caso, uma estratégia política e midiática mais eficaz de “valorização” que se pretende dar à mulher. Na figura 8, o enquadramento é mais aberto, mostrando outra personagem vacinada nesta ocasião. Nesta exposição, vemos holofotes e diversas pessoas registrando o momento com seus celulares. Elas aparecem à frente e ao mesmo tempo abaixo do Cristo Redentor, que parece dar um abraço simbólico em todos os envolvidos na cena, mas principalmente nas protagonistas.

O evento mistura ainda os aspectos de religiosidade, como se Cristo abençoasse as pessoas nesse novo ciclo em que a vacina foi descoberta e começa a ser ministrada. Nas cromáticas das duas fotografias prevalecem o rosa, o branco e o azul nas roupas, na imagem de Cristo do céu no horizonte. Estes últimos elementos combinam com os princípios e ideologia político-religiosa de quem está no poder no governo fluminense nos últimos anos (BRASIL DE FATO, 2020).

## **Um olhar mais sensível (ou atento) para as interseccionalidades**



As estratégias observadas ao longo de toda a análise mostram que os direcionamentos dados pelos governantes, muitos deles, implícitos, “não são inocentes”, como diz Landowski (2012, p. 15). Esta compreensão serve como base para a sequência deste tópico, do qual entraremos mais a fundo nas questões de interseccionalidade.

De acordo com as análises, existem alguns elementos que podem comprovar uma intencionalidade do ato por parte dos governos como forma de “tirar vantagem”, provocando outros efeitos de sentido acerca da escolha das actantes para figurar este momento, tanto com relação às mulheres negras, como as profissões acionadas, conforme está demonstrado no Quadro 1.

Parece-nos intencional o fato de 85,7% das escolhidas para serem vacinadas eram mulheres negras. Para exemplificar melhor este pensamento, recorreremos novamente às categorias de Greimas (1984), em particular, a topológica (baixo *vs* alto, superior *vs* inferior, esquerda *vs* direita) que, como conceito metodológico, foi sucessivamente acionado em todas as imagens e casos, deixando claro que a mulher é submissa, embora a ideia principal dos governantes era outra, ou seja, da “visibilidade” de “atenção” ou “prioridade” (FIORIN, 2016, p. 112; LANDOWSKI, 1992). Estas iniciativas podem representar, também, o que Greimas estabeleceu como “contrato semiótico” ou de “veridicção”, na tentativa de acentuar a ideia de que a mulher é assistida e que esse discurso é verdadeiro (GREIMAS, 2014, p. 115). Quando se trata da mulher negra, a questão é ainda mais sensível, porque ela representa as “minorias das minorias”, sendo colocada numa escala inferior à da mulher branca.

No caso da primeira mulher vacinada em São Paulo isso está bem real. Segundo Saffioti (2011, p. 79), “dependendo das condições históricas vivenciadas, uma destas faces estará proeminente, enquanto as demais, ainda que vivas, colocam-se à sombra da primeira” (p. 79). Em outras palavras, “será uma outra faceta a tornar-se dominante”. Traz à tona o mesmo pensamento das condutas escravocratas em que a mulher branca dominava sobre a negra e ambas eram dominadas pelo senhor do engenho. Parece um tratado do sistema patriarcal que, de tempos em tempos, é ressignificado, persistindo em manter nas práticas cotidianas a desigualdade, o sexismo e o racismo.

A reflexão está em concordância do que disse Gonzáles (1984, p.44) acerca da mulher negra que sofre muitas vezes um preconceito





velado, sujeita a “tríplice de discriminação”, incluindo de raça, de classe e de sexo, sendo colocada no mais “baixo nível de opressão”.

Outro ponto importante a ser ponderado diz respeito ao cargo das primeiras mulheres vacinadas que, de acordo com os dados estatísticos, 71,4% são da área de enfermagem. O relatório da Organização das Nações Unidas (ONU-MULHERES, 2020), converge com o nosso objeto de análise e mostra que 70% das profissionais que trabalham na área de saúde são mulheres. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), “a participação das mulheres supera a dos homens em algumas profissões culturalmente identificadas como “femininas” e predominam no magistério, nas enfermarias e na assistência social” [...] Todas são profissões que implicitamente estão atreladas à ideia de que o “cuidado do outro”, é incumbência da mulher” (PNAD Contínuo, 2018).

A análise topológica nos mostra que estes encargos estão inscritos na esfera ou grau inferior (não superior), sendo manobrados nas estratégias de comunicação pelos poderosos que Landowski (2012, p. 5-25) denomina de “grupos detentores do poder” — em seu arcabouço teórico da assimilação, admissão, segregação e exclusão. Se as mulheres são num todo tornadas como inferiores nos discursos da política e mídia, àquelas que sofrem preconceito racial são ainda mais atingidas.

Nas imagens, esses fatos se confirmam na posição das mulheres (ou as mulheres brancas estão aplicando a vacina em outras, que são pretas) ou elas acompanham homens brancos, enquanto a negra é vacinada. Em toda essa escala hierárquica, a mulher preta figura a maior (des) vantagem, tal como descrevem Biroli e Miguel (2015, p. 39). Em suma, como deliberam os autores, “mulheres negras não existem”. No discurso da vacina encenam o papel de protagonista, mas no sentido disfórico, deixando fragilidades expostas. Nesse cenário da vacina contracenam com os efeitos do racismo, da “dominação pelo olhar do dominador” (BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 39).

Assim, não está excluído o fato de que a mulher, no geral, sofre preconceito de toda ordem, mas a mulher preta é ainda mais afetada por carregar um fardo que se arrasta histórica e socialmente, simbolicamente prescrito nos elementos disponíveis na análise das linguagens verbal e imagética.

## Considerações Finais



Em um mundo cada vez mais conectado e ubíquo, a comunicação organizacional tem um papel crucial para o envolvimento e engajamento que, por meio do entendimento e conhecimento dos públicos envolvidos com a organização, constroem ações planejadas para conquistar a compreensão e aceitação públicas.

Buscamos compreender como a diversidade de relações permeiam discursos de agentes de estado, que utilizaram a pandemia para traçar estratégias de comunicação a partir de possibilidades que podem ser construídas e desconstruídas em um contexto político dinâmico e interativo no que tange às questões de gênero.

Nos cinco estados analisados, a estratégia estava bem clara: a construção de discursos em que a mulher negra assume a centralidade. Não por acaso, o IBGE (JORNAL NACIONAL, 2022) anunciou que nos últimos dez anos houve um aumento de 32% de pessoas que se autodeclararam pretas. Seria, então, uma forma de reconhecer a sua importância na sociedade e limar, de vez, a desigualdade racial e o racismo estrutural resultantes de anos de escravidão no Brasil?

Definitivamente não. Sob olhares semióticos, as campanhas de vacinação, ao mesmo tempo em que dão visibilidade para o Estado e seus agentes públicos, colocando as mulheres no “centro” dos discursos políticos e midiáticos; também demonstram quão “frágil” se considera esse perfil na sociedade e como elas são usadas para reforçar a imagem do “homem forte” e a visão paternalística do “pai-provedor”.

Discursos não são apenas palavras, mas linguagem, atos que têm significado e devem ser considerados a partir de um dado contexto. O “mundo ideal” construído pelos agentes políticos, demonstrando um “estado presente”, contrasta com o “mundo real”, quando toda a população está diante de uma crescente onda de violência, em uma clara demonstração de “estado ausente”.

Tendo em vista este cenário contemporâneo acerca das relações de gênero, comunicação organizacional e política, algumas problematizações para reflexão emergem: por que gênero ganhou esta centralidade política? Que atores sociais estão nesta disputa? Que elementos foram importantes para o desencadeamento destas ações e reações? Que papel a sociedade tem assumido neste embate? Onde e como estas mulheres têm buscado participação e representatividade em sua diversidade? O que mudou nos últimos anos: a educação, a política, as



mulheres? As considerações finais reportam-se mais a questionamentos que a respostas conclusivas.

Certeza mesmo é o revés da justificativa de César, ditador absoluto ou pretor máximo romano, no ano de 63 antes de Cristo, quando ele disse que não basta ser honesto, tem que parecer. No mundo em que a tecnologia nos vigia a toda hora, "não basta falar que faz", é preciso "fazer" e o público tem que "perceber e sentir".

## Referências

ADORNO, L. Enfermeira de SP, negra e moradora de Itaquera é 1ª vacinada no Brasil. *UOL Notícias*, 17 jan. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/01/17/enfermeira-de-sp-negra-moradora-de-itaquera-e-1-vacinada-no-brasil.htm>. Acesso em: 10 fev. 2021.

AMADEI, J. R. P.; FERRAZ, V. C. T. *Guia para elaboração de referências*: ABNT NBR 6023:2018. Bauru, 2019. 54 p.

ARAÚJO, J. B. Gênero, sexualidade e identidades sexuais – um diálogo entre Joan Scott e Judith Butler. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL – SIES. Gênero, direitos e diversidade sexual: trajetórias escolares, 2., 2011, Maringá. *Anais [...]* Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2011/121.pdf>. Acesso em: 02 out. 2021.

BALDISSERA, R.. A teoria da complexidade e novas perspectivas para os estudos de comunicação organizacional. In: KUNSCH, M. M. K. (org.). *Comunicação organizacional: histórico, fundamentos e processo*. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2009a. p.135-164.

BALDISSERA, R.. Comunicação organizacional na perspectiva da complexidade. *Organicom*, São Paulo, v. 6, n. 10-11, p. 115-120, 2009b

BIROLI, F.; MIGUEL, L.F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015. DOI 10543/2176. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124>. Acesso em: 1 out. 2021.



- BRASIL DE FATO. Cantor gospel, Cláudio Castro assume governo do Rio após afastamento de Witzel, *Brasil de Fato*, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/28/cantor-gospel-assume-governo-do-rio-apos-afastamento-de-witzel>. Acesso em 10 dez. 2020.
- BOURDIEU, P. *Choses dites*. Paris: Minuit, 1987.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. O Campo Político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, p. 193-216, 2011.
- BRATOSIN, S.; TUDOR, M.H. *Comprendre la communication publique et politique: L'échiquier et sa tour de Babel*. Paris: L'Harmattan, 2021
- FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. 15<sup>a</sup>. ed., 3<sup>a</sup> impressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- FRIEDAN, B. *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 223-244, 1984.
- GREIMAS, A. J. Semiótica figurativa e plástica. Significação: *Revista Brasileira de Semiótica*, São Paulo, n. 4, 1984. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/90477>. Acesso em: 1 out. 2021.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.
- GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido II: ensaios semióticos*. Tradução: Dilson F. da Cruz. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- HOOKS, b. Mulheres negras: moldando a teoria feminina. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan./abr. 2015.
- HOOKS, b. Sororidade: solidariedade política entre mulheres. Teoria Feminista: da margem ao centro. In: SILVEIRA, H. I. B. Reflexão sobre questões de tradução da obra *Feminist theory from margin into center*, de Bell Hooks. *Dissertação* (Mestrado em Tradução) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/36735>. Acesso em: 17 out. 2018.
- JORNAL NACIONAL. Total de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas cresce no Brasil, diz IBGE, *Portal G1*, 22 jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/22/total-de->



[pessoas-que-se-autodeclaram-pretas-e-pardas-cresce-no-brasil-diz-ibge.shtml](#). Acesso em: 30 jul. 2022.

JUCÁ, J. Maioria dos estados brasileiros registrou aumento no número de morte de mulheres em 11 anos, *CNN BRASIL*, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/majoria-dos-estados-brasileiros-registrou-aumento-no-numero-de-morte-de-mulheres-em-11-anos/>. Acesso em: 14 set. 2021.

KUNSCH, M. M. K. Comunicação organizacional integrada na perspectiva estratégica. In: FÉLIX, J. B. (org.). *Comunicação estratégica: a visão de renomados autores em cinco países*. Brasília, DF: Rede Integrada, 2020. p. 85-104.

LANDOWSKI, E. *Presenças do outro*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

LANDOWSKI, E. *A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica*. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.

DE LOS RIOS, M.L. *Pacto entre mujeres sororidad. Aportes para el Debate*, n.1, p.123-135, 2006. Disponível em: <https://www.asociacionag.org.ar/pdfaportes/25/09.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

LIMA, M.; MACIEL, S.; PAZOLINI, M. Políticas de Estado versus políticas de Governo. *RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade*, v. 4, n. 6, p. 69-84, 30 jun. 2019.

MACHADO, L. M. M; SCHONS, A. S.; DOURADO, L. C. S. M. A construção da sororidade nos discursos da Revista Azmina. *Revista Latino-americana de Jornalismo*, João Pessoa, v. 6, n. 2, p.229-257, jul.-dez. 2019.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SINGER, A. Politização da vacina contra covid-19 é estratégia para eleições presidenciais. *Rádio USP*, São Paulo, 10 dez. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/politizacao-da-vacina-contracovid-19-e-estrategia-para-eleicoes-presidenciais/>. Acesso em: 05 mar. 2021.

THOMPSON, J. B. A nova visibilidade. *Matrizes*, ECA-USP, n. 2, p. 15-38, 2008. Disponível em: <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/82/124>. Acesso em: 15 jul. 2016.





ONU. *Vozes das mulheres nas linhas de frente da covid-19*. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/vozes-das-mulheres-nas-linhas-de-frente-da-covid-19/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

### **Links dos sites das imagens:**

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA,. Primeiras vacinas contra a Covid-19 são aplicadas na Bahia, *Secretaria de Saúde*, 19 jan. 2021. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/2021/01/19/primeiras-vacinas-contr-a-covid-19-sao-aplicadas-na-bahia/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Home. *Secretaria de Saúde*, 20 jan. 2021. Disponível em : <https://www.ceara.gov.br/?p=131314>. Acesso em: 25 fev. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo inicia vacinação contra Covid-19. *Sala de Imprensa*, 18 jan. 2021. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/sala-de-imprensa/release/sao-paulo-inicia-vacinacao-contr-a-covid-19/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

PREFEITURA DE FORTALEZA. Fortaleza inicia a vacinação contra o coronavírus, *Secom*, 18 jan. 2021. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/fortaleza-inicia-a-vacinacao-contr-a-coronavirus>. Acesso em: 25 fev. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Vacinação no Rio tem início em cerimônia no Cristo. *Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro*, 18 jan. 2021. Disponível em: <https://prefeitura.rio/saude/prefeitura-inicia-vacinacao-em-cerimonia-no-cristo-redentor/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Capital inicia vacinação contra Covid-19. *Secretaria de Comunicação*, 19 jan. 2021. Disponível





em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/noticias/?p=307561>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SECRETARIA DE SAÚDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO. Conheça Perpétua do Socorro, a primeira pessoa vacinada contra a Covid-19 em Pernambuco. *PE contra o Coronavírus*, 18 jan. 2021. Disponível em: <https://www.pecontracoronavirus.pe.gov.br/noticias/page/92/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Prefeitura amplia número de vacinados em primeiro dia de campanha, *Prefeitura de Salvador*, 20 jan. 2021. Disponível em: <http://www.saude.salvador.ba.gov.br/prefeitura-amplia-numero-de-vacinados-em-primeiro-dia-de-campanha/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO RECIFE. Recifense moradora do Ibura é a primeira pessoa a se vacinar em Pernambuco. *Prefeitura do Recife*, 19 jan. 2021. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/19/01/2021/recifense-moradora-do-ibura-e-primeira-pessoa-se-vacinar-em-pernambuco>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO. *Home. Secom*, 18 jan. 2021. Disponível em: <https://www.saude.rj.gov.br/>. Acesso em: 25 fev. 2021.



## The woman as a “visible subject” in the initial act of vaccination against Covid-19: governmental communication strategies and the contradictions of the State in relation to security

**ABSTRACT:** The study aims to analyze the symbolic valences on government websites in five states during initial acts of vaccination against Covid-19, with women being the central figure. These places had the highest rates of femicide in the last 11 years, which leads us to discuss the contradictions between the staged world and the real world. Under the anchoring of Greimas' semiotics, we perceive the female representation as a “fragile” social subject, with the State being the “Father-Provider”, in contrast to data that show an “absent state”.

**KEYWORDS:** Media Visibility. Pandemic. Semiotics. Intersectionality.

**Pedro FARNESE**

*Universidade Paulista / IF Sudeste MG*

**Janete Monteiro GARCIA**

*Universidade Paulista (Unip)*

**Carla MONTUORI**

*Universidade Paulista (Unip)*

**Paolo DEMURU**

*Universidade Paulista (Unip).*

*Recebido em: 24/01/2023*

*Aprovado em: 18/11/2023*



## ARTIGOS



## O Desafio é a Inserção?

O Trabalho da Mulher na Política e as Trajetórias da Participação Feminina na Implementação de Políticas Públicas para Mulheres

Érica Lima-Souza, *PUC-Minas*

Carolina Mota-Santos, *PUC-Minas*

Antônio Carvalho Neto, *PUC-Minas*

---

Resumo. Reconhecendo o avanço e contribuições das discussões sobre a inserção de mulheres na política, este ensaio pretende ampliar o debate ao refletir a atuação de mulheres em cargos políticos. Observa-se o aumento da participação feminina na política sob o olhar da representatividade. Discute-se, por exemplo, estudos que apontam Suécia, Finlândia, Ruanda como menos desiguais em relação ao gênero por haver mais mulheres ocupando cadeiras nos parlamentos desses países em comparação ao Brasil (ARAÚJO; 2001; EMÍLIO; GOMES; OLIVEIRA; 2019). Os estudos acadêmicos e dados apresentados neste ensaio sugerem que, na política nacional e internacional, a participação da mulher ultrapassa o prisma da inserção. Estar na política não significa participar efetivamente da política. Especialmente quando essa participação diz respeito ao desenvolvimento, implementação e apoio às políticas públicas para as mulheres. Em relação ao Brasil, este ensaio explanou algumas barreiras e chamou a atenção à segregação por classe e raça, considerando a desproporcionalidade em relação às mulheres negras na política. Nesse sentido, parecem necessárias ações orientadas em ao menos duas direções fundamentais: uma inserção igualitária, de fato, considerando aspectos interseccionais como classe e raça; e a participação efetiva da mulher, a partir das reformas política e partidária.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres na Política. Gênero e Política. Gênero e Trabalho. Mulheres e Trabalho.

---



## Introdução

Estudos nacionais e internacionais sobre mulheres na política apontam uma desigual trajetória calcada em gênero, que revela substanciais diferenças na ocupação de cargos políticos e participação da vida pública (BIROLI; 2018; LOLATTO; 2020; LOVENDUSK; 2019; MATOS; 2014). De acordo com o Fórum Econômico Mundial, em 156 países do mundo só 25% dos assentos parlamentares são ocupados por mulheres e 81 países nunca tiveram uma mulher no principal cargo de seu regime político. Além disso, a disparidade de gênero se expandiu tanto que, no ritmo atual, demoraria quase 146 anos para que ela fosse superada (WORLD FORUM ECONOMIC; 2020).

Diante disso, no Brasil, pesquisas que tratam da temática têm voltado o olhar para obstáculos que dificultam uma maior participação de mulheres na política (BIROLI; 2015; MATOS; 2014), bem como para ações que garantam o aumento dessa participação (LOLATTO; 2020). Entretanto, não é muito discutida a atuação de mulheres que chegam a essas posições de poder no que diz respeito à elaboração e à implementação de políticas públicas para mulheres.

Em pesquisa nas plataformas Scientific Periodicals Electronic Library (Spell), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Anpad) e Scientific Electronic Library Online (SciELO) com as palavras-chave “mulheres na política”, “mulheres e política”, “feminismo e política”, “participação feminina na política”, “gênero e política”, “gênero e políticas públicas”, “políticas públicas para mulheres”, “mulheres e políticas públicas” e “políticas públicas de gênero” foram encontrados pouquíssimos estudos que abordassem a atuação de mulheres que já ocupam algum cargo na política e, de acordo com os objetivos deste trabalho, foram encontradas sete pesquisas: Pimenta (2006); Pinheiro (2007); Biroli e Mello (2010); Matos (2010; 2014); Viola (2019); Posthinger e Silva (2020). Em relação à literatura internacional, a busca na ferramenta Tree of Science, no período de 2016 a 2021 e com as mesmas palavras-chave, resultou em trinta e três artigos relacionados à área da administração e aos objetivos deste trabalho.

Reconhecendo o avanço e contribuições no que diz respeito às discussões sobre a inserção de mais mulheres na política, este ensaio pretende ampliar o debate ao refletir a atuação de mulheres em cargos



políticos pela implementação de políticas públicas que garantam mais acesso feminino a esses cargos e demais ações em prol de mulheres.

Além disso, este estudo discute o aumento da participação feminina na política sob o olhar da representatividade, observando, por exemplo, que em pesquisas nacionais sobre o tema, é frequente a comparação com outros países considerados referências em igualdade de gênero em relação ao Brasil, atentando-se ao número de mulheres que ocupam cadeiras nos parlamentos desses países como Ruanda, Suécia e Finlândia (ARAÚJO; 2001; EMÍLIO; GOMES; OLIVEIRA; 2019). No entanto, este ensaio mostra que mesmo nesses países a questão é bem complexa (PHU et al; 2020; RITOLA; 2020), especialmente quando se atenta às políticas públicas para mulheres. O que sugere que, na política, a participação feminina efetiva ultrapassa o prisma da inserção.

O referencial teórico deste trabalho foi estruturado de acordo com os seguintes subtemas: “Recontar para não apagar: trajetória do feminismo”; “Movimento político que move a política”; “Inserção e participação de mulheres na política”; “Políticas Públicas por e para Mulheres”; “Para além da inserção: um desafio mundial”.

## **Recontar para não apagar: trajetória do feminismo**

De uma maneira geral, historicamente, o feminino tem um papel social inferior ao masculino porque às mulheres foi destinado o papel de serviço à família, de cuidados com o lar e com os filhos (KERGOAT, 2010), preterindo-as dos espaços das decisões e poder. Por isso, a elas, ainda hoje, são mais atribuídas características como ternura, fragilidade e instinto maternal, que estão ligadas ao papel que fora imputado às mulheres. A inserção das mulheres na vida pública percorre o caminho das relações laborais construídas a partir da divisão sexual do trabalho.

Desta forma, no universo do trabalho cabe às mulheres espaços em que tais características sejam mais aceitas. Geralmente, funções relacionadas à proteção e cuidado. As esferas de decisão e de poder couberam, ao longo da história, aos homens ocupar (HIRATA; KERGOAT, 2007). A esfera política foi formada associando e reproduzindo os reflexos





dessa construção social, estando arraigado em suas estruturas um sistema patriarcal (VIOLA, 2019).

Estudos apontam a escassa representação feminina na política como reflexo de uma estrutura patriarcal (BIROLI, 2018, 2016; COSTA, 2011). O campo político é marcado por desigualdades de gênero assim como diversos segmentos sociais, uma vez que foi construída historicamente e naturalizada a ideia de que o espaço público pertence ao homem (RAGO, 2001; KERGOAT, 2010).

Para Bourdieu (2010), a dominação masculina é inerente à estrutura social e não necessita de qualquer fundamento para se manter porque é justamente legitimada por essa mesma estrutura. A ideia de que ao homem pertence o espaço público, de poder, foi sendo construída e consolidada ao longo da história, além de justificada pela natureza biológica. Sendo assim, construiu-se a ideia de que naturalmente a mulher pertence ao espaço privado, doméstico, que é de sua natureza cuidar do lar e dos filhos. Assim, as mulheres foram excluídas dos espaços de decisão, cabendo aos homens ocupá-los. Lembrando que até aqui, não haviam sido introduzidas elementos de interseccionalidade, como classe e raça.

A diferenciação ‘público X privado’ posicionou a mulher como inferior ao homem, dominada por ele, e a naturalização dessa condição instituiu tal relação como universal e verdadeira. Como agentes de naturalização da dominação masculina, Bourdieu (2010) aponta o Estado, a família, a igreja, as instituições, em geral. Sendo, ainda, dominantes e dominados perpetuadores dessa condição. Tendo consolidada a “consciência” de seu papel, de sua função social, a mulher permaneceu afastada dos espaços de poder também para estar nos padrões sociais de feminilidade, para não correr o risco de ser considerada rebelde, dissoluta. Para ser respeitada perante à sociedade, essa mulher deveria se ater ao espaço doméstico, privado.

Tal discussão sobre os espaços público e privado esteve entre os primeiros embates do movimento feminista. Beauvoir (1949), considerada uma das pioneiras do movimento, contesta o determinismo biológico, que é considerar o órgão sexual de nascimento do indivíduo definidor de que ele seja homem ou mulher. Sua célebre frase: “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, pag.9) mostra que o ser mulher é estruturado pela internalização de lugares de dominação.



Para Beauvoir (1980), a mulher não é sujeito, é o “outro” e é o homem que impõe a ela esse lugar, coisificando e confinando essa mulher a espaços secundários. A autora explica que a desigualdade dos gêneros é inerente a qualquer sistema político porque é naturalizada. No entanto, não é estabelecido um debate sobre gênero nesse primeiro momento, a luta é por direitos iguais.

A trajetória do movimento feminista é marcada pelas chamadas “ondas”. Na primeira, trava-se as lutas por igualdade de direitos civis e sociais, como o direito ao voto (BEAUVOIR, 1980). A segunda onda contesta o binarismo e destaca o direito às diferenças (SCOTT, 1990). Na terceira e quarta ondas, afirma-se a diversidade de posições de gênero e a pluralidade de masculinidades e feminilidades, trabalhando noções de desconstrução e fragmentação (BUTLER, 2003).

A utilização do termo “gênero” foi iniciada na segunda onda do feminismo por pesquisadoras americanas para contestar a referência ao “homem universal”, negar o determinismo biológico e abordar as relações e experiências sociais de homens e mulheres. Scott (1990) propôs que gênero fosse observado como uma categoria de análise, por ser uma relação de poder semelhante à raça e classe social. Desta maneira, pesquisar gênero se torna mais abrangente. Significa estudar um processo histórico, que se modifica o tempo todo e que é composto por complexas relações não caracterizadas somente pelo sexo ou sexualidade. Sabe-se que os estudos de gênero não se restringem à temática feminista, mas evidenciam as relações de poder e dominação fundamentadas no patriarcado.

As diferentes identidades femininas são melhor percebidas quando se aplica gênero como categoria de análise, pois há que se abordá-las em seus mais amplos aspectos como sexualidade, classe, raça, etc. Sendo assim, não há mais como se abordar mulher sem dizer a que mulher se refere: executiva, negra, operária, homossexual, etc. Nesse sentido, o conceito universal aplicado a homens e mulheres é superado, assim como são desconstruídos os conceitos absolutos do ser masculino e ser feminino (SCOTT;1990).

A conceituação de gênero teve grande importância no campo político, auxiliando a identificação dos interesses das mulheres e a luta por direitos. É certo que a concepção dos espaços público e privado e dos papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres, construídos no decorrer da história, são fundamentais para entender a ausência feminina dos



centros de decisão. No entanto, desde seu surgimento, o movimento feminista tem atuado sistematicamente para mudar esse cenário.

## **Movimento político que move a política**

A consciência da condição de inferioridade na vida pública, espaços sociais e laborais, culminou em movimentos de mulheres pela igualdade, sendo o feminismo crucial no confronto ao patriarcado. É importante esclarecer que nem todo movimento de mulheres é feminista, na verdade, pode-se dizer que o feminismo é um movimento de mulheres que defende pautas relacionadas à libertação do patriarcado (PIMENTA, 2010). Foi esse movimento que escancarou as desigualdades de gênero e aflorou o debate sobre a exclusão/subordinação das mulheres nas sociedades contemporâneas nos espaços públicos, como a política (MIGUEL; BIROLI, 2015).

O feminismo questionou os conceitos fundamentais do liberalismo. Conceitos como liberdade, igualdade, universalismo que tiveram origem com as ideias liberais e a noção de Contrato Social (PATEMAN, 2016). Para o movimento feminista essa formação se deu excluindo muitos. Pateman (2016) denuncia que contratos firmados ao longo da história refletem a posição das mulheres: sob o governo dos homens. Por exemplo, a fundamentação do Contrato Social se dizia ser em ideais de liberdade e igualdade individuais, mas os indivíduos a que se referia eram os homens. O Contrato feito por homens e para os homens reafirmou a mulher como naturalmente desprovida das mesmas capacidades dos homens para se autogovernarem. Portanto, não seriam elas, como eles, indivíduos livres e iguais, carecendo de ser por eles governadas, o que revela a estrutura patriarcal arraigada nas sociedades modernas (PATEMAN, 2016).

Na tentativa de romper com essa estrutura, o movimento feminista iniciou a luta por direitos iguais, inclusive na política. Atos de resistências, confrontos e boicotes desses movimentos que desafiaram o poder dominante, contribuíram para importantes conquistas para as mulheres (ALEIXO; 2020; BRAGA; DALCIN; BONI; 2021; RAGO; 2001).



No Brasil, em 1919 foi criada a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que se transformou em Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) em 1922, primeira organização de abrangência nacional. Outras associações foram criadas pelo país e o movimento foi ganhando força. Em 1927, por meio de um abaixo-assinado entregue ao Senado, as mulheres pediram a aprovação do Projeto de Lei que lhes garantia o direito ao voto. Esse direito só foi conquistado em 1932 com o Novo Código Eleitoral brasileiro (COSTA; SARDENBERG; 2008).

Na primeira eleição após essa conquista, foram eleitos 214 deputados federais e somente uma mulher: Carlota Pereira de Queiroz. Embora o movimento crescesse pelo país, as feministas não tinham apoio de todas as mulheres. Na verdade, havia grande preconceito social dirigido às feministas, explicado pelo machismo estrutural e histórico que formou as sociedades, já mencionado nesse trabalho. Apenas 5 anos após terem o direito ao voto reconhecido, o feminismo enfrenta um grande retrocesso no Brasil. Em 1937, Getúlio Vargas fecha o Congresso e implanta o Estado Novo. O período autoritário contribui para reforçar os papéis sociais de homens e mulheres, restringindo-as ao espaço doméstico. Já na ditadura instaurada pelo Golpe Militar em 1964, embora qualquer movimento organizado fosse visto como ameaça, foi quando ocorreram as primeiras manifestações feministas (COSTA; SARDENBERG; 2008).

De acordo com Aleixo (2020), o movimento no Brasil acompanhou a trajetória dos feminismos em países latino-americanos, sendo impulsionado pelos conflitos políticos frente às ditaduras militares instauradas na América Latina. Segundo a autora, a aproximação das mulheres com os grupos revolucionários acentuou aspectos do patriarcado, mesmo dentro desses próprios grupos. Estas mulheres perceberam melhor a complexidade e profundidade da relação gênero/poder e a necessidade de uma pauta política em defesa das mulheres (FRASER, 2009).

Além disso, na década de 1970, as mulheres passam a ocupar mais postos de trabalho. Ocorre a “feminização” do mercado de trabalho motivada pelo cenário político, problemas econômicos e sociais que a classe média estava enfrentando, pela rápida expansão do setor de serviços (BESSE, 1999) e também por razões decorrentes do feminismo como o aumento no número de mulheres nas universidades (BRUSCHINI; 2004). Esse último foi consequência das lutas feministas, ao mesmo tempo em que as impulsionou, as universidades eram



ambientes de debates das pautas feministas e organizações de mulheres (RAGO, 2001).

Por meio de muita luta das mulheres, em 1988, a Constituição trouxe avanços na conquista de direitos como a criação de conselhos estaduais e municipais de mulheres, delegacias da mulher, assistência à saúde, entre outros. A pressão dos movimentos de mulheres conseguiu incluir suas reivindicações, revelando outra forma de atuar politicamente, já que não havia representação política, ou seja, mulheres ocupando significativamente as cadeiras do Senado, Câmara e demais órgãos governamentais. Uma questão que não foi superada até hoje (FERREIRA; COSTA; 2020; LOLATTO; 2020; VIOLA; 2019).

## **Inserção e participação de mulheres na política – aspectos que dificultam essa realidade**

A ocupação de cargos políticos por mulheres é um desafio para a maior parte dos governos do mundo. De acordo com o relatório “Mulheres no Parlamento” da União Interparlamentar, somente 25,5% dos cargos em parlamentos são ocupados por mulheres em 2020 (INTER-PARLIAMENTARY UNION, 2021). O estudo classificou o Brasil abaixo dessa média, indicando uma participação feminina de 15,2% no Congresso e 12,04% no Senado. No ranking de 192 países analisados, o Brasil ficou com a 142<sup>a</sup> posição.

Apesar de, no Brasil, mais de 50% da população ser composta por mulheres, nas eleições de 2019, elas ocuparam em torno de 15% das cadeiras no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Nas eleições municipais, em 2020, somente 12,1% das mulheres conseguiram se eleger, contra 87,9% das candidaturas masculinas (BRAGA; DALCIN; BONI, 2021). Em estudo sobre a eleição de mulheres em governos estaduais, Velasco (2018) apontou que dos 27 estados brasileiros, entre os anos de 1994 e 2018, apenas 6 elegeram governadoras. Dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE, 2021) mostram que nas eleições municipais, em 2020, somente 12,1% de mulheres foram eleitas, contra 87,9% das candidaturas masculinas.





De acordo com Fraser (2005), a ocupação das esferas de poder desafia o sistema patriarcal e, por isso, atua para justiça social, uma vez que as mulheres foram subjugadas ao longo da história. Lovenduski (2005), apoiando-se no conceito de Feminismo Institucional, mostra que é fundamental a inserção das mulheres na política como forma de promover políticas públicas relacionadas à igualdade de gênero.

Para Araújo (2005), os partidos são uma das explicações da baixa presença feminina em cargos políticos no Brasil. A autora explica que há um sistema de cálculos e escolha de padrões de candidatos com base em potencial de elegibilidade, levando-se em consideração o tradicionalismo e, portanto, perpetuando o mesmo tipo de candidatura: a de homens brancos. Outro fator dificultador, apontado por Norris e Krook (2011) é o modelo brasileiro de lista aberta, em que o eleitor pode votar no candidato e não apenas no partido, o que tenderia a privilegiar os candidatos que possuem mais financiamento ou mais contatos.

Braga, Dalcin e Boni (2021) afirmam que as conquistas no que diz respeito ao aumento da presença de mulheres na política brasileira sempre são seguidas por manobras que dificultam a trajetória delas. Ao destrinchar as regras eleitorais ao longo dos anos, as autoras mostram, por exemplo, que a obrigatoriedade de adotar o sistema de cotas nos partidos foi “burlada” por eles ao conseguirem, na sequência da determinação, o aumento no número total de candidaturas. Camargo (2020) chama a atenção para uma prática comum entre os partidos: as candidaturas “laranjas”. Trata-se de uma artimanha que integra candidatas ao partido apenas para preencher a cota de gênero, inclui-se mulheres que não concorrerão (farão campanha, etc.) de fato. O objetivo é ter um percentual máximo de homens com reais chances de se elegerem.

Outra observação de Braga, Dalci e Boni (2021) trata a Resolução 23607 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que está em vigor na atualidade e determina que, no mínimo, 30% das verbas do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) sejam destinadas para candidatas mulheres, proibindo a utilização em campanhas de candidatos. Entretanto, houve a inclusão de um parágrafo que não caracteriza como ilícita a utilização desses 30% para pagamento de despesas coletivas ou comuns, ou seja, despesas das candidatas se realizadas em conjunto com os homens ou partido, desde que haja benefícios para a campanha delas. Por exemplo, se o partido alegar que a verba foi utilizada para um candidato homem porque beneficiaria de alguma forma uma candidata mulher, é aceito.



Desta forma, essa verba pode ser utilizada em uma candidatura de prefeito ao colocar uma mulher como vice-prefeita, por exemplo. No fim das contas, quem vai ocupar a posição mais elevada é um homem, ainda que a Resolução tenha sido pensada para que a mulher pudesse alcançá-la: “a cada mudança institucional, visando a maior participação das mulheres na política, vemos algum mecanismo que vai na contramão dessa alteração” (BRAGA; DALCIN; BONI; 2021. pg. 204).

Mais uma vez, percebe-se que conforme as mulheres parecem avançar, a sociedade patriarcal se movimenta para freá-las. Observa-se que a raiz dessas modificações constantes na legislação eleitoral que favorecem o descumprimento das cotas de gênero e a predominância de homens nos cargos políticos é estrutural, e todas essas manobras se constituem obstáculos que dificultam mulheres alcançarem posições de comando nos governos (BRAGA; DALCIN; BONI; 2021). Obstáculos que se somam a inúmeros outros.

Biroli (2018) aponta, também, como barreira para a participação feminina na política em democracias modernas, a consolidação da ideia de um desinteresse da mulher por política, criada e reforçada pelo discurso masculino, que fortalece reiteradamente a função social da mulher de cuidar do lar e dos filhos. As desigualdades de gênero acabam por revelar um conjunto de mecanismos que dificultam o alcance de mais pluralidade na política.

Ao longo da história, havendo a necessidade econômica da presença feminina no mercado de trabalho, era preciso consolidar a imagem da mulher que trabalhava fora como produtiva e bem-sucedida (BESSE;1999). Porém, sempre reafirmando a diferenciação “natural” entre homens e mulheres, reforçando a “essencial” função maternal e familiar da mulher (RAGO; 2001). Elas se tornaram “livres” para estudar, trabalhar, viajar, sem precisar da autorização do homem, desde que consigam exercer, e bem, as atividades domésticas (JUNIOR; 2021).

Apontar a família e a maternidade como incumbências naturais, inerentes à própria identidade feminina, e o discurso patriarcal como um todo, afasta as mulheres dos cargos políticos (JUNIOR; 2021) e também contribui para que ao chegar lá não exerçam uma representação efetiva (PIMENTA, 2006). O afastamento se dá na medida em que elas são conduzidas a uma apatia no que se refere a participação nesses cargos, reforçando a ideia de desinteresse por política (BIROLI, 2018).



De outro modo, quando elas chegam a ocupar uma posição de comando, há pelo menos dois pontos que permanecem dificultando uma representação efetiva. O primeiro ponto diz respeito à própria dificuldade no exercício das atividades do cargo. Nesse aspecto, por exemplo, pode-se apontar o acúmulo de funções como dificultador, ser responsáveis também pelo trabalho doméstico faz com que elas não disponham da mesma quantidade de tempo que os homens para se dedicar às atividades parlamentares (LOLATTO, 2020).

Além disso, Matos (2010; 2014) observa que as mulheres representantes políticas geralmente não são indicadas para fazer parte das Mesas Diretoras nas Casas Legislativas e, dentro dos próprios partidos, são poucas que conseguem alcançar cargos de liderança. De acordo com a autora, tais barreiras são apontadas pelas próprias mulheres como impedimento para conseguirem impactar efetivamente a definição das agendas parlamentares. Ou seja, a inserção da mulher na política é uma inserção subordinada.

Mesma conclusão a que chegam Biroli e Mello (2010) ao mostrar que a participação feminina na Câmara dos Deputados, entre 2003 e 2006, esteve segmentada aos papéis de gênero. As mulheres geralmente compunham comissões e desenvolviam ações mais relacionadas a áreas sociais, consideradas mais adequadas ao ser feminino. As autoras afirmam, então, que a inclusão da mulher nas instâncias legislativas é orientada, isto é, suas ações são controladas e limitadas a determinados espaços condicionados ao gênero, aqueles vistos como mais apropriados à participação feminina.

Não bastasse todos esses obstáculos, as mulheres ainda precisam lidar com o preconceito e a violência institucional. Sabe-se que não se trata de uma realidade vivenciada apenas por essas mulheres que ocupam cargos políticos, aliás, é um grave problema social (ALENCAR, 2020). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), um terço das mulheres sofrem violência no mundo e o Brasil aparece em quinto lugar no ranking de países com maior número de feminicídios (OMS/WHO; 2020). No entanto, observar a violência política é importante para compreender os obstáculos e desigualdades de gênero nessa esfera.

Muitos estudos exemplificam essas violências contra mulheres no campo político. Andrade Lima, (2021); Palacios, Fleck e Abbondanza, (2017); Veloso, Vasconcelos e Ferreira, (2017) denunciaram o tratamento desigual, motivado pelo gênero, direcionado pela mídia à ex-presidente



Dilma Roussef. Exemplificaram como alguns termos em determinados momentos eram utilizadas para zombar da ex-presidente, considerada pouco feminina pela mídia. Por exemplo, “durona”, “inflexível”. As autoras mostraram os insultos, sempre ligados à condição de mulher e não de gestora, inclusive em sessões públicas televisionadas, direcionados à ex-presidenta: “O que pode ser visto em relação a Dilma Rousseff foram sátiras, “memes” e todo tipo de constrangimentos associados não somente à sua postura como também à sua idade, aparência física e vestimentas” (PALACIOS; FLECK; ABBONDANZA; 2017).

Retomando os pontos que dificultam uma representação efetiva quando as mulheres chegam ao poder, o segundo seria a não representação deliberada das mulheres no combate às desigualdades de gênero. Ao analisar as atividades parlamentares das senadoras de 1987 a 2003, Pimenta (2006) identificou mais ações divergentes do que convergentes com as reivindicações feministas. Isto é, as parlamentares trabalharam mais temas gerais como práticas administrativas e questões sobre os locais de origem das senadoras. Foram pouquíssimas ações e/ou discussões acerca de temas relacionados às reivindicações feministas, como defesa de direitos das mulheres, aborto, entre outros.

Postingher e Silva (2018) mostraram que o fato de uma mulher ser eleita não garante que suas ações refletirão a pauta feminista. Ao contrário, algumas mulheres se candidatam e se elegem sob o argumento de serem antifeministas, conservadoras, etc. O que corrobora Rago (2001), que já denunciava a difusão e incorporação de ideias antifeministas, mesmo por mulheres que usufruem das conquistas de direitos só possível por meio de muita luta.

Estudos sobre mulheres na política vêm questionando a “política de presença”, isto é, a inserção feminina se contemplando unicamente o ser mulher (BIROLI; 2018; POSTHINGHER; SILVA; 2018). Biroli (2018) aponta a raça e a classe, que estão atreladas no caso brasileiro, como fatores que precisam ser considerados haja vista a desproporção quando se observa as mulheres negras. Desproporção exemplificada no estudo de Viola (2019) que, ao traçar uma linha histórica de ocupação da Câmara Nacional dos Deputados por mulheres no Brasil, mostrou que, apesar do aumento da participação feminina, é possível identificar que as 77 deputadas federais que cumprem mandato atualmente, ou as demais que já cumpriram, são majoritariamente mulheres brancas. Revelam-se, assim, as exclusões também por classe e raça entranhadas na segregação



por gênero. Inclusive, essa foi uma das críticas à primeira onda do feminismo: a luta pelo direito ao voto sem se atentar a questões como raça, classe e gênero (KERGOAT, 2010).

Sendo assim, levando-se em consideração raça e classes sociais, por exemplo, mesmo a inserção ou aumento da participação de mulheres nas organizações ou esferas do Estado pode não significar diminuição de desigualdades (BIROLI, 2015). Nos estudos feministas, a interseccionalidade tem se tornado a maneira de descrever a relação entre os mecanismos de opressão que constituem múltiplas identidades e as posições sociais nas hierarquias de poder. Crenshaw (2017) desenvolveu o conceito de interseccionalidade para se referir às variadas forças e identidades sociais, além de elementos ideológicos, por meio dos quais poder e desigualdades são expressas e legitimadas.

Hoje, não há como se falar em feminismo sem considerar os aspectos interseccionais. No Brasil, especialmente, destacam-se os filtros de classe e raça, que se combinam com as desigualdades de gênero, adicionando mais obstáculos, por exemplo, para as mulheres negras em relação às mulheres brancas (BIORLI; 2015). Daí a importância da representatividade étnico-racial, de diversidades sexuais e respeito à identidade de gênero autodeclarada. Nesse sentido, a ideia de agenda é fundamental (AVELAR; RANGEL, 2017). FRASER (2009) discute a formação de agenda, ressaltando se tratar de uma estratégia dos movimentos que emprega uma série de ideais de rompimento de uma estrutura social de privilégios masculinos, entre elas a conquista de direitos e políticas públicas para mulheres.

## **Políticas Públicas por e para mulheres?**

Conceitualmente, política pública é “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI; 2020. pg. 13). Concretiza-se a partir de um conjunto de ações, leis, programas, campanhas, metas etc., que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) estipulam, ou deveriam estipular, de acordo com o interesse público.

Como visto até aqui, o movimento feminista lutou, e luta, pela conquista de direitos e mais igualdade de gênero. Essa trajetória é marcada por avanços e retrocessos no Brasil e a implementação de algumas políticas públicas para mulheres no país é considerada passo





importante nesse processo. Ao potencializar a discussão sobre as desigualdades de gênero, bem como as relações de poder assimétricas nos espaços público e privado, o movimento feminista passou a dialogar com o Estado, de forma progressiva, reivindicando a implementação de ações e propondo políticas públicas (BRAGA; DALCIN, 2021; JUNIOR, 2021; LOLATTO, 2020).

O movimento feminista no Brasil foi fundamental para a construção de políticas de igualdade nas mais diversas esferas do país. O conjunto de ações organizadas pelos movimentos feministas e de mulheres no Brasil foi dando origem à agenda de gênero, imprescindível para a elaboração de políticas públicas (AVELAR; RANGEL, 2017). Entretanto, é importante salientar que políticas públicas para mulheres são diferentes de políticas públicas de gênero.

As políticas públicas para as mulheres estão relacionadas às necessidades urgentes e específicas em torno dos direitos das mulheres como combate à violência, direito ao trabalho, educação e saúde. Já as políticas públicas de gênero dizem respeito ao rompimento das estruturas desiguais das relações sociais e de poder, contemplando igualdades entre classes, etnias, etc. É justamente esse tipo de políticas públicas que as sociedades parecem mais carecer, aquelas que tratem mais profundamente as relações de gênero, atingindo os papéis sociais e rompendo com padrões cristalizados como a responsabilização da mulher pela função maternal e de cuidados com lar. Por isso, faz-se necessária a continuidade das pressões advindas dos movimentos feministas e de mulheres (LOLATTO, 2020). Afinal, foi com o avanço das pautas feministas e atuação dos movimentos de mulheres que se integrou essas lutas o empenho para serem implementadas políticas públicas (MARZONETTO, 2019).

O Brasil tem dado mais atenção ao assunto nas últimas três décadas, muito pressionado por atores sociais, especialmente os movimentos feministas (SILVA; ORNAT, 2020). A voz desses movimentos vem sendo potencializada pela revolução tecnológica. As mídias sociais têm ampliado o espaço e debate de pautas feministas, permitindo a conexão de mulheres de diferentes classes, raças, orientação sexual, etc (FERREIRA; DA COSTA, 2020). Como resultados dessas pressões, foram sendo elaboradas e implementadas políticas públicas na tentativa de promover igualdade de gênero e superar as forças que configuram a interseccionalidade (SILVA; ORNAT, 2020).



Acompanhando uma tendência latino-americana, o Brasil se concentrou, primeiro, em políticas públicas voltadas à igualdade de oportunidade. Em seguida, o foco esteve na institucionalização de políticas de igualdade de gênero, a integração dessas políticas em todo âmbito estatal (SILVA; ORNAT, 2020). Atualmente, a maternidade e as atividades domésticas, práticas sociais fundamentadas na divisão sexual do trabalho, são apontadas como as principais fontes de desigualdades de gênero para mulheres no trabalho (BITENCOURT, 2019). Diante dessa realidade, movimentos feministas e de mulheres têm reivindicado a atuação estatal, por meio da criação de políticas organizacionais e políticas públicas (MARZONETTO, 2019).

Matos (2017) mostra que as principais ações no Brasil, nas últimas décadas, no que diz respeito às políticas públicas para mulheres, partiram de pressões de movimentos feministas e de mulheres. O Quadro 1 apresenta alguns marcos nas políticas públicas para mulheres no Brasil:

Quadro 1 – Políticas Públicas para as mulheres no Brasil

<b>Período</b>	<b>Políticas Públicas para as mulheres no Brasil</b>
Década de 1970	Organização pela redemocratização e políticas sociais para as mulheres.
Década de 1980	Agendas por igualdade e direitos das mulheres.
1983	Criação do Conselho Estadual da Condição Feminina
1985	Criação da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher e do Conselho Nacional de Direitos da Mulher.
1987	Atuação do “lobby do batom” na conquista de direitos legais manifestos no Código Civil: - extinção do direito do cônjuge de impedir que as esposas trabalhassem fora de casa; licença-paternidade remunerada; substituição de crime moral para crime contra os direitos humanos em casos de violência sexual com penas mais rígidas; mesmos direitos para filhos dentro e fora do matrimônio; entre outros.
Final da década de 1980	Criação do grupo Frente de Mulheres Feministas (FMF), que atuou na elaboração de agenda de políticas públicas para as mulheres e na criação do Conselho Estadual da Condição Feminina.
1994	Articulação da Mulher Brasileira (AMB) – composto por mais de 800 grupos de mulheres, atuando junto ao feminismo latino-americano.
Década de 1990	Organizações não-governamentais com participação ativa para criação de políticas públicas: Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), a ONG SempreViva (SOF), e a rede União Brasileira de Mulheres (UBM).



2003	Com base nas diretrizes da IV Conferência Mundial, o Brasil estabelece uma agenda pública de gênero e cria a Secretaria de Políticas para Mulheres, ligada à Presidência da República. Cria-se, ainda: Secretaria de Promoção de Igualdade Racial – SEPPIR; Secretaria Nacional da Juventude – SNJ e reorganiza-se a Secretaria de Direitos Humanos - SDH.
A partir de 2003 (até 2015)	Elaboração de vários programas: Ligue 180, “Mulher Viver sem Violência”, Centros Especializados de Atendimento às Mulheres, de Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres Rurais em Situação de Violência, etc.
2004	I Conferência Nacional para Mulheres, criação do I Plano Nacional de Políticas para Mulheres com 199 ações distribuídas em 26 prioridades para o viés de gênero nas políticas. Construção da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher/PAISM.
2006	Promulgação da Lei Maria da Penha e da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres.
2007	Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.
2007	II Conferência Nacional dos Direitos da Mulher e elaboração do II Plano Nacional de Políticas para Mulheres.
2009	Criação da Procuradoria Especial da Mulher na Câmara dos Deputados
2011	III Conferência com o lançamento do III Plano Nacional de Políticas para Mulheres, com 175 ações transversalizadas em 7 eixos: autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens; respeito à diversidade; caráter laico do Estado; universalidade dos serviços ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas. A vigência foi até 2015.

*Fonte: elaborado pela autora a partir de Matos, 2017.*

No período de 2003 a 2015, ocorre a criação de órgãos e ministérios relacionados às mulheres, havendo impulsionamento de ações para gerar mais representação política e participação feminina (MATOS, 2017). Especialmente a partir de 2011, no governo de Dilma Roussef, o Plano Nacional de Políticas para Mulheres traça o caminho da transversalidade, isto é, a promoção dessas políticas nas mais diferentes esferas. Mas a partir de 2016, o que se viu foi um desmonte nas políticas públicas para mulheres. Michel Temer, assume a Presidência da República após o impeachment de Dilma Roussef, e escolhe todos os 24 ministros homens e brancos (GONÇALVES; ABREU; 2018). As políticas para as mulheres, de promoção de igualdade racial e de direitos humanos foram para a pasta do Ministério da Justiça e foram feitos muitos cortes



orçamentários. O atual presidente, Jair Bolsonaro, dá continuidade e aprofunda esse desmonte, dificultando, se não impedindo, o desenvolvimento dessas ações, no caso das políticas para as mulheres, ações baseadas na agenda de gênero (LEITE; SAUER; 2019).

A agenda de gênero brasileira foi influenciada pelas diretrizes da IV Conferência Mundial, em 2003, que contemplaram as seguintes prioridades na elaboração de políticas públicas: 1) Violência, 2) Saúde, 3) Meninas e adolescentes, 4) Geração de emprego e renda, 5) Educação, 6) Trabalho, 7) Infraestrutura urbana e habitação; 8) Questão agrária; 9) Incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública (transversalidade) e 10) Acesso ao poder político (MATOS, 2017). O tópico 10 evidencia a questão da representatividade. Sob influência do feminismo internacional, que vêm reforçando a importância de políticas públicas que garantam a participação efetiva da mulher na política, fortaleceram-se no Brasil pressões nesse sentido (AVELAR; RANGEL; 2017).

Farah (2004) aponta como reivindicação mais recente o protagonismo feminino, ou seja, que as mulheres participem da formulação dessas políticas. Inclusive, a participação é um dos princípios que norteiam o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, reforçando a importância da atuação das mulheres na elaboração e implementação de políticas públicas e a inclusão do tópico “acesso ao poder político” na agenda de gênero frisa a necessidade de se desenvolver ações que facilitem esse acesso (FARAH; 2004).

Bordenave (1994) explica que alguns elementos condicionam a participação política: 1) a influência das instituições sociais, como religião, família; 2) a identificação com a ação que desperta o interesse em participar, já que está de acordo com os objetivos do indivíduo; 3) a atuação dos líderes garantindo a participação igualitária; 4) sentimento de êxito, de que há resultado nas ações; 5) informação acessível sobre as ações e o tema; 6) diálogo sobre o tema. Todos esses tópicos remetem à estrutura social, por isso, na visão do autor, reivindicar a participação democrática nada mais é que declarar guerra ao poder dominante, sendo de suma importância compreender os caminhos traçados pelos movimentos sociais na luta para alcançar essa participação.

Atentando ao tópico 3 “a atuação dos líderes garantindo a participação igualitária”, volta-se a discussão do papel das mulheres que alcançam um cargo político. Percebe-se a necessidade do fortalecimento



desse tópico nas agendas de políticas públicas para mulheres. Conforme exemplificado, no Brasil, as raízes profundas do patriarcado marcam a trajetória de mulheres que chegam ao poder, algumas atuam, inclusive, opostamente à agenda feminista (POSTHINGHER; SILVA; 2020), como visto anteriormente. Nesse aspecto, há outros exemplos pelo mundo.

## **Para além da inserção: um desafio mundial**

É comum em estudos sobre mulheres na política o apontamento de nações que apresentam ampla participação feminina no setor (ARAÚJO; 2001; EMÍLIO; GOMES; OLIVEIRA; 2019). Não tão comum assim, como apresentado no início deste trabalho, é a discussão da efetividade dessa inserção, especialmente, no que diz respeito às políticas públicas. Sem dúvida, o aumento no número de mulheres em cargos políticos é uma conquista significativa, no entanto, este trabalho lança o olhar sobre os efeitos dessa conquista para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas para as mulheres. Nesse sentido, percebe-se que se trata de uma jornada bem mais sinuosa, inclusive em países considerados referências no assunto. Observando e respeitando diferenças socioeconômicas e os inquestionáveis avanços na inserção de mulheres na política, refletir sobre o trabalho dessas mulheres parece relevante na compreensão do quão difícil é avançar em igualdade de gênero, além de contribuir para a construção de uma agenda de atuação mais efetiva.

Ruanda, por exemplo, é o país do mundo onde há mais mulheres no parlamento, quase 70%. Entretanto, essa crescente participação feminina na política desde 1994, depois de uma guerra civil e do genocídio tutsi, não impediu, por exemplo, que em 2009 fosse aprovada uma lei que reduziu a licença-maternidade de 12 para 6 semanas (ABREU; 2015).

Uvuza (2014), em uma pesquisa sobre as experiências das mulheres ruandesas que ocupam cargos políticos, retratou que, embora seja um avanço ter mais mulheres em cargos políticos, o patriarcado não foi superado e está fortemente arraigado nas diversas esferas da sociedade. O trabalho apresenta relatos de submissão e humilhação dessas mulheres por seus maridos, medo da violência doméstica e experiências traumáticas. Especialmente, aponta a dificuldade de





equilibrar funções sociais femininas e o trabalho público que agora elas exercem, evidenciando que, mesmo com o número expressivo de mulheres em cargos políticos, as desigualdades de gênero são intensas. Emerge a necessidade de ações mais profundas para que ocorra uma transformação também mais profunda, uma mudança cultural.

Outros país, comumente apontado como referência em igualdade de gênero na política e que apresenta tensões nessa área, é a Finlândia. Apesar de ser considerada pioneira em assuntos relacionados ao gênero e ser comandada por mulheres: a primeira-ministra Sanna Marin e quatro líderes de partidos que compõe uma coalizão, ainda lida com questões sobre minorias que não se veem representadas, como LGBTs e mulheres negras (JAUHOLA; LYYTIKÄINEN, 2020).

Ritola (2020) revelou assimetrias salariais e de aposentadoria entre finlandeses homens e mulheres, elas têm rendimentos menores. Embora já tenham sido implementadas políticas públicas para nivelar essas equações, as desigualdades ainda existem, como também aborda a pesquisa de Saari e Koskinen Sandberg (2017).

O estudo de Jauhola e Lyytikäinen (2020) afirma que a política externa finlandesa sobre igualdade de gênero é branca, heteronormativa e elitista, sendo as práticas feministas e de igualdade centradas no estado. Nesse mesmo sentido, Elomäki et al (2021) revelam que temas relacionados à igualdade estão subordinados à economia do país e que as decisões, incluindo agenda de gênero, são pautadas economicamente e não pelo interesse social. Outros estudos apontam, ainda, como desafio uma forte tensão com alas conservadoras no país, pressionando pautas antigênero em nome da “família” e tradição cultural (SARESMA, 2020), como tem ocorrido em vários países.

Diante das questões de gênero que se desdobram no país, no que diz respeito à igualdade para as mulheres, Ritola (2020) sugere que seja inserida na agenda política a divisão de trabalho entre pais e mães e afirma que os papéis familiares e de gênero na Finlândia ainda são muito tradicionais se comparados, por exemplo, com a Suécia.

No entanto, estudos sobre a realidade sueca revelam, por exemplo, que as mulheres, apesar de terem destaque na política e de a igualdade de gênero ser um objetivo político na Suécia, no mercado de trabalho em geral do país, elas ocupam menos os cargos de chefia do que eles (PHU et al; 2020).





O estudo de Saläng (2020) reflete sobre a participação das mulheres em cargos políticos nos municípios. A autora mostra que, embora a Suécia seja um dos parlamentos mais iguais do mundo, com mais de 46% das cadeiras ocupadas por mulheres, nos municípios não é essa a realidade. Em 2019, a média de mulheres nos comandos municipais era de 36%. A autora questiona, então, se existe, de fato, uma representação em prol dos interesses das mulheres.

Nesse aspecto, Weiland (2020), ao pesquisar as políticas públicas voltadas para abrigos de mulheres suecas em situação de emergência, apontou relação semelhante a que Elomäki et al (2021) estabeleceram sobre influências econômicas nas questões de gênero na Finlândia. De acordo com Weiland (2020), há pontos problemáticos na implementação de políticas públicas, mas os abrigos suecos evitam críticas sociais porque muitas vezes dependem de subsídios governamentais. Dessa forma, a autora indaga se os interesses das mulheres são preservados, de fato, pelo país, ou se as organizações são engolidas por regulamentos na expectativa de que se tornem um braço do estado.

Observa-se que a participação das mulheres na política vai além da inserção nos cargos, o caminho da representatividade é cheio de percalços e os estudos mais recentes confluem na importância de que as mulheres que chegam ao poder estejam comprometidas com uma agenda de ações que represente de fato os interesses femininos, inclusive, no que diz respeito a participação de mais mulheres na política. Mais ainda no que se refere à superação dos papéis sociais, por meio da elaboração e implementação de políticas públicas que auxiliem, por exemplo, não só a conciliação das atividades do lar e cuidados com os filhos, mas também a redefinição desses papéis. Principalmente, que sejam políticas interseccionais e transversais, contemplando todas as mulheres - negras, LGBTQs, indígenas, do campo, etc.- e em todas as esferas governamentais - municipal, estadual, federal (BIROLI, 2018).

## Considerações

Este ensaio reflete sobre a atuação de mulheres em cargos políticos pela implementação de políticas públicas que garantam mais



acesso feminino a esses cargos e demais ações em prol de mulheres. Além disso, este estudo discute o aumento da participação feminina na política sob o olhar da representatividade.

Os estudos acadêmicos e dados apresentados neste ensaio sugerem que, na política nacional e internacional, a participação da mulher ultrapassa o prisma da inserção. Estar na política não significa participar efetivamente da política. Especialmente quando essa participação diz respeito ao desenvolvimento, implementação e apoio às políticas públicas para as mulheres.

No Brasil, são vários os obstáculos que se colocam diante de uma mulher que ocupa um cargo político. Este ensaio explanou algumas dessas barreiras como papéis tradicionais de gênero, conflito trabalho-família, questões intrínsecas às próprias regras eleitorais e partidárias, violência política e segregação por classe e raça - neste ponto, chama-se a atenção a desproporcionalidade em relação às mulheres negras na política.

Na atualidade, soma-se a esses obstáculos a difusão do antifeminismo, que faz parte de uma onda conservadora observada em vários países. Defendendo pautas conservadoras, foi eleito presidente do Brasil em 2018 o ultradireitista Jair Bolsonaro e as causas sociais, em geral, incluindo as políticas para mulheres, sofreram grande retrocesso. Até 2015, embora lentos, avanços em direção à agenda feminista vinham se concretizando. Em 2016, o governo Temer iniciou o desmonte na pasta da mulher, continuado pelo atual governo.

A história do feminismo no Brasil e no mundo mostra que as conquistas para as mulheres não se trataram de uma evolução natural, como busca disseminar o antifeminismo. A luta das mulheres foi fundamental para garantir os avanços vistos até aqui. O processo político recente do país é revelador, nesse sentido. Foi exatamente durante o governo de uma mulher que se estabeleceu o Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Portanto, o trabalho das mulheres, seja nos movimentos ou em cargos políticos, parece fundamental no combate às desigualdades.

Em um mundo ideal, é um dever do Estado, ou seja, dos homens e mulheres que o compõem, garantir a igualdade de direitos de cidadãos e cidadãs. No entanto, o mundo real se apresenta distante desse ideal, sendo preciso a atuação forte e direcionada de mulheres que se dispõem a transformá-lo em alguma medida. É preciso atenção à grave realidade que se coloca com o avanço do conservadorismo, o trabalho da mulher nos



movimentos ou em cargos políticos parece essencial para conter o retrocesso que se impõe.

A inserção delas na política brasileira é importante, mas concomitantemente a essa inserção parecem necessárias ações orientadas em ao menos duas direções fundamentais: uma inserção igualitária, de fato, considerando aspectos interseccionais como classe e raça; e a participação efetiva da mulher, a partir das reformas política e partidária. Aliás, a garantia dessa participação é complexa até mesmo em países que frequentemente são apontados como mais igualitários sob o aspecto da presença de mulheres em cargos parlamentares. Sinal que o caminho ainda é longo e, ao que tudo indica, passa necessariamente pela promoção, implementação e apoio às políticas públicas para mulheres, a fim de dar visibilidade a temas ignorados quando o espaço público era exclusivamente masculino e muitas vezes silenciados, ainda hoje, mesmo quando as mulheres erguem suas vozes.

## Referências

ABREU, M. (2015). Mulheres e representação política. *Revista Parlamento e Sociedade*, 3(5), 27-44.

ALEIXO, Mariah Torres. Argentina, Brasil, Chile entre feminismos e os direitos das mulheres. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 2, 2020.

ANDRADE LIMA, Elizabeth Christina. A Construção das imagens públicas de Dilma Rousseff e Michel Temer nas revistas semanais. *Revista Feminismos*, v. 6, n. 3, 2018.

ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Dados*, v. 44, n. 1, p. 0-0, 2001.

BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 18, p. 81-117, 2015.

BIROLI, Flávia. The Sexual Division of Labor and Democracy. *Dados*, v. 59, n. 3, p. 719-754, 2016.

BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. Boitempo Editorial, 2018.



- BIROLI, Flávia; MELLO, Janine. Gênero e representação política: hipóteses sobre as diferenças entre a atuação de deputadas e deputados federais na 52<sup>a</sup> Legislatura (2003-2006). *Revista Ártemis*, v. 11, p. 1-20, 2010.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política: uma introdução*. Boitempo Editorial, 2015.
- BITENCOURT, Silvana Maria. A maternidade para um cuidado de si: Desafios para a construção da equidade de gênero. *Estudos de Sociologia*, v. 24, n. 47, 2019.
- BORDENAVE, Juan Diaz. *O que é participação*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos).
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; DALCIN, Cinthia Carvalho; BONI, Mariana Caires. Marchas e contramarchas da sub-representação feminina. *Conhecer: debate entre o público e o privado*, v. 11, n. 26, p. 198-226, 2021.
- BUTLER, Judith. *Trouble dans le genre: le féminisme et la subversion de l'identité*. La découverte, 2019.
- CAMARGO, Aline Cristina. Gênero como condicionante da participação política no Brasil: trajetórias, capital político e o potencial das tecnologias. *Revista Comunicando-Os novos caminhos da comunicação.*, v. 9, n. 1, p. 300-323, 2020.
- CASTRO, Mary Garcia. *Feminização da pobreza em cenário neoliberal*. *Mulher e trabalho*, v. 1, 2001.
- COELHO, Naiara. POR E PARA MULHERES: uma análise sobre a atuação das parlamentares da ALERJ, de 2015 a 2018. *Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 21, n. 2, p. 37-53, 2019.
- COSTA, Ana Alice Alcántara. *El movimiento feminista en Brasil: Dinámicas de una intervención política*. *Anuario de hojas de Warmi*, n. 16, 2011.
- COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. *O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.
- CRENSHAW, Kimberlé W. *Sobre a interseccionalidade: Escritos essenciais*. The New Press, 2017.



- DE ALENCAR, Gabriela Serra Pinto et al. MULHERES E DIREITOS HUMANOS: uma perspectiva normativa acerca do enfrentamento da violência de gênero. *Revista de Políticas Públicas*, v. 24, p. 474-491, 2020.
- DE FARIAS BARBOSA, Claudia. Atuação das mulheres na política local: ranços e avanços. *Revista Ágora*, n. 11, 2010.
- DE PÁDUA, Elisabete Matallo M. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. Papirus Editora, 2019.
- ELOMÄKI, Anna; KANTOLA, Johanna; KOIVUNEN, Anu; YLÖSTALO, Hanna. Changing Feminist Politics in a 'Strategic State'. In: *Feminisms in the Nordic Region*. Palgrave Macmillan, Cham, 2021. p. 67-88.
- EMÍLIO, Camila; GOMES, Marineide de Oliveira OLIVEIRA. Educação e Democracia: as lições da Finlândia para o Brasil. *Revista de Educação Pública*, v. 28, n. 67, p. 241-244, 2019.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 47, 2004.
- FERREIRA, Gabriela Vilela Palmeira & DA COSTA, J.V.B.R. Ciberfeminismo: feministas tecem uma nova rede. *Diversitas Journal*, v. 5, n. 3, p. 2263-2296, 2020.
- FRASER, Nancy. Social justice in the age of identity politics. *Geographic thought: A praxis perspective*, p. 72-91, 2009.
- GONÇALVES, Renata; ABREU, Suellen. Do plano nacional de políticas para as mulheres ao machistério de Temer. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, n. 2, p. 753-771, 2018.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- JAUHOLA, Marjaana; LYYTIKÄINEN, Minna. Kutistettu feminismi?: Suomen ulkosuhteiden tasa-arvopolitiikka kylmän sodan YK-feminismistä 2010-luvun tolkkutasa-arvoon. *Tasa-arvopolitiikan suunnanmuutoksia: talouskriisistä tasa-arvon kriiseihin*, 2020.
- JUNIOR, Cristian de Paula Sales Moreira. Problematizando: por que a política parece ser um universo masculino?. *Emblemas*, v. 18, n. 1, 2021.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estudos CEBRAP*, n. 86, p. 93-103, 2010.



- LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza o caso brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, v. 4, n. 2, p. 464, 1996.
- LEITE, A. Z., Tubino, N.; SAUER, S. (2019). Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro. *Brasil: Incertezas e submissão*, 171-190.
- LOLATTO, Simone. Dificuldades e estratégias para Mais Mulheres na Política e o avanço das reivindicações feministas. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, v. 8, n. 1, p. 139-160, 2020.
- LOVENDUSKI, Joni. 3. Feminist Reflections on Representative Democracy. *The Political Quarterly*, v. 90, p. 18-35, 2019.
- MARZONETTO, Gabriela Lucía. La política de los programas de cuidado infantil en América Latina: Un análisis comparado de Argentina, Chile y Uruguay (2005-2015). 2019.
- MATOS, Marlise. Paradoxos da Incompletude da Cidadania política das Mulheres: novos horizontes para 2010. *Debate: Opinião Pública e Conjuntura Política*, v. 2, p. 31-59, 2010.
- MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. *Cadernos pagu*, n. 43, p. 57-118, 2014.
- MIGUEL. L. F.; QUEIROZ C. M. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em Eleições Municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 02, p. 363-385, 2006.
- PALACIOS, Rosiane Alves; FLECK, Carolina Freddo; ABBONDANZA, Márcia Vanessah Pacheco. Discursos de preconceito de gênero em publicações da mídia e sua relação com a construção da imagem da ex-presidenta do Brasil Dilma Rousseff. *Contratexto*, n. 035, p. 199-224, 2021.
- PATEMAN, Carole. Sexual contract. *The wiley blackwell encyclopedia of gender and sexuality studies*, p. 1-3, 2016.
- PHU, Victoria; KURT, Esin; CHI, Katie. Kvinnors väg till karriär: En kvalitativ studie av kvinnliga chefer inom den privata sektorn. 2020.
- PIMENTA, Fabrícia Faleiros. O campo político brasileiro: a ação parlamentar das senadoras no Congresso Nacional (1987-2003). 2006.
- PINHEIRO, Luana Simões. Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. 2007.





POSTINGHER, Isadora Gonzaga; DA SILVA, Vania Sandeleia Vaz. As deputadas federais eleitas por São Paulo, em 2018, são feministas ou antifeministas?. *Tempo da Ciência*, v. 27, n. 54, p. 117-132.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. *São Paulo em perspectiva*, v. 15, n. 3, p. 53-66, 2001.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. *São Paulo em perspectiva*, v. 15, n. 3, p. 53-66, 2001.

RITOLA, Suvi. Eläkkeet ja sukupuolten tasa-arvo: miesten ja naisten eläke-ero eri ikäluokkien esimerkitapauksilla. 2020.

SAARI, Milja; KOSKINEN SANDBERG, P. Samapalkkaisuuden politiikka: monitieteinen näkökulma sukupuolten palkkaeriarvoisuuteen. *Talous & yhteiskunta*, 2017.

SALÄNG, Sofie. Kvinnliga politikens betydelse för kvinnofrid-En kvantitativ studie om sambandet mellan högre kvinnlig representation på kommunal nivå och ett gott kommunalt kvinnofridsarbete. 2020.

SARESMA, Tuija. Antigender-liike, kristillisuus ja oikeistopopulismi: sukupuolen politiikkaa. *Politiikasta*, v. 19, 2020.)

SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. Cengage Learning, 2020.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes. *Journal of Latin American Geography*, v. 19, n. 1, p. 163-171, 2020.

USHER, Nikki; HOLCOMB, Jesse; LITTMAN, Justin. Twitter makes it worse: Political journalists, gendered echo chambers, and the amplification of gender bias. *The international journal of press/politics*, v. 23, n. 3, p. 324-344, 2018.

UVUZA, Justine. Hidden inequalities: Rwandan female politicians' experiences of balancing family and political responsibilities. 2014. Tese de Doutorado. Newcastle University.

VELOSO, Ana Maria Conceição; DE VASCONCELOS, Fabíola Mendonça; FERREIRA, Laís. As Duas Faces do Sexismo na Mídia: como Marcela



Temer e Dilma Rousseff (PT) são retratadas pela Veja e Istoé. Revista Observatório, v. 3, n. 1, p. 58-83, 2017.

VIOLA, Carla Maria Martellote. A “pólis” representada pela “poiesis” feminina: reflexões sobre a trajetória da mulher na câmara dos deputados brasileira. Lex Cult Revista do CCJF, v. 3, n. 2, p. 165-181, 2019.

WEILANDER, Sofia. Konstruktionen av kvinnojoursrörelsen i Sveriges offentliga politik mellan åren 2008-2019: En kritisk diskursanalys om relationen mellan stat, marknad och kvinnojoursrörelsen. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. COVID-19 and violence against women: what the health sector/system can do, 7 April 2020. World Health Organization, 2020.



## The Challenge is the Insertion? Women's Work in Politics and the Trajectories of Female Participation in the Implementation of Public Policies for Women

**RESUMEN/ABSTRACT:** Recognizing the progress and contributions of discussions on the insertion of women in politics, this essay intends to broaden the debate by reflecting the role of women in political positions. There is an increase in female participation in politics from the point of view of representativeness. For example, studies that point out Sweden, Finland, Rwanda as less unequal in relation to gender are discussed because there are more women occupying seats in the parliaments of these countries compared to Brazil (ARAÚJO; 2001; EMÍLIO; GOMES; OLIVEIRA; 2019). The academic studies and data presented in this essay suggest that, in national and international politics, women's participation goes beyond the prism of insertion. Being in politics does not mean effectively participating in politics. Especially when this participation concerns the development, implementation and support of public policies for women. In relation to Brazil, this essay explained some barriers and drew attention to segregation by class and race, considering the disproportionality in relation to black women in politics. In this sense, actions oriented in at least two fundamental directions seem necessary: an egalitarian insertion, in fact, considering intersectional aspects such as class and race; and the effective participation of women, based on political and party reforms.

**PALABRAS CLAVE/KEYWORDS:** Women in Politics. Gender and Politics. Gender and Work. Women and Work

**Érica Lima-SOUZA**  
PUC-Minas

**Carolina Mota-SANTOS**  
PUC-Minas

**Antônio Carvalho NETO**  
PUC-Minas

*Recebido em: 08/07/2022*

*Aprovado em: 12/12/2023*



## ARTIGOS

**Monstruosas:**

imagens de mulheres cuidadoras em dois curtas brasileiros de horror

Julia Piva Larangeira, Universidade Federal de São Paulo

Cristiane Gonçalves da Silva, Universidade Federal de São Paulo

---

Resumo. A limitada participação de mulheres na produção de filmes brasileiros repete uma tendência mundial marcada de obstáculos tanto para mulheres que trabalham atrás quanto para as que estão à frente das câmeras. As imagens no cinema refletem ideais hegemônicos de feminilidade e objetificam a mulher, espetacularizando-a e reificando o lugar de espectador perfeito para o homem. As representações de mulheres cuidadoras, em específico, podem reproduzir concepções dominantes que reforçam uma naturalização dessa função. No cinema de horror, o monstro é preponderante, perturba e evoca nojo no público. Essas figuras se coincidem nos curtas *Pra Eu Dormir Tranquilo* (2011) e *O Duplo* (2012) da diretora brasileira Juliana Rojas, onde cuidadoras dominadoras e agressivas se encontram impossibilitadas de manter suas fantasias de identidade, adentrando uma crise representativa que só pode ser resolvida de forma violenta: o tornar-se monstro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cinema. Mulheres. Gênero. Cuidado. Horror.

---



## Introdução

De acordo com dados divulgados pela ANCINE<sup>1</sup> (2018), apenas 19% dos cargos de direção para filmes de longa-metragem no Brasil são ocupados por mulheres e apenas 18% ocupam a função de roteirista. Nos filmes de curta e média metragem a participação feminina é maior: elas dirigem 33% e roteirizam 30% das produções. Esses dados refletem uma tendência mundial e histórica (SILVA, 2021) - que inclusive transcende o cinema, para outras formas de arte - que levaram Holanda (2020b) e Silva (2021) a perguntar o porquê da reduzida presença de mulheres no audiovisual.

A ausência de mulheres na cronologia convencional do cinema não é apenas uma casualidade (SILVA, 2021), mas uma invisibilização intencional, “afinal, as lacunas também são revelações históricas.” (HOLANDA, 2020b, p. 3). Nesse sentido, ao investigar o início do cinema americano, nota-se uma grande quantidade de mulheres em cargos de produção e criação (SILVA, 2021). Porém, a partir de 1920, com a profissionalização da indústria, os homens começam a participar mais e as mulheres, menos (SILVA, 2021).

Além da profissionalização da área, a ausência das mulheres no cinema também se relaciona com as responsabilidades socialmente atribuídas a elas. Dentre as atribuições centrais delegadas às mulheres está o cuidado (ROSSI, 1991), concebido, neste artigo, como o fornecimento de apoio realizado, em sua grande maioria, por mulheres “para adultos e crianças, fisicamente aptos e dependentes”. Apoio esse que pode ocorrer tanto em espaços domésticos quanto públicos e pode ou não ser remunerado (THOMAS, 1993, p. 665, tradução nossa).

As mulheres são encarregadas do funcionamento cotidiano de todos os espaços socialmente ocupados (LAUGIER, 2017). São elas, majoritariamente, as responsáveis pela limpeza dos espaços, alimentação, higiene e educação de crianças tanto no público quanto no privado. Responsabilização que advém, especialmente, de ideais em torno da maternidade, “mitificada por meio de “comprovações” da sua associação

---

<sup>1</sup> Agência Nacional de Cinema



“com atos de amor, carinho, dedicação e sacrifício” associando a “mulher com a família e com o cuidado” (SCOTT et al., 2018, p. 674). Tarefas domésticas e encargos relacionados à maternidade se mostraram como entraves para mulheres que desejavam prosperar na indústria cinematográfica (HOLANDA, 2020b). Inclusive, algumas cineastas brasileiras (HOLANDA, 2020a) deixaram seus cargos de direção sob a perspectiva de conseguir um salário estável em funções técnicas e de pesquisa (HOLANDA, 2020b).

Os obstáculos enfrentados por mulheres atrás das câmeras somam-se à realidade árdua na frente delas. Para Machado (2019), no cinema clássico, a “mulher-imagem” é tomada como fetiche para garantir bilheterias, utilizando fundamentos da linguagem audiovisual, como *close-ups* que duram mais que o habitual para esse tipo de tomada, para espetacularizar a imagem feminina.

As poucas oportunidades que elas têm de criar e permanecer na indústria cinematográfica reduzem as contribuições de mulheres trabalhadoras na produção da imagem projetada. A relação intrínseca entre gênero e cinema tomada aqui, parte da concepção de gênero como constitutivo das relações sociais e uma primeira forma primeira de significar as relações de poder, baseado nas percepções sobre as diferenças sexuais. (SCOTT, 1995).

Estando o controle da narrativa nas mãos dos homens, a representação da mulher é estímulo para a excitação masculina, fazendo dela um “corpo-espetáculo” (DE LAURETIS, 1984, p. 4, tradução nossa) passiva a orientação da câmera, que se mascara como neutra (MULVEY, 1975). Não há nada isento neste olhar, dado que objetiva tornar o homem em tela o recipiente de identificações e a mulher seu espelho (DE LAURETIS, 1984). O olhar do homem não é mais um *olhar qualquer*, mas um olhar que se constitui como o único passível de existir (MULVEY, 1975), com intenção de universalidade. A *male gaze* em sua plenitude:

a presença da mulher é um elemento indispensável do espetáculo narrativo, ainda que sua presença geralmente funcione contra o desenvolvimento da história, congelando o fluxo da ação em momentos de contemplação erótica. (MULVEY, 1975, p. 809, tradução nossa).





Sendo os filmes feitos para serem assistidos, a representação feminina no cinema é objeto de prazer perpetuado pelo protagonista homem, que concentra em sua figura universalizante, tridimensional, além do seu próprio desejo ficcional, a fantasia do espectador. A imagem-mulher é, então, alvo de uma objetificação dupla, carcaça desalmada em quem se investe dobrado, mas que nunca pode agir, pois não é nada além de reflexo.

Objetificação aqui compreendida como o tratamento de corpos que experimentam a condição de serem valorizados pelo uso e consumo que outros fazem deles (FREDRICKSON, ROBERTS, 1997). Assim, o espectador, *voyeur* (GUBERNIKOFF, 2009), é cúmplice na sexualização da mulher-imagem que é também racializada, pois mulheres negras são submetidas aos ideais racistas de hiper-sexualidade e asiáticas reduzidas ao viés exotificante (FREDRICKSON, ROBERTS, 1997, p. 176).

Tal modo de operar encontra respaldo, de acordo com De Lauretis (1984), nos mitos patriarcais representados nos filmes hollywoodianos dependentes da fórmula: “não haveria mito sem uma princesa com quem se casar ou sem uma feiticeira a ser vencida [...] nenhum desejo sem objeto [...] nenhuma sociedade sem diferença sexual” (DE LAURETIS, 1984, p. 5, tradução nossa). O homem, na posição de espectador privilegiado desse mito-história, é quem deseja a princesa, quem mata a bruxa e define o roteiro desse lugar.

Para Scott (1990), o mito deriva das relações de gênero resultantes da sociedade patriarcal, postulando normatividades fundamentadas em princípios científicos, políticos, educacionais, religiosos ou jurídicos. Estas normatividades reduzem as possibilidades de simbolização, dispondo de uma rigidez que se reflete na tela do cinema. A autora argumenta que a iconografia feminina é submetida a “representações (inclusive contraditórias) - [de] Eva e Maria como símbolos da mulher”. As iterações da mulher em tela - a promíscua ou a santa, a tentadora ou a mãe-cuidadora, - são objeto do olhar desejante (SCOTT, 1990, p. 86)

Para Lauretis (1984) as mulheres correm altos riscos no cinema e, no Brasil, a história mostra uma erotização de mulheres na pornochanchada e telenovelas, herdeiras dos melodramas americanos,



“em que a principal qualidade para se estar em cena é a fotogenia.” (GUBERNIKOFF, 2016, p.85). A influência patriarcal se expressa na incessante reiteração da mulher-objeto nas representações nacionais.

O horror, dentre os gêneros cinematográficos, também utiliza imagens da mulher-objeto, somada a uma particularidade dessa categoria: o monstro. De acordo com Carroll (1990), a figura do monstro é veículo para representações da anormalidade, geradores de asco no público. Muitas vezes essa anomalia é de ordem moral, funcionando como uma metáfora importante (CARROLL, 1990), especialmente quando relacionada a temas como a sexualidade feminina (GISH, 2019; LAROCCA, 2014).

Um exemplo que retrata essa relação de forma bastante emblemática dentre os tipos de horror são os *slasher films*<sup>2</sup>. Dessa modalidade, nasce o conceito de *final girl*, cunhado por Clover (1987), para designar a personagem feminina sobrevivente do *slasher*, geralmente uma mulher virgem ou sexualmente indisponível. Por outro lado, suas colegas sexualmente ativas são as primeiras vítimas do antagonista homicida (LAROCCA, 2014). As mulheres moralmente desviantes são punidas, mortas de forma violenta pelos assassinos e as “puras” não apenas escapam como costumam ser as únicas capazes de matar o vilão.

O vilão, assassino incansável, talvez a representação mais típica do monstro, costuma ser retratado por homens. Entretanto, existem clássicos do terror que combinam monstro e mulher. E esse é o caso dos curtas analisados: *Pra Eu Dormir Tranquilo* (2011) e *O Duplo* (2012), de Juliana Rojas. Utilizando desses artifícios, essas e outras obras de horror reatualizam a narrativa de um embate mítico entre o Bem e o Mal situado no corpo feminino, sugerindo assim uma associação entre a mulher e o monstruoso. Tais enredos [...] reafirmam a representação do feminino como ser ameaçador e monstruoso, entre elas: a mãe primitiva, a vampira, a bruxa, o útero monstruoso, o corpo possuído, a mãe castradora, a mulher fatal e por fim, a psicopata. (LAROCCA, 2016, p. 71)

---

<sup>2</sup> Em *slasher films* os “enredos contam a história de um psicopata que persegue e mata um grande número de vítimas, masculinas e femininas, restando ao final apenas um único sobrevivente do grupo” (LAROCCA, 2014, p. 7).



Em “Pra eu dormir tranquilo” (2011), Luís se depara com a volta de sua babá, Dora, do além-túmulo. Ela retorna para cumprir sua promessa de cuidar dele até que ficasse “grande”, no lugar da mãe do menino, grávida e cada vez mais ocupada. Luís tem que lidar com o estranho fato de a cuidadora ter voltado com fome de carne humana. Em “O Duplo” (2012) a impaciente e sexualmente agressiva Silvia, educadora de crianças, se vê assombrada por sua duplicata, que a leva a cometer atos terríveis. São protagonistas cuidadoras que ocupam o lugar de monstro nas narrativas.

## Aspectos Metodológicos

Este artigo parte de uma pesquisa orientada pela antropologia visual e a partir da etnografia dos curtas já mencionados. A seleção foi feita a partir do estabelecimento de dois critérios iniciais: presença de protagonistas mulheres e ter mulheres na equipe, especialmente na direção. Tais critérios incluíram também o tema do cuidado<sup>3</sup> que direcionou a identificação de mulheres cuidadoras: a babá em “Pra eu dormir tranquilo” e a professora em “O Duplo”

A antropologia visual que orienta o estudo, assume o longo vínculo entre a antropologia e a imagem (HIKJI, 1998; REYNA, 2017; REYNA, 2019) e considera que a sociedade se revela nas representações figurativas, numa realidade cada vez mais imersa em imagens (SAMAIN, 2012). As imagens são um estímulo para o exercício crítico e convocam uma reflexão sobre os ideais de grupos humanos porque elas contêm “índices, marcas, rastros de fatos de existência e de intencionalidades humanas que, nelas, se misturam e se dão a ver” (SAMAIN, 1994, p. 41).

Admite-se, assim, que a captura do que se move pela câmera carrega em si uma intencionalidade importante que sepulta a suposta neutralidade científica (HIKJI, 1998). Os filmes, portanto, são confecções culturais que revelam as simbolizações coletivas (HIKJI, 1998; REYNA, 2019), visto que “nenhum homem é uma ilha, mas sim parte do arquipélago” (GEERTZ, 1976, p. 1875, tradução nossa).

O estudo que originou este artigo escolheu o cinema como “objeto

---

<sup>3</sup> Tema de pesquisa anterior AUTOR, ano



de pesquisa” tornando a pesquisadora alguém que se dedica à “decifração” (HIKIJ, 1998, p. 8). Ou seja, como aponta Samain (1994; 2012), o cinema como objeto de pesquisa pode ser o berço para uma contemplação teórica direcionada. Contemplação sobre as pessoas que o produziram e as mensagens que são transpostas na grande tela (HIKIJ, 1998). O cinema é palco dos processos simbólicos sociais que são a todo tempo reeditados na narrativa visual (REYNA, 2019).

O trabalho de pesquisa apreendeu o material selecionado “como uma teia de significados, texto audiovisual, em que propõe uma análise que interprete os significados para sujeitos” (REYNA, 2017, p. 47). A imagem das mulheres e o significado de ser mulher na nossa sociedade, tornam-se objeto que precisa ser acessado na tela, por um “saber” (REYNA, 2019, p. 23) que se materializa na etnografia, “descrição densa” (GEERTZ, 2008).

O trabalho de análise foi inspirado em Hikiji (1998), que propõe etapas de análise aqui adotadas: descrição detalhada dos curtas, seguida de montagem e desmontagem, sendo esta última etapa a interpretação dos temas identificados. O primeiro momento da análise requer um trabalho um tanto maquinal de reprodução, em texto, do que ocorre nos curtas. Tal procedimento é para além da réplica dos diálogos ou da descrição dos objetos em cena, pois inclui desde a linguagem não-verbal das personagens até a maneira como as imagens se sucedem na tela - *fade-in*, *fade-out*, corte seco, *match cut*, etc. Algo escapa deste processo, visto que a interpretação do cinema requer transformar algo que é do campo audiovisual para o âmbito da palavra (HIKIJ, 1998).

Com o filme transformado em texto, foi realizado o processo de montagem e desmontagem, quando é feito um recorte de cenas nas quais foram identificadas as categorias “nativas” (OLIVEIRA, 1996) do texto audiovisual, campo da pesquisa. Os dois procedimentos desta etapa são simultâneos, porque ao selecionar e reorganizar as cenas também se identifica as categorias, iniciando-se a interpretação. A partir das categorias, inicia-se a análise, na qual ocorre uma imersão concomitante nos curtas-metragens e na discussão conceitual das questões de interesse.

As três categorias identificadas foram: “A má cuidadora x A boa cuidadora”; “O corpo monstruoso” e “Os homens ausentes”. As cenas



selecionadas estão entremeadas à interpretação realizada baseada na descrição feita na primeira etapa, acima apresentada.

## **A má cuidadora x A boa cuidadora**

Algumas autoras já discorreram sobre a complexidade da ética do cuidado (FERNANDES, 2018; FERNANDES, 2020; FONSECA, FIETZ, 2018; LAUGIER, 2017). Quando o cuidado é balizado pelos princípios de legalidade e justiça (LAUGIER, 2017), ou quando se usam termos como “bom” e “mau” para defini-lo (FONSECA, FIETZ, 2018; MOL, MOSER, POLS, 2010), se ignora o plano em que o cuidado se realiza, o cotidiano. E este, como Fernandes (2020, p. 221) e Laugier (2017, p. 5) colocam, é um terreno “pantanosos”, “escabroso”.

Tomamos cuidado como solo irregular marcado por dicotomias imprecisas, borradas, porque as práticas de cuidado são plurais. Elas não são capazes de produzir uma solução permanente, mas sim respostas variadas; já que as situações que tentam responder são sempre singulares, demarcadas pelas condições específicas daquele cotidiano (FONSECA, FIETZ, 2018). Assim, na ética do cuidado, diferentemente da justiça, o fracasso em cuidar não significa, necessariamente, culpabilidade moral (MOL, MOSER, POLS, 2010). Quando se ignora as peculiaridades que moldam o cuidado, colocando-o no campo da moralidade, se perde a ambivalência que essa prática carrega, com implicações para as pessoas que cuidam.

Para Moore (2000) são vários os discursos de gênero, ordenados hierarquicamente e que podem se contradizer. As repercussões do cuidado como cotidiano podem ser pensados a partir disso. Há um discurso dominante que coloca aquela que cuida - e este discurso instaura a mulher como agente primária do cuidado (ROSSI, 1991; THOMAS, 1993) - e determina que esta cuidadora deve agir com “amor, carinho, dedicação e sacrifício” (SCOTT et al., 2018).

Por outro lado, existe um discurso “sub-dominante” (MOORE, 2000) sobre a vivência de cuidadoras que se opõe ao hegemônico. É o caso das “mães nervosas” de Fernandes (2018) que são violentas no cuidado



com os filhos. É também o que parece acontecer com as cuidadoras dos curtas que são objetos de análise aqui.

#### Tomemos a cena de Pra Eu Dormir Tranquilo (2011)

Luís está deitado em sua cama, engolido pela escuridão do quarto. Alguém chama seu nome. “Luís, sou eu.” a voz se reitera. “Dora?” ele pergunta. A voz, então, responde: “Abre a porta, sou eu”. “A mamãe disse que você foi pro céu”, Luís exclama, identificando naquela voz o timbre de Dora, sua babá recém-falecida. Em resposta, a mulher diz: “Eu vim cuidar de você até você ficar grande, que nem eu prometi. Abre a porta”.

Dora, uma mulher mais velha que trabalha como babá de Luís, volta dos mortos para poder cumprir a promessa que fez ao garoto, de cuidar dele até que ele fique “grande”. Esse ato, em si, já corrobora a ideia de uma cuidadora que é amorosa e dedicada (SCOTT et al., 2018), que supera a morte - o insuperável - para cuidar daquele por quem ela é responsável. Ela é carinhosa, demonstra afeto pelo garoto quando canta uma canção de ninar para ele dormir, quando passa a mão em seu rosto, quando lhe prepara a comida; todas ações que garantem o funcionamento da vida diária (LAUGIER, 2017; MOL, MOSER, POLS, 2010): é preciso que o menino durma, então ela o auxilia; é preciso que ele se alimente, então ela cozinha. O estilo de Dora remete aos padrões dominantes de feminilidade: usa vestidos, fala apenas o necessário, é gentil. Por definição e apresentação, ela é uma boa cuidadora.

No entanto, o enredo central do filme nos defronta com uma realidade incontornável: Dora é monstruosa.

A irmã de Luís nasce. Estão Dora e Luís no quarto do menino. Desde que voltou, a babá tem fome. Ela acaba de se alimentar e limpa o sangue da boca. O garoto, então, enfia panos ensanguentados na sua mochila [...] Os dois se entreolham e Luís pergunta: “Tava bom?”. Dora responde que sim e pergunta se o garoto consegue se livrar dos restos. Ele diz que sim, “No hospital tem um lixão.”

A maneira como ela se mantém viva de modo a ser eficaz como cuidadora, é ingerindo carne humana - supostamente dos membros da família de Luís. Ainda que ela tente evitar, inicialmente, consumindo animais pequenos, as cacatuas do menino, o cachorro da vizinha, eventualmente Dora sucumbe e come carne humana.





Há uma violência imagética inferida por Dora que pode ser interpretada como reação à frustração advinda de não corresponder aos papéis de cuidadora (MOORE, 2000). Em parte, porque a representação da cuidadora não coincide com a do monstro, como discutiremos mais adiante. Mas também porque a boa cuidadora não pode morrer, não pode adoecer, não pode ser nada mais que perfeita (FERNANDES, 2018; FREDERICK, 2014), ela deve permanecer até que possa cumprir sua ‘promessa’.

A boa cuidadora tem como objetivo garantir a vida daquele de quem ela cuida (FERNANDES, 2018). Alegoricamente, Dora parece se fundir com a função do cuidado, restringindo sua identidade, pois não identificamos outros interesses; sua motivação é Luís e o que ele representa: um ser vulnerável que demanda cuidado. Razão pela qual Dora extrapola limites, privando o menino de uma vida com sua família que, representada em figuras inadequadas - talvez porque reais: o pai pouco presente, a mãe impaciente, agressiva, demonstrando lampejos de carinho, e a irmã, que nada faz porque é um bebê - Dora aniquila essas presenças:

Luís sai de seu quarto e caminha pela casa. Não há ninguém. Ele volta para o corredor que leva à cozinha. Na cozinha está Dora, olhando diretamente para o menino. Luís questiona “Cadê todo mundo?”. Prontamente, a babá responde: “Eles tiveram que viajar. Saíram bem cedo. Vem, vamos tomar café. Eu fiz bolinho de chuva”. A seguir, ambos estão fazendo pintura a dedo com tinta vermelha. A obra pronta mostra uma casa, uma figura de palitos que representa um menino pequeno e uma figura de palitos maior, que representa uma mulher. Luís adiciona sorrisos às figuras.

Diferentemente de uma perspectiva que considera a vida humana como inerentemente vulnerável (LAUGIER, 2017), a atitude de Dora reitera uma hierarquia no cuidado que é visível quando tratamos de crianças e adultos. Portanto, Dora representa a boa cuidadora que seguiu o discurso dominante a última instância.

Então, o que é feito da Dora cuidadora quando ela deixa Luís órfão? Quando ultrapassa a fronteira e mata para que o cuidado se estabeleça? A cena final é paradigmática neste aspecto: juntos fazem um desenho que os



marcam como sozinhos em sua relação, e isso os fazem sorrir. Pela primeira vez no curta, há uma trilha extradiegética<sup>4</sup>, um tema de piano que mímica a canção de ninar que Dora canta para Luís no filme. Os dois estão completa e finalmente imbricados. Mas, seria isso um bom cuidado? A existência de Dora mostra que o discurso dominante da boa cuidadora se equilibra em um pêndulo muito delicado: é preciso ser abnegada, mas não ao ponto do devoramento.

Por outro lado, Silvia parece representar o papel de má cuidadora, como educadora de crianças. Para Neves, Brito e Muniz (2019) é histórica a inserção de mulheres em ocupações similares ao trabalho realizado na esfera doméstica, como é o caso do magistério. A atuação como professora de crianças está completamente imersa em estereótipos de gênero que associam o cuidado prestado na sala de aula à maternidade (SIQUEIRA, FERREIRA, 2003).

No Brasil, a feminização do magistério está relacionada ao incentivo para que mulheres se instruem e possam, quando mães, contribuir para o status de seus filhos como cidadãos. A efetiva feminização do magistério dependeu do empréstimo de atributos tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado (LOURO, 1997).

Silvia, no entanto, pouco se assemelha a um ideal materno de professora amável (TEIXEIRA, 2010), não é retratada como uma mulher delicada e sensível que enxerga filhos e filhas nos/as estudantes (LOURO, 1997). Silvia é, portanto, uma transgressora:

Silvia, educadora de crianças, está na sala da diretora Lucia. O motivo do encontro é que, durante uma confusão na sala de aula, os alunos se levantaram para ver algo na janela. Irritada, Silvia segura o braço de Julio, garoto que ela crê ser o responsável pela desordem. O seguinte diálogo ocorre:

Silvia: Eu não consegui entender. Ele disse... Ele ficava gritando coisas desconexas.

Lucia: Mas você viu alguma coisa?

Silvia: Não. Eu tentei fazer elas se sentarem. Daí eu fui até a janela e... - Silvia aperta a mandíbula e suspira - Eu peguei no braço dele.

Lucia: Então houve contato físico.

---

<sup>4</sup> Do Dicionário Teórico e Crítico do Cinema (AUMONT, MARIE, 2003, p. 77): “É diegético tudo o que supostamente se passa conforme a ficção que o filme apresenta, tudo o que essa ficção implicaria se fosse supostamente verdadeira.”. Portanto, a música extradiegética diz respeito ao que “não faz parte dos sons reais que poderiam ser escutados internamente no filme” (ARAGÃO, 2006, p. 91).



Silvia: A situação tava fora do controle, Lucia. Ele me desrespeitou. [...]

Lucia: As crianças demoram um tempo para se acostumar com uma nova professora. Mas você é adulta, Silvia. Você não pode perder o controle.

Silvia: Eu sei - num sussurro. - Isso não vai acontecer de novo.

Lucia: Isso não pode acontecer de novo.

Silvia se mostra rígida e agressiva, tanto física quanto verbalmente. Ela pouco sorri e seu olhar é severo. Esse modo rompe com as origens ideológicas da educação formal que concebem adultos/as como seres racionais. As crianças, em contrapartida, seriam seres em construção que, através da escola, passariam pelo processo civilizatório até que, finalmente, pudessem ocupar a posição de adultos (MARCHI, 2011). No contexto do curta, essa obrigação do controle da instituição de educação que é exigido de Silvia aparece no diálogo com Lucia.

Ainda, Lucia repreende Silvia não apenas pelo seu descontrole como adulta, mas por não cumprir a função de mulher que deveria cuidar das crianças, tal como esperado de mulheres, preparadas para serem mães. Alguém que, abnegada e dedicada, é sempre gentil e amorosa na educação dessas crianças.

A aproximação entre cuidadora e professora pode ser notada, por exemplo, no uso do termo “tia” para se referir às trabalhadoras da educação, expressando uma associação entre essas mulheres responsáveis pelo cuidado na escola e na casa. Entretanto, Silvia nega o mito da educadora nata, que concebe a mulher como naturalmente preparada para a educação de crianças por possuir instinto materno (ARCE, 2001).

Ademais, Silvia é também sexualmente ativa, não renuncia ao prazer em prol do cuidado; não se sacrifica. Torna-se então uma personagem ainda mais discordante da ideiação de mãe que pode ser, extensiva, à educadora de crianças, destituídas de sexualidade (ARCE, 2001; LOURO, 1997; TEIXEIRA, 2010). Além disso, é violenta com parceiro durante o sexo, em uma sociedade que associa mulher com passividade, como violada e não violadora (GREGORI, 2003).

O percurso antagônico ao de Dora, feito por Silvia demonstrando a preocupação por aqueles de quem cuida de forma sutil. Ela sabe o desempenho dos alunos, especialmente de Julio, com quem ela está em conflito. Ela percebe que Julio não veio a aula, é atenta. Liga escondida



para a mãe do menino, a fim de checar seu bem-estar, ainda que seja para aplacar sua própria angústia. Ora, mas ser atenta, sensível e cautelosa não seriam qualidades de uma boa cuidadora?

As cenas descritas até aqui desmontam a ideia de que o cuidado pode ser analisado a partir de lógicas dicotômicas. Pouco importa se Dora é boa e Silvia é má, ou o contrário. Essas personagens escancaram que os cuidados por elas exercidos não podem ser contidos, definidos por ideais rígidos. O cuidado borra o limite entre o certo e errado, dado que nele, esses conceitos estão profundamente entrelaçados. Não só porque o que é “bom” não é universal e porque boas ações podem conter o mal - ou vice-versa - mas porque existem diversas maneiras de se cuidar bem (MOL, MOSER, POLS, 2010).

Além disso, como Fernandes (2020, p.208) reitera e demonstra, o cuidado não se restringe ao que é ‘positivo’; nele é possível existir “controles, cobranças e constrangimentos”; seja como um canal de esvaziamento da raiva feminina, seja como ato preventivo, uma mãe bate no filho para que ele não se envolva com criminosos (FERNANDES, 2018).

A mulher que cuida é atravessada por diversos discursos dominantes e subdominantes que se contradizem ao ponto da crise (MOORE, 2000). Crise que, pelo menos em Silvia, se evidencia: sua inconformidade não existe sem culpa. Não parece ser à toa que ela é assombrada por seu duplo, criatura que carrega seu rosto, seu corpo, sua identidade, a obriga a enfrentar sua própria imagem. Nesse sentido, o *doppelgänger*<sup>5</sup> é um artifício narrativo muito significativo já que ele também tem função dupla: representando ao mesmo tempo a cópia quanto a cisão identitária (OLIVEIRA, 1986). Como se nota na cena final de *O Duplo* (2012):

Vanda acalma Silvia, dizendo que a levará para casa, depois que a última desmaiou no palco durante uma apresentação escolar. Ao se retirar para uma sala a fim de recolher seus pertences, Vanda retorna para o lugar onde a colega estava e percebe que ela sumiu. Preocupada, Vanda sai a procura e avista a sombra da amiga em um corredor que leva ao

---

<sup>5</sup> Segundo Lellis: “O duplo, a réplica, o sócia ou a duplicação de um outro, que está sempre lado a lado, nesses sentidos, é usado para designar aquelas personagens que veem a si mesmas, especularmente” (2021, p. 11)



almoxarifado. A porta está aberta. Silvia está parada de costas para a porta, ao fundo da sala, no batente que leva para outro recinto. Então, Vanda diz: "Você precisa descansar, Silvia." De repente, Silvia se vira e golpeia a amiga com uma grande tesoura. No chão, Silvia continua a ferir. Enquanto Vanda morre, Silvia se inclina e começa a beber o sangue que sai do pescoço de sua vítima. À porta do almoxarifado, outra Silvia está parada olhando a cena.

Como Oliveira (1986) aponta, o duplo como imagem não se restringe apenas à reprodução idêntica do personagem, também vêm acompanhado da sombra; que aparece quando Julio entrega um desenho à Silvia representando-a junto com uma figura sem definição, fosca. Da mesma maneira que a escolha da tesoura como arma fatal é representativa, visto que ela é composta de duas peças iguais, só que espelhadas.

Também Dora parece ser assombrada por uma certa duplicidade, que diz respeito ao seu conflito interno, sua aflição em ceder ou não aos impulsos canibais. Talvez, por isso, ela tenta não devorar a família de Luís prontamente, marcando certa ambivalência em sua trajetória. No entanto, sua conclusão é diametralmente oposta à de Silvia. Marcadas por essa dualidade, Dora e Silvia se mostram como "figuras paradoxais do cuidado", para parafrasear Fernandes (2018, p. 216). Dentro de cada uma delas, se conflitam diversos discursos que tentam definir a vivência da mulher cuidadora.

## **O corpo monstruoso**

O horror, que posteriormente garantiria sua presença irrevogável no cinema, se inicia na literatura (GISH, 2019; CARROLL, 1990). Como elemento típico do gênero, o monstro. É certo que o horror não é o único gênero - cinematográfico, literário - que conta com a presença de monstros. Como Carroll (1990) coloca, obras de ficção-científica, contos de fadas e mitos fornecem numerosos exemplos de criaturas monstruosas. No entanto, para o autor, existem duas características principais que diferem a representação dessa figura no horror em comparação com as outras classificações (CARROLL, 1990). Primeiro, no horror o monstro é uma perturbação da ordem natural, sua existência é tida como uma anormalidade (CARROLL, 1990). O outro atributo relevante é que "na



ficção de horror,” o corpo monstruoso “não é apenas letal, mas [...] também nojento” (CARROLL, 1990, p. 22).

Em contrapartida, há o corpo da mulher. Como Mulvey (1975) coloca - pelo menos no cinema em que as narrativas de gênero dominante são tomadas como perspectiva - a mulher e seu corpo é determinado como algo que interrompe a narrativa, é o “espetáculo”. Sua existência, na verdade, é moldada pelo desejo masculino, processo do qual ela mesma, como sujeito histórico, não faz parte, se tornando, na literatura e, por consequência no cinema, uma figura “nua e ausente, corpo e signo, imagem e representação” (DE LAURETIS, 1984, p. 29). Ainda de acordo com Mulvey (1975), não é apenas aquele que cria a narrativa que encapsula a mulher como objeto; também o espectador - idealmente homem - a torna alvo de seu desejo. O horror como gênero não desviou dessa perspectiva, sendo os filmes *slasher* e suas virginais *final girls* uma ilustração bastante significativa dessa constatação (CLOVER, 1987; GISH, 2019).

Na narrativa clássica de cinema (MULVEY, 1975), a mulher é o receptáculo da excitação erótica e no cinema de horror, o monstro é alvo de náusea e repugnância. Então, o que acontece quando essas duas imagens diametralmente opostas coincidem? Os curtas de Juliana Rojas não são inaugurais nesse sentido, o cinema de horror é rico em mulheres monstruosas, ainda que elas não sejam a maioria: Carrie, do filme homônimo de 1976, Mrs. Voorhees de Sexta-Feira 13, de 1980 (LAROCCA, 2014) são exemplos bastante relevantes.

De qualquer forma, essa convergência tem dois efeitos que, ainda que relacionados, são distintos. Um efeito pertence do filme ao seu interior; já que acompanhamos a jornada de como essas duas mulheres se transformaram em monstros. O outro resultado diz respeito ao símbolo de mulher que estas figuras representam. Isto é, para fora do universo ficcional e em diálogo com as mulheres e homens “históricos”, para usar o termo de De Lauretis (1984), que preenchem as salas de cinema.

Na análise que se volta ao interior do filme, coloca-se que a vivência real, o “gênero enquanto vivido” de Moore (2000, p.16), transborda o discurso inflexível (SCOTT, 1995) que disserta sobre como a mulher deve ser e agir. Somente quando Dora se vê com uma fome insaciável e quando





Silvia se depara com seu duplo; somente quando confrontadas com essa realidade, somente quando em crise, que Dora e Silvia transfiguram seus corpos em monstros. Os mesmos corpos que, socialmente, são objetos de desejo.

Em suma, o que se põe em xeque são suas fantasias de identidade, “o tipo de pessoa que se gostaria de ser e o tipo de pessoa que se gostaria que os outros acreditassem que se é” (MOORE, 2000, p. 38). As diferenças de raça, classe e gênero estruturam os grupos humanos em hierarquias e, assim, produzem o poder. As fantasias de identidade se relacionam profundamente com a diferença porque ela concebe autorrepresentações distintas, balizadas na interação entre as experiências pessoais, interpessoais e históricas. O que implica dizer que as fantasias de identidade são múltiplas, concorrentes. Algumas são identidades que detêm mais poder, chamadas “hegemônicas”, e outras as que, por não o possuírem, são “sub-hegemônicas”. Isso significa também que gênero e outras categorias não existem sozinhas, elas se interseccionam com os “principais eixos da diferença, raça, classe, etnicidade, sexualidade e religião” (MOORE, 2000, p. 26).

Então porque a diferença organiza hierarquias que, por sua vez, são as fontes de poder; as fantasias de poder e de identidade estão intrinsecamente ligadas. Isso quer dizer que quando a identidade de alguém é ameaçada, seja por um fato real ou imaginário, também se coloca uma ameaça ao poder que aquela pessoa detém; instituindo a crise. Como uma das possíveis saídas para essa crise, a violência: Moore (2000) usa exemplo de um marido que bate em sua mulher porque pensa que ela o traiu; a agressão é um meio de reafirmação do poder e reestruturação da identidade.

No contexto das personagens, quando impossibilitadas de manterem suas fantasias de identidade, Dora e Silvia adentram uma crise de representação que só pode ser resolvida pela violência (MOORE, 2000): se materializando no tornar-se monstro. Assim, quando Dora morre, ela se depara com a impossibilidade de cumprir sua promessa de cuidadora, o papel que assumiu como mulher. Alguém pode se perguntar por que a perda dessa função é tão importante, se, como descrito até aqui,



produz tantas questões. Nesse sentido, Moore (2000) explica que a assimilação dessas representações dominantes não acontece sem compensação. Dora se beneficia da imagem de boa cuidadora, não apenas por ser um trabalho que resulta em pagamento, mas em termos de status, de reputação (MOORE, 2000).

Então, a babá transpõe a barreira, voltando dos mortos. De imediato, Dora é um monstro, porque desafia a ordem natural. Mas por um tempo ela resiste; não quer concretizar sua monstruosidade pela fome. Contudo, sua manutenção como boa cuidadora depende de se manter viva e, para fazê-lo, ela não tem outra escolha senão a de ser uma mulher monstruosa. Dora tem como autorrepresentação o discurso dominante de boa cuidadora, mas sua tentativa de resistência é falha e ela incorpora o rigor do discurso dominante ao extremo. Curiosamente, é apenas ao integrá-lo que ela pode, finalmente, expor suas imprecisões.

Enquanto Dora resiste, Silvia desobedece. Por trás da educadora/cuidadora existe uma mulher que reage de forma agressiva com estudantes, que faz sexo por prazer e que agride o seu parceiro com essa finalidade. O sexo, neste caso, parece ser um elemento central para esta análise:

Silvia está fazendo sexo com seu parceiro. Durante o ato ela dirige suas mãos para o pescoço do homem tentando asfixiá-lo. O parceiro começa a tossir e tira as mãos de Silvia de sua garganta. Ela tem os dentes à mostra, uma veia saltando da testa. Mais uma vez ela tenta asfixiar o parceiro. Ele a impede, segurando seus pulsos com força.

Como é possível notar pela cena, Silvia rompe com ideais hegemônicos de gênero em dois níveis: o da professora e o da violência. No primeiro plano, está a concepção mítica da educadora de crianças como “celibatária” (ARCE, 2001, p. 174) e “um ser assexuado” (TEIXEIRA, 2010, p. 46), de “vida pessoal [...] irretocável, [...] discreta e reservada” (LOURO, 1997, p. 106). O fato de Silvia ser ativa sexualmente já rompe com as representações professorais às quais foi enquadrada, indo além, tornando-a protagonista da violência por prazer. Essa cena existe na narrativa justamente porque o filme está ciente dessas elaborações sobre gênero.

No âmbito da violência, Silvia contradiz completamente a ideia de passividade atrelada a figura da mulher durante o sexo (GREGORI,



2003), principalmente por contrapor ainda mais essa abstração, dado que os discursos dominantes de gênero contribuem para a sexualização da violência (MOORE, 2000), que, idealmente, seria perpetrada pelo homem<sup>6</sup>.

Destacamos ainda o processo científico-histórico em torno da fisiologia feminina considerando Laqueur (2001), que aponta o fato da ideia de que são necessários orgasmos femininos para a concepção ter sido abandonada. A partir disso, de acordo com Rohden (2001), surgem teorizações de que a mulher teria menos desejo sexual quando comparada ao homem. O que, por sua vez, viabilizou a patologização da sexualidade feminina, dizendo dela em termos de anormalidade, possibilitando, por consequência, seu controle; já que a reprodução, agora desassociada do prazer, garante o acesso a gerência da vida (ROHDEN, 2001).

Isto posto, o exercício da sexualidade como fonte de satisfação é incongruente com a boa cuidadora, como aponta Fernandes (2018):

O caráter da reprodução biológica, junto à marcação simbólica de elementos como sexo, desejo, ventre, útero, procriação, cuidado, afeto, vida e morte virtualizam a “reprodução social” de um mundo feminino que gera e que deveria cuidar dos seus, tanto de seu corpo físico, como de suas relações. (FERNANDES, 2018, p. 216).

Assim, apreendemos a razão de Silvia ser uma figura tão desconfortável que é notada pelas pessoas mais atentas. Como interpretamos na cena descrita a seguir, em que Vanda oferece uma carona à Silvia depois de uma reunião.

Silvia, no banco do passageiro, está apática. De repente, ela enxerga algo fora do veículo, os olhos se arregalam e a respiração começa a ofegar. Um corte seco revela a visão de Silvia: um cômodo dentro da escola que, apesar do horário, tem a luz acesa. Dentro, a encarando de volta, seu duplo. Vanda, estranhando o silêncio, também olha com ela. Assustada, Vanda pergunta: “Ele viu você, não viu?”. Silvia afirma que sim, e Vanda continua: “Você acha que ele sabe?”. Então, a protagonista responde: “Sabe. Pelo jeito que ele me olha, deve saber.”. Vanda enfatiza:

---

<sup>6</sup>Ainda que consideremos a existência de práticas BDSM (Bondage, Disciplina, Sadismo e Masoquismo) em que a violência faz parte da prática sexual e pode ser exercida, com consentimento de todos participantes do ato.



“Ninguém pode saber. Você precisa fazer alguma coisa.” Logo, Silvia diz: “Eu sei. Vou atrás-” - a cena é cortada abruptamente.

A cena é emblemática porque revela que Silvia foi desmascarada, sua identidade foi ameaçada. A figura que evidencia essa falha, segundo a interpretação feita aqui, é Julio, esse aluno desafiador que também enxerga o Duplo, demonstrado pela cena já mencionada em que ele desenha Silvia e sua sombra. Vanda diz: “Ele viu você, não viu?”, a colega sabe que Julio foi capaz de desfazer a fachada: “Pelo jeito que ele me olha, deve saber”. Silvia é então convocada a sustentar a aparência de ‘normalidade’: “ninguém pode saber, você precisa fazer alguma coisa”. No entanto, ela sabe que sua autorrepresentação não é conforme, por isso a visão do Duplo é tão aterradora. A resposta de Silvia é a violência, decorrente da frustração que surge quando ela sofre a “pressão de expectativas múltiplas sobre a autoidentidade ou a apresentação social” (MOORE, 2000, p. 39).

Uma vez descrita a repercussão no interior da narrativa, ocupa-se agora do efeito na sala de cinema, do público sendo acionado quando em contato com dessas narrativas. O homem ‘histórico’ branco e heterossexual, ao menos no cinema clássico, ocupa uma posição confortável, visto que o homem, como personagem, é o agente de seu destino. Por outro lado, nessa mesma circunstância, vendo essas obras, as mulheres ‘históricas’ são chamadas à reflexão porque cumprem, simultaneamente, as posições de espectadoras e objetos (DE LAURETIS, 1984).

Curtas como *Pra Eu Dormir Tranquilo* (2011) e *O Duplo* (2012), colocam em tela o trabalho violento que é necessário para a sustentação dessas fantasias de mulher. Isso reforça a ideia de que as expectativas de gênero são construídas, não naturais, e que sua manutenção implica em um certo esforço ininterrupto que, por serem fantasias, inevitavelmente entrarão em crise em algum momento. Dora e Silvia se tornam símbolo de mulheres que, enclausuradas no discurso dominante de gênero (MOORE, 2000), limitador de vivências (SCOTT, 1995), corporificam suas incapacidades de aderir à um discurso rígido, construindo então seus corpos monstruosos. Criando uma possibilidade fora do controle, porque o monstro representa uma força avassaladora. Para as mulheres do



auditório, isso pode ser uma fonte de identificação e talvez uma saída por meio da “vampira”, da “bruxa”, desse “corpo possuído” que conserva em si uma potência de representações outras (LAROCCA, 2016).

Os curtas-metragens de Juliana Rojas podem ser considerados parte do que Mulvey chama de “cinema alternativo” (1975, p. 805, tradução nossa); obras que questionam o estabelecido socialmente, que reagem estética e politicamente criando algo completamente novo. Um cinema que procura

contradições, heterogeneidade, almejando rupturas no tecido da representação tão retesado, de forma a - se capaz - conter excesso, divisão, diferença, resistência; abrindo espaços críticos na impecável narrativa construída pelo cinema dominante (DE LAURETIS, 1984, p. 29, tradução nossa)

A resposta para a indagação sobre o que ocorre quando mulheres se convertem em monstros talvez seja fascinação. É difícil ou até impossível tirar os olhos da mulher monstruosa ainda que cause aversão. Deste modo, o horror torna-se uma ferramenta que abre brechas no discurso e arma sutis armadilhas. Ao utilizar do solo fértil das vivências cotidianas de mulheres, incluindo os absurdos por elas vividos; transformando-os na imagem horrorosa: que captura o olhar, cativa e, ao mesmo tempo, contorce.

## Os homens ausentes

No dia seguinte, a família volta para casa da maternidade. A menina dorme no colo da mãe. O pai de Luís pergunta “Onde é que ponho as malas?”, a mãe, indicando que Fábio fale em o tom mais baixo para não despertar a menina, sussurra: “No quarto”

Há uma pequena quantidade de personagens homens nos curtas, o que é tematicamente significativo para análise. O cuidado foi, como já mencionado, construído historicamente como responsabilidade das mulheres (ROSSI, 1991; THOMAS, 1993), encargo naturalizado, consequência instintiva da capacidade de ser mãe (SAFFIOTI, 1987). Naturalização que se estende para as profissões de cuidado, ocupadas em grande parte por mulheres, incluindo Silvia e Dora.

Fonseca e Fietz (2018) afirmam que condições estruturais não favorecem a participação masculina na vida doméstica, que pode ser



agravada pela instabilidade de empregos nos setores mais pobres (FONSECA, FIETZ, 2018). Para além das condições materiais, os discursos dominantes de gênero criam narrativas que reduzem o espaço de homens cuidadores.

A oposição homem-mulher se caracteriza, no cuidado, em uma dualidade de ausência-presença, sob a perspectiva relacional de gênero (SCOTT, 1995). Para os homens é possível negociar o cuidado (FERNANDES, 2020) algo inexistente para as mulheres. O termo “ajuda” utilizado para referir a participação de homens na realização de tarefas domésticas e nas práticas de cuidado dá visibilidade à possibilidade de não cuidar (SAFFIOTI, 1987).

Ao longo do curta *Pra Eu Dormir Tranquilo* (2011) se vê Denise, a mãe de Luís, dobrando roupas, cozinhando, alimentando - junto do filho - as cacatuas, repreendendo-o quando ele suja a roupa do colégio, segurando a filha, se preocupando com o silêncio para que ela durma. Fábio, pai de Luís, não se demora em cena nesses momentos e solicita à esposa que lhe diga onde colocar as malas da maternidade: até os menores detalhes do funcionamento cotidiano estão condicionados pelo planejamento feminino (LAUGIER, 2017). O dispêndio intelectual da organização dos espaços e atividades diárias não fazem parte das atribuições masculinas.

Essa situação se complexifica quando se constata que Denise também trabalha fora de casa, adicionando a isso as tarefas domésticas e o cuidado, se representa a realidade de jornada dupla (HOCHSCHILD, 2012) de muitas mulheres brasileiras, visto que a entrada feminina no mercado de trabalho não foi acompanhada de uma divisão igualitária do cuidado (HOCHSCHILD, 2012; TAVERO et al., 2018).

## **Considerações finais**

Esse artigo e a pesquisa que o originou nascem do descontentamento com narrativas discursivas e imagéticas hegemônicas apresentadas no cinema e que restringem as representações das mulheres em figuras rígidas que correspondem às expectativas hegemônicas de gênero (SCOTT, 1995). Encapsulando existências plurais em uma única mulher-imagem.





É possível, em frente das imagens em movimento, se insatisfazer e, como coloca Kamita (2017), tornar a insatisfação uma chave para identificar as produções como dominantes ou divergentes, assumindo o que nos ensina a antropologia visual: a ideia de que a imagem diz algo sobre o grupo que a produziu (SAMAIN, 1994; SAMAIN, 2012; HIKIJI, 1998; REYNA, 2017; REYNA, 2019).

Ao analisar imagens advindas dos curtas *Pra Eu Dormir Tranquilo* (2011) e *O Duplo* (2012) e interpretando-as de segunda e terceira mão (GEERTZ, 2008) pelas lentes da etnografia, revelam-se outros significados sobre mulheres cuidadoras.

O processo de análise permitiu identificar dissidências de um cinema transgressor, um “cinema alternativo” (MULVEY, 1975, p. 805, tradução nossa) que projeta na grande tela cenas e diálogos distintos do que acompanha a mulher-espetáculo. Indagando a imagem dessas mulheres monstruosas em tela buscamos refletir sobre as vivências reais, especialmente de mulheres que cuidam.

O cinema de horror, ainda que historicamente tenha utilizado da imagem-mulher para veicular ideais morais conservadores (LAROCCA, 2014), mostrou-se como ferramenta valiosa no caso dos curtas. O horror, como dispositivo, transpõe em filme esse infundável embate entre os múltiplos discursos de gênero, expondo o inconforme através do aversivo e do grotesco. Em parte, porque o artifício da monstruosidade corporifica a brutalidade e a repulsa dessa experiência, mas também porque faz com que os espectadores e as espectadoras se confrontem, e os primeiros tornem o objeto de desejo em uma criatura outra que, em sua monstruosidade, se desloca da passividade para a atividade. Para mulheres e homens históricos (DE LAURETIS, 1984) isso escancara que não há uma maneira única de ser mulher e nem uniformidade em ser uma mulher cuidadora. Há plurais maneiras e, portanto, uma vastidão de imagens.

## Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA (ANCINE). *Participação feminina na produção audiovisual brasileira*. Rio de Janeiro: Observatório do Cinema e do Audiovisual, 2018.



ARCE, Alessandra. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*, [S.L.], n. 113, p. 167-184, jul. 2001.

ARAGÃO, Isabella Ribeiro. *A dimensão gráfica do cinema: uma proposta de classificação de suas configurações*. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Design, Design, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. *Dicionário Teórico e Crítico do Cinema*. Campinas: Papirus, 2003. 335 p. Tradução de Eloísa Araújo Ribeiro.

CARROLL, Noël. The Nature of Horror. In: CARROLL, Noël. *The Philosophy of Horror: or paradoxes of the heart*. Londres: Routledge, 1990. Cap. 1. p. 12-52.

CLOVER, Carol J.. Her Body, Himself: gender in the slasher film. *Representations*, [S.L.], v. 20, p. 187-228, 1987. University of California Press.

DE LAURETIS, Teresa de. *Alice doesn't: feminism semiotics, cinema*. Bloomington: Indiana University Press, 1984. 220 p.

FERNANDES, Camila. "Mães nervosas": um ensaio sobre a raiva entre mulheres populares. In: FONSECA, Claudia; MEDAETS, Chantal; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt (org.). *Pesquisas sobre família e infância no mundo contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina, 2018. p. 215-231.

FERNANDES, Camila. A força da ausência. A falta dos homens e do "Estado" na vida de mulheres moradoras de favela. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), [S.L.], n. 36, p. 206-230, dez. 2020.

FONSECA, Claudia; FIETZ, Helena. COLLECTIVES OF CARE IN THE RELATIONS SURROUNDING PEOPLE WITH 'HEAD TROUBLES': family, community and gender in a working-class neighbourhood of southern brazil. *Sociologia & Antropologia*, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 223-243, abr. 2018.



FREDERICK, Angela. Mothering While Disabled. *Contexts*, [S.L.], v. 13, n. 4, p. 30-35, nov. 2014. SAGE Publications.

FREDRICKSON, Barbara L.; ROBERTS, Tomi-Ann. Objectification Theory: toward understanding women's lived experiences and mental health risks. *Psychology Of Women Quarterly*, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 173-206, jun. 1997. SAGE Publications.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 2008. 212 p.

GEERTZ, Clifford. Art as a Cultural System. *Mln*, [S.L.], v. 91, n. 6, p. 1473, dez. 1976. JSTOR.

GISH, Lorian. *Fears and the Female Circumstance: women in 1970s horror films*. 2019. 21 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Bacharelado em Belas Artes, Pace University, Nova Iorque, 2019.

GREGORI, Maria Filomena. Relações de violência e erotismo. *Cadernos Pagu*, [S.L.], n. 20, p. 87-120, 2003

GUBERNIKOFF, Giselle. A imagem: representação da mulher no cinema. *Conexão: Comunicação e Cultura, Caxias do Sul*, v. 8, n. 15, p. 65-77, 15 jan. 2009.

GUBERNIKOFF, Giselle. As mulheres no imaginário brasileiro. In: GUBERNIKOFF, Giselle. *Cinema, identidade e feminismo*. São Paulo: Editora Pontocom, 2016. p. 82-91.

HIKIJ, Rose Satiko Gitirana. *Imagem-violência: mimesis e reflexividade em alguns filmes recentes*. 1998. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. Preface. In: HOCHSCHILD, Arlie Russell. *The Second Shift: working families and the revolution at home*. Londres: Penguin Books, 2012. p. 9-10.



HOLANDA, Karla. Pegadas do cinema de Olga Futemma. *Lumina*, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 171-185, 30 ago. 2020a. Universidade Federal de Juiz de Fora.

HOLANDA, Karla. Por que não existiram grandes cineastas mulheres no Brasil?\*. *Cadernos Pagu*, [S.L.], n. 60, p. 1-21, maio 2020b.

KAMITA, Rosana Cássia. Relações de gênero no cinema: contestação e resistência. *Revista Estudos Feministas*, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 1393-1404, dez. 2017.

LAROCCA, G. M. O Corpo Feminino No Cinema De Horror: Representações De Gênero E Sexualidades Nos Filmes Carrie, Halloween E Sexta-Feira 13 (1970 - 1980). In: XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”. *Anais*. Florianópolis: UFSC, 2014.

LAROCCA, Gabriela Müller. A representação feminina no cinema: gênero e audiovisual. In: LAROCCA, Gabriela Müller. *O corpo feminino no cinema de horror: gênero e sexualidade nos filmes carrie, halloween e sexta-feira 13 (1970 - 1980)*. 2016. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

LAQUEUR, Jacques. *Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a freud*. Rio de Janeiro: Dumara, 2001. 313 p.

LAUGIER, Sandra. El cuidado, la preocupación con el detalle, y la vulnerabilidad delo real. *Konvergencias: Filosofía y Culturas en Diálogo*, Buenos Aires, n. 25, p. 2-20, out. 2017.

LELLIS, Marco Antônio Barbosa de. Introdução. In: LELLIS, Marco Antônio Barbosa de. *Doppelgänger/Doppeltgänger [manuscrito]: topoi em siebenkäs (1796), de jean paul friedrich richter e o duplo (1846), de fiódor mikháilovitch dostoiévski..* 2021. 255 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.p. 10-23.



LOURO, Guacira Lopes. O gênero na docência. In: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 88-110

MACHADO, Sandra de Souza. Estereótipos de gênero na Indústria Audiovisual: mulheres cineastas engendram novos papéis modelo. *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, Lisboa, v. 1, p. 233-243, 2019.

MARCHI, Rita de Cássia. Gênero, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. *Cadernos Pagu*, [S.L.], n. 37, p. 387-406, dez. 2011.

MOL, Annemarie; MOSER, Ingunn; POLS, Jeannette. Care: putting practice into theory. In: MOL, Annemarie; MOSER, Ingunn; POLS, Jeannette. *Care in practice: on tinkering in clinics, homes and farms..* Belefeld: Transcript, 2010. p. 7-26.

MOORE, Henrietta L.. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 14, p. 13-44, 2000.

MULVEY, Laura. Visual Pleasure and Narrative Cinema. *Screen*, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 6-18, 1 set. 1975. Oxford University Press (OUP).

NEVES, Mary Yale Rodrigues; BRITO, Jussara Cruz de; MUNIZ, Hélder Pordeus. A saúde das professoras, os contornos de gênero e o trabalho no Ensino Fundamental. *Cadernos de Saúde Pública*, [S.L.], v. 35, n. 1, p. 1-4, 2019.

OLIVEIRA, Marly Amarilha de. Quatro variações sobre o tema do duplo: Poe, Stevenson, Conrad & Rubião. *Travessia*, Santa Catarina, v. 5, n. 12, p. 184-195, 1986.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, [S.L.], v. 39, n. 1, p. 13-37, 6 jun. 1996. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA).

O DUPLO. Direção de Juliana Rojas. Roteiro: Juliana Rojas. São Paulo: Itinerante Filmes, 2012. (27 min.), son., color.



PRA Eu Dormir Tranquilo. Direção de Juliana Rojas. Roteiro: Juliana Rojas. 2011. (15 min.), son., color

ROSSI, Maria José dos Santos. O curar e o cuidar: a história de uma relação (um ensaio). *Revista Brasileira de Enfermagem*, [S.L.], v. 44, n. 1, p. 16-21, mar. 1991.

REYNA, Carlos. Antropologia do Cinema: as narrativas cinematográficas na pesquisa antropológica. *Teoria e Cultura*, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 37-51, 30 nov. 2017.

REYNA, Carlos. Antropologia e cinema: algumas considerações teóricas-metodológicas. *Ambivalências*, Sergipe, v. 7, n. 1rossi3, p. 10-28, 2019.

ROHDEN, Fabíola. A Questão da Diferença entre os Sexos: redefinições no século XIX. In: ROHDEN, Fabíola. *Uma Ciência da Diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. p. 29-48.

SAFFIOTI, Heleieth. Papeis sociais atribuídos às diferentes categorias de sexo. In: SAFFIOTI, Heleieth. *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1987. p. 8-20.

SAMAIN, Etienne. Muito além da ilustração. *Jornal da Unicamp*. Campinas, p. 1. dez. 2012.

SAMAIN, Etienne. Para que a antropologia consiga tornar-se visual, com uma breve bibliografia seletiva. In: FAUSTO NETO, Antônio (org.). *Brasil: comunicação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997. p. 33-46.

SILVA, Larissa Danielle Cavaton da. *O olhar feminino no cinema: a mulher sem cabeça de Lucrecia Martel*. 2020. 73 f. TCC (Graduação) - Curso de Artes Visuais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

SIQUEIRA, Maria Juracy Toneli; FERREIRA, Edirê S.. Saúde das professoras das séries iniciais: o que o gênero tem a ver com isso?. *Psicologia: Ciência e Profissão*, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 76-83, set. 2003.





SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, [s. l], v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTT, Russell Parry et al. Itinerários terapêuticos, cuidados e atendimento na construção de ideias sobre maternidade e infância no contexto da Zika. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, [S.L.], v. 22, n. 66, p. 673-684, set. 2018.

TAVERO, Inmaculada Lancharro et al. The gender perspective in the opinions and discourse of women about caregiving. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, [S.L.], v. 52, p. 1-6, 22 out. 2018.

TEIXEIRA, Adla Betsaida. “Magistério” do gênero: impactos da vida de discentes e docentes.. In: MACHADO, Charliton José dos Santos; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; NUNES, Maria Lúcia da Silva (org.). *Gênero e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares*. Campina Grande: Eduepb, 2010. p. 36-55.

THOMAS, Carol. De-constructing concepts of care. *Sociology*, Londres, v. 27, n. 4, p. 649-669, 1993.



## Monstrous: images of the female caretaker in two Brazilian horror short-films

**ABSTRACT:** The limited participation of women in Brazilian film echoes a world trend that marks the obstacles women have to face both behind and in front of the camera. The images on the big screen reflect ideals of a hegemonic femininity that objectify the woman, rendering her into an spectacle and elevating the man, the perfect spectator. Portrayal of female caretakers, in particular, can reproduce dominant conceptions that reinforce a naturalization of this function. In horror film, the monster is a key component of the genre, disturbing the viewer and evoking disgust. These figures coincide in *Pra Eu Dormir Tranquilo* (2011) e *O Duplo* (2012), short-films by the Brazilian director Juliana Rojas. In these works, dominating and aggressive female caretakers find themselves unable to maintain their identity fantasies, entering a representative crisis that can only be resolved with violence: to become a monster.

**KEYWORDS:** Cinema. Women. Gender. Care. Horror.

**Julia Piva LARANGEIRA**

*Universidade Federal de São Paulo*

**Cristiane Gonçalves da SILVA**

*Universidade Federal de São Paulo*

*Recebido em: 27/02/2023*

*Aprovado em: 12/12/2023*



## ARTIGOS

**Mulheres e Seus Corpos:****Uma Análise do Percurso das Representações nos Anúncios Publicitários de Bebidas Alcoólicas ao Longo das Décadas**

Débora Cristina Soares, Universidade Federal de Uberlândia

Cíntia Rodrigues Oliveira, Universidade Federal de Uberlândia

Verônica Angélica Freitas de Paula, Universidade Federal de Uberlândia

---

**Resumo:** As mulheres foram e são representadas socialmente como mães, donas de casa, trabalhadoras, seja em telenovelas, filmes, anúncios publicitários e outros meios. O objetivo desta pesquisa é analisar o percurso das representações das mulheres em anúncios de marcas de bebidas alcoólicas veiculadas no Brasil. Como procedimento metodológico, realizou-se uma pesquisa documental em arquivos da mídia buscando por anúncios publicitários de marcas de bebidas alcoólicas, a partir da década de 1930, que foram submetidos a análise de conteúdo. Os resultados apontam que, ao longo das décadas, as representações das mulheres na publicidade de marcas de bebidas alcoólicas acompanharam as mudanças sociais ocorridas, no entanto, concentraram-se na objetificação dos seus corpos que, por sua vez, marcam as diferenças sociais

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres. Publicidade. Representações.

---



## Introdução

Historicamente, as mulheres foram representadas discursivamente com imagens de corpos sedutores e perfeitos (MOTA-RIBEIRO, 2005), como donas de casas que cuidam dos filhos e do lar (GODOY; COSTA, 2017), como trabalhadoras que acumulam as obrigações do lar, dos filhos e necessariamente deveriam se adequar aos padrões de beleza socialmente estabelecidos (WOLF, 1991), entre outras representações, em diversos espaços e contextos sociais.

A trajetória de vida das mulheres tem papel importante nas representações sociais, portanto, o trabalho, profissão, e independência financeira ganharam relevância a partir das mudanças sociais (BORGES, 2013). Nesse sentido, as mulheres passam a ser sujeitas ativas na construção de suas trajetórias e de si mesmas. A publicidade, assim, constitui-se espaço de conflito entre as rupturas nas representações das mulheres (OLIVEIRA-CRUZ, 2017).

Os anúncios publicitários constroem representações sociais a partir da repetição de imagens gerando uma consciência coletiva, nesse sentido, a representação das mulheres enaltece os seus corpos como objetos de desejo indicando um padrão de beleza aceitável, e utilizada, como prêmio na compra de determinadas marcas (LEITE; BATISTA, 2008).

No Brasil, a publicidade é regulamentada pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR), que fiscaliza as propagandas, apurando as denúncias recebidas, avaliando o cumprimento das normas do Código Brasileiro de Autorregulamentação. Em casos de descumprimento, entre as medidas punitivas, podemos destacar a suspensão ou correção dos anúncios e advertência aos envolvidos (CONAR, 2021a). No ano de 2019, foram realizadas 302 avaliações de publicidade e propaganda, pelo CONAR, e no ano de 2020, 276 avaliações (CONAR, 2021b).

Nesse contexto, a questão que orienta esta pesquisa é: como marcas de bebidas alcoólicas representam as mulheres na publicidade ao longo das décadas? Para responder a esta questão, estabelecemos que o objetivo desta pesquisa é analisar o percurso das representações das mulheres em anúncios de marcas de bebidas alcoólicas veiculadas no Brasil. Foi realizada uma pesquisa documental a partir de material publicitário disponibilizado na internet, em canais publicitários, como blogs, sites, revistas e também na plataforma digital Youtube. O material



empírico, composto pelas peças publicitárias selecionadas, foi submetido à técnica de análise de conteúdo temática, conforme (BARDIN, 2016).

A pesquisa traz implicações relevantes para o campo dos estudos organizacionais por concentrar-se na reprodução dos estereótipos e nas rupturas das representações das mulheres nos anúncios publicitários das marcas de bebidas alcoólicas, contribuindo para as teorizações sobre como as organizações de setores específicos acompanham as mudanças sociais. Isso porque os setores empresariais comportam-se de maneira diversa em relação a essa temática, e no caso desta pesquisa, o setor analisado é, reconhecidamente, um palco para propagandas de cunho sexista. Assim, ao analisar o percurso dessas representações, apontando as rupturas ou a manutenção dos estereótipos ao longo das décadas, argumenta-se que, como a publicidade atua na construção social, estamos diante de um fenômeno que reflete as contradições presentes na sociedade contemporânea, as quais traduzem um estado em transformação social.

Este artigo está estruturado em cinco seções. Após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico sobre as representações das mulheres na publicidade. Em seguida, descrevem-se os procedimentos da pesquisa. Logo após, apresentam-se as análises dos resultados e as considerações finais.

## **Mulheres e suas representações**

A primeira representação das mulheres, que se tem registro, foi realizado pela Igreja Católica, na comparação entre Eva e Maria. A primeira representava as mulheres sedutoras e pecadoras, enquanto a segunda, o modelo da mulher perfeita, santa, apreciadora da castidade, no papel da mulher como mãe e esposa (MOTA-RIBEIRO, 2005). A imagem de Maria, também foi atrelada, a ideia de sexo frágil, reafirmando o lugar da mulher no âmbito do lar (GODOY; COSTA, 2017).

Nos primeiros anos do século XX, as mulheres ainda eram vistas com representações ligadas ao lar e a família, somente a partir da década de 1940, com a decorrência da Segunda Guerra Mundial, as mulheres passaram a trabalhar fora de casa, e assim, suas representações passam a exigir uma preocupação com padrões de beleza. Nesse período originou-se a dupla jornada de trabalho, uma vez que, as mulheres continuaram a ser responsáveis pelo lar (WOLF, 1991).

A partir desse período, as mulheres que possuíam duas jornadas de trabalho, começaram a ser responsabilizadas pela decadência do lar e



da família. Além de receber esteriótipos como a “masculinização”, por executar atividades anteriormente destinadas somente aos homens (MOTA-RIBEIRO, 2005; AMANCIO, 1993). As exigências para adequação a um padrão de beleza continuaram, devendo manter parâmetros de peso e vestimentas conforme a idade (WOLF, 1991).

Os padrões de beleza foram reafirmados com os concursos de beleza iniciados a partir da década de 1950, promovendo uma concepção do que seria o corpo perfeito (MOTA-RIBEIRO, 2005). Na década de 1960, o movimento feminista questiona os padrões disseminados, além de questionar o papel esperado pelas mulheres na sociedade (VARGAS; BENCHIMOL; UMBACH, 2014).

Apesar disso, na contemporaneidade, as mulheres ainda são representadas, no ambiente de trabalho, em uma intensa comparação com os homens; e nas representações ligadas ao corpo, com padrões a ser seguidos como sinônimo de felicidade, gerando consequências psicológicas, sofrimentos e mal estar quando não atingem o corpo idealizado, tornando-se legítimas as alterações corporais realizada por meio de procedimentos estéticos (SOARES; BARBOSA, 2020).

As mulheres, se tornaram alvo da mídia na idealização do tipo ideal de corpo, e os esforços como frequentar academias e comprar roupas e apetrechos caros se tornam vitais para enaltecimento da beleza (SOARES; BARBOSA, 2020). Por meio de uma revisão sistemática da literatura, Souza *et al.* (2021) reafirmou a influência da mídia no corpo feminino, e cada vez mais disseminam padrões não realistas.

Buscando uma identificação com outros padrões de corpo, o *plus-size* ganhou força nos últimos anos, valorizando as mulheres que não são magras e estariam acima do peso ideal. Esse novo ideal vem desmitificar os ideais valorizados, gerando aceitação da diversidade de corpos (SOUZA *et al.*, 2021; ORTIZ, 2020). Contudo, o *plus-size* ainda é alvo de críticas por fomentar a obesidade (ORTIZ, 2020).

Todavia, a aceitação de corpos fora do padrão pode ser uma falácia, como Goulart e Carvalho (2018) afirmam sobre não haver diversidade de corpos e etnias dentre os padrões de beleza disseminados, visto que o padrão aceitável é de mulheres brancas, magras, com cabelos lisos. Em direção oposta, Souza *et al.* (2021) afirmam que as mulheres iniciaram um processo de identificação com os cabelos afros destacando a diversidade brasileira. Outras características das mulheres são apresentadas em diferentes contextos, como as mulheres compulsivas





para o consumo (POSSENTI, 2007), as mulheres sentimentais (GODOY; COSTA, 2017) e as mulheres infelizes por terem que escolher entre o lar e uma vida profissional (SWAIN, 2001).

## **Representação das Mulheres na Publicidade**

A publicidade tem um papel fundamental na disseminação de esteriótipos, disseminando comportamentos, convicções e visões de mundo. Nesse sentido, a publicidade não vende apenas produtos ou serviços, mas padrões de vestimenta, modos e estilos de vida, consumo e beleza. Quando reproduzida repetidamente, as mensagens publicitárias podem apresentar novas crenças que vão ser tomadas como verdadeiras, podem ainda, construir novas realidades com a repetição de estereótipos ou desconstruir, incluindo novas crenças (LEITE, 2008; LEITE; BATISTA, 2008).

As mulheres aparecem nos meios publicitários, em campanhas voltadas para os homens, sugerindo uma divisão organizada, pelo mercado anunciante, no que diz respeito ao público-alvo ou destinatário da mensagem. Por exemplo, as mulheres são consideradas público-alvo de produtos de limpeza, roupas e acessórios, alimentação, medicamentos, higiene enquanto os homens são público-alvo de automóveis e bebidas alcoólicas (OLIVEIRA-CRUZ, 2017), ou seja, há uma divisão sexual do público-alvo consumidor conforme os estereótipos que associam os produtos a homens ou a mulheres.

Nesse sentido, as mulheres são representadas com a indução de compra de produtos, muitas vezes sexistas, a partir da exposição do corpo como objeto de sedução, desejo e poder, relacionados a imagem de sexo. Ademais, outras representações trazem padrões familiares, como cuidadora dos filhos e do lar (LEITE, 2008; LEITE; BATISTA, 2008).

Em diversos setores da economia, a partir das principais mudanças conquistadas pelos movimentos feministas, as mulheres começaram a ser vistas como independentes, ousadas, sensuais e que buscam o próprio destino. Contudo, as mulheres continuam a ser representadas por velhos estereótipos, como apontado por Gonzales (2018) e Costa e Soares (2016): o destaque ao corpo e beleza feminina; responsabilidades sobre o lar e a manutenção da família e dos filhos; sensualidade para atrair homens; e os altos esforços contínuos para sucesso profissional.



Ainda, algumas marcas continuaram a utilizar a representação das mulheres com o apelo sexual, características físicas e etárias, o que, segundo Freitas (2014), não mostra avanços na criação de um novo padrão desvinculando-se da imagem do corpo. Nunes e Silva (2017) ainda reforçam que a publicidade traz a representação do corpo magro através de anúncios e propagandas que ressaltam o fitness, identificando o que seria o corpo saudável, constituindo um patamar inalcançável para muitas mulheres.

Algumas marcas desenvolveram um processo de desconstrução dos eventos sociais por meio da publicidade (LEITE; BATISTA, 2008). A construção destas novas narrativas é apresentada por (PEREIRA, 2019) como um conjunto de fatores que buscam: (1) não enaltecer características individuais ou estereotipadas, mas, sim, buscam a substituição dessas características por outras, de acordo com as mudanças na sociedade; (2) desmitificar as características sociais de determinados grupos; (3) apresentar que cada grupo social pode possuir indivíduos com características distintas; (4) evitar a segregação de determinados grupos sociais, evitando associar a estes grupos percepções de apelos emocionais que geram emoções negativas; (5) criar novos cenários que buscam apresentar mudanças contextuais nas crenças; (6) apresentar grupos sociais fortalecidos, ultrapassando limites antes impostos.

Esta abordagem é conhecida como contraintuitiva, e apresenta cenários que trazem a desestabilização dos estereótipos, promovendo discussões a respeito daqueles existentes e a busca por novos padrões (LEITE; BATISTA, 2011). A publicidade incorpora visões diferentes da realidade ou ainda promovem visibilidade aos grupos minoritários, criando novas ressignificações.

Além dos estereótipos das representações das mulheres, outro ponto importante citado por (COSTA; SOARES, 2016; MALTA; SILVA, 2019; NUNES; SILVA, 2017) é que as mulheres, nas publicidades, são primordialmente brancas, sendo raras as representações de diferenças étnicas, como mulheres negras, asiáticas, indígenas ou outras. Além de todas essas representações, Costa e Soares (2016, p. 1182) apresentaram a mulher “hipermoderna”, que seria aquela que desempenha, além da representação de mãe, esposa, dona de casa e profissional, outras funções na sociedade, ou seja, realizam mais atividades além do esperado. As mulheres ainda não se sentem representadas pela publicidade que, muitas vezes, as tratam como objeto que pode ser mercantilizado ou sob uma lógica patriarcal (MALTA; SILVA, 2019).



De modo geral, não se observam rupturas significativas nas representações das mulheres nas narrativas publicitárias. Como Oliveira-Cruz (2017, p. 11) observa, a publicidade não se constitui em um espaço “de confrontação das representações dominantes de classe e gênero”. A autora, ao mapear as distintas representações do feminino na publicidade brasileira, buscando identificar a reprodução de estereótipos e rupturas com tais modelos, argumenta em favor da “reconfiguração das formas de pensar e representar as questões de gênero na comunicação publicitária” (OLIVEIRA-CRUZ, 2017, p. 12).

## Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, a qual busca compreender as relações sociais interpretando a realidade por meio de textos, imagens ou vídeos (FLICK, 2009), propondo-se a fazer uma interpretação da construção das representações das mulheres na publicidade de bebidas alcoólicas ao longo das décadas.

O *corpus* da pesquisa é composto por imagens e vídeos produzidos pelas grandes marcas de bebidas alcólicas disponibilizados na internet. O recorte temporal da pesquisa inicia-se nos anos 1930, quando houve uma intensificação do material publicitário em diferentes veículos, e termina em 2021, quando encerrou-se esta pesquisa. Para a composição do corpus de pesquisa, iniciamos com a utilização da ferramenta de busca Google, com as palavras “publicidade de bebidas alcoólicas”, filtrando por imagens, e, a partir da navegação nas páginas de busca, encontramos sites e blogs que tinham um histórico de propagandas, dentre os quais o “Propagandas históricas, Matilde filmes, Memória da propaganda, Pinterest, a plataforma digital Youtube, Projeto Autobahn, Blog Exbebado, Blog Memórias Osvaldo Hernandez, Blog Naftalina Retro”.

Na primeira busca, encontramos o total de 226 propagandas de marcas de bebidas alcoólica. Para o corpus de pesquisa, estabelecemos os critérios de seleção: (1) propagandas de grandes anunciantes; (2) continham referência à imagem das mulheres; (3) constava a indicação temporal da sua veiculação. A seleção resultou em 103 propagandas para análise (Quadro 1), as quais estão assim distribuídas: na década de 1930, nove propagandas; na década de 1940, sete; na década de 1950, três; na década de 1960, sete; na década de 1970, 16; na década de 1980, oito; na década de 1990, 14; na década de 2000, 16; na década de 2010, 17; e, nos anos de 2020 e 2021, seis.

### Quadro 01 - Publicidade selecionada por Década



Década	Propagandas identificadas	Propagandas selecionadas para análise
1930	Cerveja Antartica (6); Cervejaria Brahma (2); Cachaça Vendaval (1); Cerveja Malzbier (3); Bhrama Chopp (1); Cerveja Cascatinha (1); Gin Seargers (1);	Cerveja Antartica (2); Cerveja Malzbier (3); Cervejaria Brahma (3); Cerveja Cascatinha (1);
1940	Cervejaria Antartica (4); Vinho Chico Mineiro (1); Cervejaria Brahma (3); Cerveja Cascatinha (2); Cerveja Malzbier (1);	Cerveja Malzbier (2); Cerveja Cascatinha (1); Cerveja Brahma (1); Cerveja Antartica (2); Vinho Chico Mineiro (1);
1950	Cervejaria Brahma (1); Gin Seargers (1); Vinho Gancia (1); Vinho Mosele (1);	Gin Seargers (1); Vinho Gancia (1); Vinho Mosele (1);
1960	Cervejaria Brahma (4); Cerveja Portuguesa (1); Aguardente de cana (1); Bebidas Mosele (1); Bacardi (1); Cachaça Peladinha (1); Cerveja Malzbier (1); Cerveja Niger (1); Whisky Red Seal (1); Vinho Sangue de Boi (1); Whisky Drury's (1); Rhum Negrita (1); Whisky Queen's Crown (1); Whisky Label Extra (1);	Whisky Red Seal (1); Whisky Label Extra (1); Cervejaria Brahma (1); Cerveja Portuguesa (1); Aguardente de Cana (1); Cachaça Peladinha (1); Bebidas Mosele (1);
1970	Cervejaria Antartica (4); Cervejaria Brahma (8); Whisky Mark One (1); Whisky Grant's Royal (1); Aguardente Pitu (2); Aguardente Praianinha (1); Cachaça 3 fazendas (1); Bitter Garcia (1); Cerveja Caracú (1); Cerveja Carlsberg (5); Chopp 70 (1); Cerveja Gut (1); Cerveja Malzbier (1); Cerveja Niger (1); Cerveja Port (1); Cerveja preta Bib Hop (1); Cerveja Schultheiss (1); Champagne Cinzano (3); Champagne De Gréville (1); Conhaque Duvalir (1); Drink Dreher (1); Cervejaria Skol (5); Bebida Martini (2); Vinho Cave D'Aubigny (1); Vinho Chateau Duvalier (2); Vinho Chateau Mont Clair (2); Vinho Porto Adriano (1); Vinho Merlot (1); Vinho Constantino (1); Vinho Santa Ursula (2); Vodka Smirnoff (1); Whisky Ballantines (1); Whisky J&B (1); Whisky Passport (1); Whisky Queen Anne (1); Whisky Teachers (1); Whisky Tillers Club (3); Cachaça de São Francisco (1); Grant's Royal (1); Vodka Orloff (1); St Raphael (1); Vodka Eristow (1); Whisky JB (1);	Whisky One (1); Cachaça Praianinha (1); Cervejaria Brahma (2); Chopp 70 (1); Champagne Cinzano (3); Vinho Chateau Duvalier (1); Vinho Porto Adriano (1); Vinho Chateau Mont Clair (1); Whisky Tillers Club (1); Vodka Eristow (1); Cachaça de São Francisco (1); Vodka Orloff (1); St Raphael (1);



1980	Cervejaria Antarctica (3); Cerveja Malt (3); Martini Bianco (2); Cerveja Brahma (2); Cerveja Kaiser (1); Vinho Marjolet (1); Whisky Haig (2); Whisky Old Parr (3); Whisky Bell's (2); Champgane M. Chardon (1); Vinho Barron de Lantier (3); Bebidas Seagram (1); Whisky Teacher's (1); Whisky John Haig (1); Vinho Marque de Monistrol (1); Vinho Forestier (1); Whisky Blenders (1); Whisky The Tormore (1); Whisky Chivas Regal (1); Vodka Orloff (1);	Cervejaria Antarctica (1); Martini Bianco (2); Brahma (2); Whisky Blenders (1); Whisky Old Parr (1); Champgane M. Chardon (1);
1990	Cerveja Skol (3); Cachaça Caninha (1); Cerveja Antarctica (8); Cerveja Ceba (1); Cerveja Corona (1); St. Remy (1); Vodka Smirnoff (1); Cerveja Kaiser (2); Cerveja Brahma (3); Keep Cooler (1); Cerveja Bavaria (2);	Cerveja Skol (2); Vodka Smirnoff (1); Cerveja Antarctica (6); St. Remy (1); Cerveja Cerpa (1); Cachaça Caninha (1); Cerveja Kaiser (1); Cerveja Brahma (1);
2000	Cerveja Antarctica (6); Cerveja Bavaria (1); Cerveja Schincariol (7); Cerveja Skol (6); Cerveja Itaipava (1);	Cerveja Antarctica (3); Cerveja Bavaria (1); Cerveja Schincariol (5); Cerveja Skol (6); Cerveja Itaipava (1);
2010	Cerveja Brahma (3); Cerveja Colônia (1); Cerveja Antarctica (2); Cerveja Itaipava (3); Cerveja Bohemia (2); Bebida Campari (1); Cerveja Skol (3); Cerveja Kaiser (2); Cerveja Devassa (5); Cerveja Krill (1); Cerveja Schincariol (1); Vodka Smirnoff (1);	Cerveja Brahma (2); Cerveja Colônia (1); Cerveja Itaipava (3); Cerveja Kaiser (2); Cerveja Devassa (4); Cerveja Skol (1); Cerveja Krill (1); Cerveja Schincariol (1); Bebida Campari (1); Vodka Smirnoff (1);
2020 a 2021	Cerveja Bohemia (2); Cerveja Skol (2); Cerveja Brahma (2); Cerveja Eisenbahn (1);	Cerveja Bohemia (2); Cerveja Skol (3); Cerveja Brahma (1);
TOTAL	226	103

**Fonte:** Elaboração própria

As propagandas selecionadas foram submetidas à análise de conteúdo (BARDIN, 2016): (1) a primeira etapa consistiu na análise inicial dos anúncios a serem analisados, orientando-se pelas questões: qual o contexto social da época? Como a imagem e os textos refletem essa época? (2) na segunda etapa, procedemos à categorização e agrupamentos dos anúncios selecionados pelos traços em comum, em cada década, utilizando o contexto sócio-histórico como direcionador, o que permitiu a elaboração de uma matriz de referência; (3) a terceira etapa consistiu na interpretação do material analisado, condensando e destacando ideias relevantes para o nosso propósito, e, a partir de nossa intuição, a análise reflexiva e crítica.





As categorias de análise levaram em consideração o objetivo desta pesquisa, que é analisar as representações das mulheres ao longo das décadas combinadas com a revisão da literatura sobre as representações das mulheres na publicidade. Os temas foram selecionados pelo agrupamento das propagandas que continham padrões da forma como os corpos das mulheres foram representados em cada década e as mudanças decorridas com o passar dos anos, respondendo as seguintes questões: qual o contexto social da época? Como a imagem e os textos refletem essa época? Assim, foram traçadas 06 categorias de análise: corpos submissos e perfeitos, representados a partir da década de 1930; corpos servis e eróticos, delimitados da década de 1940 a 1960; corpos delicados e sensuais, na década de 1970; corpos belos e rebeldes, em 1980; corpos jovens e sensuais para consumo entre as décadas de 1990 a 2000; e corpos brancos e sensuais a partir da década de 2010

## **Análise e discussão dos resultados: corpos das mulheres prontos para consumo e marcadores de diferenças sociais**

A análise das representações das mulheres nos anúncios publicitários de bebidas alcoólicas, ao longo das décadas, resultou em diversas representações, que foram agrupadas em categorias temáticas, considerando o contexto histórico da década e a revisão da literatura.

*Categoria 01: Corpos submissos e perfeitos que definem as diferenças sociais (1930)*

As representações das mulheres na década de 1930 (Figura 01) é marcada por um olhar conservador, contendo os padrões de beleza em vigor naquele período. As mulheres eram vistas como donas de casa “europeizadas”, sensuais, ousadas e ligadas a beleza (AZAMBUJA, 2006, p. 6).



**Figura 01.** Anúncios de bebidas alcoólicas de 1930



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

As vestimentas da época criaram uma imagem social das mulheres, tornando-se um símbolo social que permitiam uma distinção de classes, ressaltando-se as mulheres perfeitas nos trajes da moda do período (MENDONÇA, 2009; SILVA; OLIVEIRA, 2020). O imaginário social permita que as mulheres fossem vistas como dependentes dos homens, portanto, deveriam ficar em casa cuidando do lar e dos filhos, e não deveriam trabalhar. Nesse sentido, o homem era preconizado como ser superior na publicidade (MOTA-RIBEIRO, 2005).

Nossa análise aponta que a publicidade da década de 1930 definiu o padrão de beleza perfeito: por meio das vestimentas, moldagem dos cabelos, maquiagem e padrão de corpos. As vestimentas formais tem destaque nesse período, até a década de 1940 com a ruptura do mercado europeu devido a Segunda Guerra Mundial (MOTA-RIBEIRO, 2005)

*Categoria 2: Corpos servis e eróticos que definem as diferenças sociais (1940-1960)*

A partir da década de 1940, as representações femininas na mídia começam a ditar o que seria compreendido como ser feminino, destacando traços na aparência essenciais, como corpos perfeitos, magros e jovens (MOTA-RIBEIRO, 2003). Inicia-se um processo de erotização da mulher por meio das expressões faciais (SANTOS, 2016).

A aparência e o corpo se tornam meio de controle, tornado o que é diferente do padrão disseminado como atos de repúdio, condenação,

falta de controle e condicionamento (SANTOS, 2017). A busca constante pelo corpo ideal passa a ser refletida na publicidade, como na publicidade do Vinho Chico Mineiro: “Contraste que ridiculariza”, reafirmando o padrão de corpo perfeito por meio dos seguintes fatores: beleza, magreza e juventude (SANTOS, 2017).

**Figura 02.** Anúncios de bebidas alcoólicas de 1940 a 1960



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

O Carnaval ganha destaque na década de 1950, principalmente, na utilização de vestimentas mais leves e sensuais que permitiam uma liberdade para dançar, contudo, esse processo começou a ser criticado pela classe conservadora, iniciando-se um processo de separação entre o carnaval de rua e os eventos fechados, como os bailes (MAZIERO, 2017).

Essa separação teve impactos, principalmente, nas representações das mulheres, uma vez que, os carnavais de rua reafirmaram o processo de erotização do corpo feminino quando permitiu a utilização de trajés não usuais. No início da década de 1960, retoma a representação das mulheres ligada a figura de mãe e dona de casa, sendo marcadas por traços de sensualidade sutis (MAZIERO, 2017).

Em meados da década de 1960, houve o lançamento da música “Garota de Ipanema” instigando o desejo masculino por mulheres magras, bonitas e jovens, e conforme apontado por Fuchs (2019) um tipo ideal de corpo feminino, a pele bronzeada, ou chamada de “morena jambo”.

A segunda onda do movimento feminista, ainda na década de 1960, clamava pelas discussões a respeito da sexualidade e do corpo feminino (RIBEIRO; NOGUEIRA; MAGALHÃES, 2021), apesar disso, as mulheres continuam a ser representadas socialmente com esteriótipos ligado ao corpo, ao lar e a família (MIGUEL, 2012).

*Categoria 3: Corpos delicados e sensuais (1970)*

Na década de 1970, o movimento feminista se intensifica com o slogan “nova mulher”, enfatizando as duplas jornadas de trabalho, sua independência, e assuntos ligados a sexualidade e disseminação dos padrões corporais (MELLO, 2019; ZIMMERMANN, 2009). As representações das mulheres nesse período é tratado sob dois aspectos: o primeiro refere-se as mulheres mais jovens com corpos sexualizados. E a segunda, a partir da percepção do homem, característica de submissão.

Portanto, o corpo magro passa a ser um objeto de desejo, e as mulheres o buscam de várias formas, seja por meio de dietas, atividades físicas, cirurgias estéticas, produtos como maquiagem, ou outros meios (SANTOS, 2016).

**Figura 03.** Anúncios de bebidas alcoólicas de 1970



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

#### *Categoria 4: Corpos belos e rebeldes (1980)*

A partir da década de 1980, o debate a respeito das representações das mulheres se intensifica em ambientes como as universidades, devido ao crescente aumento da presença feminina nesses espaços. O debate inicia-se com o papel esperado das mulheres na sociedade, uma vez que, as representações anteriores partiam do ponto de vista masculino (SILVA, 2008). Ainda nesse período, o movimento do feminismo negro ganha destaque, e inicia-se discussões a respeito da representação de mulheres negras na sociedade e a conquista dos seus direitos (RODRIGUES; FREITAS, 2021).

Contudo, a publicidade dessa época reafirma a visão de mulheres brancas e sensuais, apontado pela figura 04.





**Figura 04.** Anúncios de bebidas alcoólicas de 1980



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

#### *Categoria 5: Corpos jovens e sensuais para consumo (1990-2000)*

Ainda na década de 1990, a aparência feminina é marcada por ideais de beleza a partir do corpo magro, belo e jovem, evidenciando o poder sexual da mulher a partir da sua aparência física (SANTOS, 2016), objetificando as mulheres como um objeto de consumo ao público masculino.

Cria-se, assim, um tipo ideal de mulher brasileira, um padrão de corpo chamado de “bundarização” (Santos, 2002), esse processo se dá com a montagem do corpo feminino a partir do aprimoramento de algumas partes do corpo para atender a um padrão disseminado, ou seja, inicia-se o processo de fabricação do corpo perfeito a partir de procedimentos estéticos (SAMARÃO, 2007).

Os procedimentos estéticos se tornam referência na busca pelo corpo perfeito, desde mudanças na aparência e no corpo. Nesse sentido, as mulheres com idade considerada avançada iniciam um processo de pintura dos cabelos, com o intuito de esconder a idade e permanecerem mais jovens. Além disso, doenças nervosas, como bulimia e anorexia, ganham destaque (GOLDENBERG, 2005).

A objetificação do corpo feminino ganha destaque, seja por meio das vestimentas da época, como em trocadilhos presentes em muitas publicidades que combinavam o consumo de bebidas com a sexualização das mulheres (BIZAN; ZANCO, 2020). Os trocadilhos podem ser representados na publicidade da Cerveja Schincariol (figura 05) com a

palavra “Gostosa”, nela a mulher por meio do corpo está completando a frase ‘Para bom bebedor, meia palavra basta’ que reitera a sexualidade feminina, a padronização do corpo e o incentivo do consumo ao público masculino. Ou por meio da publicidade da Cerveja Antártica (figura 05) com a frase “Antártica deixa a festa do jeito que o diabo gosta”.

**Figura 05.** Anúncios de bebidas alcoólicas de 1990 a 2000



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

#### *Categoria 6: Corpos brancos e sensuais (a partir de 2010)*

Apesar da maioria da população brasileira ser negra, são raras as publicidades que representam as mulheres negras, concentrando-se na valorização da mulher branca e sensual. Nos últimos anos, o movimento negro reivindicou a representação da diversidade brasileira, apesar disso, esta nova representação ainda é baixa (FERNANDES; SILVA; LIMA, 2021), o que reforça a idealização da branquitude brasileira não condizente com a realidade do país.

Na década de 2010, a ausência de mulheres negras na publicidade é questionada com maior intensidade. Desde os anos 1980, quando se iniciou o movimento feminista negro, a representatividade negra na publicidade teve considerado aumento, contudo, conforme Martins (2009), por meio de uma pesquisa realizada a partir da revista *Veja*, entre os anos 1985 e 2005, observou-se um aumento da presença da população negra nas representações da revista, contudo, ainda baixo considerando a realidade brasileira.

Outra pesquisa realizada sobre a representatividade negra na revista *Veja*, no ano de 2019, apontou um leve aumento da representatividade, contudo, não é significativo. As representações dos homens e mulheres são variadas, sendo as mulheres negras representadas em papéis coadjuvantes, mães e responsáveis pela família (FERNANDES, 2021).



As reivindicações das mulheres sobre a sua representação vêm ganhando força nos últimos anos. O termo *femvertising* (junção dos termos *feminism* e *advertising*) foi criado com o intuito de promover publicidades que abordam novas formas de representação das mulheres (BAYONE; BURROWES, 2019). O *femvertising* também pode ser entendido como uma estratégia de marketing de algumas empresas para passarem a ideia de que estão envolvidas com os movimentos sociais e estão representando na sua publicidade novas formas de diversidade (VARGHESE; KUMAR, 2020), com destaque para o empoderamento das mulheres (HAMLIN; PETERS, 2018).

Nos últimos anos desta década houve uma crescente mudança de posicionamento de algumas grandes marcas, principalmente a Skol, com relação à publicidade de bebidas, o que ocorreu por meio de debates e fortalecimento dos movimentos sociais. Assim, a publicidade começa uma transição da representação das mulheres em corpos objetificáveis, sensuais e com roupas curtas para representações mais inclusivas e que representam as diferenças (MAZZEI; BECELLI; MELATTE, 2018).

**Figura 06.** Anúncios de bebidas alcoólicas de 2010 a 2020



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa

Inicialmente, as mulheres que protagonizavam os anúncios eram representativas da família, com o apelo conservador, porém, com o passar das décadas, as protagonistas foram sensualizadas, mesmo que socialmente sejam reconhecidas como mulheres de padrão conservador, como na publicidade da Cerveja Devassa protagonizado pela cantora Sandy em 2010. Porém, analisando a Figura 6, que reúne algumas das imagens selecionadas e analisadas na pesquisa referentes ao período de





2010 a 2020, observa-se a ideia das mulheres como produtos de consumo, como da Campari, colocando uma mulher como o conteúdo da laranja, que é consumido e descartado; e a da Kaiser, colocando uma mulher dentro de um copo próprio para o consumo de bebida. Os padrões comuns encontrados são os atributos conferidos socialmente ao corpo ideal: branco, escultural, sensual, não sendo exemplos de reivindicações por mudanças sociais que deveriam ser refletidas nas e pelas organizações.

## **Considerações finais sobre a trajetória das representações das mulheres em anúncios de bebidas alcoólicas: corpos como prontos para o consumo e como marcadores de diferenças**

Buscando responder ao objetivo proposto de analisar o percurso das representações das mulheres nas propagandas de grandes marcas de bebidas alcoólicas, a partir da década de 1930, identificamos que as representações das mulheres, ao longo dos anos, foi se modificando de acordo com as crenças e movimentos sociais de cada período. Contudo, alguns traços estão presentes ao longo das décadas, como a vinculação das mulheres ao lar e aos padrões estabelecidos para o corpo ideal: mulheres de pele branca, belas, jovens e magras, não se configurando com rupturas dos estereótipos atribuídos às mulheres.

As representações das mulheres com corpos padronizados como ideal podem ser sintetizadas por duas ideias centrais: corpos para consumo e corpos para marcar as diferenças. A primeira ideia é que os corpos das mulheres são oferecidos para consumo, inclusive, em muitas propagandas, observam-se insinuações ao se referir à protagonista da publicidade e à bebida como “ela”. Tais representações ainda são definidoras das diferenças sociais, seja pela vestimenta, classe, estilo e outras características. Apesar do movimento iniciado nos últimos anos, com algumas mudanças nessas representações, não encontramos material suficiente para afirmar que a publicidade está transitando para um modelo totalmente inclusivo e que mostre a diversidade brasileira.

Ao longo das décadas, foram adicionadas outras atribuições ao corpo ideal: a sensualidade e a sedução, tanto nas poses e olhares quanto nas vestimentas. Essa objetificação também é feita através dos trocadilhos presentes em muitas ações de publicidade que combinam o consumo de bebidas com a sexualização das mulheres. Assim, as vestimentas curtas e de exposição do corpo reafirmam “o padrão da mulher idealizada”.



Os textos dos anúncios trazem uma analogia entre as bebidas anunciadas e as protagonistas, como, por exemplo, a propaganda da Cerveja Antartica, veiculada no ano 1999, com a frase “Antartica deixa a festa do jeito que o diabo gosta”, produzindo alusão a vestimenta da protagonista com o consumo da bebida. A propaganda da Cerveja Schincariol, no ano 2008, em que a artista está entre a palavra “TESÃO” completando a frase “Para bom bebedor, meia palavra basta”, reafirmando a objetificação do corpo feminino, e ao incentivo ao consumo da bebida. E a publicidade da bebida Campari Orange, do ano 2012, com a frase “Só ele é assim” vem atribuir a sensualidade e sedução ao corpo feminino destacando a utilização da casca da laranja como vestimenta.

Outra forma de reforçar a objetificação são os anúncios que trazem as mulheres servindo as bebidas aos homens. Corpos servis, brancos, sensuais, magros e perfeitos que marcam as diferenças sociais e estão prontos a serem consumidos. Essas são as representações dos anúncios de bebidas alcoólicas ao longo das décadas, o que já foi identificado por vários outros estudos, no entanto, não se trata de um tema esgotado acadêmica e socialmente, visto que deve ensejar rupturas com tais representações que, no mínimo, não correspondem às realidades das mulheres, e, também, com as conformações que as aceitam e as legitimam.

Ainda que algumas iniciativas tenham sido levadas adiante, e que muitos desses anúncios tenham sido proibidos ou suspensos pelos órgãos reguladores, as peças continuam sendo veiculadas na grande rede mundial de computadores, sem um contexto especificado, sendo um terreno fértil para a disseminação dessas representações. Portanto, medidas que garantam tarjas nos anúncios com avisos poderiam contribuir para as rachaduras, mesmo que não provoquem as rupturas necessárias.

Esta pesquisa contribui social e teoricamente. Primeiro porque se caracteriza como uma denúncia social às representações das mulheres como corpos objetificáveis, brancas, jovens e sensuais, o que não é novo, no entanto, contribui por desmistificar a ideia de que a publicidade de bebidas alcoólicas tem mudado seus padrões sexistas e não machistas. Segundo, por estabelecer uma articulação entre as imagens discursivas dos corpos das mulheres na publicidade e o contexto sócio-histórico em que foram produzidas, na tentativa de estabelecer um diálogo profícuo entre o campo dos estudos organizacionais e os estudos de consumo e publicidade. A pesquisa reforça que as narrativas publicitárias reforçam e



atualizam as representações das mulheres, no entanto, não apresentam rupturas que possam ser entendidas como mudanças significativas quanto à resignificação de valores sociais em transformação. Uma agenda de pesquisa que contemple análises sobre a legitimação dessas representações e como essas contribuem para esse processo de aceitação pode trazer novas teorizações sobre mudança social e emancipação para o campo dos estudos organizacionais.

## Referências

AMANCIO, Lígia. Género: representações e identidades. análise das representações do masculino e do feminino e sua articulação com as identidades. **Sociologia: PROBLEMAS E PRÁTICAS**, [s. l], n. 14, p. 127-140, 1993. <http://hdl.handle.net/10071/909>

AZAMBUJA, Cristina Spengler. O PAPEL SOCIAL DA MULHER BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 30 A 60, RETRATADA ATRAVÉS DAS PROPAGANDAS VEICULADAS NA REVISTA O CRUZEIRO. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, [s. l], v. 3, n. 1, p. 83-92, 2006. <https://doi.org/10.25112/rgd.v3i1.834>

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016. 279 p.

BAYONE, Andrea Melo; BURROWES, Patricia Cecilia. Como Ser Mulher na Publicidade: femvertising e as .:novas.: representações do feminino. **Cbr - Consumer Behavior Review**, [S.L.], v. 3, p. 24, 22 set. 2019. Universidade Federal de Pernambuco. <http://dx.doi.org/10.51359/2526-7884.2019.242586>

BIZAN, Kátia; ZANCO, Amanda. O Imaginário e a Semiótica na Construção do Feminino e do Masculino na Propaganda da Cerveja Skol. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, [S.L.], v. 24, n. 24, p. 239-252, 21 out. 2020. Instituto Metodista de Ensino Superior. <http://dx.doi.org/10.15603/2176-0934/aum.v24n24p239-252>

BORGES, Carolina de Campos. Mudanças nas trajetórias de vida e identidades de mulheres na contemporaneidade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 71-81, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/9n7Jq6DBZsVsNMfg7SGqhBS/abstract/?lang=pt> Acesso em: 30 out. 2021.



CONAR (Brasil). Conselho Nacional de Autorregulamentação (comp.). **Sobre o CONAR**. 2021. Disponível em: <http://www.conar.org.br/>. Acesso em: 20 set. 2021.

CONAR (Brasil). Conselho Nacional de Autorregulamentação (comp.). **Boletim do CONAR 221**. 2021. Disponível em: <http://www.conar.org.br/pdf/conar221.pdf> Acesso em: 01 out. 2021.

COSTA, Mariana Fernandes; SOARES, Jorge Coelho. MULHERES EM REVISTA: representação corporal no imaginário social. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, [S.L.], v. 11, n. , p. 1171-1184, 17 nov. 2016. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/demetra.2016.20765>

FERNANDES, Pablo Moreno. Racismo e invisibilização. **E-Compós**, [S.L.], p. 1-32, 29 jul. 2021. E-compos. <http://dx.doi.org/10.30962/ec.2384>

FERNANDES, Pablo Moreno; SILVA, Larissa Loureiro da; LIMA, Poliana Pinto. Racializando a Publicidade de uma paixão nacional: representatividade negra no segmento de bebidas. **Anagrama**, [s. l], v. 1, n. 15, p. 1-17, 2021. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-1689.anagrama.2021.180700>

FLICK, Uwe. Desenho da pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009. 164 p.

FREITAS, Simone. A mulher e seus estereótipos: comparando 50 anos de publicidade televisiva no brasil e portugal. **Estudos em Comunicação**, [s. l], n. 16, p. 111-148, 2014. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/16/pdf/EC16-2014Jun-06.pdf> Acesso em: 10 nov. 2021.

FUCHS, Isabela Marques. A GAROTA CARIOCA: colonialidade de gênero em imagens. **Revista Mosaico - Revista de História**, [S.L.], v. 12, p. 37-45, 10 jun. 2019. Pontificia Universidade Catolica de Goias -PUC Goias. <http://dx.doi.org/10.18224/mos.v12i0.6743>

GODOY, Gislaine A. Valadares de; COSTA, Célio Juvenal. AS REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE OS SÉCULOS XVII AO XIX PELA ÓTICA DAS IMAGENS FILMÍCAS. **Historiæ**, Rio Grande, v. 8, n. 2, p. 155-170, 2017. Disponível



em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/7316/5170> Acesso em: 21 nov. 2021.

GOLDENBERG, Mirian. Gênero e corpo na cultura brasileira. *Psicologia Clínica*, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 65-80, 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-56652005000200006>

GONZALES, Lucilene dos Santos. A REPRESENTAÇÃO DA MULHER CONTEMPORÂNEA NA PUBLICIDADE: os jovens ditam as novas tendências. **Revista Observatório**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 544-568, 1 jan. 2018. Universidade Federal do Tocantins. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n1p544>

GOULART, Cristiana Faria; CARVALHO, Priscila Abreu de. CORPO IDEAL E CORPO REAL: a mídia e suas influências na construção da imagem corporal. **Psicologia: Portal dos Psicólogos**, [s. l.], p. 1-8, 2018.

HAMLIN, Cynthia; PETERS, Gabriel. CONSUMINDO COMO UMA GAROTA: subjetivação e empoderamento na publicidade voltada para mulheres. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, [S.L.], n. 103, p. 167-202, abr. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-138/103>

LEITE, Francisco. A publicidade contra-intuitiva: possíveis articulações e reflexos nos estigmas e estereótipos sociais. **Rumores**, [S.L.], v. 2, n. 3, p. 1-11, 13 dez. 2008. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-677x.rum.2008.51124>

LEITE, Francisco; BATISTA, Leandro Leonardo. A ameaça dos estereótipos e a publicidade contraintuitiva. **Conexão: Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 10, n. 20, p. 113-134, dez. 2011. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/911> Acesso em: 15 out. 2021.

LEITE, Francisco; BATISTA, Leandro Leonardo. A publicidade contra-intuitiva e o efeito ricochete. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 15, p. 155-166, jun. 2008. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399641241011> Acesso em: 15 out. 2021





MALTA, Renata Barreto; SILVA, Kívia Monique Rodrigues da. Disparidades entre realidade e representação: a percepção das mulheres sobre a publicidade de cerveja. **Revista Eco-Pós**, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 223-246, 6 out. 2019. Revista ECO-Pos. <http://dx.doi.org/10.29146/eco-pos.v22i2.23966>

MARTINS, Carlos Augusto de Miranda e. Negro, publicidade e o ideal de branqueamento da sociedade brasileira. **Rumores**, [S.L.], v. 3, n. 5, p. 1-9, 8 ago. 2009. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-677x.rum.2009.51157>

MAZIERO, Ellen Karin Dainese. Mulheres e carnavais no Rio de Janeiro: as representações da imprensa entre 1950 e 1962. **Antíteses**, [S.L.], v. 10, n. 20, p. 1129-1152, 1 dez. 2017. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2017v10n20p1129>

MAZZEI, Victor Reis; BECELLI, Agatha Sabanelli; MELATTE, Gabriela Pulino. ANÁLISE DO USO DE ESTEREÓTIPOS A PARTIR DAS CAMPANHAS DA MARCA SKOL. **Comunicação: REFLEXÕES, EXPERIÊNCIAS, ENSINO**, Curitiba, v. 14, n. 1, p. 009-028, 2018.

MELLO, Soraia Carolina de. Claudia nas décadas de 1970-1980 - Feminismo, antifeminismo e a superação de um suposto passado radical. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 1-14, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n251203>

MENDONÇA, Carla. Sobre corpo, subjetividade e revista Vogue: a construção da mulher pela moda. **Revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, [s. l.], v. 3, n. 5, p. 100-111, 2009.

MIGUEL, Raquel de Barros Pinto. OS CUIDADOS DE SI E OS CUIDADOS DO OUTRO: lugares de gênero na publicidade da revista capricho (décadas de 1950-1960). **Projeto História: GÊNERO E SUBJETIVIDADES**, São Paulo, n. 45, p. 2019-242, dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/15013> Acesso em: 15 nov. 2021.

MOTA-RIBEIRO, Silvana. Corpos visuais: imagens do feminino na publicidade. In: MACEDO, Ana Gabriela; GROSSEGESSE, Orlando. **Representações do corpo**. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da





Universidade do Minho, 2003. p. 115-132. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/27717> Acesso em: 18 nov. 2021.

MOTA-RIBEIRO, Silvana. **Retratos de mulher**: construções sociais e representações visuais do feminino. Braga: Campo das Letras, 2005. 211 p. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/41848> Acesso em: 30 set. 2021.

NUNES, Patrícia de Souza; SILVA, Josimey Costa da. Representações da mulher na publicidade em Natal-RN: entre corpos estéticos e padrões hegemônicos da subalternidade na cena pública. **Ação Midiática**, Curitiba, n. 14, p. 143-158, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/am.v1i14.54353> Acesso em: 10 nov. 2021.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire. Representações do feminino na publicidade: estereótipos, rupturas e deslizos. **Revista Latino-Americana de Comunicação**, [s. l], n. 134, p. 181-200, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5974561> Acesso em: 23 nov. 2021.

ORTIZ, Noemi Vargas. Las representaciones de la mujer de talla grande en la publicidad: caso forever 21. **Vivat Academia**, [S.L.], p. 1-24, 10 jun. 2020. Forum Internacional de Comunicacion y Relaciones Publicas - FORUM XXI. <http://dx.doi.org/10.15178/va.2020.151.1-24>

POSSENTI, Sírio. Discurso Humorístico e Representações do Feminino (Humoristic Discourse and Female Representation). **Estudos da Língua(Gem)**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 63-94, 30 jun. 2007. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Edicoes UESB. <http://dx.doi.org/10.22481/el.v5i1.1048>

RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara Isabel. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Sul-Sul: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, [s. l], p. 57-76, 2021. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/136148/2/496080.pdf> Acesso em: 26 nov. 2021.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**,



[S.L.], n. 34, p. 1-54, 2021. FapUNIFESP (SciELO).  
<http://dx.doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.238917>

SAMARÃO, Lilianny. O espetáculo da publicidade: a representação do corpo feminino na mídia. **Contemporânea**, [s. l], v. 5, n. 1, p. 45-57, 2007. <https://doi.org/10.12957/contemporanea.2007.17200>

SANTOS, Cristina. A corporeidade na contemporaneidade: algumas reflexões sobre o discurso publicitário. **Vista**, [S.L.], n. 1, p. 137-163, 19 maio 2017. University of Minho. <http://dx.doi.org/10.21814/vista.2982>

SANTOS, Cristina Figueiredo. Beleza, magreza e juventude: a perfeição corporal feminina na publicidade e a corporeidade disruptiva da dove. **Comunicación**, [s. l], n. 35, p. 13-27, 2016. <https://revistas.upb.edu.co/index.php/comunicacion/article/view/1476>

SANTOS, Patrícia Lessa dos. O corpo em pedaços: análise do discurso sobre mulher nos outdoors de maringá. **Unimontes Científica**, [s. l], v. 4, n. 2, p. 1-21, 2002.

SILVA, Ana Cláudia Suriani da; OLIVEIRA, Cláudia de. Apresentação: moda, mulher e imprensa no brasil. **Dobra[S] – Revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, [S.L.], v. 14, n. 29, p. 8-23, 3 ago. 2020. Dobras. <https://doi.org/10.26563/dobras.v14i29.1134>

SILVA, Tânia Maria Gomes da. TRAJETÓRIA DA HISTORIOGRAFIA DAS MULHERES NO BRASIL. **Politeia: Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008.

SOARES, Marcela Dupont; BARBOSA, Josefa Ferreira. O corpo ideal: representação de corpo na subjetividade e contemporaneidade. **Doxa: REVISTA BRASILEIRA DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 238-254, 30 set. 2020. Doxa Revista Brasileira de Psicologia e Educacao. <https://doi.org/10.30715/doxa.v22iesp.1.14131>

SOUZA, Karla da Silva *et al.* INFLUÊNCIA DA MÍDIA SOBRE O CORPO FEMININO: uma revisão sistemática. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 385-400, 1 set. 2021. Universidade Tiradentes. <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2021v9n2p385-400>



SWAIN, Tania Navarro. FEMINISMO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: a invenção das mulheres nas revistas *.:femininas:.* **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 34, p. 11-44, 2001.

VARGAS, Andrea Quilian de; BENCHIMOL, Ana Paula Fogaça; UMBACH, Rosani Ketzer. A mulher nos anos 60: frágil ou subversiva?. **Literatura e Autoritarismo**, [S.L.], n. 24, p. 81-92, 14 dez. 2014. Universidad Federal de Santa Maria.  
<http://dx.doi.org/10.5902/1679849x15916>.

VARGHESE, Neema; KUMAR, Navin. Feminism in advertising: irony or revolution? a critical review of femvertising. **Feminist Media Studies**, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 441-459, 29 set. 2020. Informa UK Limited.  
<https://doi.org/10.1080/14680777.2020.1825510>

WOLF, Naomi. **O Mito da Beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Roco, 1991. 490 p.

ZIMMERMANN, Tânia Regina. Imprensa, movimento de mulheres, feminismo e violência de gênero no oeste do Paraná nas décadas de 1970 e 1980. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 162-177, 22 nov. 2009. Universidade Estadual de Londrina.  
<https://doi.org/10.5433/2176-6665.2009v14n2p162>.



## Women and Their Bodies: An Analysis of the Path of Representations in Alcoholic Beverage Advertisements Over the Decades

**ABSTRACT:** Women were and are represented socially as mothers, housewives, workers, whether in soap operas, films, advertisements and other media. The objective of this research is to analyze the path of representations of women in advertisements for alcoholic beverage brands published in Brazil. As a methodological procedure, a documentary research was carried out in media archives, searching for advertisements of alcoholic beverage brands, from the 1930s, which were submitted to content analysis. The results indicate that, over the decades, the representations of women in advertising for alcoholic beverage brands have followed the social changes that have occurred, however, they have focused on the objectification of their bodies, which, in turn, mark social differences

**KEYWORDS:** Women. Advertising. Representations

**Débora Cristina SOARES**

Universidade Federal de Uberlândia

**Cíntia Rodrigues OLIVEIRA**

Universidade Federal de Uberlândia

**Verônica Angélica Freitas de PAULA**

Universidade Federal de Uberlândia

*Recebido em: 29/01/2023*

*Aprovado em: 18/11/2023*



## ARTIGOS



## Teoria feminista e pesquisa em Educação Ambiental:

### Os saberes nas águas e nos campos e o processo histórico de invisibilização das mulheres

Marta Bonow Rodrigues, *Universidade Federal do Rio Grande (FURG)*

Liza Bilhalva Martins, *Universidade Federal do Rio Grande (FURG)*

Gianpaolo Knoller Adomilli, *Universidade Federal do Rio Grande (FURG)*

---

Resumo. O presente artigo parte de reflexões realizadas através de pesquisas<sup>1</sup> que têm como elemento central apresentar o processo pelo qual mulheres que vivem nas regiões rurais costeiras no sul do Rio Grande do Sul atravessam ao longo dos anos quando desempenham atividades consideradas, majoritariamente, masculinas. Assim, neste texto, buscamos apresentar, a partir de uma pesquisa realizada com pescadoras embarcadas nas lagoas no extremo sul do Brasil, especialmente por meio do material etnográfico, bem como de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida para compreender o modo de vida das mulheres campeiras, o quanto as teorias feministas de perspectiva decolonial e interseccional nos fornecem elementos fundamentais para pensar criticamente sobre as condições de opressão das mulheres no mundo a partir da diferença. Construir pesquisas comprometidas com a diferença, é ocupar lugares, é *estar à mesa*, é compreender a diversidade, discutir e propor ações conjuntas buscando um viver de forma mais justa e igualitária com tudo que compõe esse mundo, seja humano ou para além do humano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres campeiras. Pescadoras embarcadas. Feminismo decolonial e interseccional. Etnografia. Educação Ambiental Crítica.

---

<sup>1</sup> São duas as pesquisas de doutorado em Educação Ambiental que dão base para este artigo. Neste momento, uma delas se encontra encerrada – com mulheres pescadoras, enquanto a outra – com mulheres campeiras, está em fase de desenvolvimento.





## Duas pesquisas, diferentes mulheres, um mesmo ambiente e um mesmo problema

Iniciaremos, aqui, apresentando o local de nossas pesquisas com mulheres das águas e dos campos do sul do Rio Grande do Sul: uma região de pecuária extensiva<sup>2</sup>, de pesca e de produção agrícola em larga escala. Ambas as pesquisas abrangem os municípios de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar; a pesquisa com mulheres pescadoras, ainda se estende para os municípios de São José do Norte, Jaguarão e Pelotas; à pesquisa com mulheres campeiras se acrescenta o município do Chuí<sup>3</sup>. Esse território é constituído por um ambiente litorâneo costeiro dentro do Bioma Pampa<sup>4</sup>, e é composto por áreas alagadiças, e pela presença de lagoas, sendo as três maiores e mais significativas a Lagoa dos Patos, a Mirim e a Mangueira. Além disso, no quilômetro 498 da rodovia BR 471, único acesso terrestre às cidade de Santa Vitória e do Chuí dentro do Brasil, há a Estação Ecológica do Taim, área de preservação permanente que ocupa um total de 32.806,31 hectares e um dos principais locais de migração de aves do mundo.

Entendemos a importância de apresentarmos o ambiente em que se desenrolam as pesquisas, pois influenciam e são influenciados permanentemente pelos coletivos humanos e, também, porque os ambientes estão diretamente relacionados com as atividades laborais desenvolvidas nas comunidades e nas quais estão imbricadas as relações de opressão de gênero – opressões sobre as quais buscamos refletir a partir das referidas pesquisas.

Uma das pesquisas é desenvolvida com mulheres pescadoras embarcadas que capturam o peixe e o camarão nas lagoas, e a outra, com mulheres que estão na lida campeira<sup>5</sup>, principalmente na pecuária

---

<sup>2</sup> Pecuária extensiva refere-se às formas de criação de animais de produção, especialmente gado bovino, nas quais os rebanhos são mantidos em campos naturais ou pastagens exóticas, porém sem estarem em espaços estritamente confinados (SILVA; RODRIGUES, 2017, p. 115 – nota de rodapé).

<sup>3</sup> Para leitores/as que queiram acompanhar o mapa da região, sugerimos os seguintes endereços no Google Maps: <https://www.google.com/maps/@-31.6800979,-52.0471668,9z> <https://www.google.com/maps/@-32.0096567,-52.1858692,10z> <https://www.google.com/maps/@-32.53044,-52.6788806,8z> <https://www.google.com/maps/@-32.9180502,-52.7805042,10z>

<sup>4</sup> O ambiente litorâneo aqui referenciado compõe a chamada “Unidade Planícies e terras baixas costeiras” que corresponde a uma extensa planície arenosa litorânea, composta por inúmeras lagoas, banhados e campos de restingas onde se localiza a sede do município de Pelotas, às margens de Laguna dos Patos e Arroio Grande próxima à Lagoa Mirim. Nas terras baixas, têm-se campos com capões e banhados (STUMPF, *et al.*, 2009).

<sup>5</sup> A lida campeira é o trabalho diário que envolve a propriedade rural, especialmente as tarefas com animais, mas não se restringe a isso.



extensiva com gado bovino, além de equino e ovino. Ambas as pesquisas se aproximam, entre outras coisas, pela abordagem teórico-metodológica, por se tratarem de mulheres que habitam um mesmo ambiente, mas, principalmente, por trazerem como foco a vivência dessas mulheres com diferentes experiências que ao mesmo tempo são tão semelhantes nos processos de estar no mundo, este mundo que ainda invisibiliza e subalterniza tanto os saberes femininos.

Para falar sobre esses problemas, precisamos compreender que fazer pesquisa, ou melhor, fazer ciência é assumir a responsabilidade de sentir capacidades de construir conhecimento crítico a partir de escolhas que não são desprezíveis nem livres de intenção. Assim, como pesquisadoras feministas, assumimos que as escolhas de nossos temas de pesquisa, desde o começo, foram intencionais e refletem nossas formas de pensar e de estar no mundo. A partir do início do processo, seja na chegada ao campo para pensar o estudo, seja pelo conhecimento prévio através da vivência no próprio campo, estamos mergulhadas nesses universos e, por isso, sentimos a necessidade de compartilhar uma breve história de como chegamos e permanecemos nessa caminhada atravessadas academicamente pelas perspectivas teóricas feministas decoloniais e interseccionais.

A pesquisa com mulheres campeiras inicia-se em 2020 e vem pela própria experiência da doutoranda como mulher vinda de uma família dessa região rural que compõe o estreito entre as lagoas Mirim e Mangueira, entre Rio Grande e Santa Vitória do Palmar. Esse trabalho de doutorado tem como objetivo principal compreender o modo de vida das mulheres dessa localidade, seus saberes, suas práticas, seus aprendizados e, especialmente, a forma como essas mulheres, através desses aspectos, constroem-se ou educam-se como sujeitos nesse meio em relação a outras pessoas e em relação à natureza. Um episódio em especial foi destaque para instigar a pesquisa: em 2016, durante uma conversa entre a pesquisadora e sua tia que estava em processo de aposentadoria por problemas de saúde, a sobrinha ficou sabendo que a equipe do INSS<sup>6</sup> exigiu que sua tia fizesse uma demonstração de seus saberes do campo, como amarrar uma cerca de arame, pegar um cavalo no campo e tocar uma vaca para o brete<sup>7</sup>. Ainda que a tia não tivesse força física para algumas atividades, foi obrigada a descrever com

<sup>6</sup> INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – Brasil Governo Federal.

<sup>7</sup> Instalação em que se faz a contenção do animal para aplicação de medicamentos, vacinas, verificar a saúde em geral, etc.



detalhes como o trabalho era feito, para que o tempo em que viveu na região rural, trabalhando no campo, contasse para sua aposentadoria. Terminada a narrativa, ao mesmo tempo, sobrinha e tia falaram: “se fosse homem, ninguém exigiria demonstração dos conhecimentos campeiros para fins de aposentadoria”.

Além do pertencimento a esse universo ser um dos propulsores da pesquisadora para adentrar nesse estudo, a sua participação<sup>8</sup> no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC<sup>9</sup>) – Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS<sup>10</sup> (RIETH *et al.*, 2013), que visava identificar e propor formas de salvaguardar, como patrimônio nacional, os saberes dos trabalhadores<sup>11</sup> da região da campanha no Rio Grande do Sul, também foi um grande influenciador a partir do questionamento da ausência das mulheres como interlocutoras do processo do INRC, ponto que em seguida comentaremos.

Durante os trabalhos de campo nesse INRC deparamo-nos com uma rede de interlocutores homens que indicavam outros interlocutores homens – seguindo sempre a metodologia para bens imateriais indicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>12</sup>. As mulheres permaneciam invisibilizadas, como se não fizessem parte do universo do trabalho do campo nessa região do pampa. No entanto, quando finalizávamos o estudo do INRC para entrega de relatório ao IPHAN, uma das únicas duas mulheres que foram interlocutoras questionou: “E onde estão as mulheres nessa pesquisa?” (RIETH *et al.*, 2013). Desde então, permanecemos pensando que esse tema deveria obrigatoriamente ser explorado e que isso somente seria possível através de uma abordagem feminista, pois, como nos fala Strathern (2006), dessa forma é possível ter uma visão mais autônoma das relações de

---

<sup>8</sup> Ressaltamos que ambas as pesquisadoras autoras deste artigo participaram do referido INRC que durou de 2011 a 2018, com trabalho de campo concentrado entre 2011 e 2013.

<sup>9</sup> INRC é um instrumento de reconhecimento de bens culturais de qualquer natureza. Fazer um inventário é fazer um levantamento, uma listagem descritiva dos bens culturais que remetem às referências culturais - materiais e imateriais - de um lugar ou grupo. (IPHAN, 2012).

<sup>10</sup> A pesquisa de campo deste Inventário foi executada no período de 2010 a 2013, por uma equipe de antropólogos, historiadores e geógrafos da UFPEL, com financiamento e metodologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da qual eu fazia parte. A pesquisa tem como foco os saberes e ofícios dos trabalhadores campeiros no pampa sul-riograndense.

<sup>11</sup> Trazemos “os trabalhadores” no masculino, pois a indicação metodológica acabou levando a equipe sempre para trabalhadores homens – um dos pontos que tomamos por base para início de uma perspectiva feminista.

<sup>12</sup> Essa metodologia é específica para o caso de pesquisas de INRC para reconhecimento, patrimonialização ou registro de bens imateriais ou intangíveis.



poder, enquanto abordagens centradas nas relações de gênero, geralmente são entendidas pelo viés do/a observador/a.

Faremos, ainda, uma apresentação sintética sobre o que são os saberes campeiros<sup>13</sup> dos quais estamos falando para situarmos as/os leitoras/es, uma vez que são conhecimentos locais. A profusão de saberes do campo se une em um único e grande aspecto – a lida campeira, composta por diversas lidas, sendo as sete principais identificadas como o pastoreio, a feitura do aramado, a doma de cavalos, a tropeada, o ofício do guasqueiro, a esquila e a lida caseira (RIETH; RODRIGUES; SILVA, 2015) – que fazem parte da construção/educação dos sujeitos campeiros. Nesse processo, mulheres e homens aprendem “como ser, ou como *não* ser, aprendizes do sexo feminino” (LAVE, 2015, p.44). Há as atividades explicitamente entendidas como femininas ou como masculinas, e, apesar disso, os conhecimentos são compartilhados por ambos. Então, por que as mulheres não aparecem junto aos homens como pessoas campeiras, aquelas que detêm o conhecimento do gado, do montar a cavalo, do lidar com uma tropa de animais? Por que lhes é negado ou, ao menos, invisibilizado o papel de campeiras?

Levando-se em conta que, em geral, as lidas campeiras são compreendidas como parte do universo dos homens do campo por exigir força física (RIETH; RODRIGUES; SILVA, 2015), pensa-se, comumente, que as mulheres não acessam ou mesmo vivenciam plenamente as lidas do campo. Porém, as mulheres estão vivendo o campo, as atividades e tudo o que envolve o mundo campeiro. A narrativa sobre a tia de uma das autoras é apenas um dos exemplos. Podemos pensar, assim, que o processo de aprendizado das lidas campeiras entre as mulheres, da mesma forma como possivelmente ocorre com os homens campeiros, é resultado do todo que constitui a vida social e, portanto, também a cultura, uma vez que, centrada nas relações, faz parte do todo – aprendizagem situada nas complexas comunidades de práticas (LAVE, 2015, p. 40). Segundo Lave (2015), cultura e aprendizagem são sempre ambas as coisas: “as coisas são constituídas por, e constituídas como, as suas relações; e assim, produção cultural é aprendizagem que é produção cultural”<sup>14</sup> (LAVE, 2015, p. 40). Então, se as mulheres estão vivenciando o campo, por que não conheceriam as lidas campeiras? Mais uma vez, por que são esquecidas?

<sup>13</sup> Campeiro/a é tudo aquilo que vem do campo.

<sup>14</sup> Nas palavras destacadas em itálico a ênfase é de Lave (2015).



Já, a pesquisa com as mulheres pescadoras iniciou-se em 2018 com a chegada da pesquisadora, agora doutora, acompanhando uma equipe de reportagem à Ilha dos Marinheiros, pequeno lugarejo rodeado por águas no estuário da Lagoa do Patos. Com a incursão, a equipe tinha por objetivo conhecer um pouco mais o local que congrega a produção social e econômica da pesca e da agricultura, atividades que os/as habitantes alternam dependendo dos ciclos da natureza. A arquitetura chama a atenção de quem chega ao local: as *casas de lata*, assim chamadas por terem a parte de fora revestida por placas de zinco – utilizadas pela cultura local para proteger as habitações do vento e da maresia da lagoa, são um dos maiores atrativos de fotógrafos/as. Após muitas fotos e conversas, a maior parte delas com mulheres e crianças que estavam nas casas ou que transitavam nas ruas do lugarejo, a visita foi encerrada na praia, mais precisamente, no estaleiro, lugar onde se consertam as embarcações de pesca. Nessa parte da praia, havia várias embarcações pequenas, redes de pesca e muitos homens e, em contraste com as ruas do lugarejo, não havia nenhuma mulher. Essa ausência provocou a pesquisadora a pensar: será que existe mulher pescando? Quando questionado sobre a presença das mulheres na pesca, o mestre do estaleiro respondeu com um taxativo *não*, e ainda acrescentou: “elas ajudam em casa com o peixe”.

Como pesquisadoras feministas, transformamos nossas inquietações em perguntas centrais para as teses em Educação Ambiental (EA). Afinal, existe ou não mulher pescando nas águas lagunares no extremo sul do Rio Grande do Sul? Existem mesmo mulheres *campereando*<sup>15</sup> no pampa sul litorâneo, para além da experiência de vida da pesquisadora doutoranda aqui citada e da interlocutora do INRC que levantou a questão? Se existem, quem são, como se tornaram o que são e como seus saberes se mantêm através das gerações? Essas inquietações surgem em nós através das vivências acumuladas ao longo da vida como mulheres, estudantes, profissionais formadas em diversas áreas, e tantas outras identidades que possuímos – num mundo marcado pelo apagamento e silenciamento sobre as coisas que as mulheres fazem.

Fizemos uma escolha. Escolhemos uma episteme para pesquisar e escrever sobre coisas que deveriam ser óbvias para todas as pessoas,

---

<sup>15</sup> *Camperear* – é o ato de desenvolver atividades atinentes ao meio rural, especialmente nos trabalhos com a pecuária; é uma palavra comumente utilizada nas comunidades rurais do Rio Grande do Sul.





mas não são. Escolhemos palavras, como nos ensina Conceição Evaristo (RODA VIVA, 2021), palavras que nos guiassem e nos fizessem enxergar para além do nosso mundo, perseverando na busca por produções do conhecimento, revisões teóricas e conceituais vindas de outras experiências de mulheres nas suas interseccionalidades (CRENSHAW, 1989), que a hegemonia masculina, branca, europeia e burguesa fez questão de apagar, *caçar* ou *queimar*, nos termos de Silvia Federici (2019).

Seguindo nossas pesquisas, iniciamos as revisões da literatura acadêmica em ciências sociais e humanas sobre pesca e mulher no Brasil, e sobre mulheres no pampa sul-riograndense. Quanto à literatura que versa sobre mulheres e pesca, levantou-se que elas sempre estiveram pescando nas águas brasileiras, entretanto, com exceção da pesquisa de Rose Gerber em Santa Catarina (2015), todas as outras produções acessadas não trazem essas pescadoras como protagonistas, elas são somente citadas, com destaque para a informação de que poucas mulheres hoje em dia estão nesta etapa da cadeira produtiva da pesca, insistindo na dualidade: mulheres em terra, homens no mar. Mas por que eram apenas citadas? Por que ninguém olhava profundamente para elas? Quanto às mulheres do pampa do Rio Grande do Sul, a produção científica é ínfima, praticamente encerrada nas questões da agricultura familiar ou, quando há uma ligação mais direta da mulher com o cavalo – elemento fundamental para o reconhecimento do sujeito como *campeiro/a* (RIETH *et al.*, 2013), está no campo dos estudos literários, da música, geralmente sendo apresentada através de uma concepção poética ou mesmo romantizada do que é ser uma mulher campeira, sem de fato dar atenção a ela como agente do saber.

Outra questão significativa sobre as mulheres na pesca é o fato de que as análises de gênero nesse campo são historicamente muito recentes, tendo sido impulsionadas principalmente pelo movimento feminista na academia dos anos 1980/90, quando há a institucionalização dos estudos sobre a mulher e se cria a categoria *gênero*<sup>16</sup>, o que levou as pesquisadoras a pensar criticamente sobre organização social e política nas comunidades, incluindo as pesqueiras (divisão sexual do trabalho) (ALENCAR, 1991; BECK, 1991; MANESCHY, 1995; WOORTMANN, 1992).

---

<sup>16</sup> Gênero, variável estruturante da organização social das relações entre homens e mulheres (SCOTT, 1985).



O interesse tardio em pesquisar a vida e o protagonismo das pescadoras em suas comunidades, assim como apontamos para a questão da falta de pesquisas sobre mulheres campeiras, leva-nos a entender que o primado da invisibilidade permeou e permeia também o olhar hegemônico de pesquisadores/as que bebiam na fonte da epistemologia hegemônica, a qual promovia o apagamento das experiências de mulheres. Ao longo das pesquisas, passamos a perceber que pesquisadores/as poderiam ter deixado se convencer pelos discursos nativos de que mulheres não trabalham, *elas ajudam*, nesses locais de que falamos, corroborando a resposta do mestre do estaleiro na Ilha dos Marinheiros.

Para os estudos sobre mulher e pesca, diferentemente dos estudos sobre mulheres campeiras que permanecem estagnados, a partir da primeira década dos anos 2000 temos uma diversificação entre as várias regiões brasileiras evidenciando realidades de milhares de mulheres na cadeia produtiva da pesca, seus diferentes modos de vida, trabalho, questões sobre sua saúde, formas de organização e articulação, inclusive em movimentos sociais na luta pelo seu reconhecimento, seus direitos e pela defesa de seus territórios. Porém, mesmo nesse cenário de ascensão, as pescadoras embarcadas continuam não recebendo protagonismo nas pesquisas. Outro dado relevante é que as pesquisas são, majoritariamente, realizadas por mulheres; são pesquisadoras e não pesquisadores que estão preocupadas em conhecer as mulheres no mundo da pesca, o que para nós, mulheres pesquisadoras e feministas, não é nada surpreendente, pelo contrário, parece ainda ser a norma para pesquisas com mulheres.

É necessário ressaltar que as pesquisadoras se aproximam epistemologicamente da macrotendência crítica da Educação Ambiental, corroborando nossa vivência feminista, uma vez que a Educação Ambiental Crítica procura romper com as relações hegemônicas do poder estabelecido através de movimentos políticos e sociais comprometidos com grupos oprimidos e que, conjuntamente com esses grupos, buscam soluções possíveis para cobrir as demandas que levem às transformações imprescindíveis para uma sociedade menos desigual (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Como pesquisadoras atravessadas pela formação interdisciplinar arraigada principalmente na Antropologia/Arqueologia e na Educação Ambiental, temos por base a etnografia, portanto o método antropológico da observação participante, sem esquecer nosso



comprometimento com a episteme feminista, foi, e tem sido, central para compreender o modo de vida dessas mulheres do extremo meridional do Brasil.

## **De onde falamos / como e com quem dialogamos**

É uma arrogância particularmente acadêmica iniciar qualquer discussão sobre teoria feminista sem examinar nossas muitas diferenças, sem uma contribuição significativa de mulheres pobres, de mulheres negras, e do Terceiro Mundo, e de lésbicas. (LORDE, 2019, p. 137)

Conforme já comentamos, acreditamos que fazer ciência tem um significado potente frente à construção de conhecimento crítico a partir de movimentos que não são despretensiosos. Sendo assim, nossas motivações feministas e profissionais levam-nos à elaboração de reflexões constantes sobre os desafios de ser mulher no mundo, particularmente nesse mundo em crise marcado pelo processo agressivo, predatório, excludente e violento da modernidade, do capitalismo, do patriarcado e da hegemonia do poder. Esse ser mulher é múltiplo, somos muitas, somos diversas e com diferentes experiências de vida. É nesse sentido múltiplo de ser mulher que nos interessamos em pensar.

Atentas à ausência significativa de produções sobre essas mulheres com quem pesquisamos, tentando entender o porquê do desinteresse e, mais que isso, querendo encontrar essas mulheres e conhecer suas histórias, assumimos nas investigações uma epistemologia feminista centrada no que muitas autoras propõem a respeito de uma teoria de perspectiva decolonial e interseccional. Essa perspectiva deve levar em conta gênero, classe, raça, sexo e geração, entre outras categorias que precisam estar articuladas para podermos pensar a diferença nas mais diversas vivências de opressão e desigualdade, como apontam teóricas feministas com concepções que podem divergir em alguns pontos, mas que convergem quando se trata de enfatizar essas diferenças como aspectos primordiais para as lutas pelo fim da opressão das mulheres (CREWSHAW, 2004; HOOKS, 2019; GONZALES, 2020; LORDE, 2019; VERGÈS, 2020). A teoria feminista, dessa forma, conduz-nos a aprender com as experiências históricas e culturais particulares, principalmente de mulheres do sul global, negras, latinas e indígenas.

Dizer-se feminista decolonial, defender os feminismos de política decolonial hoje não é apenas arrancar a palavra “feminismo” das mãos ávidas da oposição, carente de ideologias, mas também afirmar



nossa fidelidade às lutas das mulheres do Sul global que nos precederam. É reconhecer seus sacrifícios, honrar suas vidas em toda a sua complexidade, os riscos que assumiram, as hesitações e as desmotivações que conheceram. É receber suas heranças. Também é reconhecer que a ofensiva contra as mulheres, atualmente justificada e reivindicada publicamente pelos dirigentes estatais, não é simplesmente a expressão de uma dominação masculinista descomplexificada, e sim uma manifestação da violência destruidora suscitada pelo capitalismo. O feminismo decolonial é a despatriarcalização das lutas revolucionárias. Em outras palavras, os feminismos de política decolonial contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu *direito à existência* (VERGÊS, 2020, p. 9).

O capitalismo, como já apontado exaustivamente por feministas que têm trabalhado nos movimentos acadêmicos e não acadêmicos como o principal problema da opressão das mulheres e de outros grupos na atualidade, provocou o dismantelamento dos movimentos comunais, cercou terras e, conseqüentemente, cercou o conhecimento, os corpos, as relações com as pessoas e com a natureza, conforme nos diz Silvia Federici (2017). Mas de que corpos estamos falando? Esse questionamento é fundamental quando pensamos que as dominações não são comuns a todas as mulheres, há uma série de diferentes marcadores que caracterizam as relações de poder (PINTO, 2020).

A separação da mulher de um modo de vida coletivo é fundamental para dominá-la, e a ideia se expande rapidamente com a colonização; outros grupos também passam a operar dessa maneira ao longo do tempo, como indica Oyěwùmí (2021) quando nos fala da colonização da Iorubalândia – Nigéria pela Inglaterra. Essa autora, apesar de não se afirmar como feminista, apresenta como o processo colonizador na África implantou, com violência, essa forma de categorizar grupos e que as mais afetadas foram as mulheres. A criação da categoria gênero, na cultura iorubá, ocorre através da chegada dos colonizadores europeus, que impuseram as divisões inerentes ao pensamento ocidental. Através das práticas, das políticas e das ideologias europeias, houve um impacto significativo diferente para homens e mulheres africanas e a hierarquia social, anteriormente centrada em linhagens e gerações, passa a funcionar por meio das categorias gênero e raça principalmente (OYĚWÙMÍ, 2021).

Todo o sistema que anteriormente havia sido implantado na própria sociedade europeia, séculos antes (entre os séculos XIII e XV principalmente), chega à África em forma de violência epistêmica e ontológica (século XIX principalmente); o homem branco representa a



*humanidade*, enquanto os povos africanos passam a ser *os outros*. Além disso, todo e qualquer ente considerado superior a outros, passa a ser masculinizado – como ocorre com orixás da tradição iorubá. O *homem* passa a ser o centro de tudo. A coletividade é substituída pela individualidade e, as mulheres que não são consideradas indivíduos nesse novo sistema, perdem todos seus direitos (OYĚWÙMÍ, 2021), a exemplo do que ocorreu na Europa transicional do feudalismo para o capitalismo (FEDERICI, 2017). Todas as características da colonização permanecem nas sociedades colonizadas, mesmo com o fim dos períodos imperiais ou expansionistas. Portanto, as relações antes permeadas de significados igualitários (ainda que podendo ser pautados nas diferenças) são substituídas pela violência de gênero, raça e classe, com a criação de elites africanas/iorubás que mantém grupos minoritários sob sua vigilância, entre eles, as mulheres. As observações de Oyëwùmí (2021) a respeito da sociedade iorubá reforçam o que já vem sendo dito no campo das teorias feministas: o capitalismo precisa da subalternização das mulheres e dos grupos minoritários para garantir seu funcionamento, como, também, já indicava Federici (2017; 2019). Há uma necessidade de que determinados grupos estejam em processo de exclusão para que se crie mão de obra sendo vendida e explorada a uns poucos detentores do poder. E esses detentores podem ser homens ou mulheres que atuam na reprodução do sistema subalternizando outras mulheres.

Retomando o que vínhamos falando, as diferenças que nos tornam o que somos e as experiências que nos oprimem enquanto mulheres são as mais diversas e, dependendo do lugar que ocupamos na hierarquia social, se acumulam nos nossos corpos femininos. Mulheres pobres, negras, latinas, indígenas, pessoas com deficiência, idosas, lésbicas e trans não sofrem a opressão e a desigualdade da mesma forma que mulheres brancas, cis, jovens, de classe média ou alta, com níveis mais altos de escolaridade e bons empregos, por exemplo (GONZALES, 2020; LORDE, 2019; PINTO, 2020). No mesmo sentido, é importante salientar que, apesar de o capitalismo ser central no processo de dominação, a condição de opressão das mulheres é anterior a ele, o patriarcado acompanha a humanidade há milênios e se apresenta em configurações independentes do sistema capitalista (LERNER, 2019; PINTO, 2020).

Tendo um tempo de longa duração, anterior e posterior ao capitalismo, a história da opressão sobre as mulheres não pode ser restrita à história do modo de produção. Mas, também, é





preciso estar atenta ao fato de que esta opressão não faz parte da natureza humana, nem tampouco a exclusão das mulheres em todas as suas formas é essencial ao capitalismo (PINTO, 2020, p. 2).

Considerando essas questões, para dar conta das diferenças e buscar caminhos que possam somar na luta pelo fim das opressões, as teorias feministas têm, cada vez mais, refinado suas ferramentas e alargado a categoria *gênero*, procurando desconstruir o conceito inicial e universalizante de *mulher*, da forma como era (e ainda é...) entendido através do feminismo branco (e, por que não, liberal?), eurocentrado e de classe média, que não representava, nem representa a maioria das mulheres, e, tampouco, estava interessado em dar voz às diferenças (GONZALES, 2020; LORDE, 2019). Portanto, é pensando por este viés das diferenças que conduzimos nossas pesquisas e assumimo-nos enquanto feministas.

Lélia Gonzales (2020) é enfática ao falar sobre *quem está à mesa* na construção de entendimentos de mundo, teorias e conceitos ao longo da história. Certamente, para essa mesa não foram chamadas autoras negras, latinas, indígenas, com deficiência, mulheres transexuais e do sul global. Provavelmente, em algum momento histórico, mais atual, as mulheres sentaram-se à mesa, mas somente aquelas que compartilham experiências outras, que usufruem de privilégios de classe e de raça oriundas de um feminismo cuja luta é principalmente a busca pela igualdade social e de direitos em relação aos homens. Em relação a isso, bell hooks (2019) ainda nos lembra: quais homens? E de que igualdade estão falando? É preciso trazer e pensar as diferentes experiências de mulheres, uma vez que, segundo essa autora, o feminismo é um compromisso político e coletivo.

No início dos anos 1980, hooks, assim como outras pensadoras negras, já afirmava que essa configuração de feminismo era reflexo direto da sociedade branca e patriarcal, na qual cabia às mulheres negras um lugar de exclusão e abandono, enquanto às brancas, era atribuído um papel revolucionário no combate às violências de gênero. Isso não só deixava de lado das lutas e demandas as mulheres não brancas de diferentes classes sociais, como impedia medir o sofrimento dessas outras mulheres, principalmente daquelas em situação de pobreza. Como nos lembra a autora, o sofrimento não é universal, não é igual para todas as mulheres, pois está relacionado a determinadas situações, necessidades e aspirações que não excluem as construções históricas e políticas (HOOKS, 2004).



Audre Lorde (2019) consolida essa questão nos dizendo que no momento em que as mulheres (brancas) concentraram forças na diferença com homens, na opressão sofrida pelo homem, esqueceram das diferenças entre as mulheres, e isso nada mais é que reprodução do pensamento patriarcal. Como mulheres, compartilhamos de alguns problemas, mas de outros, não. “Não são nossas diferenças que nos separam, mas nossa relutância em reconhecê-las e lidarmos de forma efetiva com as distorções que resultaram de as termos ignorado e confundido” (LORDE, 2019, p. 150). E aqui, podemos trazer Angela Davis também, quando resume, em uma frase, os problemas aqui apontados: “O feminismo envolve muito mais do que a igualdade de gênero. E envolve muito mais do que o gênero” (DAVIS, 2018, p.99).

Corroborando o que vem sendo trazido, para Françoise Vergès, feminismo na contemporaneidade ultrapassa a ideia de “mulheres” firmada a partir do determinismo biológico e emerge em direção à noção um aspecto político radical, de um trabalho revolucionário e de resistência cotidiana, o que a história da humanidade tem apresentado para diversas lutas de minorias que não têm sua cultura, seus movimentos e suas vozes caladas como supõem, muitas vezes, as narrativas oficiais. “É nessa temporalidade que situo o feminismo de política decolonial” (VERGÉS, 2020, p. 20).

É importante compreender, portanto, que, se por um lado a opressão das mulheres e a opressão dos grupos minoritários causada pelo capitalismo (ARRUZZA; BHATTHACHARYA; FRASER, 2019; FEDERICI; 2017), portanto a luta feminista deve ser anti-capitalista também, por outro, devemos pensar que o patriarcado é milenar, opera em outras esferas e as classes majoritárias contam com aliados/as em diferentes grupos para que as relações de poder e dominação se mantenham com o passar dos anos e atravessem diferentes sistemas sociopolíticos (FEDERICI, 2017; LERNER, 2019; LORDE, 2019).

Diante do sintético apanhado apresentado sobre o pensamento de algumas autoras que conduzem nossas pesquisas e nossas experiências, assumimos a busca pela produção de conhecimento localizado, situado, buscando, através de uma atitude política de posicionamento responsável e crítico, o desenvolvimento de fundamentos para uma Educação Ambiental que pensa os componentes de gênero, classe, raça, sexo e geração na construção de ações baseada também em pedagogias outras, num trabalho conjunto de conhecimento compartilhado *com* a outra (saber científico + saber local) e não *sobre* a



outra, e, assim, empenhando-nos pela equidade ambiental e de gênero como instrumento para a luta contra as desigualdades na busca por justiça ambiental e educação democrática.

Contribuir para a visibilidade das pescadoras e das campeiras, através da pesquisa em Educação Ambiental, é um compromisso político que assumimos quando escolhemos nossas pesquisas. Revelar e desvelar suas práticas e saberes a partir da vivência em ambientes específicos, suas formas de aprender e ensinar, mas também seus desafios socioambientais, opressões, exclusões e violências, fazem parte de um propósito, o propósito de escrever e compor com elas um futuro digno, sustentável, justo e democrático.

No entanto, desde o início nos perguntamos: como fazer o trabalho conjunto? Como nos juntarmos às pescadoras e às campeiras e aprendermos a partir dessa interlocução?

## **O método etnográfico e a teoria feminista: planejar, situar, observar, ouvir, descrever e propor**

O método etnográfico se apoia no intenso e sistemático trabalho de campo com os grupos pesquisados na tentativa de acessar os universos simbólicos e materiais que permeiam a vida social das/dos interlocutoras/es. No fazer etnográfico, a partir de suas técnicas, todas as envolvidas na pesquisa (pesquisadora e interlocutoras), estão implicadas ao longo do processo, o movimento é dialético, um vai e vem de experiências postas no curso da pesquisa, nas quais, no ato de construir um entendimento da realidade da “outra” acabamos por (re)construir o entendimento da nossa própria realidade. Como nos fala Mariza Peirano, quando trata da contemporaneidade do método etnográfico e do fazer etnografia, em seu artigo *Etnografia não é método*:

[...] o “método etnográfico” implica a recusa a uma orientação definida previamente. O refinamento da disciplina, então, não acontece em um espaço virtual, abstrato e fechado. Ao contrário, a própria teoria se aprimora pelo constante confronto com dados novos, com as novas experiências de campo, resultando em uma invariável bricolagem intelectual. Todo antropólogo está, portanto, constantemente reinventando a antropologia; cada pesquisador, repensando a disciplina (PEIRANO, 2014, p. 381).



Segundo Adomilli *et al.* (2017), a etnografia está absolutamente vinculada à reflexão Antropológica atravessando as pesquisas interdisciplinares na Educação Ambiental, com esse viés, pois possibilita contribuir para esta área analiticamente, uma vez que oportuniza ultrapassar as proposições mais conservadoras da EA enquanto via de conscientização. Nas tendências mais tradicionais e conservadoras entendem-se os sujeitos como meros receptores de conhecimentos técnicos e que somente assim os tornariam capazes de transformação. Essa proposição traduz uma relação de aprendizado verticalizada acomodada em relações de poder, chocando-se, portanto, com a perspectiva antropológica, feminista e freiriana de construção dialógica do conhecimento. Para essa tarefa, ouvir, olhar e sentir não podem ser tornados como faculdades totalmente independentes no exercício da pesquisa, pois servem para a/o pesquisadora/o como duas muletas que lhe permitem caminhar, ainda que tropeçadamente, na estrada do conhecimento.

Para compreender e descrever a vida das pescadoras e campeiras por meio da etnografia e de reflexões feministas, acompanhamos Silvana Nascimento quando assumimos nossos lugares na fronteira *entre-mundos*, seguindo os caminhos das pesquisas nas relações de alteridade que permitem “encontros e desencontros que animam o pensamento, reavivam os sentidos, descolonizam a visão” (2019, p. 478). Nessa linha, a experiência de campo depende, entre outras coisas, da biografia das pesquisadoras, das opções teóricas, do contexto sócio-histórico mais amplo e, não menos importante, das imprevisíveis situações que se configuram, no dia-a-dia, no próprio local de pesquisa entre pesquisadora e pesquisadas. Eis aí, a razão do porquê algumas predefinições metodológicas não cabem quando se pratica o método etnográfico.

Do encontro etnográfico e de vida com as mulheres da pesca e do campo, podemos perceber questões que de outra forma não são possíveis de serem observadas, no campo social, cultural, econômico. Na pesquisa com as pescadoras embarcadas, com a observação participante, a pesquisadora percebeu que as mulheres rompem de forma mais radical com a divisão sexual do trabalho instituída na pesca artesanal: *homens nas águas, mulheres em terra*. Com isso, vivem consequências diretas dos problemas socioambientais, e são elas as mais afetadas pelas mudanças e crises no setor pesqueiro causadas pela exploração e destruição dos oceanos, uma vez que, quando o peixe desaparece em



decorrência da pesca predatória praticada pelas grandes indústrias, são as mulheres que precisam desembarcar e fazer outra atividade para sobreviver – com baixa renda, tripla jornada (pesca, casa, comercialização), adoecimento, falta de acesso aos recursos e, ainda, enfrentando as desigualdades e a ausência de direitos e de reconhecimento pelo Estado. São invisibilizadas, excluídas e violentadas.

A teoria feminista nos traz as ferramentas necessárias para perceber a desigualdade, vulnerabilidade e invisibilidade, muitas vezes encobertas por certas práticas naturalizadas pelas comunidades, pelo Estado e por nós, pesquisadoras/es. Quando Daniele Kergoat (2010) nos diz que a divisão sexual do trabalho muda no tempo e no espaço, mas os princípios organizadores permanecem os mesmos, ela está trazendo os princípios da separação (trabalho do homem é distinto do trabalho da mulher) e da hierarquia (trabalho do homem vale mais que o trabalho da mulher). Observando as pescadoras, escutando suas histórias, faz-se um paralelo com Kergoat, pois as pescadoras que atuam na etapa da captura rompem com essa divisão, mas, ainda assim, quando não estão no barco, precisam dar conta da outra esfera na estrutura, ou seja, da casa, dos filhos, de seus maridos e dos idosos muitas vezes. Esse rompimento com a estrutura capitalista patriarcal traz muitos desafios, e tudo é feito para que elas desistam da pesca.

À medida que rompem com a divisão (homens nas águas, mulheres em terra) e começam a pescar, passam a ser vistas como homens, esses *heróis das águas, corajosos e valentes*, nunca são vistas como mulher que pesca, mas como *mulher que pesca como homem*, ou ajudante do pescador. Como uma mulher poderia estar ocupando esse lugar? Ela ocupa, mas é equiparada ao homem, detentor do trabalho que vale mais, que é mais reconhecido na cadeia produtiva da pesca. Em consequência desta equiparação, longe de receber o prestígio, ela tem que ser masculina, feia, descuidada e, se não for, as instituições do Estado não acreditam em seus documentos, ainda que sejam expedidos pela Marinha do Brasil. Mais ainda, ela adocece, porque o trabalho é forçoso, exige força, o corpo sente, estar nas embarcações expostas à chuva, ao vento, ao frio e ao calor causam certos estranhamentos corporais, doenças de pele e do aparelho urinário, e doenças reumáticas surgem; o Estado, por não querer entender e conhecer o que uma pescadora faz, uma vez que é invisibilizada, não relaciona a doença com o trabalho. Ela, então, adocece e perde seu trabalho, sua renda e mais, não acessa os benefícios de seguridade social do Estado.





Com as mulheres nas lidas campeiras parece ocorrer o mesmo, por serem atividades consideradas *brutas* e *brabíssimas* (RIETH; RODRIGUES; SILVA, 2015), e exigirem bastante dos corpos, ainda hoje o campo não parece ser considerado lugar de mulheres e, se elas são consideradas parte dele, estão substituindo alguém que faltou ao serviço acompanhando marido/pai/irmão, estão no *lugar do homem*. Ou na falta de figuras masculinas, as mulheres também assumem as atividades do campo, mas essa não é a regra e em nenhuma dos casos a mulher é retirada do espaço doméstico (RIETH, *et al.*, 2013). Sobre a influência do Estado nessas invisibilizações, reafirmamos o que foi apresentado em relação às mulheres pescadoras, e o que comentamos no início deste artigo em relação ao abandono, não reconhecimento ou tentativa de apagamento das mulheres, quando contamos a história da tia de uma das autoras, que precisou demonstrar o conhecimento do campo para que pudesse anexar tempo de serviço à sua aposentadoria, pois, de outra forma *como uma mulher comprova que faz o trabalho rural?*

Quando escutamos que *mulher não pesca, ou não campereia*, podemos entender que, se os homens desses grupos assumem que elas desempenham as mesmas tarefas desenvolvidas por eles, eles estariam perdendo seus lugares de provedores, de chefes de família, daqueles que se arriscam nas águas furiosas ou com animais ariscos, em embarcações vulneráveis ou ultrapassando solos instáveis montados a cavalo para manter a casa, a família; é uma questão de moral e de honra da masculinidade hegemônica própria do patriarcado. Corroborando isto, a mulher é definida como *ajudante*, algo menor e menos importante na estrutura hierárquica de poder, ficando à margem das políticas, das leis e dos direitos – a ideia de que *não existe mulher pescando*, como foi dito pelo mestre do estaleiro na Ilha dos Marinheiros à uma das autoras, faz parte de um jogo de poder instituído pelo capitalismo/patriarcado que somente autoriza um lugar para ela: o lugar da casa e da reprodução.

A teoria feminista traz, também, que a escrita vaza subjetividade e, na ciência, esse vazamento veio da subjetividade dos homens brancos, de língua inglesa e francesa na maior parte das vezes, e das relações hegemônicas norte/sul. Por isso, podemos entender o porquê de as pesquisas demorarem tanto para incorporar a categoria gênero em muitas de suas análises, como acontece com a pesca no Brasil. Mas vamos mais além: é também por essa razão que o/a pesquisador/a que bebem do vazamento hegemônico não se sentem provocados/as com o *não existe mulher pescando* e acabam por *comer na mão do/a native/a*,



acreditando nas narrativas diretas e na estrutura que está posta. A epistemologia hegemônica opera por exclusão e, portanto, provoca epistemicídios ou violências epistemológicas. O feminismo engajado em pensar as diferenças busca aquilo que a epistemologia hegemônica fez desaparecer e, assim, rompe com o apagamento sistemático de produção de saberes dos grupos oprimidos.

Esses saberes outros nos auxiliam a pensar outras realidades diferentes da/do pesquisadora/or, desacomodam, fazem pensar além. Algumas interlocutoras da pesquisa com as pescadoras fazem parte do movimento da pesca artesanal gaúcha, o qual agrega majoritariamente homens e tem como objetivo lutar por direitos, defesa dos territórios aquáticos e por uma pesca sustentável frente aos grandes empreendimentos da indústria da pesca. Conforme as pescadora vão se organizando e começam a participar juntamente com pesquisadoras, agentes do estado, secretárias do governo, etc, começam a querer articular as demandas próprias de ser pescadora junto ao movimento que se diz plural, entretanto, os pescadores oferecem resistência, entendendo que isso traria tensão para o movimento. Audre Lorde (2019) nos ajuda a pensar essas situações quando nos diz que há reprodução do patriarcado, mesmo quando um movimento ou ato se coloca como um exercício de rompimento com o sistema, há, portanto, sempre limites restritos para as mudanças possíveis e admissíveis.

Sobre o ambiente rural, campeiro, aqui abordado, não temos dados sobre movimentos, mas sabemos que é certamente um espaço de conflitos. Para minimizar os problemas e acabar com as opressões ou trazer mudanças significativas que rumem para relações igualitárias, trazemos novamente Audre Lorde (2019): só ocorrerá mudança quando houver plena consciência que as lutas devem ser através da interdependência das mulheres diversas, num compasso de uso das diferenças como instrumentos criativos no combate anticapitalista, antirracista e anti-sexista.

Por isso, entendemos que no universo pesqueiro e campeiro aqui do sul do sul, é necessário, antes de tudo, compreender como as mulheres realmente se constroem/educam enquanto sujeitos do meio, aprendem as lidas/a pesca com outras mulheres, aprendem a ser mulheres frente a rigidez do sistema, num processo educativo e criativo, que é passado por meio da cultura e da resistência.



## Considerações finais

Neste texto buscamos apresentar, a partir do material etnográfico resultado da pesquisa desenvolvida com pescadoras embarcadas nas lagoas no extremo sul do Brasil, mais especificamente, na Lagoa Mirim e dos Patos, e do material que têm sido desenvolvido na pesquisa com mulheres campeiras, o quanto a teoria feminista de perspectiva decolonial e interseccional nos trazem ferramentas fundamentais para pensarmos criticamente sobre as condições de opressão das mulheres no mundo a partir da diferença, bem como para desenvolver uma Educação Ambiental de forma horizontal e inclusiva, considerando outras pedagogias e formas de ser e estar no mundo, por meio das experiências sociais, culturais, políticas e econômicas das pessoas.

Enquanto mulheres, pesquisadoras, antropóloga/educadora ambiental e arqueóloga/futura educadora ambiental entendemos que resistir ou negar a diferença como uma força crucial é uma incapacidade de ultrapassar a primeira lição patriarcal que pregou a divisão e a conquista. Não lutamos por igualdade social com os homens, lutamos pelo fim da opressão sexista, do racismo, do capitalismo e do imperialismo, e o caminho para fazer isso é nos unirmos num ato coletivo e político. Este entendimento, devemos às companheiras que nos antecederam e às que aqui estão, ainda que algumas longe no tempo e no espaço, e que por forças hegemônicas estiveram *fora da mesa* e, mesmo assim, resistiram, lutaram, escreveram e finalmente foram lidas. Nós, cientistas feministas, contribuimos com esse movimento através de nossas pesquisas e das reflexões constantes sobre o real, escrevendo, vivendo, compartilhando, revelando modos de vida de diferentes mulheres pelo mundo que não são percebidas e, conseqüentemente, não são ouvidas e reconhecidas. Contar histórias de e com mulheres é trazê-las para a visibilidade, é compor com elas nesse ato coletivo e político.

As epistemologias não hegemônicas, ou seja, os conhecimentos dos grupos oprimidos e, sobretudo, das mulheres pobres, negras, latinas, indígenas, lésbicas, com deficiência e trans, são fundamentais e urgentes para compor com outros movimentos e lutar para a mudança desse cenário perverso milenar, e dessa crise instaurada no pensamento capitalista secular que devasta as mentes, os corpos e a natureza. Construir pesquisa comprometida com a diferença, é ocupar *lugar à mesa* para apresentar a diversidade, discutir e propor ações conjuntas



para se viver melhor, de forma justa e igualitária com tudo que compõe esse mundo, seja humano ou para além do humano.

Quando decidimos nossas pesquisas, tanto com pescadoras da pesca artesanal lagunar gaúcha, quanto com mulheres campeiras do pampa sul, percebemos há muitas coisas em comum entre nós e elas, como também há muitas diferenças. O ambiente em que habitam, define muitas problemáticas e desafios, os problemas socioambientais que acontecem num local não são os mesmos que ocorrem em outros, há culturas e práticas sociais que diferem de região para região, por isso precisamos falar a partir das particularidades, das opressões vividas e sentidas, examinar as diferenças. Conforme a teoria feminista, ignorar as diferenças entre as mulheres e as implicações dessas diferenças é uma ameaça à mobilização do poder coletivo de mulheres, conseqüentemente, precisamos nos unir, mulheres precisam priorizar mulheres.

Não é de se estranhar, portanto, que as pesquisas que trazem a categoria gênero como ferramenta de análise, sobretudo na área da educação e da educação ambiental, são desenvolvidas majoritariamente por mulheres. Entretanto, é preciso mais, é preciso pensar o conceito *gênero* ampliado, rompendo com a universalidade e articulando com outras categorias como raça, classe, geração, sexo, deficiência, e ainda mais, é preciso pesquisar *com* as mulheres e não *sobre* as mulheres. Precisamos das ferramentas que nos são úteis e não as do “senhor”, uma vez que a estratégia do sistema capitalista, racista, homofóbico e patriarcal é de manter o oprimido ocupado com as responsabilidades do senhor.

Reforçando o que foi posto aqui, para Audre Lorde (2019), a saída para escapar do uso “das ferramentas do senhor” é centrar as lutas nas ideias de interdependência entre mulheres diferentes, para que as diferenças sejam elementos de crescimento e fortalecimento (e criatividade) e não mais instrumentos que definam relações de poder à semelhança do patriarcado. Para tanto, essa autora nos diz que o diálogo é fundamental entre as/os diferentes, e que essas diferenças, então, devem constituir uma “reserva de polaridades necessárias” para esse caminho dialético. A busca pela igualdade a partir das diferenças é a forma possível de escapar da dominação da “casa-grande”.

Disputar epistemologias é disputar formas de transformação ao produzir conhecimento. Quanto mais lemos, pensamos e ouvimos outras



experiências, para além de quem sempre esteve na cena ou à mesa, vamos conseguir pensar melhor aquilo que as mentes que nos antecederam não puderam ou foram incapazes de pensar sobre desigualdade, invisibilidade, exclusão e opressão das mulheres no mundo. Entendemos que somente assim conseguiremos transformar o *dividir e conquistar* em *definir e empoderar*.

Aproveitamos esse espaço para, mais uma vez, firmar o que as teóricas feministas têm apresentado: a luta feminista precisa ser anticapitalista. Não há como se pensar em transformações de fato, sem levar em consideração esse sistema que oprime e consegue manter e até mesmo acomodar as pessoas em lugares de inferiorização.

Pensar criticamente sobre os movimentos feministas que, apesar de estarem no mundo ocidental há mais de um século, ainda mantém padrões de hierarquização de raça, gênero e classe é um dos princípios básicos para que ocorram as mudanças dentro do sistema. Não há como sair da invisibilização se houver opressão que apenas muda de mãos.

## Referências bibliográficas

ADOMILLI, Gianpaolo K.; TEMPASS, Martin C.; LOPES, Raízza C. Notas teórico-metodológicas sobre a pesquisa etnográfica na área de educação ambiental. *REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental – Revista do PPGA/FURG-RS*. Rio Grande, v. 34, n. 3, p. 226-244, set-dez/2017.

ALENCAR, Edna F. *Pescadeiras, Companheiras e Perigosas: Um Estudo sobre a Pesca Feminina em Lençóis*. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Brasília/UnB, Brasília, 1991.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTHACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

BECK, Anamaria. Pertence à mulher: mulher e trabalho em comunidades pesqueiras do litoral de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, v.7, n.10, 1991. Disponível em:





<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23752/21318>> Acesso em 02/03/2019.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

Disponível em:

<<https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>> Acesso em: 05/08/2021.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.

FEDERICI, Silvia. *O Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *Mulheres e caça às Bruxas*. São Paulo: Boitempo, 2019.

GERBER, Rose Mary. *As Mulheres e o Mar: Pescadoras embarcadas no litoral de Santa Catarina, sul do Brasil*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. Mujeres negras: dar forma a la teoria feminista. In: BRAH, Avtar; SANDOVAL, Chela; Anzaldúa, Gloria (Orgas.). *Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras*, Madrid, Traficantes de Sueños. 2004. p. 33- 50. Disponível em:

<<http://www.marxists.org/espanol/tematica/mujer/autores/hooks/1984/001>> Acesso em: 09/09/2014.

HOOKS, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 86, p.93-103, mar/2010.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNnxSrszcVLQGfHFfF85kk/>> Acesso em: 05/08/2021.



LAVE, Jean. Aprendizado como / na prática. *Horizontes Antropológicos*. Ano 21, n. 44, p. 37-47, jul-dez/2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/FVKz5RJSyg8YWrV7HpfxQnQ/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 10/05/2020.

LAYRARGUES, Phillipe P.; LIMA, Gustavo F. C. As macrotendências politico-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, mar/2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 07/12/2021.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LORDE, Audre. *Irmã Outsider: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MANESCHY, Maria Cristina. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança do papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Antropologia, MCT/CNPq. v.11, n. 2, p. 145-166, 1995. Disponível em: <<https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/821/1/B%20MPEG%20Ant%2011%282%29%201995%20MANESCHY.pdf>> Acesso em: 02/03/2019.

NASCIMENTO, Silvana S. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 2, p. 459-484, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/161080/156154>> Acesso em: 21/08/2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Colonizando corpos e mentes: gênero e colonialismo. In: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. p. 185-231.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, 2014. Disponível em:



<<https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/?format=pdf>> Acesso em 10/05/2020.

PINTO, Céli Regina J. Saffioti revisitada: a atualidade do enfrentamento entre feminismo e capitalismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 33, p. 1-14, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.37977>> Acesso em: 21/01/2022.

RIETH, Flávia, *et al.* *Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) - Lidas Campeiras da Região de Bagé*. Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna, v. 1, v. 2, v.3, 2013.

RIETH, Flávia; RODRIGUES, Marta B.; SILVA, Liza, B. M. As lidas campeiras na região de Bagé/RS: sobre as relações entre homens, mulheres, animais e objetos na invenção da cultura campeira. In: NUMMER, Fernanda V.; FRANÇA, Maria Cristina C. (Org.). *Entre ofícios e profissões: reflexões antropológicas*. Belém: GAPTA/UFPA, 2015. p. 175-195.

RODA VIVA. *Conceição Evaristo*. YouTube, 06 de setembro de 2021. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=O2bxQJH-Plk&ab\\_channel=RodaViva](https://www.youtube.com/watch?v=O2bxQJH-Plk&ab_channel=RodaViva)> Acesso em: 30/11/2021.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos – Gênero*, ano 1, n. 1, p. 11-36, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez, 1995. Disponível em: <<file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/71721-Texto%20do%20artigo-297572-1-10-20170307.pdf>> Acesso em 10/12/2017.

SILVA, Liza B. M.; RODRIGUES, Marta B. Artefatos como suportes de memória na construção da masculinidade no pampa sul-riograndense. *Tessituras Revista de Antropologia e Arqueologia*, Pelotas, v. 1, n. 2, p. 113-141, jul-dez/2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/13671>> Acesso em: 07/07/2020.



STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2006.

STUMPF, Elisabeth; BARBIERI, Rosa; HEIDEN, Gustavo (Orgs.). *Cores e formas no Bioma Pampa: Plantas ornamentais nativas*. Pelotas: EMBRAPA, 2009.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: UBU Editora, 2020.

WOORTMANN, Ellen F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades "pesqueiras" do Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 18, ano 7, p. 41-61, 1992. Disponível em: <[http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/18/rbcs18\\_04.pdf](http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/18/rbcs18_04.pdf)> Acesso em: 17/08/2017.



## Feminist theory and research in Environmental Education: The knowledge in the waters and in the fields and the historical process of women's invisibilization

**ABSTRACT:** This article starts from reflections carried out through research that have as a central element to present the process by which women living in coastal rural regions in southern Rio Grande do Sul cross over the years when performing activities considered mostly male. Thus, in this text, we seek to present, from a research carried out with fishing women on board in the lagoons in the extreme south of Brazil, especially through the ethnographic material, as well as a research that has been developed to understand the way of life of *mulheres campeiras*<sup>17</sup> how feminist theories of decolonial and intersectional perspective provide us with fundamental elements to think critically about the conditions of oppression of women in the world from difference. Building research committed to difference, is to occupy places, *is to be at the table*, is to understand diversity, discuss and propose joint actions seeking a more just and egalitarian way of living with everything that makes up this world, whether human or beyond the human.

**KEYWORDS:** *Mulheres campeiras*. Fishing women on board. Decolonial and intersectional feminism. Ethnography. Critical Environmental Education.

### **Marta Bonow Rodrigues**

*Doutoranda em Educação Ambiental (FURG), Bolsista CAPES; Mestra em Antropologia - Área de Concentração em Arqueologia (UFPel); Bacharela em Antropologia - Linha de Formação em Arqueologia (UFPel).*

*ORCID: 0000-0002-3980-9988*

*CV: <http://lattes.cnpq.br/4012791452572377>*

*E-mail: [martabonow@gmail.com](mailto:martabonow@gmail.com)*

### **Liza Bilhalva Martins**

*Doutora em Educação Ambiental – FURG; Mestra em Antropologia Social e Cultural (UFPel); Bacharela em Antropologia Social e Cultural (UFPel).*

*Professora Formadora I - EAD-UFPel (Licenciatura em História)*

*ORCID: 0000-0002-4548-2758*

*CV: <http://lattes.cnpq.br/4841967812488235>*

---

<sup>17</sup> *Campeiro* (man) or *campeira* (woman) – the man or woman who works with cattle farms. We don't translate this keyword, although we could translate "mulheres campeiras" as peasant women, but *campeira's* life goes beyond the peasantry and rural life. It's a way of life proper to the Brazilian, Argentine and Uruguayan Pampa region.





*E-mail: [lizabms@gmail.com](mailto:lizabms@gmail.com)*

***Gianpaolo Knoller Adomilli***

*Docente da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação - ICHI, curso de Bacharelado em Arqueologia. Docente do Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental (PPGEA – FURG), na linha de pesquisa Fundamentos da Educação Ambiental. Doutor e Mestre em Antropologia Social (UFRGS); Mestre em Antropologia Social e Cultural (UFPEL); Bacharel em Ciências Sociais (UFRGS).*

*ORCID: 0000-0001-8370-2267*

*CV: <http://lattes.cnpq.br/9569795422929763>*

*E-mail: [giansatolep@gmail.com](mailto:giansatolep@gmail.com)*

*Recebido em: 30/12/2022*

*Aprovado em: 18/11/2023*



## ARTIGO

**“A ilusão de que ser homem bastaria”:****Masculinidade tóxica e desengajamento moral no massacre de Suzano**

Catarina Carneiro Gonçalves, *Universidade Federal de Pernambuco*

Fernando César Bezerra de Andrade, *Universidade Federal da Paraíba*

Vital Fabrício do Nascimento, *Universidade Federal da Paraíba*

Maria Clara Sena da Silva, *Universidade Federal da Paraíba*

Resumo. Escolas brasileiras têm sido cenário de massacres, fenômeno de extrema violência com um número significativo de vítimas fatais. Dentre vários episódios, chama a atenção o ocorrido em Suzano/SP (em 2019), pela diversidade de armas utilizadas na ação, pelo número expressivo de mortos e feridos e pela abundante evidência de estereótipos de gênero associada aos dois jovens perpetradores. A partir dessa constatação, examinamos, em comentários que ilustram os oito tipos de desengajamentos morais associados ao massacre em tela, elementos de uma masculinidade tóxica para cuja compreensão discutir elementos culturais torna-se central. Empregamos o método qualitativo para analisar, a partir de fotografia registrada por um perpetrador e replicada por usuários do Facebook, bem como de comentários associados a notícias sobre o massacre na internet, componentes caracterizadores da masculinidade tóxica e a ocorrência de desengajamentos morais. Concluímos que esses desengajamentos corroboram a construção de uma imagem androcêntrica e ilusória da identidade masculina. Logo, este estudo possibilita refletir acerca do conteúdo de papéis de gênero associado ao desengajamento moral, evidenciando uma cultura de violência e insistindo, ao final, na importância de atender-se à necessidade de uma educação moral na escola para desenvolver a racionalidade crítica que põe a nu ilusões naturalizadas naquela cultura fomentadora de massacres.

PALAVRAS-CHAVE: Massacre em escola. Suzano/SP. Gênero. Masculinidade tóxica. Desengajamento Moral.



“Um dia vivi a ilusão de que ser homem bastaria  
Que o mundo masculino tudo me daria  
Do que eu quisesse ter”

(GIL, 1979)

## O massacre de Suzano

Em 13 de março de 2019, dois jovens adentraram uma escola pública em Suzano, São Paulo e num ato premeditado, mataram cinco alunos, duas funcionárias e, em seguida, um deles matou o outro perpetrador, cometendo suicídio depois. Reproduzindo, após 20 anos, o massacre de Columbine<sup>1</sup> em muitos pontos, o ato perpetrado por dois jovens, respectivamente com 17 e 25 anos, deixou marcas preocupantes, condensando vários elementos cuja análise não se esgotou: um deles envolve a relação entre masculinidade tóxica e desengajamentos morais, manifestos por um dos perpetradores e, depois, por pessoas que comentaram suas ações, noticiadas pela mídia e por eles mesmos, em página do *Facebook*.

Nomeamos massacres aqueles episódios de violência acontecidos nas escolas, cuja culminância termina com vítimas fatais – sejam elas o perpetrador (agente do massacre) ou demais membros da comunidade educativa, como professores, estudantes e funcionários. Fenômeno comum a vários países, também chamado, como o fazem Vieira, Mendes e Guimarães (2009), de *school shooting* – que, em tradução aproximada, seria “tiroteio em escolas”.

Os massacres também podem ser explicados via busca de reparação da honra, da forma pela qual evidenciou o discurso do jovem sul-coreano que matou 32 pessoas em uma escola em 2007, convocando, através de mensagens e vídeos enviados à televisão, outros jovens, “fracos como ele”, a fazerem o mesmo.

Perguntamo-nos: qual a relação entre masculinidade tóxica e massacres? E de que modo os desengajamentos morais associados aos massacres ajudam a configurar essa relação? Nossa hipótese pressupõe: desengajamentos morais compõem, em seus conteúdos e formas, uma parte da lógica que propicia a masculinidade tóxica presente nos

---

<sup>1</sup> Massacre que vitimou 15 pessoas, incluindo os perpetradores, e feriu 24 outras, na Columbine High School, nos Estados Unidos. Em Suzano, a preparação detalhada, a perpetração por uma dupla de adolescentes, a eleição da escola como lugar dos assassinados e o acordo entre perpetradores (assassinato seguido de suicídio) indica que os brasileiros visaram reproduzir a tragédia que foi largamente noticiada, retomando o debate em torno da cultura bélica estadunidense.



massacres em escolas, quando acentuam a tolerância para com o mal cometido, justificando-o, diminuindo-o ou mesmo referendando integralmente a violência dos perpetradores a partir das imagens com pouca honra que eles traziam.

Discutir desigualdade e estereótipos de gênero<sup>2</sup> numa sociedade que atribui tarefas e valores diferentes é necessário para que possamos compreender culturalmente massacres em escolas, reconhecendo que, sendo multicausal, eles não podem ser analisados sem o devido exame numa perspectiva de gênero de seus perpetradores: todos masculinos. Neste sentido, presumimos que o androcentrismo historicamente produz, segundo Piaget (1994), uma heteronomia social significativa, favorecendo uma masculinidade tóxica (SCULOS, 2017; MOURA, 2019).

Sendo a heteronomia a moral da obediência, contexto no qual as pressões culturais incidem fortemente, preocupa a difusão de conteúdos tóxicos referentes à construção das identidades de gênero, marcando discursos desengajados que chegam a culpar homens que não possuem os atributos de poder, marcadores da masculinidade em nosso país.

Neste caso, enxergamos um modelo de masculinidade reverenciado em nossa cultura, em que elementos tóxicos favorecem as ações desengajadas. Entre estes elementos podemos citar a hierarquia entre homens e mulheres, predominante em religiões cujas autoridades são sempre masculinas. Logo, o uso da força para resoluções de conflitos sob a justificativa de reparação da honra por via violenta é elemento significativo para a compreensão das formas pelas quais estes elementos tóxicos circulam na sociedade, de que modos eles acontecem e quais os impactos na construção identitária dos sujeitos, e, conseqüentemente, na adoção de comportamentos violentos.

Por isso, compreendendo a relação entre masculinidade tóxica, desengajamento moral e massacres, propomo-nos aqui a discutir, à luz da psicologia social – com ênfase na teoria dos Desengajamentos Morais de Albert Bandura e nos estudos culturais –, as implicações desta relação. Para tanto, inicialmente, evidenciamos a masculinidade tóxica, produzida

---

<sup>2</sup> Autoras como Scott (1995) e Louro (2003) defendem a ideia de que não há uma definição única para a palavra gênero. Louro (2003) lembra que, determinado historicamente, o conceito de gênero e seus conteúdos podem variar conforme a cultura de uma determinada comunidade. Para este artigo, adotamos o conceito de Louro (2003), segundo quem o gênero diz respeito a papéis socialmente atribuídos em função do sexo. “O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos que a constituem” (p. 23).



por uma cultura violenta e reprodutora desta mesma cultura, na qual a reparação da honra associa-se a recursos bélicos e a papéis de gênero androcêntricos que, configurando juventudes masculinas através da experiência reiterada de tédio e da constituição e preservação de imagens onipotentes, induzem-nas à morte como estratégia para ganhar notoriedade.

Em seguida, descrevemos a metodologia do estudo e caracterizamos desengajamentos morais, definidos pela teoria desenvolvida por Bandura e colaboradores. Depois, discutimos desengajamentos morais identificados em uma imagem deixada por um dos perpetradores no *Facebook* e em oito comentários ao massacre, feitos por internautas a partir de notícias divulgadas pela mídia digital. Nesses desengajamentos, analisamos os conteúdos relacionados à masculinidade tóxica, para, nas considerações finais, sugerirmos uma direção de intervenção escolar.

## **Masculinidade tóxica: vivendo a ilusão de que ser homem basta**

Na epígrafe, recorremos aos versos de “Super-homem” (GIL, 1979) para destacar: a masculinidade é uma construção de gênero, ao invés de um dado natural. Ser homem é produto de relações sociais, baseando-se em crenças alimentadas pelas práticas culturais cotidianas. Essa masculinidade é melhor dita no plural e requer, constantemente, dispositivos de reconhecimento social que a garantam, renovem ou a modifiquem.

Não existindo em si mesma, não sendo imanente, tem a consistência de uma “ilusão”, portanto, como no verso do poeta baiano. Nesse poema cantado, o eu lírico dá-se conta de que as masculinidades são limitadas, então, vai recorrer ao que tradicionalmente é apresentado como seu outro – a mulher. Além disso, adiante convida outros homens a se deixarem modificar pelo mesmo movimento – “quem dera pudesse todo homem compreender [...]” – e invoca um masculino melhorado – o Super-Homem – a mudar “como um deus o curso da história”.

É essa abertura à mudança e à diferença que não vemos com frequência, pois os papéis de gênero são construídos para aparecerem como naturais e imutáveis. A ilusão, portanto, é feita para ser contagiante e, em muitos casos, intoxicante. Tanto que, em nossa cultura, a “reparação



da honra” como justificativa para atos violentos é considerada válida, visto que a dignidade e o respeito são características atribuídas como muito relevantes aos indivíduos, sobretudo, no caso do gênero masculino. A honra, assume condição de imperativo – cujo conteúdo está baseado em elementos associados à presunção de superioridade física, intelectual e política – a ser mantido ou restaurado, com o agravante de acreditar-se que, uma vez perdida, a honra só a muito custo será reparada.

A este respeito, Alencar (2019) alerta para existência, no Brasil e em outros países, de uma cultura da honra que favorece a violência. Consoante com esta autora, países nos quais a cultura de valorização da honra é exacerbada, há uma reação mais violenta aos insultos contra honra do que em países nos quais a honra não possui uma significância central. Por isso há, por parte de Alencar, uma defesa de que o estudo da honra é importante para a compreensão de diversos comportamentos sociais, inclusive da violência.

Mas qual seria a relação entre honra e violência? Alencar (2019, p.41) progride destacando que “em países com cultura patriarcal arraigada, a honra está interligada a papéis de gênero desiguais: o homem entende que para ser visto com respeito precisa adotar postura ativa, demonstrar força e exercer a função de provedor”.

Essa mesma reparação da honra via violência é encontrada em escolas brasileiras, nos casos dos massacres. Ou seja, por ter sua honra ferida, ao ser reconhecido como fraco numa cultura que associa masculinidade à força física, ele reproduz o comportamento violento para evidenciar poder, decidindo, inclusive, pelas vidas alheias. Notamos o fato de que o jovem busca mostrar-se forte, mesmo que sua vida não tenha mais sentido e ele decida, também, se matar. Essa reflexão pode ser localizada no caso do massacre sul-coreano, quando o perpetrador convoca outros jovens, fracos como ele, a buscarem a reparação via violência extrema que fere e mata, colocando-os numa ilusória posição de força e poder, mesmo após a morte.

Nos massacres identifica-se, por parte dos autores, uma busca da reparação da honra, encontrando, no espaço escolar, o lócus de sua reparação. Estes jovens, como diria La Taille (2009), antes de decidirem morrer e matar, foram acometidos pelo que este autor nomeia como cultura do tédio e da vaidade, marcas contemporâneas. Vaidade, numa cultura do espetáculo, eles sofrem o peso de se pensarem como fracos, vivendo sob a dor da invisibilidade, da vergonha, por terem a si associadas



características de pouco prestígio social. Tédio, sendo reconhecidos como sujeitos fracos, construíram uma vida sem sentido, pautada no desespero, na paralisia, na raiva, no destempero e na descrença da vida – o que nos leva a pensar nos processos compensatórios associados a essa cultura.

Numa cultura da honra, como descrito por Alencar (2019), a existência da vaidade e do tédio se torna ainda mais grave e promotora de violência. Isso porque, a honra, relevante numa cultura machista como a brasileira, se torna ainda mais alvo de reparação via comportamento violento quando equacionada à cultura da vaidade, difundindo práticas em que não se identifica valor nos sujeitos que não desfrutam dos aspectos garantidores da honra. Ainda, pensando na cultura do tédio, vale destacar o problema do sentido da vida, reconhecendo que ela pode perder sentido quando o sujeito é destituído da ideal honra valorizada e divulgada na cultura da vaidade.

Para nós esta relação se evidencia quando constatamos serem todos os perpetradores do gênero masculino. Essa associação entre imagem social de fraqueza, busca da honra e uso de armas de fogo é bem característica do gênero masculino. Em nossa cultura, mulheres, vistas como frágeis, podem ser valorizadas como delicadas, ao passo que os homens possuem sua dignidade amplamente ferida, caso a potência física e a pretensa superioridade social lhes sejam postas em questão.

Sobre isso Alencar (2019) alerta para o fato de que há variação da compreensão de honra de uma cultura para outra, de modo que nas culturas em que os olhares alheios possuem muito valor – culturas mais heterônomas, como nos diria Piaget (1994) – como aquelas machistas, nas quais o ser homem significa ser reconhecido como superior – a violência física é mais presente.

Nestas culturas, a masculinidade tóxica se torna ainda mais grave. Esse destaque nos é apresentado em um estudo publicado por Lopes (2012) quando analisa a predominância feminina entre as vítimas do massacre de Realengo. Para ele, há uma natureza misógina nos assassinatos praticados por Wellington, que escolheu, intencionalmente, suas vítimas. Admirador de religiões fundamentalistas, em especial o grupo terrorista Al Qaeda, Wellington enxergava nas mulheres seres menos puros e, portanto, mais descartáveis. Este pesquisador chama atenção para o fato de que Al Qaeda “é composto exclusivamente por homens, e que em outros grupos semelhantes de fanáticos, mulheres são utilizadas, no máximo, como veículo para a execução de atentados”

(LOPES, 2012, p. 35). Desse modo, não é apenas o discurso religioso que precisa ser analisado na compreensão deste massacre, mas, sobretudo, o discurso de gênero difundido via religião. É nestes trilhos que relacionamos a forma tóxica pela qual se constrói a identidade de gênero masculina, considerando que nos homens, a expressão da agressividade, sob a ótica do senso comum, é tida como traço natural na construção da identidade masculina, muitas vezes com base em discursos biológicos – em que a testosterona é associada à agressividade, por exemplo (MORAES, 2014). Outra possibilidade de análise é feita numa perspectiva cultural, que revela o caráter histórico dessa associação.

A violência é percebida em vários ambientes (instituições educacionais ou não), que usam discursos marcados por jargões machistas, como “isso é coisa de homem”; “comporte-se como um homem” ou “é melhor você chamar um homem para resolver isso” para distinguir e direcionar tarefas divergentes a cada grupo de pessoas, designando, em especial, o uso da força, física ou simbólica, ao grupo masculino.

De fato, instituições sociais reproduzem discursos e concepções de masculinidade tóxica que sustentam uma cultura da honra na qual a violência é atributo de valor, a exemplo das Forças Armadas, cujos quadros ainda são majoritariamente ocupados por homens. Isto é, a posição do gênero feminino, na sociedade androcêntrica reafirma-se desigual e mulheres (ou quem diferir de seu papel de gênero) não têm reconhecido a mesma influência do masculino nos papéis que desempenham. Estas diferenças históricas marcam posições sociais, sendo produzidas por uma cultura que, como vimos, atribui valor desigual aos gêneros (LOURO, 2003; SCOTT, 1995).

Ora, como insistimos, ela não é natural, mas foi gerada num contexto cultural nos quais a vaidade e a honra são centrais. A identidade é culturalmente construída por meio da atribuição de papéis, sendo central para constituição de representações de si com valor. Esta premissa é defendida por Stuart Hall (2006) ao tratar do sujeito pós-moderno, destacando que as identidades são celebrações móveis, formadas e transformadas em relação aos modos pelos quais os sujeitos são construídos nas culturas que os rodeiam.

De fato, para compreendermos os malefícios, bem como o público alvo dessa masculinidade tóxica, resgatamos o conceito de Sculos (2017) que diz ser essa masculinidade usada para se referir a uma coleção inter-



relacionada de normas, crenças e comportamentos associados à masculinidade que são prejudiciais para mulheres, homens, crianças e sociedade de maneira mais ampla.

Paula e Rocha (2019) fazem uma importante relação entre masculinidade tóxica, o machismo e o feminicídio, e nos apresentam um aumento considerável nos casos de violência doméstica nas últimas décadas, por decorrência da postura de superioridade do homem, nociva aos relacionamentos interpessoais.

Dentre as formas de violências ocorridas em decorrência dessa masculinidade, encontra-se a discriminação no mercado de trabalho, com ênfase contra os homossexuais (MOURA, 2019), pois este grupo – juntamente aos dos bissexuais e transexuais – descentraliza e critica os fundamentos do androcentrismo, sendo revidados pelo homem tóxico com palavras agressivas baseadas na comparação com mulheres, que pretende soar como uma ofensa (das quais “mulherzinha” e seus afins são o protótipo), e assim fazer emergir o seu traço da masculinidade viril, a superioridade. Logo, na masculinidade tóxica, o preconceito contra pessoas LGBTQIA+ só evidencia as premissas de base: mulheres são inferiores e homens que se aproximem do gênero feminino, ou mulheres do masculino, devem ser punidos por infringirem a norma de gênero – que é tomada como uma norma “natural”, “inerente à diferença sexual”. Devemos reconhecer, porém, que o ataque de gênero continua preservando a presumida superioridade masculina: homens que se aproximam do feminino recebem diminutivos (“mulherzinha”), enquanto mulheres que são associadas ao masculino são qualificadas com aumentativos (“sapatão”), por exemplo. Ainda que os afixos pareçam insignificantes, eles, ao contrário, são indicativos das marcações de poder hierarquicamente distribuídas conforme os gêneros, sempre mantidos os privilégios ao masculino, em função da misoginia e do androcentrismo. Encontramos outros elementos, também, nas escolas, que, longe de romperem com a segregação de gênero, terminam por perpetuar essa desigualdade, separando meninos de meninas em vários momentos, incluindo os lúdicos, com a justificativa de que “ah, brincadeiras masculinas são agressivas”.

Nestes contextos culturais de vaidade expressos via valorização da honra e do espetáculo, atrelados ao vazio existencial provocado pela cultura do tédio, urge discutir os elementos culturais que difundem e perpetuam estas culturas de negação das vidas diferentes e não possuidoras dos atributos garantidores da honra. Um deles é o referente

aos desengajamentos morais, descritos por Bandura (2002) como um conjunto de mecanismos autoexonerativos, ativados pelo sujeito, para explicar ou justificar condutas que contrariam os valores morais.

## **Chegando a Suzano: metodologia da pesquisa**

O estudo que gerou este artigo orientou-se pelo método qualitativo. Para a coleta de dados, recorreremos, empregando os termos de Bauer (2007), a unidades de amostragem identificadas em comentários a postagens feitas à época por um dos perpetradores do massacre no Facebook, associados a notícias veiculadas por jornais de grande circulação (Folha de São Paulo, Estado de São Paulo) e portais regularmente frequentados na internet (G1 e Terra).

Tal opção se justifica por ser este espaço um locus importante de construção identitária, envolvendo um alto percentual de crianças, jovens e adultos que se relacionam à distância e constroem identidades culturais de pertença a determinados grupos que expressam valores e modos de ser. Devemos lembrar, com Lévy (2000), ser a internet o sistema de disseminação rápida de notícias e de interações digitais mais importante da contemporaneidade. Desse modo, ganhando forças em meados da última década, as trocas pela internet fizeram com que o massacre em Suzano fosse o mais impactante e reconhecido nacionalmente, motivando estudos e discussões como o que empreendemos.

Foram recolhidas, inicialmente, como unidades de registro, notícias sobre o massacre de Suzano e alguns dos comentários respectivos, disponíveis nas referidas unidades de amostragem. De acordo com Botão, Souza e Ribeiro (2019), as análises de conteúdos disponíveis nas mídias se tornam importantes, a fim de que se possa perceber como os massacres estão compreendidos e se delimite melhor sua anatomia. Portanto, as notícias aqui analisadas compuseram uma unidade temática, nos termos retomados por Bauer (2007), tanto em sua produção original (já que, sobretudo os comentários, apresentaram juízos sobre os massacres) como em sua classificação (a partir de nossa ilustração de cada tipo de desengajamento moral, em sua relação com a masculinidade tóxica).

Em seguida, selecionamos, aleatoriamente, oito comentários que ilustrassem cada um dos desengajamentos morais, assim como uma imagem (fotografia produzida pelo perpetrador mais jovem e postada no *Facebook*), por sua relevância, inferida pela autoria e pelo conteúdo visual





(em estreita relação com as categorias “masculinidade tóxica” e “desengajamento moral”), os quais foram retirados de conta associada ao perpetrador. Ora, após a coleta desses dados, o perfil foi desativado pela administração do *Facebook*, sob alegação de ferir a política dessa rede social, impedindo-nos, infelizmente, de referenciar uma fonte atualizada dos comentários.

Os comentários e a imagem, tratados como documentos – e, nesse sentido, de acesso e análise prévia, pública e implicitamente autorizados – foram analisados, respectivamente, através da análise da enunciação, tal como definida por Bardin (2011), e da análise semiótica de imagens paradas, descrita por Penn (2007), de modo que em ambos os tipos de trabalho foi presumido um sistema de comunicação baseado em signos, permitindo identificar conteúdos comuns aos distintos tipos de documentos. Tanto é assim que para esta última autora, “o sentido de uma imagem visual é ancorado pelo texto que a acompanha, e pelo *status* dos objetos, tais como alimento ou vestido” (PENN, 2007, p.321).

Por fim, destacamos: mesmo não tendo certeza de que os nomes dos autores de comentários às notícias que identificamos sejam verdadeiros e que tenham sido empregados pelo(a)s próprio(a)s nos seus textos tornados públicos, recorreremos, em casos de verossimilhança, abreviaturas para citá-los.

## **Desengajamentos morais a partir do massacre em Suzano**

As motivações para prática de um massacre precisam ser amplamente discutidas, a fim de que episódios como estes não sejam considerados fatalidades inevitáveis. Com isso, nos debruçamos sobre os aspectos culturais dos massacres, buscando compreender quais valores podem ser identificados via discursos desengajados dos comentários em Redes Sociais.

Se, como mostramos, a masculinidade tóxica é um aspecto marcante associado ao gênero masculino androcêntrico, desenvolvendo-se em função de uma sociedade cuja definição de gênero é claramente configurada sobre valores não morais, que, geralmente, supervalorizam os aspectos estéticos do indivíduo, como a força, a beleza, o poder, entre outros, é preciso tomar essa variável, nos termos de Penn (2007), como

sistema de referência ou pano de fundo para entender processos de desengajamento moral.

Assim, não teria sido possível pensar sobre a relação entre massacres nas escolas e desengajamentos morais sem tratar sobre identidade de gênero por um viés cultural. Visto que, nos massacres, identificamos uma clara manifestação da masculinidade tóxica, desenvolver a análise no vértice dos desengajamentos morais presume considerar padrões sociocognitivos morais em torno do gênero, capaz de influir decisivamente nos valores que conduzem a própria conduta.

Isto tudo pode ser bem identificado nas Figuras 1 e 2, a seguir, produzidas pelo perpetrador de 17 anos e por ele postadas em sua rede social antes do massacre:

**Figura 1: Gesto ofensivo com mão**



*Fonte: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/atirador-suzano-facebook/>  
Acesso em 20 de outubro de 2020.*



**Figura 2: Empunhadura de revólver**



*Fonte: <https://veja.abril.com.br/brasil/policia-prende-suspeito-de-ter-vendido-arma-a-autor-de-massacre-em-suzano/> Acesso em 20 de outubro de 2020.*

Considerando, como recomenda Penn (2007), as vestimentas e o ambiente como indícios de análise, vemos imagens cujo ângulo indica um ambiente fechado, que permite o contraste de cores e sugere também a privacidade (quarto, sala etc.). Tratam-se de fotos autorais e solitárias, adotando padrões visuais semelhantes aos de *selfies*. Logo, como autorretratos, pretendem comunicar uma interpretação sobre a identidade do fotografado. Na Figura 2, por exemplo, o ângulo posiciona a fotografia em posição superior, central – enfatizando a figura retratada em posição de poder prevalente (em relação ao espectador), sem dividir o espaço da imagem com outra pessoa, numa idealização de si que lembra, ao mesmo tempo, a imitação de seus antecessores em Columbine<sup>3</sup>. Guilherme apresentou-se como desejava: não só superior, como adornado de acessórios que reforçam essa identificação, a um só tempo etária, grupal e temática.

Assim, ele se apresentava como um jovem soldado, um guerreiro solitário, à maneira de herói. A cor preta, predominante em seu boné, máscara e blusa, segundo o senso comum remete à obscuridade, associada à tristeza ou terror, mas também ao disfarce e ao uniforme de paramilitares, que – juntamente a sua máscara, mostrando ossos da parte

---

<sup>3</sup> Há uma série de simetrias entre as ações dos perpetradores nos respectivos massacres, a ponto de supor-se que os perpetradores do massacre em Suzano se espelharam nos seus antecessores de Columbine (ROMANO, 2019).

inferior de crânio humano, parte de uma caveira – exprime a noção de morte que, em símbolos policiais (como os brasões dos Batalhões de Operações Militares do Rio de Janeiro e de Santa Catarina), é associada à da justiça (e, por derivação, do bem). Seu dedo médio em riste na Figura 1, por sua vez, expõe um gesto muito comum, associado ao pênis ereto com acepção, em geral de ataque ao interlocutor, ou erótica (essa, menos pública) – mas, sempre, de atividade preponderante e, portanto, agressivamente fálica.

Ao mesmo tempo, a comparação proposital com a Figura 2 apresenta uma metonímia entre mão/dedo e arma de fogo. É pelo cotejo que a Figura 1 revela sua semântica mais extensa: trata-se não só de uma ofensa simbólica, mas real: num só movimento (na Figura 1), dedo, falo e arma equivalem-se. Essas imagens visam, portanto, à intimidação e presumem inimigos a serem vencidos, pela força, inclusive bélica.

Os conteúdos da masculinidade tóxica estão, assim, escancarados: a honra masculina é identificada com uma imagem de superioridade que serve para confirmar seu lugar masculino como agressivamente fálico, para poder ser reconhecido como corajoso. Por mostrar o dedo e a arma em punho, Guilherme atualiza a síntese que reduz a masculinidade a um só perfil, considerado não só válido, como valoroso. Como vemos, se o massacre não se explica somente por essa variável, ela, por sua vez, não pode ser descartada nem menosprezada.

Numa sociedade do espetáculo como a nossa, esta forma de se colocar nas redes sociais, no dia mesmo do massacre (que incluía sua morte), evidencia a forma como o jovem desejava ser lembrado, construindo, para si mesmo, valor a partir de marcas culturais presentes numa masculinidade tóxica. Ora, considerando que as notícias sobre o evento provocaram centenas de comentários, interessou-nos, então, examiná-los, para extrair, das formas como pessoas faziam a leitura da imagem e do massacre praticado, desengajamentos morais, ao reafirmando, ao mesmo tempo, conteúdos da masculinidade tóxica. Nossa premissa era a de que, pela perspectiva da identidade cultural, a violência inerente à masculinidade tóxica, no caso dos massacres, não seria encontrada apenas no perpetrador: está também em quem, desengajadamente, julga de maneira louvável ou tolerável a conduta dele, apreciando-a ou justificando-a.

Para Bandura (1999), o desengajamento pode ser explicado como um conjunto de justificativas utilizadas por sujeitos comuns – aqueles que



comumente não fazem uso da violência ou do comportamento imoral – para não se envolverem moralmente em uma situação que exige reação e indignação. O estudioso descreve oito mecanismos autoexonerativos (BANDURA, 2015), os quais serão definidos em cada ilustração, a seguir.

GUILHERME, Enfim, conseguiu tudo que queria, né, meu amor? Seu medo era apenas ser esquecido, jamais será, porque ganhou com seu ato uma legião de fãs, que jamais te deixarão morrer. Obrigada, Meu Anjo, por tudo...

E peço a Deus todos os dias, para um dia poder te reencontrar, e ficar pertinho de você lá no céu no nosso cantinho... Guilherme não morreu, só voltou para casa.... (YS, gênero feminino, comentário postado no *Facebook* em conta cancelada pela rede social)

O texto apresentado evidencia a linguagem eufemística, interpretação da violência amplamente utilizada para tornar respeitável a conduta danosa e para reduzir a responsabilidade pessoal por ela. Esta forma de desengajamento é bastante grave, pois as pessoas comportam-se de forma muito mais cruel quando as ações agressivas são verbalmente saneadas, do que quando são qualificadas de agressão:

No caso do massacre, esse tipo de linguagem se apresenta em comentários que tratam o caso como um ato heroico, de coragem, que outras pessoas não fizeram por falta dela. “Porque ganhou com seu ato um legião de fãs”, evidenciando admiração, ou seja, essa pessoa se orgulha do fato, e seu posicionamento torna-se desengajado e agressivo porque se entende que ela faria o mesmo, sem remorso algum pelas vítimas.

Como vimos, YS enxerga no perpetrador um “anjo” que está no céu e ela espera reencontrá-lo (“Guilherme não morreu, só voltou pra casa”), numa evidente hipérbole com que pretende realçar o eufemismo da ação (anjos são concebidos como seres divinos opostos a demônios, no senso comum). Seu comentário, num estilo confuso, apresenta as seguintes proposições: o rapaz foi bem-sucedido (“enfim, conseguiu tudo o que queria”, “ganhou uma legião de fãs”); o rapaz é inesquecível, tanto na memória dos fãs quanto na vida espiritual; YS quer conviver de perto com ele, adotando uma linguagem que sugere fortemente o tom amoroso, quicá romântico (“meu amor”, “meu anjo”, “ficar pertinho de você... no nosso cantinho”). Como figura de retórica, YS recorre à repetição, à denegação e à hipérbole em torno dos temas da imortalidade ou de seu equivalente, a eternidade – que aparecem seis vezes, em torno dos pares esquecimento/memória (ligados à repetição do fato eufemicamente transformado em heroico, duas vezes); distanciamento/proximidade (ligados, duas vezes, à relação entre lugares que YS dá a si e a Guilherme);



e morte/vida (duas vezes presentes, sendo a vida equiparada à memória e, depois, à eternidade) – para negar a carga moral negativa e invertê-la.

Assim, sem negação do conteúdo moral no ato do perpetrador, ele é totalmente invertido, e a violência santificada. Inegável reconhecer que esse desengajamento, ao dourar a realidade, concorre para a conservação da violência que subjaz à masculinidade tóxica. Não é demasiado lembrar: YS é uma mulher e recorre a uma linguagem terna em correspondência complementar com o previsto para seu gênero pelos códigos androcêntricos – homens corajosos são fisicamente fortes e violentos, ao lado de mulheres frágeis e dóceis. Nesse sentido, podemos afirmar que também a autora do comentário está presa à ilusão referente aos papéis de gênero – inclusive o seu – de sorte que esse esforço de manutenção da ilusão manifesta-se, no caso de seu comentário, pela linguagem eufemística. A partir desta observação destacamos que a masculinidade tóxica é danosa para toda a sociedade, inclusive para as mulheres que dela sofrem influência em seus modos de ser e relacionar com as outras pessoas.

Segunda forma de desengajamento moral (BANDURA, 2015), a comparação vantajosa é uma maneira de fazer com que uma conduta prejudicial possa parecer boa quando comparada a outra moralmente mais grave. Nesta forma de desengajamento o comportamento é sempre representado de acordo com o que é comparado, de modo que, através do contraste, atos repreensíveis possam parecer justos ou com pouca gravidade.

Não encontramos um comentário cujo desengajamento focasse o massacre em si, mas um que usa o massacre para fazer uma comparação vantajosa com o uso de armas, de modo a positivá-lo. Foi o caso, registrado por Romano (2019), da fala do senador Major Olímpio (PSL-SP), policial militar de São Paulo que, à época apoiando o governo Bolsonaro, defendeu a flexibilização da aquisição e uso de armas, ao tratar do massacre em Suzano: “Se tivesse um cidadão com arma regular, isso poderia ter sido minimizado”.

Ora, chamam-nos a atenção três termos desse comentário: “cidadão”, “regular” e “minimizado”. É certo que o senador produz uma hipótese que, reconhecendo o mal produzido pelo massacre, afirma o valor inerente à ação: ela foi, em si mesma, má e deveria ter sido evitada. A comparação vantajosa – evidenciada pelas três palavras – é construída a partir daí: num paradoxo quase óbvio, ele defende o uso de armas para...



evitar os malefícios do uso de armas – só que, neste caso, por pessoas “irregulares”, parafraseando o adjetivo do parlamentar. O problema, na análise do ex-apoiador de Jair Bolsonaro, não está nas armas, mas em quem as usa – alguém sem equilíbrio psicológico, por exemplo (reduzindo-se toda a responsabilidade ao nível pessoal, cujo comportamento irregular é explicado através psicopatologia).

“Cidadãos regulares”, no uso de armas, empregam-nas para a defesa da vida: esse é o princípio implícito que, como retórica, está presente no comentário do senador Olímpio. Assim, o Major não só recusa admitir que o fácil acesso a armas propicia, numa cultura de violência como a nossa, maiores chances para a ocorrência de massacres como o de Suzano (retomando, desse modo, um discurso da indústria bélica estadunidense), mas ainda defende, na comparação entre “regulares” e seu oposto (os “irregulares”), o uso de armas, para “minimizar” os estragos da chacina. É claro que podemos inferir dessa afirmação em torno da multiplicação de armas uma ideia frequente entre policiais – afinal, eles e elas são presumidamente “cidadãos com armas regulares. Mas essa hipótese ultrapassa os limites da ação policial: um cidadão não precisa ser policial para usar uma arma de modo regularizado, afinal. E responder a um mal com outra ação considerada boa ou até melhor que caracteriza uma forma de comparação vantajosa.

Nesse comentário também podemos encontrar uma difusão de responsabilidade (de que trataremos adiante), ao afirmar, implicitamente: “a sociedade, não os perpetradores, é responsável pelo massacre por manter-se desarmada” – mas, em primeiro nível de evidência, vemos, então, construída uma comparação vantajosa entre o que foi... e o que, no entender do senador, deveria ter sido (em favor desta hipótese, insistimos).

O comentário do senador é um bom exemplo do quanto desengajamentos morais podem estar articulados, muitas vezes intimamente, numa avaliação: a comparação vantajosa, num primeiro plano, aponta para a difusão da responsabilidade, em segundo. Ajuda também a entender essa dupla presença numa só sentença o fato de que, embora as representações de violência dentro do ambiente educacional sejam recorrentes, massacres, por sua menor frequência, ainda são por vezes tratados como um fenômeno novo (ou, senão, de gravidade máxima), em relação ao qual seja difícil estabelecer comparações. Desse modo, compromete-se a anatomia desta violência, recorrendo ao termo

de Botão, Souza e Ribeiro (2019), por não se relacionar as causas do massacre a outros episódios de violência escolar, por exemplo.

O texto apresentado evidencia o deslocamento de responsabilidade. Essa forma de isenção moral se caracteriza por obscurecer ou minimizar o papel de agente no dano que a pessoa pode causar, intensificando, por isso, o comportamento violento:

Muitos estão aqui te criticando, mas eu entendo seu lado, não deve ser nada fácil sofrer bullying e não ter amigos, não ter ninguém para ficar com você, a escola toda te zoando, te batendo, colocando apelidos em você, te tratar igual [a] um ninguém... Eu entendo seu lado e sei que os monstros da história são eles. (SRN, gênero masculino, comentário feito no *Facebook* em conta cancelada pela rede social)

Nesta categoria, o desengajamento aconteceu porque foi retirado a responsabilidade do delito pelo perpetrador e colocado nos praticantes do bullying. Como se o indivíduo dissesse, se não fosse o bullying, se ele tivesse amigos e se fosse tratado como gente nada disso teria acontecido. Ao analisar o episódio de violência a partir deste prisma o autor do comentário busca inocentar o perpetrador, a partir da culpabilização das vítimas do massacre, deslocando as responsabilidades a respeito da violência.

Vale ressaltar que o autor desse comentário tem uma visão perigosa do crime, uma vez que ele tenta justificá-lo através do “[...] mas eu entendo seu lado [...]”, ou seja, ele minimiza a ação do perpetrador e faz com que o massacre tenha sido uma consequência do comportamento das vítimas, por ele culpados. Já em “[...] os monstros da história são eles”, SRN desloca a responsabilidade tanto para às vítimas, culpados pelas práticas de bullying, quanto para a sociedade, por nada ter feito para evitar o massacre.

Este deslocamento é bastante recorrente em casos nos quais ocorre bullying na escola. A pesquisa de Gonçalves (2017), por exemplo, chama atenção para o fato de que as vítimas dessa violência responsabilizam, também, os espectadores da violência, posto que, no julgamento dos vitimizados, eles nada fazem para pôr fim aos maus tratos e, ainda, por vezes o potencializam.

O quarto mecanismo de desengajamento moral é a “difusão de responsabilidade”, estratégia utilizada quando as pessoas veem suas ações como consequências das pressões sociais ou imposições alheias:

Não tem nada a ver [com] as drogas, é o fascismo representado pelo presidente do Brasil. O ódio que vocês espalham pelo Brasil. Um



adolescente acredita [em] muitas coisas. Sem os discursos de ódio no seu país, o ato terrível não teria acontecido. Não são as drogas, é o ódio criado no Brasil pelos que vocês escolheram para governar. Que povo tão distraído. (MB, gênero masculino, comentário feito no *Facebook* em conta cancelada pela rede social)

Nesta categoria a responsabilidade é atribuído inteiramente ao atual presidente do Brasil, ampliando a responsabilidade para uma cultura de difusão de ódio ao presidente atribuída. E justifica que ele, o perpetrador só cometeu o delito porque foi influenciado por ações desse governo. Ou seja, a ação foi consequência do posicionamento agressivo governamental que diretamente influencia a todos, determinando as suas ações.

Não temos dúvidas de que a cultura e os valores por ela difundidos demarcam modos de ser e estar no mundo. O que chamamos atenção, via difusão de responsabilidade, é o caráter determinista utilizado via desengajamento, que desimplica o sujeito de sua própria responsabilidade.

Em “não tem nada a ver [com] as drogas [...]” entende-se que alguém, no espaço na qual estava sendo discutido o massacre, pode ter tentado explicar o crime através do uso de drogas pelos perpetradores, com isso o autor intervém, “[...] é o fascismo representado pelo presidente do Brasil [...]”, ou seja, ele difunde a responsabilidade para o grupo político de extrema direita e conservadora, que defende, por exemplo o uso de armas fogo. O discurso do presidente do país e de seus aliados, comumente é expressado de forma agressiva, e com isso os perpetradores podem ter sido influenciados pelos discursos políticos uma vez que o autor afirma “[...] um adolescente acredita [em] muitas coisas [...]”.

Vale ressaltar que justificar o massacre pelo argumento exclusivo do uso de drogas é uma estratégia de difusão da responsabilidade, posto que enxerga o sujeito apenas como produto da pressão social, desresponsabilizando-o.

A “justificativa moral” é o quinto mecanismo de desengajamento, caracterizado pela tentativa de reconstruir cognitivamente conduta antissocial de modo a torná-la socialmente aceitável, justificando-a.

Só o Guilherme sabe o que passou nesses últimos anos. Se ele fez tudo isso, foi porque ele não aguentava mais sofrer na mão dos outros. Eu tenho certeza [de] que ele comunicou a alguém da escola, pelo [que] os outros alunos estavam fazendo com ele. Guilherme não foi ouvido, e cansado de ser ignorado e humilhado na Escola, ele resolve fazer isso. Tomou suas próprias providências. Eu não tiro a razão do Guilherme,

pois só ele sabe do tamanho da dor que ele aguentou, esse tempo todo. Que Deus o tenha no céu, que ele seja um anjo de luz, e que siga o caminho de paz e harmonia, sei que ele [es]tá em um lugar bom. Agora ele vai descansar em paz.” (JD, gênero masculino, comentário feito no *Facebook* em conta cancelada pela rede social)

O desengajamento nomeado de Justificativa Moral é expresso a medida que o sujeito inicia o seu comentário modificando a ação massacre (ou homicídios e tentativas de homicídio) por isso ou tudo isso. Afirmando: se ele fez tudo isso, o autor do comentário não expressa o que de fato ocorreu, justificando moralmente a ação de matar outras pessoas, o que atenua a gravidade do fato. Ademais, percebe-se desengajamentos em “[...] se ele fez tudo isso, foi porque não aguentava mais sofrer na mão dos outros [...]”, ou seja, o autor cria todo um cenário para justificar o crime, como “[...] eu tenho certeza [de] que ele comunicou a alguém da escola [...]” mas a escola nada fez para que o sofrimento do perpetrador dentro do ambiente educacional fosse minimizado. “[...] Guilherme não foi ouvido, e cansado de ser ignorado e humilhado na Escola, ele resolve fazer isso [...]” o autor insiste dizendo que o perpetrador mais jovem deu indícios de que estava sendo vítima de bullying e de ações agressivas pelos outros alunos, mas seu sofrimento foi negligenciado, explicando assim o feito. Em “[...] eu não tiro a razão dele [...]” o autor se posiciona, se coloca no lugar do perpetrador e possibilita-nos compreender um “eu faria o mesmo”, o que conota a justificação da ação de matar.

Ademais, ao garantir que o perpetrador do massacre havia feito tudo que estava ao seu alcance antes do massacre, o autor do comentário justifica os crimes como uma alternativa incontornável. Após justificar moralmente a conduta do perpetrador mais jovem, JD utiliza da linguagem eufemística para complementar o seu comentário “[...] que ele seja um anjo de luz [...]”, “[...] que siga o caminho da paz e harmonia [...]”, “[...] agora ele vai descansar em paz [...]”, reduzindo a responsabilidade do perpetrador e tornando aceitável e até respeitável a conduta dele. Ainda, coloca-o num lugar privilegiado de que alguém que, vitimado em terra, encontrará a paz nos céus.

“Atribuir culpa às circunstâncias ou às adversidades” de alguém é a sexta forma de desengajamento moral. Através da “atribuição de culpa” as pessoas que praticam condutas inadequadas se veem apenas como vítimas, sendo direcionadas a condutas nocivas por uma forçosa provocação.

“Porque filha da puta é quem não entendia o que ele passava, o sofrimento dele, e então não fica xingando a família deles, tá? Vocês





não têm que ver só o lado das crianças mortas, ele também [tem] família, estamos juntos, [es]tá [bem]? Se precisar de mim, [es]tou aí” (LS, gênero feminino, comentário feito no *Facebook* em conta cancelada pela rede social).

O desengajamento moral se apresenta em “porque filha da puta é quem não entendia o que ele passava, o sofrimento dele [...]”, com isso o autor atribui a culpa às vítimas do massacre praticantes do bullying contra o perpetrador. Isto é, LS considera o perpetrador apenas como vítima das pressões e violências ocorridas dentro do ambiente educacional, tornando-o quase que um mártir.

Não pretendemos dizer, a partir deste argumento, que os perpetradores de Suzano não eram/foram alvos de bullying. Há indícios, inclusive, que tenham sido. O que chamamos atenção, ao discutir o comentário que culpa as vítimas do massacre, é o quanto esta forma de interpretar o fenômeno favorece a inibição da autorregulação, condição necessária para que o sujeito compreenda a violência como desrespeito e a repulsa. A autorregulação é, portanto, “um sistema interno e autônomo de conduta moral” (PUIG, 1998, p. 114), sendo condição necessária para que as pessoas ajam de forma justa e empática.

Compreender as múltiplas variáveis que favorecem as violências, incluindo as relações entre bullying e massacres, é diferente de desimplicar os autores dos homicídios da responsabilidade de terem tirado próximo de uma dezena de vidas.

Outra forma de desengajamento moral é a “minimização, ignorância ou distorção das consequências”, caracterizada pela diminuição do mal praticado, evitando encará-lo ou negligenciando-o: “Matou foi pouco! Só fiquei com pena da velha mesmo, mas o resto que se foda” (JK, gênero masculino, comentário feito no *Facebook* em conta cancelada pela rede social).

O desengajamento moral, nesta categoria se apresenta em “matou foi pouco [...]” em que a ação cometida é vista com pouca ou quase nenhuma gravidade. Ora, o que o autor do comentário quer dizer é que, em Columbine, em 1999, um evento similar ocorrido anteriormente aconteceu um episódio “ainda mais grave”, terminando por vitimar fatalmente 15 pessoas, incluindo a morte dos próprios perpetradores e ferindo mais 25. Do mesmo modo, outra ocorrência semelhante se deu no Brasil, em Realengo, em 2011, na qual o perpetrador feriu 12 crianças, matou outras 12 e, após ser atingido por uma arma de fogo, veio a óbito. Ou seja, nesses dois eventos ilustrados, tanto o número de feridos quanto

de mortos foi maior, então o número de vítimas em Suzano, quando comparado a outros episódios de natureza similar, poderia, também, ter sido mais grave, o que leva a minimização das consequências deste ato. Ao dizer ainda “[...] o resto que se foda”, o autor retira a importância de todas as vidas que estavam na escola no momento do massacre. Em Suzano a quantidade de vítimas foi tão insignificante diante do sofrimento vivido pelos perpetradores que estes poderiam ter ferido e matado mais. Em “[...] só fiquei com pena da velha mesmo [...]”, o autor do comentário demonstra remorso apenas pela mãe de um dos perpetradores, isto é, toda a sua solidariedade é deslocada para uma mãe, afinal, ela, e na visão dele, só ela, sentirá e carregará marcas desse massacre, ignorando ou minimizando o fato das demais vítimas, por exemplo, também possuem entes queridos que estavam sofrendo suas mortes.

Por fim, a última forma de desengajamento moral é a “desumanização”, que consiste em transformar uma pessoa em alguém em que não se reconhece como outro, num estranho: “O lugar dele é no inferno, ele vai queimar no fogo, sua alma não é mais sua, você nunca terá mais paz, seu lixo” (CE, gênero masculino, comentário feito no *Facebook* em conta cancelada pela rede social)

Em “o lugar dele é no inferno” e “ele vai queimar no fogo” as duas referências: inferno e fogo, são conceitos presente em diferentes religiões e mitologias, em que representa um lugar de condenação e sofrimento de pessoas más. Ou seja, o autor considera o massacre a ação máxima e o oferece o lugar de total sofrimento. Nesta categoria o desengajamento moral se apresenta, também, na comparação do perpetrador com o lixo, em que o coloca numa situação de inteira inferioridade. Como se o comentário expressasse: “você não merece viver” ou “você não é gente”.

Não é demais lembrar que toda a semântica do termo “lixo” aponta para o valor nulo (ou mesmo negativo) atribuído a algo que se descarta, sem qualquer remorso - ao contrário, em nome do bom senso e, até, da limpeza. Equivaler alguém ao lixo é destituí-lo de qualquer traço humano, tornando-o puro objeto, o que coincide com o conteúdo típico à desumanização.

O que chama a atenção é enxergar que esse processo não é raro, mas, a julgar pela desinibição de CE, corriqueiro: quando um outro ser humano pode ser descartado, o que o número considerável de mortes num massacre também evidencia, constata-se a força desse desengajamento. Ele é tão perverso que consegue esvaziar o horror da indignidade,



neutralizá-la ou, até, como no comentário de CE, positivar a morte de outro ser humano (mesmo que ele seja um perpetrador). Desumanizar assassinos é uma estratégia discursiva que tende a conservar as representações identitárias dos falantes: se o outro é um monstro ou lixo, eu não corro riscos de misturar-me com ele, continuo humano e minha dignidade, segundo os parâmetros culturais, está preservada.

## **Por uma crítica escolar das ilusões de gênero: considerações finais**

Não é possível falar sobre a relação entre violência, masculinidade tóxica e as formas de desengajamentos morais sem tratar de identidade de gênero por um viés cultural. Isso porque considerar desengajamentos morais é discutir padrões sociocognitivos morais da própria conduta – para cujo entendimento, associado às variadas manifestações de violência e às representações que sobre ela fazemos, o gênero é uma categoria decisiva. Deste modo, consideramos que as teorias de gênero ajudam a entender, com uma perspectiva da identidade cultural, as relações entre uma cultura que constrói formas de masculinidade tóxicas e as violências letais, como são os casos de massacres envolvendo escolas em todo mundo e outras formas de homicídios que correspondem a maior causa de mortalidade entre homens jovens no nosso país.

Destacamos que os efeitos nocivos desencadeados pela cultura fomentadora de masculinidades tóxicas não atingem, apenas, os perpetradores dos massacres. As análises aqui realizadas evidenciam: os discursos moralmente desengajados de análise das violências trazem ao centro da discussão os impactos negativos dos elementos da masculinidade tóxica em toda sociedade. Esse fato se evidencia nas falas de quem, moralmente desengajado ou desengajada, julga de maneira louvável ou tolerável a conduta violenta evidenciada nos massacres, apreciando-a ou justificando-a, o que nos ajuda na compreensão da ocorrência dessa manifestação de violência.

É patente a relação entre a masculinidade tóxica e as violências dos massacres, cujos elementos confirmam as significações discursivas que associam masculinidade e virilidade à agressão – do gênero e idade dos autores (todos eles homens jovens) até a escolha das armas utilizadas nos crimes (em todos eles houve a utilização de armas de fogo). Desse modo, vale reiterar: não é por acaso que em massacres ocorridos em

território brasileiro todos os perpetradores tenham sido do gênero masculino e, na escola, após episódios de destituição da honra (intimamente associada à sua masculinidade), tenham buscado reparação através da violência manifesta pelo uso de arma de fogo.

Outra evidência está na associação entre práticas de massacre e experiências de bullying que, de forma violenta e sistemática, atingem a honra dos alvos da violência perante uma plateia que legitima e compactua com a violência. Ora, numa cultura tóxica que constrói masculinidades nocivas, a honra é um atributo valioso ao homem, e, sem ela, a sua masculinidade é gravemente ferida. Quando a isso se soma a convicção de que essa honra pode ser defendida também pelo uso da arma de fogo – representando a arma, nessa cadeia, uma extensão da força e da virilidade (como sugere vivamente o uso do dedo médio ereto, símbolo agressivo do pênis) – enxergamos, então, uma articulação discursiva que alimenta (como foi o caso do massacre de Realengo, por exemplo) a reação violenta de alvos do bullying.

Nos casos de bullying, tendo a honra atingida perante a comunidade escolar, é nela que pessoas do gênero masculino, jovens, autores de massacre em nosso país, buscam a reparação, evidenciando um poder que lhes devolve uma masculinidade letal. Muito embora mortífera, essa violência ainda é valorizada, o que os comentários aqui analisados ilustram bem, pela admiração de quem os escreveu, justificando os episódios de violência e os explicando como único mecanismo possível de resolução de conflitos, de sorte a minimizar os efeitos lúgubres das violências.

Vale considerar que estes efeitos nocivos da cultura machista não são exclusivos do gênero masculino. Há conteúdos expressos em falas de homens e mulheres nos mostrando esse olhar de reparação da honra de forma bastante evidente: “Se ele fez tudo isso, foi porque ele não aguentava mais sofrer na mão dos outros”; “Pq filha da puta é quem não entendia oq ele passava o sofrimento dele”. Justamente por isso, encontramos a minimização dos massacres, mostrando que eles, aos olhos desengajados de alguns, foram até pequenos: “Matou foi pouco”.

Compreendendo que é preciso mudar essa cultura tóxica, criticando seus elementos presentes nas relações com masculinidade e violência, propusemo-nos a discutir os desengajamentos, não na perspectiva de compreender os elementos culturais que sustentam as crenças desengajadas, a fim de construirmos reflexões que nos permitam



construir caminhos educacionais de enfrentamento dessa cultura que legitima a violência e a produz e reproduz.

E se a associação entre masculinidade tóxica e violência saltou a nossos olhos, fica-nos a constatação sobre a importância de que trabalhar para criarmos culturas não violentas exige discutir gêneros, masculinidades e violência nas escolas, para revelar que arranjos de poder desiguais subjazem ao cotidiano, aparentemente tranquilo, que assiste irromperem massacres. Para tanto, defendemos que estes caminhos podem ser percorridos pelos trilhos de uma educação crítica voltada a favorecer percursos educacionais que questionem valores culturais manifestos da sociedade, ao invés de ignorá-los e/ou perpetuá-los.

Tudo isso só é possível a partir de um trabalho educacional sistemático que confronte valores contrários aos direitos humanos, favorecendo justiça social e o desenvolvimento ético de educandos capazes de conquistarem a autonomia necessária para reconhecerem as desigualdades. Nesta perspectiva fica evidente: o papel central da escola é construir um ambiente de socialização, no qual aconteça o desenvolvimento de uma cultura de equidade, que permita uma relação mais assertiva com as diferenças, a fim de que o outro seja tratado e reconhecido como outro e não como estranho.

Portanto, a escola entra como fundamental na reconstrução de uma sociedade em que valores de uma masculinidade tóxica sejam questionados, pois ela é, por excelência, um espaço de formação coletiva. A escola precisa, portanto, discutir criticamente ilusões de gênero – como aquela de que ser homem basta – a fim de garantir o respeito aos valores republicanos, ou seja, aqueles que sustentam práticas de valorização da vida em comum, da dignidade como princípio e da igualdade como pilar. Sem isso, mais massacres em escolas ocorrerão.



## Referências

- ALENCAR, Roberta Braga de. **Violência psicológica no casal: gênero, cultura da honra e regulação emocional**. 2019. 78 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019. Disponível em: [https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7111/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o\\_RobertaAlencar\\_PPGPSI.pdf](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7111/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o_RobertaAlencar_PPGPSI.pdf). Acesso em: 20 set. 2020.
- BANDURA, Albert. Moral disengagement in the perpetration of inhumanities. **Personality and Social Psychology Review**, Santa Barbara, California, v. 3, p. 193-209, ago. 1999.
- BANDURA, Albert. Selective moral disengagement in the exercise of moral agency. **Journal Of Moral Education**, Londres, v. 31, n. 2, p. 101-119, ago. 2002.
- BANDURA, Albert; AZZI, Roberta Gurgel; TOGNETTA, Luciene Regina Paulino (org.). **Desengajamento Moral: teoria e pesquisa a partir da teoria social cognitiva**. Campinas: Mercado de Letras, 2015. 146 p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 224 p.
- BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 189-217.
- BOTÃO, Ana Cláudia Rodrigues; SOUZA, Juan Alejandro Tasso; RIBEIRO, Marislei da Silveira. O Massacre de Suzano e a Cobertura Jornalística Nacional: uma análise baseada na teoria da espiral do silêncio. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 20., 2019, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Intercom, 2019.
- GIL, Gilberto. Super-Homem, a Canção. In: IDEM. **Realce**. 1 LP. 3ª faixa, lado A, 04m05s. Rio de Janeiro: WEA, 1979. Disponível em:



<https://www.youtube.com/watch?v=5spWQoG2FQQ>. Acesso em: 5 set. 2020.

GONÇALVES, Catarina Carneiro. **Engajamento e Desengajamento Moral de docentes em formação diante de situações de bullying envolvendo alvos típicos e provocadores**. 2017. 132 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9914>. Acesso em: 15 jul. 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.

LA TAILLE, Yves de. **Formação ética: do tédio ao respeito de si**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 2ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

LOPES, Anchyses Jobim. Considerações sobre o massacre de Realengo. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, v. 1, n. 37, p. 25-44, jul. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n37/n37a03.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOURA, Renan Gomes. A masculinidade tóxica e seus impactos na vida dos gays dentro das organizações. **Ciências do Trabalho**, Universidade do Rio Grande, v. 1, n. 13, p. 125-139, abr. 2019.

MORAES, Thiago Perez Bernardes. A discrepância quanto à frequência de comportamentos agressivos em homens e mulheres: um estudo evolucionista sobre o comportamento agressivo em humanos. **UNOPAR Cient. Ciênc. Human. Educ.**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 73-84, jan. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/senac/Downloads/600-Texto%20do%20artigo-2303-1-10-20150702.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

PAULA, Raí Carlos Marques de; ROCHA, Fátima Niemeyer da. Os impactos da masculinidade tóxica no bem-estar do homem contemporâneo: uma reflexão a partir da psicologia positiva. **Mosaico**, Vassouras, v. 10, n. 2, p. 82-88, jul. 2019.

PENN, Gemma. Análise semiótica de imagens paradas. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 6<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 319-342.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. 3<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Summus, 1994. 302 p.

PUIG, Josep Maria. **A construção da personalidade moral**. São Paulo: Ática, 1998.

ROMANO, Giovanna. **Suicídio, roupa preta, arma branca: semelhanças entre Columbine e Suzano**. 2019. Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/suicidio-roupa-preta-arma-branca-semelhancas-entre-columbine-e-suzano/>. Acesso em: 05 jul. 2020.

SCULOS, Bryant W. Who's Afraid of 'Toxic Masculinity'? **Class, Race and Corporate Power**, Florida International University, v. 5, n. 3, p. 1-7, 2017.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, dez. 1995.

VIEIRA, Timoteo Madaleno; MENDES, Francisco Dyonísio Cardoso; GUIMARÃES, Leonardo Conceição. De Columbine à Virgínia Tech: reflexões com base empírica sobre um fenômeno em expansão. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 22, n. 3, p. 493-591, dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/prc/v22n3/v22n3a21.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.



## “THE ILLUSION OF BEING ENOUGH AS A MEN”: Toxic Masculinity and Moral Disengagement in Suzano’s Massacre

**ABSTRACT:** Brazilian schools have been the scene of massacres, a phenomenon of extreme violence with a significant number of fatalities. Among several episodes, what happened in Suzano/SP (in 2019) is noteworthy, due to the variety of weapons used in the action, the expressive number of dead and wounded, and the abundant evidences of gender stereotypes associated with the two young perpetrators. From this observation, we examine elements of toxic masculinity in comments that characterize the eight types of moral disengagements associated with that massacre, from a cultural point of view, central to this discussion. We use the qualitative method to analyze components that characterize toxic masculinity and the occurrence of moral disengagements, based on a photograph recorded by a perpetrator and replicated by Facebook users, as well as comments associated with news about the massacre on the Internet. We conclude that these disengagements support the construction of an androcentric and illusory image of male identity. Therefore, this study leads to reflect on the content of gender roles associated with moral disengagement, highlighting a culture of violence and insisting, in the end, on the importance of providing moral education at school to develop the critical rationality that unveils naturalized illusions that facilitate massacres.

**KEYWORDS:** School massacre. Suzano/SP. Gender. Toxic masculinity. Moral disengagement.

**Catarina Carneiro GONÇALVES**

Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino - Centro de Educação -  
Universidade Federal de Pernambuco

**Fernando César Bezerra de ANDRADE**

Universidade Federal da Paraíba



**Vital Fabrício do NASCIMENTO**  
Universidade Federal da Paraíba

**Maria Clara Sena da SILVA**  
Universidade Federal da Paraíba

*Recebido em: 21/10/2021*

*Aprovado em: 10/07/2023*





## ARTIGOS



## Representatividade LGBTQIA+ na mídia:

### Uma análise do abandono da série *The 100*

Andressa Hennig Silva, *Universidade Federal do Pampa*

---

**Resumo.** Compreender aspectos relacionados ao consumo é assunto amplamente debatido nas pesquisas em comportamento do consumidor, contudo, estudar o abandono do consumo é de extrema relevância. Neste cenário, o presente estudo teve como objetivo identificar as razões do abandono da série *The 100*, para tanto foi realizado um estudo de caso de abordagem qualitativa de caráter exploratório, através do método estudo de caso. A coleta de dados ocorreu de três formas: entrevistas; coleta de comentários em redes sociais; e, observação participante da série em questão. Os dados coletados foram triangulados, para então aplicar a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Dentre os principais achados, cita-se as razões para o abandono da série: i) a morte de personagens; ii) descontentamento com o rumo da história; iii) desagrado com situações nos bastidores; iv) dificuldade no acesso a produção. Percebeu-se assim, que a condução dos personagens LGBTQIA+ na série *The 100*, em que a morte da personagem Lexa foi o fator que mais impactou no abandono da série pelos telespectadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comportamento do Consumidor; abandono; *The 100*; LGBTQIA+; série.

---



## 1. Introdução

Desde seu crescimento a partir do ano de 1950, a televisão se tornou um importante meio de comunicação e fonte de entretenimento para a população (VLKU, 2002). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizada pelo IBGE (2019) estima que 96,3% dos domicílios brasileiros contam com um aparelho de televisão. As emissoras de televisão aberta e por assinatura, também foram responsáveis pela disseminação de seriados internacionais, como é o caso da série *Game of Thrones* (2011), transmitida pelo canal HBO, visto que seu episódio final atingiu a marca de 19.3 milhões de telespectadores, onde 13.6 milhões assistiram ao vivo, e o remanescente pelos serviços de *streaming* da empresa HBO (PALLOTTA, 2019). A diversidade de planos de internet e o surgimento dos serviços de streaming como a Netflix facilitaram o acesso a estes seriados. Segundo o IBGE (2019), a partir de 2017, os custos desses serviços se tornaram mais presentes nas despesas familiares dos brasileiros.

Além disso, é possível destacar a representatividade apresentada pelos seriados, como demonstrado por Silverstone (2005) a mídia é uma forma de acesso ao senso comum a culturas alheias e valores. Tem-se de exemplo o seriado *Orange Is the New Black* que conforme Mavignier, Silva e Tarapanoff (2016) e Lotufo (2016) apresenta as diversidades étnicas, sociais e sexuais das personagens retratadas no seriado, sendo parte importante da identificação e afeição dos telespectadores pela série. Entretanto, em relação a personagens LGBTQIA+, essa representatividade ainda é reduzida, conforme Guerrero-Pico, Establés e Ventura (2018) poucos personagens chegam em seu “final feliz”, pois são atingidos pelo clichê cinematográfico denominado *Bury Your Gays*, que consiste na morte dos personagens LGBTQIA+ no decorrer dos episódios.

Diante deste cenário, o presente estudo tem seu foco de análise no seriado de ficção científica *The 100*, produzido pela emissora *The CW*, o qual conta a história de um mundo pós-guerra mundial nuclear. Seu episódio piloto atingiu uma audiência de 2.7 milhões de telespectadores, tornando-se a estreia em *midseason* (janeiro a maio) com maior audiência desde o seriado *Life Unexpected* em 2010 (BIBEL, 2014).

A audiência e a resposta do público são fatores determinantes para a sobrevivência e sucesso de uma série, pois a permanência ou abandono destes telespectadores determina a continuidade deste serviço, como por



exemplo, o seriado *American Gods* (2017), transmitido pela emissora *Starz*, que devido à queda de audiência ocorrida durante suas temporadas, culminou em seu cancelamento (PATTEN, 2021).

Desse modo, tendo em vista a relevância de estudos referentes ao abandono do consumo (DALMORO; GREGORY, 2020; SUAREZ; CHAUVEL; CASOTTI, 2012; LEE; MOTION; CONROY, 2009), e a frequência na morte de personagens LGBTQIA+ em seriados televisivos (GUERRERO-PICO; ESTABLÉS; VENTURA, 2018; DESHLER, 2017; SEYMOUR, 2020), com base na problemática aventada, o presente estudo pretende identificar as razões para o abandono da série *The 100*. Assim, pretende-se averiguar se as representações de personagens LGBTQIA+ apresentam algum impacto na decisão de abandono.

A presente pesquisa se justifica em dois diferentes aspectos, sendo o primeiro, relacionado a importância social para avaliar as formas de representar os personagens LGBTQIA+, pois como apresenta Horta (2015) à maior inclusão destes temas poderia causar uma reflexão na sociedade colaborando para diminuir preconceitos baseados na falta de conhecimento e empatia. E, em sua parte teórica busca colaborar com estudos na área de análise de anticonsumo, em razão da escassez de pesquisas que abordem mídias audiovisuais, seguindo as sugestões de pesquisas futuras propostas por Suarez, Chauvel e Casotti (2012) de abordar categorias consideradas “neutras”. E também, tendo em vista que os estudos sobre anticonsumo focam especialmente em produtos específicos, como alimentos considerados prejudiciais (DALMORO; GREGORY 2020) ou até mesmo de categorias distintas como cigarro e automóveis (SUAREZ; CHAUVEL; CASOTTI, 2012), identificando-se então, uma oportunidade de pesquisa a ser explorada ao estudar os serviços.

Este estudo está estruturado após a introdução, a segunda seção contempla o referencial teórico, conseguinte estão apresentados os procedimentos metodológicos, seguido pela quarta seção que consiste na análise dos resultados deste estudo e em sua quinta seção estão as considerações finais e as referências do estudo.

## **2. Referencial teórico**

### **2.1 Séries**



Conforme Duarte (2015), às séries televisivas constituem narrativas onde a história central é desenvolvida por meio de episódios, fazendo-se necessária a assistência de todos os episódios para a compreensão total da trama. Moreira (2013) caracteriza dois aspectos das séries de televisão, sua padronização e sua serialidade.

O primeiro aspecto define as séries como produções elaboradas em grande quantidade de forma padronizada pela indústria. O autor também cita que tal padronização em relação a estrutura fixa dos personagens principais trariam para o telespectador o conforto de algo familiar, enquanto as mudanças dos personagens secundários permitem a apreciação das transformações. Neste mesmo significado é demonstrado a visão de Adorno e Horkheimer (1985 apud MOREIRA, 2013) que definem essas produções como vazias de conteúdo, que apenas cria tensão para prender o espectador, que não refletiria sobre o que está assistindo, apenas consumiria mais daquele gênero.

Na base desse discurso estariam os estereótipos. O público ciente das regras de determinados gêneros ou personagens, se ligaria mais facilmente à trama e seria atraído a consumir produtos semelhantes. Da mesma forma, a estrutura narrativa se repetiria, com novos elementos modificando seus enredos (ADORNO E HORKHEIMER, 1985 apud MOREIRA, 2013, p.3).

Já na análise do segundo significado de séries, Moreira (2013) destaca que tal serialidade está presente desde folhetins literários em 1550, devido esta ser uma indústria crescente que buscava o consumo constante para sua sobrevivência. Tal conceito vai ao encontro da pesquisa de Anaz (2018) que indica o formato serial como uma das características em comum nas séries de sucesso atuais, devido à capacidade de elaborar tramas e personagens com características mais profundas.

Conforme é salientado por Lotufo (2016) ao ganhar espaço na mídia, as séries acabam por representar elementos socioculturais e globais, fato que contribui para que estejam em evidência na sociedade do século XXI. Fator que pode ser observado ao analisar as diversas séries de sucesso na mídia, que abrangem diversas temáticas e idiomas, como por exemplo: *The Walking Dead* um drama norte-americano pós-apocalíptico; *Vikings* série Canadense de drama histórico; *Brooklyn Nine-Nine* série estadunidense de comédia policial; *La casa de papel*

série espanhola de drama policial; *Shingeki no Kyojin* série animada japonesa de fantasia sombria (IMDB CHARTS, 2021). Dentre as diversas séries de sucesso destaca-se a série *The 100*, que é o foco deste estudo, a qual será tratada no próximo tópico.

### **2.1.1. *The 100***

*The 100 (The Hundred)* é uma série de televisão estadunidense com a temática de ficção científica. Produzida por Jason Rothenberg e transmitida pela emissora norte-americana *The CW*, teve sua estreia no dia 19 de março de 2014, sendo, em quatro anos, o episódio piloto de *midseason* com maior audiência da emissora, atingindo a marca de 2.7 milhões de espectadores (BIBEL, 2014), a série teve seu último episódio transmitido no dia 30 de setembro de 2020, contando com 7 temporadas e 100 episódios. Conforme o agregador de críticas *Rotten Tomatoes*, *The 100* possui uma média de avaliações de 93% pela crítica especializada e 66% pelo público (THE 100, 2014).

A série ligeiramente baseada no livro de mesmo nome escrito por Kass Morgan, conta a história de um mundo pós-apocalíptico onde em meio a uma guerra nuclear os humanos são forçados a irem rumo ao espaço para sobreviver (LLOYD, 2014).

A trama se passa 97 anos depois da devastação da vida na Terra devido às bombas e a radiação, mostrando a vida dos sobreviventes da Arca, nome dado à união das estações espaciais de 12 nações. Nos primeiros minutos da série a personagem principal Clarke Griffin, interpretada por Eliza Taylor, conta brevemente sobre o sistema penitenciário da Arca, onde devido à escassez de recursos todos os crimes eram sentenciados com a pena de morte, ejetando os condenados para o vácuo, entretanto tal regra não se aplica caso o criminoso não tivesse completado 18 anos. A personagem também explica que mesmo após o nascimento de três gerações de sobreviventes no espaço, a terra só estaria pronta para ser habitada nos próximos 100 anos. Entretanto, os sistemas de suporte de vida da Arca começam a falhar, devido a isso, o conselho da Arca decide enviar 100 prisioneiros menores de 18 anos para a Terra, com o objetivo de verificar se ela está habitável. Porém, em sua chegada, os jovens percebem que não são os únicos sobreviventes na Terra, pois nela habitavam os *Grounders*, como foram chamados os



humanos dos 12 clãs que sobreviveram a guerra nuclear (THE 100, 2014).

A série conta com diversas formas de representatividade, abordando assuntos como personagens com deficiências físicas congênicas devido a radiação, chamados de *Frikdreina*, tal qual a personagem Emori, interpretada por Luisa D'Oliveira. E deficiências físicas adquiridas como o caso da personagem Raven Reyes, interpretada por Lindsey Morgan.

*The 100* também conta com representatividade LGBTQIA+ evidenciando relações homoafetivas entre alguns personagens, como é o caso do personagem Nathan Miller (Jarod Joseph) que mantinha um relacionamento com Bryan (Jonathan Whitesell), e nas temporadas seguintes se relaciona com Eric Jackson (Sachin Sahel). Também pode ser citada a personagem Niylah (Jessica Harmon) que mantém uma breve relação com a personagem Clarke Griffin. Em maior destaque está o relacionamento da personagem Clarke Griffin (Eliza Taylor) com Lexa (Alycia Debnam-Carey), casal nomeado pelos fãs como *Clexa* (GUERRERO-PICO; ESTABLÉS; VENTURA, 2018; THE 100, 2014).

Lexa, personagem recorrente na segunda e terceira temporada da série, é a comandante dos *Grounders*, e fundadora da aliança dos 12 clãs. Lexa tem sua primeira aparição no episódio 6 da segunda temporada. Durante o episódio 9 da segunda temporada, Lexa revela a Clarke que a mulher com quem mantinha um relacionamento foi assassinada pela nação do gelo “Eu também perdi uma pessoa especial. O nome dela era Costia” (REMEMBER ME, 2015). A partir do episódio 14 da mesma temporada, o relacionamento de Lexa com Clarke começa a ser aprofundado pouco a pouco.

Deshler (2017) destaca que possivelmente a relação das personagens foi um aspecto que trouxe mais visibilidade para o seriado, devido a naturalidade com que foi abordado.

Individualmente, Clarke e Lexa eram formidáveis líderes e guerreiras. Juntas, elas eram um par poderoso e aparentemente imparável, diferente de qualquer outra representação de garotas *queer* que os fãs já tinham visto antes. Elas não foram definidas por sua sexualidade, mas seu relacionamento foi tratado como um importante enredo dentro do programa (tradução nossa, DESHLER, 2017, p. 35).



A autora também cita as desconfianças dos fãs da série em relação à sobrevivência da personagem Lexa, devido a assinatura de contrato da atriz em outra série de televisão, e a maneira que os rumores de sua morte foram negados pelos produtores, onde até mesmo o criador, Jason Rothenberg, divulgou fotos da atriz nas gravações do último episódio da terceira temporada (DESHLER, 2017).

No desenvolver da terceira temporada, as personagens se tornam cada vez mais próximas, até o episódio 7, onde oficialmente, tornam-se um casal. “Em fato, foi neste mesmo episódio que Clarke e Lexa consumaram fisicamente seu relacionamento” (tradução nossa, DESHLER, 2017, p. 41). Entretanto, na cena seguinte o personagem Titus (Neil Sandilands), *Fleimkepa* (guardião da chama) da comandante, decide assassinar Clarke com o objetivo de proteger a comandante Lexa. “Lexa não vai cumprir seu dever enquanto você viver. [...] Pode ficar brava o suficiente para declarar guerra!” (THIRTEEN, 2016). Porém, ao tentar atirar em Clarke acaba por acertar acidentalmente um tiro em Lexa, que morre devido ao sangramento.

Como demonstram Guerrero-Pico, Establés e Ventura (2018) a morte da personagem teve uma grande repercussão negativa tanto pelos fãs quanto pelos meios de comunicação, especialmente devido às confirmações dos produtores que a personagem não morreria. Os autores também apontam as ações on-line por parte dos fãs, que por meio da *hashtag* *#LGBTFansDeserveBetter* organizaram um movimento de mesmo nome com o objetivo de baixar a audiência da série para cancelá-la, e ainda, coletar doações para o *The Trevor Project* e pôr em foco as representações inadequadas de mulheres LGBTQIA+ na mídia (GUERRERO-PICO; ESTABLÉS; VENTURA, 2018). “Dois anos após o início da ação (10 de março de 2018), a campanha estava perto de atingir sua meta de arrecadar \$ 200.000 para o *The Trevor Project*” (Tradução nossa, GUERRERO-PICO; ESTABLÉS; VENTURA, 2018, p. 319).

Conforme Carvalho e Besen (2018) como consequência do movimento *LGBT Fans Deserve Better*, foi criada a *CLEXACON* uma convenção *multi-fandom* para o público LGBTQIA+. “O objetivo da convenção é capacitar os criadores de mídia a produzir e distribuir mais conteúdo LGBTQ positivo, fornecendo recursos educacionais para a comunidade a fim de produzir uma melhor representação nas mídias.” (CARVALHO; BESEN, 2018, p. 3).



Além disso, Craz (2016) apresenta a brusca queda de aproximadamente 10 mil seguidores no *Twitter* de Jason Rothenberg, nas 24h após a morte de Lexa. O autor também demonstra a queda de audiência no episódio seguinte da série, que passou de 1.39 milhões para 1.25 milhões de espectadores. A morte de personagens LGBTQIA+ são conhecidas pelo tropo narrativo *Bury Your Gays* que será exposto no próximo tópico.

## 2.2. Representações LGBTQIA+ na mídia

Conforme o relatório de diversidade nas mídias realizado pelo *GLAAD Media Institute* (2022) dos anos de 2021 e 2022, dentre os 775 personagens de séries transmitidas em horário nobre por emissoras estadunidenses, apenas 11,9% destes são LGBTQIA+. Estes dados demonstram a escassez na representação LGBTQIA+ na mídia.

Inicialmente é importante destacar o significado da sigla LGBTQIA+, conforme Saldanha, Basseto e Argerich (2019, p.7) a sigla LGBTQ+ tem o seguinte significado:

Fragmentando a sigla LGBTQ+ tem-se que cada letra significa, respectivamente: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, e *Queer*, seguido pelo sinal “+” que, por vezes, adiciona-se ao final para representar qualquer outra identidade de gênero ou sexualidade que não seja coberta pelas outras iniciais

Assim, neste estudo, utiliza-se a sigla LGBTQIA+ que também contempla pessoas intersexuais, assexuais, agênero e arromânticas.

No ano de 1930, William H. Hays, presidente da Associação de Produtores e Distribuidores de Filmes da América, elaborou o *Motion Picture Production Code*, popularmente conhecido como *Hays Code*, que se tratava de uma lista de regras de boa conduta para as produções cinematográficas, com o objetivo de classificar quais temas seriam apropriados, assim, evitando a censura. Dentre os tópicos abordados pelo código, estava a proibição da demonstração de atos de perversão sexual, desta forma, banindo qualquer referência a homossexualidade (KIM, 2017; MCLEOD, 2016).

Kim (2017) destaca como essa censura acabou por representar personagens, que poderiam ser reconhecidos como homossexuais, como seres perversos, deprimidos e perigosos, tendo a morte como punição. Indo ao encontro do estudo de Hulan (2017) que explica que tais personagens deveriam ter características negativas que o público deveria rejeitar em si e em outros.

Tal forma de caracterizar um personagem LGBTQIA+ é nomeada de *Queer Coding*, sendo que “*Queer* se refere a alguém que se desvia das normas esperadas de gênero e sexualidade” (tradução nossa, MCLEOD, 2016, p. 23). Hulan (2017) define que o termo *Queer Coding*, trata-se de uma maneira em que os autores identificavam personagens como parte de um determinado grupo por meio de suas ações. McLeod (2016) ao citar Li-Vollmer e LaPointe (2003) apresenta exemplos de *Queer Coding* em animações da Disney, onde diversos vilões compartilham determinadas características que poderiam identificá-los como personagens LGBTQIA+. Entre eles, pode-se citar Scar do filme O Rei Leão, Jafar de Aladdin, Hades de Hércules e Alameda Slim de Nem Que a Vaca Tussa, que compartilham características consideradas femininas, tanto em sua aparência física, quanto em seus trejeitos (LI-VOLLMER; LAPOINTE, 2003 apud MCLEOD, 2016). Além disso, a codificação desses personagens pode ser usada como *Queerbaiting* com objetivo de gerar audiência (HULAN, 2017; SEYMOUR, 2020). Sendo esta uma técnica que consiste em induzir, por subtexto, uma possível relação homoafetiva entre personagens, porém sem nunca realizá-la de fato (WOODS; HARDMAN, 2021).

Outro aspecto recorrente da representação LGBTQIA+ na mídia, é a morte de personagens dessa minoria. Conforme Hulan (2017) e Seymour (2020) o tropo narrativo *Bury Your Gays* teve sua origem como um tropo literário durante século 19, e persiste em diferentes mídias nos dias atuais, o qual consiste na morte de personagens LGBTQIA+. Hulan (2017) e Seymour (2020) também destacam algumas características que o envolvem, sendo elas: o personagem deve ser uma das únicas representações LGBTQIA+ no cânone da história, sua morte motiva os personagens sobreviventes ou tem pouca relevância na trama, tal fatalidade poderia ser evitada fora da ficção.

Tais representações podem ser prejudiciais, devido a capacidade da mídia para alterar as percepções coletivas em relação a diversidade, desta forma estigmatizando estas minorias (HORTA, 2015). “A normatização das estruturas sociais que rechaça o indivíduo



estigmatizado pode ser fonte de diversos sintomas para ele, como por exemplo a autoexigência, a autodepreciação e a vergonha.” (HORTA, 2015, p. 9-10). Tal fator pode se relacionar a teoria de Harrison (2000 apud MELO; FARIAS; KOVACS, 2017) que, ao analisar as representações negativas de pessoas com obesidade na mídia, destacou seus efeitos a longo prazo, como a maior discriminação desse grupo.

Tendo em vista que a falta de identificação com o percurso que uma série toma ao longo dos episódios pode fazer com que os expectadores deixem de consumi-la ou ainda, a boicotem por iniciativas como *Bury Your Gays*, assim compreender o processo de abandono, se faz necessário, o próximo tópico aborda essa questão.

### **2.3. Abandono do consumo**

Conforme Fischer (2001) o consumo e o não consumo são conceitos complementares, que por estarem intrinsecamente correlacionados, assim é necessário compreendê-los em conjunto. Hogg (1998) evidencia a existência de dois principais aspectos do anticonsumo, a não escolha e a anti escolha. O autor explica que a não escolha se dá em serviços e produtos que não são comprados, muitas vezes por razões financeiras, onde o consumidor não tem os meios para realizar esse consumo. Já a anti escolha, trata-se de produtos e serviços que não foram consumidos de forma previamente ponderada, pois estes não eram compatíveis com as preferências e escolhas do consumidor.

Além disso, Hogg (1998) especifica três níveis de anti escolha, o abandono, o distanciamento e a aversão. Porém, o autor enfatiza que estes níveis podem se sobrepor. De acordo com o autor, o abandono é caracterizado pela rejeição do consumo baseadas em mudanças econômicas ou sociais de um consumidor, como a mudança de status de estudantes que, ao alcançarem sua ocupação desejada, abandonam os serviços de transporte público. Outro nível de anti escolha, seria o distanciamento, que consiste no interesse de diminuir escolhas de consumo relacionadas a associações simbólicas ou socioculturais. Já a aversão, trata-se da maior expressão de insatisfação, envolvendo fortes aspectos emocionais ou afetivos que levam a decisões definitivas referentes ao anticonsumo.

Hogg (1998) afirma que diferentes categorias de produtos carregam diferentes significados, sendo algumas responsáveis pela criação de valor simbólico e outras pela criação de identidade, o autor aponta ainda que o abandono é um tema emergente, sendo possível a realização de pesquisas em diversas vertentes do comportamento do consumidor.

Em seu estudo Lee, Motion e Conroy (2009) destacam três tipos de aversões no consumo; Aversão baseada na experiência que, trata-se do anticonsumo de determinado produto ou serviço devido este não atender às expectativas do consumidor; Aversão identitária, que se refere ao anticonsumo devido a inadequações simbólicas de identidade, onde o consumidor decide não consumir um determinado produto ou serviço por este não condizer com sua visão de si mesmo; Aversão moral que se baseia na incompatibilidade ideológica, onde o consumidor evita o consumo de produtos e serviços que vão contra suas ideologias socioeconômicas.

Assemelhando-se a teoria de Lee, Motion e Conroy (2009), Suarez, Chauvel e Casotti (2012) caracterizam o abandono em três categorias: Abandono contingencial que ocorre devido conflitos que causam o consumidor ser forçado a abandonar um determinado consumo, por ser um abandono envolvido em sentimentos, acaba por ser uma decisão situacional; Abandono posicional que tem como motivação o afastamento de valores negativos, assim gerando associações positivas e melhorando a autoestima do consumidor; Abandono ideológico, baseia-se na crença de que a sociedade deve abandonar um determinado consumo, buscando alternativas para o mesmo.

Como demonstra Lorenzi (2015) é possível observar que os consumidores muitas vezes acabam abandonando as séries, entre os possíveis motivos para este abandono, o autor cita o distanciamento com a trama, tal conceito vai ao encontro aos conceitos de aversão propostos por Hogg (1998). Além disso Lorenzi (2015) salienta que o abandono de uma determinada série pode ser uma forma de evitar decepções, fator que se relacionar com a perspectiva de Suarez, Chauvel e Casotti (2012) onde ao praticar o abandono posicional o consumidor teria melhoras em sua autoestima.

### **3. Procedimentos metodológicos**



Para atingir os objetivos propostos, este estudo utilizou a abordagem qualitativa de caráter exploratório. Conforme Minayo (2001), a abordagem qualitativa se trata da exploração e da intuição, sendo capaz de responder questões específicas por trabalhar com motivos, significados, valores, aspirações, atitudes e crenças do ser humano, constituindo-se de fatores que não podem ser reduzidos a dados matemáticos. E a pesquisa exploratória para Gil (2002) tem como propósito o aprimoramento de ideias, obtendo maior proximidade com assunto explorado, permitindo observar diversos aspectos inerentes ao objeto de estudo.

O método de pesquisa eleito, foi o estudo de caso, que consiste em uma investigação empírica de fenômenos contemporâneos (YIN, 2001). Segundo Yin (2001) o método de estudo de caso conta com diversas fontes de evidências, e busca um aprofundamento do caso em questão.

Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas, a partir de um roteiro baseado nos autores Sbeghen Hoff (2020), Souza, Drummond e Almeida (2020), Deshler (2017), Guerrero-Pico, Establés e Ventura (2018), Kim (2017), Seymour (2020), Diniz e Suarez (2018), Lorenzi (2015), Suarez, Chauvel e Casotti (2012). O modelo de entrevista semiestruturada permite explorar e direcionar as questões de forma adequada e em uma conversa informal (MARCONI; LAKATOS, 2003). Previamente a coleta de dados foi realizado um pré-teste, onde foram entrevistados 4 ex-espectadores da série *The 100* com o objetivo de refinar o roteiro de entrevistas.

Assim, após ajustes advindos do pré-teste, as entrevistas foram realizadas com 11 telespectadores que deixaram de consumir o seriado *The 100*. A busca de participantes se deu por conveniência, pelas redes sociais e também com a utilização da técnica *snowball* (bola de neve), onde os participantes indicam novos participantes (BALDIN; MUNHOZ, 2011). As entrevistas foram conduzidas no formato on-line, por meio do aplicativo de ligações *Google Meet*, por onde foram gravadas e posteriormente transcritas. A coleta de dados também se deu por meio de pesquisas de comentários na rede social *Twitter*, onde foram pesquisadas as palavras “*The 100*” e “larguei”, foram selecionadas postagens na área de destaque, os nomes dos usuários e seus ícones foram ocultados para manter a privacidade dos usuários. Além da observação participante, a partir do acompanhamento empírico da série, em que



uma das autoras acompanhou a série durante sua época de transmissão, assistindo as sete temporadas, além de assistir mais uma vez após sua exibição.

Para a análise de dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que conforme Bardin (2011), trata-se de um conjunto de técnicas para análise das comunicações, a qual permite inferências de conhecimentos relacionadas ao objeto de estudo. Sendo que na primeira realizou-se a ordenação dos dados por meio do mapeamento das informações obtidas, momento onde foram realizadas as transcrições das entrevistas e identificação alfabética dos entrevistados, assim como os usuários do *Twitter* foram identificados de forma numérica, com o objetivo de manter o sigilo dos mesmos. A etapa seguinte exploração do material, ocorreu por meio de leituras do material obtido, identificou-se pontos importantes para elaboração de categorias. A terceira etapa correspondeu ao tratamento dos dados e análise final, onde foram estabelecidos vínculos entre os referenciais teóricos e os dados coletados, assim respondendo o objetivo do estudo. A seguir, apresenta-se os resultados advindos da aplicação da análise de conteúdo.

## 4. Análise dos resultados

### 4.1 Perfil dos entrevistados

Esta seção tem como objetivo apresentar o perfil dos entrevistados, os dados obtidos podem ser visualizados na tabela 01.

**Tabela 01 - Perfil dos entrevistados**

<b>Entrevistado (a)</b>	<b>Estado que reside</b>	<b>Idade</b>	<b>Gênero</b>	<b>Orientação sexual</b>
Entrevistada A	Santa Catarina	22	Feminino	Lésbica
Entrevistado B	Rio Grande do Sul	21	Masculino	Gay
Entrevistado C	Paraná	20	Não-binário	Lésbica
Entrevistada D	Rio Grande do	24	Feminino	Lésbica



	Sul			
Entrevistada E	São Paulo	20	Feminino	Bissexual
Entrevistada F	Minas Gerais	25	Feminino	Lésbica
Entrevistada G	Rio Grande do Sul	22	Feminino	Bissexual
Entrevistada H	São Paulo	23	Feminino	Lésbica
Entrevistada I	Paraíba	26	Feminino	Heterossexual
Entrevistada J	Santa Catarina	24	Feminino	Heterossexual
Entrevistado K	São Paulo	23	Masculino	Gay

Fonte: Dados da pesquisa

Ao observar a tabela 01, nota-se que o gênero feminino é predominante entre os entrevistados, sendo que quatro se identificam como lésbicas, dois como bissexuais e dois como heterossexuais. Em relação ao gênero masculino, houveram dois entrevistados, ambos se identificam como Gays. E um entrevistado não-binário que se identifica como lésbica. Além disso, pode-se observar que as idades dos entrevistados variam de vinte a vinte e seis anos de idade. Porém, é importante levar em consideração que a série iniciou em 2014, ou seja, oito anos antes da data que foi realizada esta pesquisa (2022), sendo assim os entrevistados teriam entre quatorze e dezoito anos, considerando a temporada que começaram a assistir. Uma possível justificativa, é o maior tempo livre entre jovens dessa faixa etária, como é citado pela entrevistada 7 “aí eu comecei a assistir, porque eu não tinha nada para fazer, eu tinha quatorze anos e não tinha nada pra fazer da vida e aí fui assistir”, e também pela entrevistada 9 “antes eu assistia muito, hoje em dia diminui. Mais por conta da faculdade mesmo, porque eu comecei a trabalhar e fazer faculdade e fiquei sem tempo”. Outro fator que colabora com a atratividade de *The 100* para os jovens, é sua trama, que por ser baseada no livro focado no público jovem adulto, traz diversos personagens principais em idades de dezesseis à vinte e três anos, que acabam utilizando uma linguagem informal, e lidando com situações consideradas comuns entre adolescentes. Ademais a emissora

*The CW* é conhecida por produzir dramas focados no público jovem (DESHLER, 2017; LLOYD, 2014; THE 100, 2014).

Os entrevistados também foram questionados sobre a temporada que a série estava sendo transmitida quando começaram a assistir *The 100*, por qual plataforma assistiam e o motivo que os levou a assistir. Assim, foi possível observar que em relação as sete temporadas da série, seis dos entrevistados começaram a assistir quando estava sendo transmitida a terceira temporada, três entrevistados na primeira temporada e dois entrevistados na segunda temporada. Em relação a plataforma assistida, ambos os sites piratas que transmitem séries e a plataforma de *streaming* Netflix foram os mais citados pelos entrevistados, corroborando com Oliveira (2020) que aponta que a pirataria, mesmo sendo uma forma ilegal de consumir o conteúdo, acaba sendo muito popular entre os consumidores de conteúdos audiovisuais. Outro fato a ser observado é o grande interesse na temática pós-apocalíptica da série, confirmado nas falas que seguem: “...eu achei bacana assim era uma coisa que eu ainda não tinha visto em nenhuma outra série das que eu acompanhava” (Entrevistada A); “na verdade a premissa também é interessante, né? Tipo no caso é um futuro pós-apocalíptico... É uma premissa bem interessante” (Entrevistada J). Esse interesse na temática pode ser confirmada com a alta audiência do episódio piloto, e das boas críticas no agregador *Rotten Tomatoes* (BIBEL, 2014; THE 100, 2014).

Dando sequência a análise dos dados, o próximo tópico aborda o abandono da série.

#### **4.2. O abandono da série *The 100***

Esta seção tem como objetivo analisar as razões dos entrevistados em relação ao abandono da série. Primeiramente, os entrevistados foram questionados sobre qual temporada da série *The 100* pararam de assistir. A série *The 100*, teve sete temporadas, apenas um entrevistado relatou abandonar a série entre a primeira e a segunda temporada. Sete dos entrevistados relataram um maior abandono da série entre a terceira e a quarta temporada, momento em que o enredo tratava das lutas entre os moradores de *Arkadia* e os *Grounders* e descoberta da inteligência artificial *A.L.I.E.* na terceira temporada, e a busca pela sobrevivência as ondas de radiação por todos os seres humanos durante a quarta



temporada (*THE 100*, 2014). Três dos entrevistados largaram a série entre a sexta e a sétima temporada, seu enredo tratou sobre a destruição da possibilidade de viver no planeta Terra, e a busca por um novo planeta que possa ser habitado (*THE 100*, 2014).

Os entrevistados também foram questionados em relação a quais motivos levaram ao abandono da série, entre as respostas foi possível observar quatro principais razões que acabam se entrelaçando nas respostas dos entrevistados, a saber: i) a morte de personagens; ii) desinteresse em relação ao rumo da história; iii) desagrado devido às situações ocorridas nos bastidores da série; e, iv) dificuldade de acesso para assistir a série.

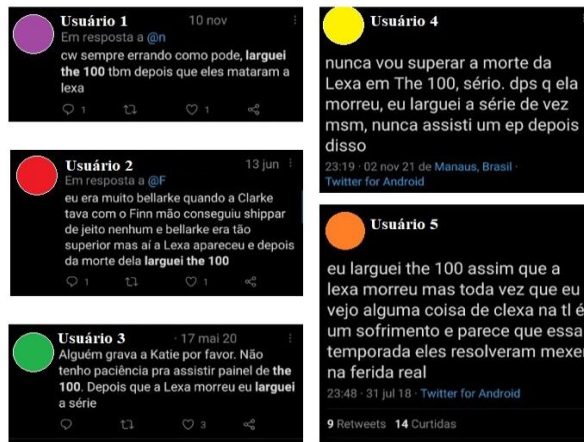
O motivo mais citado para o abandono da série *The 100*, foi a morte de alguns personagens, especialmente os personagens Lexa, Lincoln e Bellamy. Contudo, a personagem Lexa foi a mais lembrada, principalmente pela forma como sua morte foi conduzida, os relatos que seguem confirmam tal perspectiva.

Foi bem no fatídico episódio que a Lexa morre. Na verdade eu ainda assisti mais três episódios ou alguma coisa do tipo e aí eu vi que realmente já não estava mais fazendo sentido pra mim a série. Porque foi bem podre né? Ela era uma personagem tão forte na série [...] e de repente ela morre por um tiro ridículo. (Entrevistada F).

[...] desde a morte da Lexa até eu parar de assistir a série, eu estava tendo simplesmente ataques de choro, antes de começar a assistir o episódio, e depois de terminar o episódio. Eu não estava assistindo a série porque eu ficava feliz assistindo, eu ficava triste assistindo a série. Aí eu decidi parar de assistir (Entrevistada G).

Parei porque toda vez que eu assistia, eu lembrava da minha ex (namorada), aí estava meio ruim assim sabe? Aí a menina (Lexa) morreu entendeu? E o meu relacionamento também, aí eu fiquei tipo assim ah vou parar né? Mas assim eu acho que se ela não tivesse morrido eu teria continuado [...] (Entrevistada H).

Pode-se observar o impacto da morte da personagem Lexa, inclusive afetando psicologicamente os entrevistados. Tal cenário se reforça a partir do que os telespectadores compartilham nas redes sociais, demonstrados na figura 1.

**Figura 1 - Postagens na rede social *Twitter***

Fonte: Dados da pesquisa

Assim, é possível observar semelhanças com os conceitos de anti escolha de Hogg (1998) onde no caso dos entrevistados e dos usuários do *Twitter*, evidenciam uma aversão, ou seja escolha deliberada de não consumir, por envolver aspectos emocionais. Ou ainda, conforme Suarez, Chauvel e Casotti (2012) observa-se o abandono posicional, devido a busca pelo afastamento de valores negativos e uma melhora na autoestima que consumidores podem obter ao abandonar o consumo em questão.

Ademais, a repercussão negativa da morte da personagem Lexa, impactou na percepção da ocorrência de *Queerbaiting* e *Bury Your Gays* na série *The 100*. A entrevistada F comenta “então acho que foi uma representação terrível para LGBTs. Tanto que existe a *CLEXACON* hoje em dia, não é à toa né?” (Entrevistada F).

Eu tenho um pouco de ranço nas séries quando eles colocam um casal LGBT assim porque de duas uma, ou eles nunca aprofundam a relação, então a relação parece superficial, ou eles matam. Então é sempre assim, tipo quando eles aprofundam eu já fico com medo do personagem morrer, e foi exatamente o que aconteceu. [...] (Entrevistada H).

A estratégia de *Queerbaiting*, foi citada pelos entrevistados, como uma forma de conquistar audiência da comunidade LGBTQIA+, que devido à escassez de representatividade LGBTQIA+ nas opções de entretenimento, quando identificam personagens que se aproximam de



sua orientação sexual, acabam consumindo tais conteúdos (WOODS; HARDMAN, 2021).

Ademais ao *Queerbaiting*, a mídia também se utiliza de *Bury Your Gays* como uma forma de desenvolver o enredo de personagens LGBTQIA+, sendo que estes, na maioria das vezes, acabam não tendo “ finais felizes ” devido a sua morte ou a morte de seu companheiro. Além disso, tal tropo narrativo apresenta características que consistem em: i) entre casais, um dos personagens é morto e o outro é colocado em um casal heterossexual; ii) a morte do personagem LGBTQIA+ é utilizada para mover a história de outros personagens; iii) a morte do personagem LGBTQIA+ é irrelevante e poderia ser evitada fora da ficção (GUERREROPICO; ESTABLÉS; VENTURA, 2018; HULAN, 2017; SEYMOUR, 2020).

Em relação a ocorrência de *Bury Your Gays* em *The 100* a maioria dos entrevistados afirma que ocorreu, como pode ser observado nas seguintes narrativas: “ Ah com certeza, com certeza foi. Assim como qualquer série da CW né? Ou eles matam ou pessoas simplesmente some, é o natural ” (Entrevistada F), “ Em *The 100* eles mataram a Lexa para mover o plot, também é outra maneira de *Bury Your Gays*, matar o gay pra mover o plot adiante, foi isso que fizeram. Então acho que cabe dentro de *Bury Your Gays* ” (Entrevistada G).

Ao assistir empiricamente a série *The 100*, é possível reforçar a existência do *Bury Your Gays* em relação a morte da personagem Lexa, seguindo os critérios que caracterizam *Bury Your Gays* apresentados por Hulan (2017) e Seymour (2020), foi observado que tal morte teve objetivo apenas de mover a história e poderia ser evitada fora da ficção, além do casal formado por Clarke e Lexa ser a única representação de um relacionamento com maior desenvolvimento entre duas mulheres na série. Também é possível perceber algumas características de *Bury Your Gays* em relação ao personagem Bryan, que também era, juntamente com Nathan Miller, uma das únicas representações de um casal de dois homens, entretanto o personagem não é oficialmente confirmado como tendo falecido, apenas desapareceu da série.

Assim, pode-se observar o impacto negativo da morte da personagem Lexa na percepção dos entrevistados em relação ao desenvolvimento dos personagens LGBTQIA+ na série. Deshler (2017) cita o impacto da morte da personagem Lexa especialmente entre fãs *queer*, que transformaram a dor e o luto interno em algo externo devido



a capacidade de compartilhar esse luto com outros fãs. Estas movimentações resultaram em diversas mensagens para os escritores da série, e na criação da *hashtag* #*LGBTFansDeserveBetter*, que tinha como objetivo boicotar a série e coletar doações para o *The Trevor Project*, que busca prevenir o suicídio de adolescentes LGBTQIA+ (GUERREROPICO; ESTABLÉS; VENTURA, 2018). Tal movimentação também culminou na criação da convenção *CLEXACON*, citada pela entrevistada F, que busca instruir os criadores de mídias em como produzir conteúdo LGBTQIA+ de maneira positiva (CARVALHO; BESEN, 2018). Horta (2015) traz a importância de retratar minorias como uma maneira da sociedade refletir sobre seus preconceitos, além de mencionar como representações que rejeitam indivíduos estigmatizados são prejudiciais para essas pessoas.

Alguns entrevistados relataram desgosto devido às situações ocorridas nos bastidores da série como um motivo para o abandono, também se caracterizando como um abandono posicional pelos conceitos de Suarez, Chauvel e Casotti (2012).

Mas já estava rolando muita treta nos bastidores da série, e aí fui desanimando, teve umas polêmicas com o ator do Bellamy, e aí teve algumas brigas lá com o próprio diretor da série. [...]E aí com tudo acontecendo eu acabei não terminando, e não tenho muita vontade de pegar pra terminar (Entrevistada E).

Enquanto que outros entrevistados relataram parar de assistir devido ao desinteresse pelo rumo da história da série, como pode ser observado nas falas que seguem: “eu achei que ia ser bem vibe jogos vorazes, mas começaram a botar umas pessoas aleatórias que pra mim não fazia sentido falar, eu não quis nem saber porque que estavam lá” (Entrevistado B), “Quando eles descobriram aquela inteligência artificial, A.L.I.E. e tal, eu achei que ficou muito viajoso. [...] fiquei sem interesse de continuar porque eu achei que meio que fugiu da proposta inicial da série” (Entrevistada I).

A história começou a ficar maçante porque eles não resolviam de uma vez os mistérios que tinham, e daí começou a morrer as personagens que eu gostava [...] Eu dei ainda uma chance depois pra ver como é que continuava, mas não, a história ficou muito cansativa porque não ia, não andava sabe? Pra mim não funcionou (Entrevistada D).



Os usuários da rede social *Twitter* também relataram parar de assistir a série devido ao rumo da história, como é demonstrado da figura 02.

**Figura 02 - Postagens na rede social *Twitter* em relação a história**



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação ao abandono ocorrido devido ao desinteresse pelo rumo da história da série, pode-se observar que este também se assemelha ao conceito de aversão proposto por Hogg (1998) e de um abandono posicional (SUAREZ, CHAUVEL; CASOTTI, 2012), entretanto, em relação aos conceitos de Lee, Motion e Conroy (2009) esta seria uma aversão baseada na experiência, pois a série não atendeu as expectativas do telespectador.

A última motivação trata da dificuldade de acesso para assistir a série, conforme o entrevistado K que relata que acabou não assistindo a última temporada da série por sua indisponibilidade no catálogo de *Streaming* da Netflix, e por não ter o desejo de baixar ou assistir online, ilegalmente os episódios.

Acho que já estava começando a lançar a última temporada, só que eu estava naquela preguiça de baixar ou assistir online, que às vezes a qualidade do vídeo não é das melhores. Ai eu falei, vou esperar sair na Netflix. Geralmente demora pra sair, aí nesse meio tempo a gente até acaba esquecendo (entrevistado K).

Este motivo se difere em relação aos outros, pois se assemelha a não escolha proposta por Hogg (1998), a qual ocorre devido a mudanças econômicas ou sociais do entrevistado, neste caso a indisponibilidade do conteúdo. Além disso, também se assemelha ao abandono contingencial proposto por Suarez, Chauvel e Casotti (2012), onde o consumidor é forçado a abandonar o consumo e esta situação pode acabar sendo situacional.

Em relação ao processo de abandono, os entrevistados foram questionados de que forma deixaram de assistir a série, assim foi possível perceber que nove dos entrevistados deixaram de assistir de forma gradual, de acordo com Diniz e Suarez (2018) que apresentam o abandono do consumo como incerto e gradual. Diniz e Suarez (2018) também relatam que pode ser parcial, já Hogg (1998) aventa a possibilidade de quando ocorre a aversão, tal decisão de não consumir, é definitiva. Assim, para observar esse situação, os entrevistados foram questionados se voltariam a assistir a série. Dentre os onze entrevistados, nove relataram que não voltariam a assistir, concordando com a perspectiva de Hogg (1998). Já os entrevistados J e K salientaram que gostariam de voltar a assistir até o final, ou seja, revelando certa incerteza por parte dos espectadores em relação a deixar de consumir a série em questão. Neste sentido, Dalmoro e Gregory (2020) destacam que o anticonsumo busca romper o encontro com um determinado objeto, de forma processual com diferentes níveis de complexidade.

Desse modo, foi possível observar que a morte da personagem Lexa foi um forte motivo para o abandono de *The 100*, confirmando que a condução das representações LGBTQIA+ podem afetar o abandono de uma série televisiva, em especial para pessoas que se identificam como LGBTQIA+, devido o desejo de se distanciar de representações negativas, que podem causar danos para estas pessoas.

Ao finalizar a análise de dados, a seção subsequente tem como objetivo apresentar as considerações finais deste estudo.

## **Considerações finais**

Ao analisar o abandono de serviços, este estudo buscou compreender como esse fenômeno ocorre no contexto de séries, tendo como objeto de estudo a série *The 100*. Assim, após empreender o



processo de pesquisa, considera-se que o objetivo inicialmente traçado, foi alcançado.

Os respondentes do estudo, caracterizam-se como jovens, do gênero feminino, sendo que a orientação sexual predominante é de lésbicas, ademais, observou-se que a temática pós-apocalíptica foi um grande atrativo para os entrevistados.

No que se refere as razões do abandono da série *The 100*, observou-se quatro principais motivos para o abandono da série *The 100*: i) a morte de personagens, sendo a principal morte a da personagem Lexa; ii) o desinteresse em relação ao rumo da história, devido a história fugir de sua premissa inicial e muitas vezes ficar repetitiva na visão dos telespectadores; iii) desagrado devido às situações ocorridas nos bastidores da série, seja com atores ou produtores; e, iv) dificuldade de acesso para assistir a série. Ainda foi possível perceber que o abandono do consumo da série, trata-se de um processo gradual, que pode ser parcial ou definitivo para os respondentes (DINIZ; SUAREZ, 2018; HOGG, 1998).

É possível ainda destacar, que a trajetória dos personagens LGBTQIA+, foi um dos fatores de maior impacto no abandono da série. Uma vez que, no decorrer da trama, observou-se a ocorrência de dois fenômenos: *Queerbaiting* e *Bury Your Gays*. Os quais apresentam-se como estratégias para alcance de maior audiência, contudo para comunidade LGBTQIA+ tais ações apresentam-se como extremamente negativas.

As contribuições deste estudo, se dão especialmente no aspecto teórico e social. Estudos que abordem representatividade de minorias como LGBTQIA+, ainda são escassos na academia, desse modo, este estudo buscou lançar luz sobre tal lacuna. No que tange o aspecto social, as representações podem afetar a percepção de si mesmos para os indivíduos LGBTQIA+, pois muitas vezes estas representatividades auxiliam em sua própria identificação, oferecendo um local seguro e fazendo jovens se sentirem mais confortáveis com suas sexualidades ou identidades de gênero, entretanto, casos de *queerbaiting* e *Bury Your Gays*, podem prejudicar e confundir os indivíduos LGBTQIA+ que estão desenvolvendo suas identidades, assim como afetam pessoas fora da comunidade LGBTQIA+ por oferecer uma perspectiva carregada de estereótipos, influenciando a percepção da sociedade sobre esta comunidade (WOODS; HARDMAN, 2021). Todavia, representações

mais adequadas podem auxiliar a modificar a visão da sociedade sobre a comunidade LGBTQIA+, levando a reflexões que gerem empatia e auxiliem na diminuição de preconceitos (HORTA, 2015).

Como limitações deste estudo, pode-se destacar a indisponibilidade de alguns entrevistados, que não compareceram para a realização da entrevista agendada. Para estudos futuros, sugere-se a continuação do estudo com o foco na análise de outras séries televisivas que apresentem personagens LGBTQIA+, além de pesquisas sobre abandono de outros tipos de serviços.

## Referências

ANAZ, S. A. L. Atributos de séries dramáticas de sucesso e engajamento da audiência. Significação. *Revista de Cultura Audiovisual*, v. 45, n. 50, p. 239, 4 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/143013>> Acesso em: 22 ago. 2021.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO- EDUCERE, 5, 2011, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIBEL, S. 'The 100' Premiere is the CW's Most Watched Show in the Time Period Since 2010. *TV by the Numbers*. 20 de março de 2014. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20140323073124/http://tvbythenumber.s.zap2it.com/2014/03/20/the-100-premiere-is-the-cws-most-watched-show-in-the-time-period-since-2010/246477/>> Acesso em: 08 ago. 2021.

CARVALHO, V. A.; BESEN, L. Seria falta de imaginação ou pura preguiça?: a produção de ontologias políticas a partir da performatização de identidades LGBTQ em séries de televisão. In: I AQUENDA SEMINÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES, 1. 2018, Porto Alegre. *Anais eletrônicos...* Porto Alegre: UFRGS, 2018. Disponível em: <<https://aquenda.files.wordpress.com/2019/04/vanessa-carvalho-e-lucas-besen.pdf>> Acesso em: 29 ago. 2021.



CRANZ, A. Angry Fans May Have Actually Driven Down The 100's Ratings. *Gizmodo*, 2016. Disponível em: <<https://gizmodo.com/angry-fans-may-have-actually-driven-down-the-100s-ratin-1764318782>>

Acesso em: 30 ago 2021.

DALMORO, M; GREGORY I.G. (Anti)consumo de Alimentos: a Capacidade de Agência dos Objetos em Diferentes níveis de Abandono de Alimentos. In: XLIV ENCONTRO DA ANPAD, 44, 2020, on-line. *Anais eletrônicos...* Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2020.

DESHLER, K. *Not another dead lesbian: the Bury Your Gays trope, queer grief, and The 100*. Orientador: Tarik Elseewi. 2017. 89 f. Tese de Honra (Graduação em Gender Studies) - Whitman College, Gender Studies Program, Washington, 2017.

DINIZ, F.; SUAREZ, M. C. Cultural Meanings and Consumers' Discourses about Their Brand Abandonment. *BAR - Brazilian Administration Review*, v. 15, n. 1, 29 mar. 2018.

DUARTE, E. B. Ficção televisual: entre série e seriados. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 38, 2015, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Intercom, 2015.

EFE, A. Último capítulo de "Avenida Brasil" paralisa o País. *G1*, [s.l], 20 out. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2012/10/ultimo-capitulo-de-avenida-brasil-paralisa-o-pais.html>> Acesso em: 31 jul. 2021.

FIFA, FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. *More than half the world watched record-breaking 2018 World Cup*. Suíça: FIFA. 2018. Disponível em: <<https://www.fifa.com/tournaments/mens/worldcup/2018russia/media-releases/more-than-half-the-world-watched-record-breaking-2018-world-cup>> Acesso em: 31 jul. 2021.

FISCHER, E. Special session summary: rhetorics of resistance, discourses of discontent. *Advances in Consumer Research*, v. 28, n. 1, p. 123-124, 2001.

GIL, A. C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILLESPIE, D. HBO Lost Half of Viewers After Game of Thrones Ended. *Screen Rant*, Quebec, 08 jan. 2021. Disponível em: <<https://screenrant.com/hbo-2020-ratings-viewers-decrease-game-thrones-impact/>> Acesso em: 31 jul. 2021.



- GLAAD MEDIA INSTITUTE. *Where We Are on TV Report: 2021-2022*. Califórnia, 2022. Disponível em: <<https://www.glaad.org/whereweareontv21>> Acesso em: 23 fev. 2022.
- GUERRERO-PICO, M.; ESTABLÉS, M. J.; VENTURA, R. Killing off Lexa: “Dead Lesbian Syndrome” and intrafandom management of toxic fan practices in an online queer community. *Participations. Journal of Audience & Reception Studies*, v. 15, p. 311–33, 21 jun. 2018.
- HOGG, M. K. Anti-Constellations: Exploring the Impact of Negation on Consumption. *Journal of Marketing Management*, v. 14, n. 1-3, p. 133–158, 1998.
- HORTA, L. N. C. A representação da criança estigmatizada no cinema estrangeiro contemporâneo: Análise do filme francês *Tomboy*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL COMUNICAÇÃO E CONSUMO, COMUNICON, 2015, *Anais...* São Paulo: ESPM, 2015.
- HULAN, H. Bury your gays: History, usage, and context. *McNair Scholars Journal*, v. 21, n. 1, p. 6, 2017.
- IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Novos hábitos de consumo alteram cálculo da inflação a partir de 2020*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25678-novos-habitos-de-consumo-alteram-calculo-da-inflacao-a-partir-de-2020>> Acesso em: 08 ago. 2021.
- IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual: Tabela 7519 - Domicílios e Moradores, por existência de televisão no domicílio*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7519#resultado>> Acesso em: 31 jul. 2021.
- IMDB Charts. *IMDB*, Reino Unido, 2021. Disponível em: <[https://www.imdb.com/chart/tvmeter/?ref=nm\\_tv\\_mptv](https://www.imdb.com/chart/tvmeter/?ref=nm_tv_mptv)> Acesso em: 22 ago. 2021.
- KIM, K. Queer-coded Villains (And Why You Should Care). *Dialogues@RU*, v. 18, n. 1, p. 156–165, 2017.
- LEE, M. S.W.; FERNANDEZ, K. V.; HYMAN, M. R. Anti-consumption: An overview and research agenda. *Journal of Business Research*, v. 62, n. 2, p. 145–147, 2009.
- LEE, M. S.W.; MOTION, J.; CONROY, D. Anti-consumption and brand avoidance. *Journal of Business Research*, v. 62, n. 2, p. 169–180, 2009.
- LLOYD, R. Review: On ‘The 100,’ the post-apocalypse is such a teen drama. *Los Angeles Times*, Los Angeles, 19 mar. 2014. Disponível em:



- <<https://www.latimes.com/entertainment/tv/la-xpm-2014-mar-19-la-et-st-the-100-20140319-story.html>> Acesso em: 7 fev. 2022.
- LORENZI, R. Quando precisamos abandonar algumas séries. *A escotilha*, 2015 Disponível em: <<http://www.aescotilha.com.br/cinema-tv/olhar-em-serie/quando-precisamos-abandonar-algumas-series/>> Acesso em: 11 set 2021.
- LOTUFO, A. J. D. M; BRUM, C. D. F. Fatores Socioculturais em Orange Is The New Black. In: XVII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 17, 2016, Curitiba. *Anais...* Paraná: Intercom, 2016.
- MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARCUS, L. A Short History of Television Plays. *Teletronic*, 2008. Disponível em: <[https://www.teletronic.co.uk/pages/television\\_plays.html](https://www.teletronic.co.uk/pages/television_plays.html)> Acesso em: 20 ago. 2021.
- MAVIGNIER, T. C.; SILVA, N. C. da; TARAPANOFF, F. P. de A. Orange Is The New Black: um mosaico de identidades. *Vozes e Diálogo*, v. 15, n. 2, jul./dez. 2016.
- MCLEOD, D. S., *Unmasking the quillain: queerness and villainy in animated Disney films*, 2016. 235 f. Tese de doutorado ( Doctor of Philosophy thesis) - School of the Arts, English and Media, University of Wollongong, Austrália, 2016.
- MELO, F. V. S.; FARIAS, S. A. De; KOVACS, M. H. ESTEREÓTIPOS E ESTIGMAS DE OBESOS EM PROPAGANDAS COM APELOS DE HUMOR. *Organizações & Sociedade*, v. 24, n. 81, p. 305–324 , jun. 2017.
- MINAYO, M.C. de S. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MOREIRA, M. Narrativas em série: o conceito de “série” do pulp à internet. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 15., 2013, Mossoró. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2013.
- MZTV. Timeline: The history of television. *MZTV Museum of Television*. 2018. Disponível em: <[https://www.mztv.com/#timeline\\_content](https://www.mztv.com/#timeline_content)> Acesso em: 20 ago. 2021.
- OLIVEIRA, C.A. Uma nova temporada contra a pirataria? Os impactos da Netflix na pirataria de conteúdo audiovisual pela internet no Brasil. *Revista Brasileira de Economia de Empresas*, v. 20, n. 1, p. 63-85, 2020.

- PALLOTTA, F. 'Game of Thrones' finale sets new viewership record. *CNN Business*, Nova Iorque, 20 mai. 2019. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2019/05/20/media/game-of-thrones-finale-ratings/index.html>> Acesso em: 31 jul. 2021.
- PATTEN, D. 'American Gods' Canceled At Starz; No Season 4 But Maybe A TV Movie. *Deadline*, Califórnia, 29 mar. 2021. Disponível em: <<https://deadline.com/2021/03/american-gods-canceled-no-season-4-starz-neil-gaiman-1234724166/>> Acesso em: 08 ago. 2021.
- REMEMBER ME (Temporada 2, ep. 9). *The 100*. Direção: Omar Madha. Produção: Jason Rothenberg, Dorothy Fortenberry. Vancouver: Warner Bros. Television Studios, 2015.
- ROSA, B. G. da. *Indústria musical e diplomacia cultural no século XXI*. Orientadora: Ana Paula Maielo Silva. 2018. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Curso de Relações Internacionais, João Pessoa, 2018.
- SEYMOUR, J. L. *Bury and unbury your gays in the adventure zone*. *Gender Forum: An Internet Journal for Gender Studies* v. 1, n. 77, p. 90–104, 2020. Disponível em: <<http://genderforum.org/wp-content/uploads/2021/04/092020-New-Waves-COMLETE.pdf>> Acesso em: 30 ago. 2021.
- SILVERSTONE, R. *Por que estudar a mídia*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- SOUZA, N. R. De; DRUMMOND, D. R.; ALMEIDA, V. A. As disputas discursivas por identidade racial em dois seriados televisivos brasileiros. *Sociologias*, v. 22, n. 54, p. 230–256, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/SGNPvPSbHxYWzwGMY6nPZMH/?lang=pt>> Acesso em: 23 ago. 2021.
- SUAREZ, M.; CHAUVEL, M. A.; CASOTTI, L. Motivações e significados do abandono de categoria: aprendizado a partir da investigação com ex-fumantes e ex-proprietários de automóveis. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 10, n. 2, p. 411–434, 2012.
- THE 100. Desenvolvedor: Jason Rothenberg. Vancouver: Warner Bros. Television Studios, 2014.
- THE 100. *Rotten Tomatoes*, Estados Unidos. 2014. Disponível em: <[https://www.rottentomatoes.com/tv/the\\_100](https://www.rottentomatoes.com/tv/the_100)> Acesso em: 25 ago. 2021.
- THIRTEEN (Temporada 3, ep. 7). *The 100*. Direção: Dean White. Produção: Jason Rothenberg, Javier Grillo-Marxuach. Vancouver: Warner Bros. Television Studios, 2016.



VLKU, N. *Television and the Passive Consumer*. Orientador: Phoebe Sengers. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (The Automatic Lifestyle) - Cornell University Computer Science, The Automatic Lifestyle, Nova Iorque, 2002.

WOODS, N.; HARDMAN, D. “It’s just absolutely everywhere”: understanding LGBTQ experiences of queerbaiting. *Psychology & Sexuality*, v. 0, p. 1–13, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/19419899.2021.1892808>> Acesso em: 01 set. 2021.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



## LGBTQIA+ representation in the media: An analysis of the abandonment of The 100 series

**ABSTRACT:** Understanding aspects related to consumption is a subject widely debated in consumer behavior research, however, studying consumption abandonment is extremely relevant. In this scenario, the present study aimed to identify the reasons for the abandonment of The 100 series, for that purpose, a case study with an exploratory qualitative approach was carried out, through the case study method. Data collection took place in three ways: interviews; collecting comments on social networks; and, participant observation of the series in question. The collected data were triangulated, and then the content analysis technique was applied (BARDIN, 2011). Among the main findings, we mention the reasons for abandoning the series: i) the death of characters; ii) dissatisfaction with the course of history; iii) dissatisfaction with backstage situations; iv) difficulty in accessing production. It was thus perceived that the conduct of the LGBTQIA+ characters in the series The 100, in which the death of the character Lexa was the factor that most impacted the abandonment of the series by viewers

**KEYWORDS:** Consumer behavior. Abandonment. The 100. LGBTQIA+. Series.

***Andressa Hennig SILVA***  
*Universidade Federal do Pampa*

*Recebido em: 18/01/2023*  
*Aprovado em: 12/12/2023*



## ARTIGO

## União homoafetiva e a crise da estabilidade das decisões contramajoritárias proferidas pelo STF

Uma análise constitucional pelo olhar da diversidade

Isabela Christina Arrieta Masieiro, *Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)*

Luma Teodoro da Silva, *Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)*

Marcos César Botelho, *Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)*

---

Resumo. Assuntos relativos à judicialização da política e ao ativismo judicial tem se mostrado cada vez mais evidentes nas discussões jurídicas atuais, isso porque a Constituição Federal de 1988 colocou o Poder Judiciário em uma posição centralizada ante às demais instituições, principalmente em relação à concretização dos fundamentais. Diante de inúmeras discordâncias acerca desses dois fenômenos se encontra as dúvidas daqueles que têm os seus direitos garantidos através de decisões judiciais proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e um desses casos é o reconhecimento da união estável homoafetiva. Por isso, a presente pesquisa possui como problemática o fato de a decisão proferida no julgamento da ADI 4.277 e da ADPF nº132, em relação ao reconhecimento desta entidade familiar, pode ser considerada como estável ou não e, para demonstrar a hipótese de que ela se mantém tão estável quanto se fosse reconhecido o direito pelo Poder Legislativo, através de sua constitucionalização, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e qualitativa com a análise de conteúdo dos fundamentos da decisão judicial proferida em controle concentrado de constitucionalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ativismo Judicial. Estabilidade. Judicialização da Política. União Estável Homoafetiva.

---





## Introdução

A atuação do Poder Judiciário vem ganhando cada vez mais destaque desde que a Constituição Federal de 1988 considerou o Supremo Tribunal Federal como, além da última instância do judiciário, a corte constitucional brasileira, transformando-o assim no guardião da Constituição Federal, sendo, portanto, o responsável pela correta interpretação das normas legais.

Diante dessa prerrogativa atribuída ao Poder Judiciário, a situação brasileira se assemelhou mais com aquelas de Common Law, fazendo com que a teoria constitucional passasse por uma transformação – não necessariamente negativa –, mas que atribui à corte constitucional uma atuação mais ativa, advindo daí o fenômeno denominado ativismo judicial.

Não só o ativismo como outro fenômeno também aparece com esse protagonismo do judiciário, que é o denominado judicialização da política. Porém, não há como se falar em Direito sem se falar também em Política, por isso com o surgimento desses mecanismos surgem questões relativas à legitimidade democrática das decisões proferidas pelo STF diante de situações em que o Direito e a Política se encontram, pois as críticas costumam apontar esse comportamento como usurpação de função do Poder Legislativo.

No entanto, existem diferenças importantes entre o ativismo judicial e a judicialização da política, sendo esta última resultado da formação constitucional que se deu quando do processo de redemocratização, por isso, o presente trabalho pretende demonstrar que o reconhecimento da união afetiva homossexual, através do julgamento da ADI nº 4.277 e ADPF 132 se deu em razão dessa prerrogativa da judicialização da política e, por isso, é legítima e estável.

Para atingir o objetivo aqui proposto, no primeiro capítulo, através da pesquisa bibliográfica, tratar-se-á acerca da diferença entre os conceitos de ativismo judicial e judicialização da política, visto que além de possuírem origens históricas diferentes, o primeiro é resultado da mera vontade do julgador, em que este substitui o direito por convicções pessoais/morais, ao passo que a judicialização da política decorre, principalmente, da omissão do Poder Legislativo em relação aos assuntos que se encontram em evidência, como é o caso da união estável homoafetiva, afinal a existência de relações, seja sentimental ou sexual, é



um assunto que não comporta mais questionamentos, pois é um fato e, mediante a evolução da sociedade, o direito precisa se adequar à ela.

Em seguida, no segundo capítulo é realizada uma pesquisa qualitativa através da análise de conteúdo dos argumentos utilizados nos votos dos Ministros no momento de julgamento do caso em questão. Para isso, foi feita uma categorização dos principais argumentos encontrados e estes foram analisados conjuntamente com os conceitos trabalhados no primeiro capítulo, resultando na conclusão de que o reconhecimento da união estável homoafetiva foi realizado por meio da judicialização da política e, por isso, permitiu inclusive um diálogo institucional com o Poder Legislativo, questão abordada no capítulo três.

No entanto, ainda no capítulo dois, foi ainda apresentada algumas considerações sobre a questão da homossexualidade e como isso foi tratado pelos Ministros no momento de seus votos, uma vez que a decisão se mostrou necessária, principalmente, por causa da heteronormatividade das leis e da própria Constituição, que regula e garante os direitos apenas das uniões entre homens e mulheres, expressamente.

Ao se questionar sobre o fato de ser ou não uma garantia de direitos devidamente estabilizada, posto que conquistados através do Poder Judiciário e não pelo processo legislativo, através da análise de conteúdo do julgado foi possível perceber que a decisão proferida manteve o caminho aberto para a manifestação legislativa, que ocorreu através de reações dos parlamentares ao reconhecimento do direito pretendido, reações essas que visavam rebater os argumentos da decisão, principalmente aqueles que se referiam à necessidade de reconhecimento das uniões homoafetivas como um fato da vida e não uma escolha dos envolvidos.

Mesmo que talvez o diálogo institucional instalado após a judicialização da política de um caso que se mostrava com uma evidente lacuna que precisava ser preenchida não seja ainda o ideal democrático desejado de um ponto de vista institucional, logo de separação de poderes, o presente trabalho pretendeu demonstrar que apesar disso, ele existiu no presente caso e que isso se deu devido ao fato de a judicialização da política ser mais uma prerrogativa atribuída à corte constitucional quando diante de casos desta natureza do que uma mera opinião arbitrária do julgador.



## **A necessária diferenciação entre ativismo judicial e judicialização da política**

De início, ambos os termos parecem querer expressar a mesma ideia, qual seja, de uma atuação do Poder Judiciário em situações de larga notoriedade política, como questões envolvendo moralismos controversos ou em aplicação e eficácia de políticas públicas que, em geral, é matéria que deve ser exercida pelo Poder Legislativo.

No entanto, quando nos deparamos com esses tipos de decisões proferidas pelo Judiciário é comum haver confusão em relação ao que é o ativismo judicial e o que é a judicialização da política, fazendo com que tais conceitos sejam colocados dentro do mesmo arcabouço, por isso parece interessante expor os conceitos e as diferenças entre essas duas atuações.

Deste modo, convém mencionar que o caso *Marbury vs Madison* foi um marco inicial para se discutir a questão do ativismo judicial nos Estados Unidos, uma vez que o Juiz Marshall entendeu que neste caso não era competência do Poder Judiciário de julgar a situação, porém o controle de constitucionalidade, ou judicial review, não estava previsto na Constituição e mesmo assim foi a saída encontrada pelo Juiz Marshall para evitar decidir a respeito de uma questão política, fazendo assim com que se desse início à discussão acerca do ativismo judicial (NELSON, 1940, p. 63).

Por sua vez, no Brasil, começou-se através da forma de controle de constitucionalidade inaugurada por Ruy Barbosa quando da fundação da República em 1890, fazendo com que fosse prevista expressamente a possibilidade de revisão judicial dos atos dos demais poderes pelo Poder Judiciário, assumindo assim o Supremo Tribunal Federal o papel de zelar pela Constituição Federal e, a partir de então iniciam-se os primeiros debates acerca do ativismo judicial (TASSINARI, 2012, p. 15).

Nesse sentido, diante da transformação da atuação do Poder Judiciário para uma posição mais ativista, duas expressões passaram a estar vinculadas com o papel por ele desempenhado, quais sejam: ativismo judicial e judicialização da política, que apesar de serem parecidas, são duas atuações diferentes e que para serem melhor compreendidas merecem ser dissociadas uma da outra.

Lenio Luiz Streck (2017, p. 589) entende os ativismos como condutas arbitrárias ou discricionárias, assim, para ele, a diferença entre



os termos está no fato de que o ativismo é praticado pelo juiz quando este decide através de argumentos de política ou de moral, substituindo o direito por convicções pessoais do próprio magistrado ou dos magistrados, enquanto a judicialização surge a partir do “deslocamento do polo de tensão entre os Poderes Executivo e Legislativo em direção da justiça constitucional”.

Assim, tem-se que a judicialização da política “é um processo social no qual a área de atuação dos tribunais é ampliada pelo poder constituinte ou parlamentar, de modo que a vida política, social e econômica é ‘juridicizada’, ou seja, é sujeita à ação judicial” (FONSECA; COUTO, 2018, p. 6), não se tratando, portanto, de mera arbitrariedade do magistrado.

Contudo, Luís Roberto Barroso (2012, p. 25) ao diferenciar judicialização da política com ativismo judicial afirma que ambas as expressões são primas, sendo o ativismo judicial “uma atitude, a escolha de um modo específico e proativo de interpretar a Constituição, expandindo o seu sentido e alcance”, bem como que a ideia de ativismo está ligada com uma participação mais ampla e intensa do Judiciário, diferenciando da judicialização política em relação as causas que lhe deram origem.

Deste modo, Tassinari (2012, p. 22) explica que apesar de Barroso identificar as condutas que caracterizam o ativismo judicial, ele está, na verdade, descrevendo atuações que se espera de qualquer juiz no atual paradigma Constitucional, motivo pelo qual não se mostra possível entender as diferenças entre as duas expressões a partir dos critérios por ele apresentados.

Sendo assim, o presente trabalho abordará a judicialização da política e o ativismo judicial como pertencentes a famílias diferentes, tratando a judicialização como uma constatação daquilo que vem ocorrendo na atualidade, que impede o Judiciário de se mostrar inerte às transformações sociais, e o ativismo como uma postura tomada pelo próprio magistrado de forma arbitrária.

## **O ativismo judicial e a judicialização da política no Supremo Tribunal Federal**

Malerba e Passos (2021, p. 1), ao discorrerem acerca do livro A judicialização da política e das relações sociais no Brasil, de Luiz Werneck



Vianna et al, explicam que no Brasil o processo institucional chamado judicialização da política nasceu da necessidade de o Judiciário trabalhar como um defensor da “ditadura da maioria”, diante das insatisfações para com a função de legislar do Executivo

Nesse sentido, tem-se que a atribuição do STF como guardião da Constituição se consolidou durante o processo de redemocratização no Brasil, deste modo os partidos políticos e grupos sociais perdem o controle que tinham até então e este passa para o Poder Judiciário (MALERBA; PASSOS, 2021, p. 1).

Diante deste processo em que o Poder Judiciário passou a exercer o papel de protetor da Constituição, devendo estar atento para com o seu cumprimento e correta interpretação, surge a institucionalização da Justiça Eleitoral, a quem compete a jurisdição sobre as competições eleitorais (WERNECK et al, 2007, p. 04). Ou seja, a forte presença que o direito passou a ocupar nas instituições, finalmente chegou à esfera política.

Luiz Werneck Vianna et al (2007, p. 6), cerca de dezessete anos depois de ter analisado a questão do movimento da judicialização na política no Brasil, desde a redemocratização em 1988 a 1998, sete anos depois retoma sua pesquisa para ter uma ideia de como se encontrava a situação e, com isso, afirma:

Aqui, além de ser instrumento da defesa de minorias, sua origem constitucional clássica, a Adin também é recurso institucional estratégico de governo, instituindo, na prática, o Supremo Tribunal Federal como um conselho de Estado do tipo prevalente em países de configuração unitária

Ou seja, o autor percebeu que a judicialização da política se tornou uma estratégia da qual o governo se utiliza e, aparentemente, se tornou dependente. Para se chegar a essa afirmação o autor se baseou na proposição de Ações de Declaração de Inconstitucionalidade entre os períodos pesquisados.

Em uma pesquisa mais recente sobre a judicialização da política e o ativismo judicial, Tassinari (2012, p. 94) afirma que o atual contexto é marcado por um ativismo por ela chamado de ativismo judicial à brasileira, pois o ativismo judicial não é uma experiência característica do Brasil e o termo vem sendo utilizado de forma desvinculada de seu contexto, o que implica em uma transposição equivocada do conceito,



deste modo, esse ativismo aparece como um problema por se tratar de uma interferência judicial vinculada à um ato de vontade do julgador.

Sobre o ativismo judicial a brasileira, Oliveira et al (2012, p. 299), afirmam:

Aqui, Podemos então expressar um ativismo brasileiro com contornos bem delimitados e diferentes do que se observa nos Estados Unidos e na Alemanha. Enquanto que nestes dois países o ativismo está ligado, resguardadas as diferenças, à manutenção e efetivação de direitos fundamentais, especialmente os individuais, onde se busca adequação constitucional – apesar dos riscos –, no Brasil o ativismo se mostra como um fenômeno oposto. O nosso ativismo acaba por coibir os direitos fundamentais ao proceder o STF em esferas nas quais não lhe foi atribuída competência constitucional, sendo que não se verifica em seus fundamentos, pelos seus defensores, a manutenção dos direitos fundamentais, mas sim a possibilidade de infringi-los em razão do que a Corte entende por motivos de relevância social. Nossos ministros agem como legisladores, sendo que não possuem legitimidade para tanto e nem há autorização constitucional para tanto.

Deste modo fica evidente que tanto a judicialização da política quanto o ativismo judicial são situações presentes no contexto constitucional brasileiro e, conforme as pesquisas mencionadas, o Poder Judiciário parece ser cada vez mais acionado para resolver questões políticas, que foi o que ocorreu com o caso da união estável homoafetiva a partir da decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277, que considerou inconstitucional a previsão de união estável apenas entre homem e mulher e, apesar de aparentemente se tratar de uma questão de judicialização da política, pois decorrente de mudanças sociais, será feita uma análise da referida decisão para se afirmar, ou não, se decisões como esta podem ser consideradas minimamente estáveis e seguras para aqueles que dela se beneficiam.

## **Análise da ADI nº 4277 e da ADPF nº 132 sobre a união estável homoafetiva**

Através de uma análise de conteúdo da decisão que considerou inconstitucional o artigo 1.723 do Código Civil brasileiro, em que reconhecia expressamente o instituto da união estável apenas para a união entre homem e mulher, fazendo com que as pessoas homoafetivas tivessem o direito de conviver em união estável com seus respectivos parceiros e parceiras, ou seja, uma decisão que garantiu a conquista de





direitos, será possível compreender se a referida decisão trata-se de um ativismo judicial ou judicialização da política, diferenciação que, como demonstrado, se faz importante no que diz respeito aos efeitos posteriores do direito reconhecido.

Segundo Laurence Bardin (2011, p. 36), a análise de conteúdo é um método empírico “dependente do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo”. No presente caso, tem-se como objetivo analisar os argumentos utilizados pelos Ministros na decisão da ADI 4.277 para assim ser possível verificar se trata-se de um caso de judicialização da política ou mero ativismo por parte dos magistrados.

A análise de conteúdo, portanto, tem como intenção “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2011, p. 44). Deste modo, será feita uma categorização dos principais argumentos utilizados pelos Ministros em seus votos e, assim identificá-los com as características acima demonstradas referente à judicialização da política e do ativismo judicial, para assim ser possível verificar em qual dos dois fenômenos se enquadra a referida decisão, afinal:

Se a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra. (BARDIN, 2011, p. 45).

Sendo assim, passando-se a análise da decisão, tem-se que a ADI 4.277 e a ADPF 132 foram julgadas conjuntamente, tendo esta última sido apresentada pelo então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, em que pleiteava pela aplicação do art. 1.723 do Código Civil de forma análoga às uniões estáveis homoafetivas e, de forma subsidiária, em caso de não cabimento, o autor pleiteou para que fosse então recebida como Ação Direta de Inconstitucionalidade.

A ADI nº 4.277 foi proposta pela Procuradoria Geral da República e, devido à coincidência de objetos com a ADPF nº 132, ambas foram distribuídas para serem julgadas conjuntamente. Cabe mencionar que a ADI 4.277 foi convertida em ADI pelo Ministro Gilmar Mendes, pois também foi proposta como ADPF – Arguição de Descumprimento de



Preceito Fundamental, e ela se deu após a propositura da ADPF 132 que também foi convertida em ADI.

Lenio Luiz Streck et al (2009, p. 79) afirma que a decisão da ADPF nº 178, transformada na ADI 4.277 trata-se de ativismo judicial, pois ele entende que “a decisão a ser tomada em tais casos precisa ser levada a cabo no espaço político, e não no jurisdicional, justamente para evitar que sua resolução fique à mercê das opiniões pessoais dos ministros da Corte Constitucional.”

Desta forma, diante de tal afirmação, esse trabalho se propõe então a analisar os argumentos dos Ministros no julgamento do referido caso, tendo como base a diferenciação feita anteriormente a respeito do que seria o ativismo judicial e o que seria a judicialização da política.

Portanto, realizou-se a categorização dos argumentos presentes nos votos dos Ministros da seguinte forma: a) a figura jurídica da família; b) proteção dos direitos fundamentais; c) homossexualidade como um fato da vida; d) política de reconhecimento; e) mudança social; f) interpretação constitucional; g) novo gênero de identidade familiar/ rol exemplificativo do art. 226 da CF; i) omissão legislativa/ ausência de consenso; i) função contramajoritária do STF.

Esses foram os principais argumentos que apareceram nos votos dos Ministros em relação ao caso da União Estável Homoafetiva e, pode-se ver que, além disso também tiveram o apoio de 14 amici curiae e a análise da legislação de vários estados brasileiros, o que demonstra que não foi uma decisão tomada de acordo com a convicção própria dos julgadores, afinal houve o cuidado de ouvir aqueles que possuem entendimentos mais aprofundados sobre o caso antes de se chegar a uma decisão definitiva.

Uma das principais preocupações dos Ministros também era em relação a correta interpretação conforme da Constituição Federal, como asseverou Gilmar Mendes (2011, p. 705):

[...] me parece e pelo menos esse é o meu juízo inicial e, obviamente, provisório – que o único argumento forte a justificar aqui a interpretação conforme à Constituição, no caso, é o fato de o dispositivo do Código Civil estar sendo invocado para impossibilitar o reconhecimento. Do contrário, nós estaríamos a fazer um tipo de interpretação conforme muito extravagante.

A preocupação deles em relação a isso também pode ser vista no voto do Ministro Ricardo Lewandowski, em que afirma que, quanto ao §3º



do art. 226 da Constituição Federal, este se trata exclusivamente sobre a união estável entre homem e mulher, porém o referido artigo possui um rol exemplificativo e, por isso, a união estável homoafetiva seria um outro tipo de entidade familiar (BRASIL, 2011, p. 714).

Nesse mesmo sentido foi o entendimento do Ministro Gilmar Mendes de que “o fato de a Constituição proteger, como já foi destacado pelo eminente Relator, a união estável entre homem e mulher não significa uma negativa de proteção – nem poderia ser – à união civil, estável, entre pessoas do mesmo sexo” (BRASIL, 2011, p. 738).

Um outro argumento presente em unanimidade nos votos dos Ministros também tem a ver com o fato de que o direito precisa acompanhar as mudanças da sociedade e, por isso, a omissão legislativa em relação à união estável homoafetiva precisava ser preenchida, pois se o judiciário se omitisse também, isso “representaria um agravamento no quadro de desproteção de minorias ou de desproteção de pessoas que estão tendo os seus direitos lesionados” (BRASIL, 2011, p. 748).

Tassinari (2012, p. 21), ao explicar o entendimento de Luiz Lenio Streck do que seria a judicialização da política, afirma que “as novas Constituições, a remodelagem do Estado, bem como a existência de novos direitos (como os difusos) acabaram criando uma nova relação entre os Poderes, em que o Judiciário deixa de ser um poder inerte e alheio às transformações sociais”. E neste sentido, ela conclui que:

É possível perceber, portanto, que a judicialização é muito mais uma constatação sobre aquilo que vem ocorrendo na contemporaneidade por conta da maior consagração de direitos e regulamentações constitucionais, que acabam por possibilitar um maior número de demandas, que, em maior ou menor medida, desaguam no Judiciário; do que uma postura a ser identificada (como positiva ou negativa) (TASSINARI, 2012, p. 21).

Desta forma, diante das argumentações aqui destacadas, principalmente aquelas que dizem respeito ao fato de se tratar de uma necessária intervenção judicial pois tem-se utilizado o dispositivo constitucional e civil como óbice para o reconhecimento das uniões homoafetivas, quando na verdade essa não é a interpretação constitucional adequada do caso, sobretudo frente às mudanças no contexto social que reconhecem, cada vez mais, a pluralidade presente na sociedade, é possível concluir que a decisão trata-se, portanto, do fenômeno de judicialização da política, pois decorre de uma necessidade



de resposta judicial à demanda social e não da vontade arbitrária dos julgadores.

## **Considerações acerca da importância do reconhecimento jurídico das uniões homossexuais**

Após ter sido realizada a análise da decisão para verificar se a intervenção judicial na questão das uniões estáveis homoafetivas foi legítima ou mero caso de ativismo por parte dos julgadores, parece necessário destacar também sobre o impacto desse reconhecimento no que diz respeito à eficácia dos direitos das pessoas que não vivem dentro de uma relação heteronormativa.

Judith Butler, em seu livro “problemas de gênero” (2018), traz discussões e questionamentos acerca do binarismo feminino/masculino que existe na sociedade e, com isso, afirma que a categorização do gênero sustenta a heterossexualidade compulsória, ou seja, ela critica visão de que sempre deve haver o binarismo homem e mulher, principalmente dentro das relações afetivas.

A heterossexualidade compulsória, portanto, é um regime de poder/discurso (Butler, 2018, p. 10), em que uma relação afetiva é, necessariamente presumida entre sendo composta por um homem e uma mulher e, no entanto, essa não é mais a verdadeira realidade social, tanto que a questão relativa às uniões homoafetivas chegaram até o Supremo Tribunal Federal.

Essa questão de que a heterossexualidade compulsória é um regime de poder se mostra evidente no ordenamento jurídico brasileiro, em que existem regulações apenas heteronormativas, isto é, que estabelecem regras apenas para as pessoas que se encontram dentro de um relacionamento binário entre homem e mulher e, levando-se em conta o fato de que a união estável é regulada juridicamente justamente para a proteção, principalmente patrimonial, dos indivíduos e que tem como objetivo o resguardo de seus direitos fundamentais, parece de extrema necessidade uma normatização das relações daqueles que se encontram em uma situação diferente da heterossexual.

Desta forma, Butler (2018, p. 37) ao explicar o entendimento de Monique Wittig sobre as questões relativas ao binarismos e o sistema



heteronormativo, afirma “que a derrubada da heterossexualidade compulsória irá inaugurar um verdadeiro humanismo da ‘pessoa’, livre dos grilhões do sexo”.

Logo, o reconhecimento por parte do judiciário de uma entidade familiar diferente daquela composta apenas entre um e homem e uma mulher (binária), se mostra importante justamente porque contempla os direitos dos indivíduos e não dos sexos, necessariamente, tanto que uma das preocupações dos Ministros em seus votos foi destacar a proibição constitucional da discriminação em razão do sexo, previsto no inciso III, do artigo 1º da CF.

Dando continuidade ao aqui proposto, importante mencionar a crítica ao argumento relacionado ao afeto feita por Angelo Brandelli Costa e Henrique Caetano Nardi (2015), no que diz respeito ao casamento homossexual, em que eles afirmam que o termo “homoafetividade” é utilizado apenas no Brasil e que o afeto não é um argumento legítimo para que os Estado legisle sobre sexualidade.

Segundo eles, o afeto foi a justificativa escolhida para o reconhecimento das uniões de pessoas do mesmo sexo e isso os preocupa uma vez que isso gera implicações subjetivas e políticas para a regulamentação dessas uniões (COSTA e NARDI, 2015, p. 138). No entanto, conforme a análise de conteúdo realizada, foi possível perceber que o reconhecimento da entidade familiar composta por pessoas do mesmo sexo não se baseou apenas no afeto, mas sim em uma preocupação de interpretação constitucional adequada e que proteja os direitos fundamentais daqueles que não se encontram dentro da caixa heteronormativa.

Por isso, se mostra importante verificar como se deu a decisão e demonstrar o porquê ela pode ser considerada estável, pois argumentos como esses colocam em cheque a real conduta do STF quando reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, o que faz com que as pessoas vejam essa atuação como um ativismo jurídico, baseada nas subjetividades dos Ministros e não como uma conduta democrática e que visa a proteção de direitos constitucionalmente previstos.

A esse respeito, portanto, convém mencionar um dos posicionamentos do Ministro Ayres Britto, relator da decisão, em seu voto:



Prossigo para ajuizar que esse primeiro trato normativo da matéria já antecipa que o sexo das pessoas, salvo expressa disposição constitucional em contrário, não se presta como fator de desigualação jurídica. É como dizer: o que se tem no dispositivo constitucional aqui reproduzido em nota de rodapé (inciso IV do art 3º) é a explícita vedação de tratamento discriminatório ou preconceituoso em razão do sexo dos seres humanos. Tratamento discriminatório ou desigualitário sem causa que, se intentado pelo comum das pessoas ou pelo próprio Estado, passa a colidir frontalmente com o objetivo constitucional de “promover o bem de todos” (este o explícito objetivo que se lê no inciso em foco)(BRASIL, 2011, p. 631).

Como se pode ver, apesar da afirmação de Costa e Nardi (2015, p. 141) de que o Ministro citado elegeu o termo homoafetividade para se referir à união entre pessoas do mesmo sexo, sua justificativa não se resume ao afeto, mas sim em uma questão à correta interpretação constitucional que, apesar de o casamento ou a união estável heterossexual não precisarem ser pautadas no afeto, é preciso que sejam vistas de acordo com a dignidade humana, que é a principal preocupação do Ministro em seu voto.

É importante lembrar, como faz o Ministro Luiz Fux em seu voto (BRASIL, 2011, p. 665) que o caso se trata de “violação de direitos fundamentais inerentes à personalidade dos indivíduos que vivem sob orientação sexual minoritária”, ou seja, antes de ser um reconhecimento sobre relação de afeto, é um reconhecimento da violação de direitos das pessoas que não vivem dentro das diretrizes heteronormativas impostas, pois com isso se encontram vulneráveis, principalmente, em relação aos seus patrimônios, que é basicamente a principal função de se regular o casamento e a união estável heterossexuais.

Deste modo, tem-se que a discussão vai muito além daquela sobre afeto, pois se trata de garantia de direitos e de mudanças do comportamento social, sendo por isso de grande importância que tal situação seja reconhecida e, de certa forma, regulada pelo Estado, mesmo que tenha se dado através do Poder Judiciário, afinal, segundo Butler (2018, p. 53) “em outras palavras, a ‘unidade’ do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória.”

Sendo assim, demonstrar que o reconhecimento da união estável homossexual se trata de uma conduta relativa à judicialização da política, que tem como fundamento a omissão do Poder Legislativo e uma necessidade de o direito acompanhar a realidade social no decorrer do





tempo, se mostra necessário, principalmente quando se trata de um assunto como esse, que envolve questões que vão além do direito e, por isso também, precisam de uma garantia de estabilidade.

Afinal, como bem pontuaram os Ministros em seus votos, o conceito de família previsto na Constituição Federal de 1988 é aberto e a previsão de entidade familiar formada entre o homem e a mulher não vem expressa como uma regra, sendo possível outras composições de entidades familiares, mais um ponto ao qual essa decisão se mostra importante, principalmente no sentido da desconstrução de uma heterossexualidade compulsória.

## **A estabilidade da decisão proferida através da judicialização da política**

À vista do fato de que a decisão proferida pelo STF, no sentido de considerar inconstitucional o artigo 1.723 do Código Civil como fator de proibição da união estável entre pessoas do mesmo sexo, ficou evidente que, apesar das críticas, trata-se de uma judicialização da política que, na Constituição atual acaba por ser uma prerrogativa do próprio Supremo Tribunal Federal exercer esse papel.

Por isso, de início, parece válido a menção aos arts. 926 e 927 do Código de Processo Civil brasileiro, que tratam acerca da uniformização das decisões judiciais:

Art. 926. Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.

Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão:

I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; [...].

Assim, é possível observar que o CPC de 2015 se preocupou com a estabilização das decisões proferidas em controle concentrado de constitucionalidade, que serão observadas pelos juízes e tribunais em suas decisões conforme o estabelecido, ou seja, a ADI nº 4.277 é considerada como um precedente e, por isso, decisões contrárias a ela deverão vir acompanhadas de fundamentação específica e observando os princípios constitucionais.



O presente trabalho, ao abordar o fato de que a decisão proferida no julgamento da ADI nº 4.277 é uma questão de judicialização da política, justamente porque ao decidir sobre esse caso, ficou claro nos argumentos dos Ministros que a omissão legislativa não poderia continuar, afinal o STF “pratica o ativismo não para se impor, mas para provocar reações” (MENDES, 2011, p. 321).

Ao criticar a postura ativista do STF no caso em análise, Streck (2009, p. 80) pontua que:

uma questão como essa, justamente pela importância da qual está revestida, não pode ser resolvida por determinação de um Tribunal. É necessário que haja uma discussão mais ampla, que envolva todos os seguimentos da sociedade, cujo locus adequado encontra-se demarcado nos meios democráticos de decisão.

Outra preocupação do autor se dá no sentido de que a decisão “provocaria um rompimento com a própria ordem constitucional, alterando formalmente o texto do § 3º do art. 226” (STRECK, 2009, p. 80) da CF, no entanto, diante da análise de conteúdo nas decisões ficou demonstrado que a decisão tinha como objetivo declarar o art. 1.723 do CC como inconstitucional para que este não possa ser utilizado como mecanismo de proibição para o reconhecimento da união estável homoafetiva, conforme pode-se ver em parte do voto da Ministra Cármen Lúcia:

Nem é de se afirmar que há mera repetição do que posto no inc. I do art. 5º e no § 3º do art. 226. Cuidam-se de temas que se equilibram, mas não se confundem. Mas é exato que a referência expressa a homem e mulher garante a eles, às expressas, o reconhecimento da união estável como entidade familiar, com os consectários jurídicos próprios. Não significa, a meu ver, contudo, que se não for um homem e uma mulher, a união não possa vir a ser também fonte de iguais direitos. Bem ao contrário, o que se extrai dos princípios constitucionais é que todos, homens e mulheres, qualquer que seja a escolha do seu modo de vida, têm os seus direitos fundamentais à liberdade, a ser tratado com igualdade em sua humanidade, ao respeito, à intimidade devidamente garantidos. (BRASIL, 2011, p. 700).

Segundo Conrado Hübner Mendes (2011, p. 327), todo processo constitucional tem, no mínimo, quatro tipos de pautas sendo elas pautas constitucionais reprimida, estabilizada, congelada ou aquecida e, obviamente, não são pautas estanques, sendo que para um processo político ideal é importante que as pautas oscilem entre aquecidas e estabilizadas, pois são essas que permitem um diálogo institucional, afinal



“em relação à pauta constitucional aquecida, é de se esperar a coexistência de ativismo legislativo e judicial até que, eventualmente, essas tensões se estabilizem” (MENDES, 2011, p. 328).

E no que diz respeito ao reconhecimento das uniões estáveis homoafetivas, essa decisão provocou reações por parte do Poder Legislativo, visto que foi proposta na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6.583/2013 denominado de “Estatuto da Família”, que visava o reconhecimento da entidade familiar como sendo a união apenas entre o homem e a mulher, bem como, em 2016, verificou-se no site da Câmara dos Deputados um Projeto de Decreto Legislativo sob o nº 539 que tinha como objetivo autorizar práticas de “patologização” ou até de ações coercitivas de comportamentos homossexuais, objetivando assim sustar os efeitos da resolução nº 001/1999 do Conselho Federal de Psicologia, tendo ainda o referido projeto sido intitulado como “cura gay” (SILVA, 2020, p. 547-548).

Diante disso, pode-se dizer que houve um diálogo institucional entre o STF e o Parlamento, afinal a decisão proferida gerou reações por parte do legislativo e isso mostra como uma interação deliberativa deve funcionar, mesmo que seja meramente ritualística e, mesmo que essa interação não seja a ideal para uma democracia, ela ao menos existe e demonstra que as instituições argumentam e levam em consideração os argumentos da outra (MENDES, 2011, p. 341). Para isso, vale mencionar a parte final do voto do Ministro Cezar Peluso, então presidente do STF quando do julgamento (BRASIL, 2011, p. 876):

O Poder Legislativo, a partir de hoje, deste julgamento, precisa expor-se e regulamentar as situações em que a aplicação da decisão da Corte será justificada também do ponto de vista constitucional. Há, portanto, uma como convocação que a decisão da Corte implica em relação ao Poder Legislativo, para que assuma essa tarefa, a qual parece que até agora não se sentiu ainda muito propenso a exercer, de regulamentar esta equiparação.

Nestes termos, diante do que fora explicitado como sendo uma postura de ativismo judicial, parece que se fosse o caso, não haveria como ter esse diálogo, pois os Ministros do STF teriam decidido o caso apenas através de suas convicções pessoais e tal fato não permitiria uma reação por parte do legislativo e menos ainda um diálogo institucional entre os poderes. Outra forma de controlar os riscos democráticos de um controle de constitucionalidade é a proposta de emenda à constituição, pois “com isso, a interpretação constitucional em torno dos direitos fundamentais



seria compartilhada com as instituições parlamentares, retirando, assim, o critério monopolístico das cortes nesse empreendimento” (LIMA, 2018, p. 135).

Contudo, apesar dessas reações geradas pelo Parlamento, tem-se que a decisão de reconhecimento da união estável homoafetiva se mantém estável, afinal considerando tudo o que foi explicitado até então, uma mudança de cenário seria possível apenas com a apresentação de um Projeto de Emenda à Constituição (PEC), ou seja, do mesmo modo que se faria caso o direito à união estável entre pessoas do mesmo sexo/gênero fosse expresso na Constituição Federal.

## **Considerações finais**

Pela revisão bibliográfica acerca das diferenças entre a judicialização da política e o ativismo judicial, bem como seus contextos históricos se mostrou relevante a diferenciação para que a problemática abordada no presente artigo fosse devidamente analisada.

Através da análise de conteúdo dos argumentos utilizados pelos Ministros do STF na decisão da ADI nº 4.277, foi possível perceber que o contexto brasileiro tem mudado e a omissão em relação aos casos de reconhecimento das uniões estáveis homossexuais não era mais aceitável, o que provocou a necessidade de o judiciário se manifestar em relação a essa questão que era cada vez mais recorrente no meio jurídico.

Desde o início, este trabalho se posicionou no sentido de que as decisões consideradas como ativismos seriam muito instáveis e não trariam a efetiva garantia dos direitos que estavam sendo discutidos, porém, diante de seu desenvolvimento restou demonstrado que a decisão se tratava de uma questão relativa à judicialização da política, prerrogativa que, inclusive, foi expressamente garantida pela Constituição Federal em situações como a abordada.

Quando proferida como ativismo, a decisão tende a não abrir margens ao diálogo, uma vez que fica à mercê da vontade do julgador, no entanto, não foi o que aconteceu no presente caso em que a questão foi devidamente discutida no Supremo Tribunal Federal até chegar-se à decisão final, mas abrindo margem para discussão no Parlamento, tanto que, de fato houve reações por parte do legislativo, porém como a decisão foi proferida como uma judicialização da política, ela se tornou mais estável, pois para derrubá-la seria necessário confrontar os seus



argumentos que têm como base a Constituição e não apenas as convicções pessoais e morais dos Ministros.

Por isso, entender as diferenças tanto em relação ao surgimento do ativismo e da judicialização da política quanto em relação as suas respectivas conceituações e, com base nisso realizar a análise do julgamento em destaque se mostrou pertinente para se chegar à hipótese pretendida por esse trabalho, que estava além de uma análise unicamente baseada em questões relativas à teorias de gênero, mas sim em relação à garantia de direitos.

Deste modo, considerando a legitimidade da decisão da ADI nº 4.277, que foi proferida através da judicialização da política permitindo assim um diálogo institucional, é possível concluir que ela se encontra estável do mesmo modo que estaria caso fosse reconhecida através da constitucionalização do referido direito, com um texto expresso na Constituição Federal de 1988.

## Referências

BARDIN, Laurence. *Análise do Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011. Luís Antero Reto & Augusto Pinheiro.

BARROSO, Luís Roberto. *Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática*. (Syn) Thesis, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 23-32, jul. 2012. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/synthesis/article/view/7433>. Acesso em: 19 out. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição nº Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompila.do.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompila.do.htm). Acesso em: 28 out. 2022.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm). Acesso em: 29 out. 2022.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Código Civil*. Disponível em:



[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm).  
Acesso em: 17 out. 2022.

\_\_\_\_\_. *Ação Direita de Inconstitucionalidade n. 4.277 e Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 132*. Supremo Tribunal Federal, Relator: Ayres Britto, julgado em 05 mai. 2011. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>. Acesso em 26 out. 2022.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Renato Aguiar.

COSTA, Angelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. O casamento “homoafetivo” e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sex. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 01, p. 137-150, 09 mar. 2015. Quadrimestral. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/2225>. Acesso em: 20 out. 2022.

FONSECA, Lorena; COUTO, Felipe Fróes. *Judicialização da Política e ativismo judicial: uma diferenciação necessária*. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.13, n.2, 2º quadrimestre de 2018. Disponível em: [www.univali.br/direitoepolitica](http://www.univali.br/direitoepolitica). Acesso em: 18 out. 2022.

LIMA, Jairo. *Emendas Constitucionais Inconstitucionais: democracia e supermaioria*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

MENDES, Conrado Hübner. *Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação*. São Paulo: Saraiva, 2011.

NELSON, William. *Marbury v. Madison. The Origins and Legacy of Judicial Review*. University Press of Kansas, 2000.

OLIVEIRA, Rafael Tomaz de, FARIA, Bruno Costa de, TEODORO, Leando, VELUDO, Michele Seixas & PEREIRA, Joaquim Eduardo. *A jurisdição constitucional entre a judicialização e o ativismo: percursos para uma necessária diferenciação*. In: Academia Brasileira de Direito Constitucional, 2012, Curitiba, Anais eletrônicos do X Simpósio Nacional de Direito Constitucional, Curitiba: ABDConst, 2013, p. 266–306.





Disponível em: <https://www.abdconst.com.br/anais2/Integra.pdf>.  
Acesso em: 29 out. 2022

PASSOS, R. D. F. dos; MALERBA, P. F. S. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Revista Práxis e Hegemonia Popular, [S. l.], v. 6, n. 9, p. 253–257, 2021. DOI: 10.36311/2526-1843.2021.v6n9.p253-257. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/13430>. Acesso em: 18 out. 2022.

SANTIAGO GOMES DA SILVA, O. *Judicialização da política e backlash legislativo no Brasil: UMA ANÁLISE DO RECONHECIMENTO JUDICIAL DA UNIÃO HOMOAFETIVA (2011-2018)*. CSOnline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, [S. l.], n. 31, 2020. DOI: 10.34019/1981-2140.2020.27736. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/27736>. Acesso em: 29 out. 2022.

STRECK, Lenio Luis. *Ulisses e o canto das sereias: sobre ativismos judiciais e os perigos da instauração de um terceiro turno da constituinte*. Revista dos Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD), v.1, n. 2, Unisinos, pp. 75-83, jul./dez. 2009.

STRECK, Lenio Luiz. *Verdade e Consenso: constituição, hermenêutica e teorias discursivas*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TASSINARI, Clarissa. *Ativismo judicial: uma análise da atuação do judiciário nas experiências brasileira e norte-americana*. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2012.

VIANNA, L. W.; BURGOS, M. B.; SALLES, P. M. *Dezessete anos de judicialização da política*. Tempo Social, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 39-85, 2007. DOI: 10.1590/S0103-20702007000200002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12547>. Acesso em: 19 out. 2022.

## The stability crisis of countermajority decisions delivered by the STF: an analysis of ADI no. 4,277 and adpf no. 132

**ABSTRACT:** Issues related to the judicialization of politics and judicial activism have become increasingly evident in current legal discussions, because the 1988 Federal Constitution placed the judiciary in a centralized position before the other institutions, especially in relation to the realization of fundamental rights. Faced with numerous disagreements about these two phenomena are the doubts of those who have their rights guaranteed through court decisions handed down by the Supreme Court and one of these cases is the recognition of homo-affective stable union. Therefore, this research has as problematic the fact that the decision rendered in the judgment of ADI 4.277 and ADPF nº132, regarding the recognition of this family entity, can be considered as stable or not and, to demonstrate the hypothesis that it remains as stable as if it were recognized the right by the Legislative Power, through its constitutionalization, a bibliographic and qualitative research was conducted with the content analysis of the fundamentals of the judicial decision rendered in concentrated control of constitutionality.

**KEYWORDS:** Judicial Activism. Stability. Judicial Activism. Judicialization of Politics. Stable Homo-affective Union.

### ***Isabela Christina Arrieta Masieiro***

*Mestranda em Ciência Jurídica no Programa de Pós-Graduação. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Laboratório de Pesquisa em Teorias Constitucionais e Políticas (CPOL/LAB - UENP). Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela PROJURIS. Graduada em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos. E-mail: isabela\_masieiro@fio.edu.br*

### ***Luma Teodoro da Silva***

*Mestranda em Ciência Jurídica no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro dos Grupos de Pesquisa INTERVEPES e IEER (UENP). Especialista em Direito Penal, Processo Penal e Criminologia pela PROJURIS. Graduada em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos. E-mail: lumats01@hotmail.com*



**Marcos César Botelho**

*Analista de Sistemas. Advogado. Doutor em Direito Constitucional no programa da Instituição Toledo de Ensino/Bauru-SP (2011). Mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (2008). Membro da Associação Nacional de Advogados(as) do Direito Digital (ANADD). Membro da Associação Nacional dos Profissionais de Privacidade de Dados (ANPPD). É professor adjunto vinculado ao programa de mestrado e de doutorado em ciências jurídicas na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Email: [prof.marcos.botelho@gmail.com](mailto:prof.marcos.botelho@gmail.com)*

*Recebido em: 24/01/2023*

*Aprovado em: 13/12/2023*



## ARTIGO



## O que os brasileiros pensam sobre sexualidade?

Perspectivas e reflexões de adultos brasileiros sobre suas próprias vivências e expressões da sexualidade

Tainá Victória Machado, Universidade de Brasília

Silvia Beatriz Moreno Diniz, Universidade de Brasília

Isabelle Patrícia Freitas Soares Chariglione, Universidade de Brasília

---

**Resumo.** A sexualidade é influenciada pela interação de fatores sociais, econômicos, culturais, políticos, legais, históricos, biológicos, religiosos e espirituais. Este artigo tem por objetivo analisar os discursos de adultos brasileiros acerca da sua própria sexualidade e suas formas de expressão. A coleta de dados foi feita a partir de um formulário *online* e contou com a contribuição de 193 respondentes, com média de idade de 34,01 anos (DP:  $\pm 12,02$ ), cujas respostas foram analisadas pelo *software* IRaMuTeQ. O dendrograma gerado apontou para a divisão do *corpus* textual em seis classes estáveis de palavras, que apresentaram correlação entre si. A análise fatorial das correspondências apresentou a correspondência intertextual entre as seis categorias nos quatro quadrantes e ao longo dos dois eixos do plano. A nuvem de palavras contribuiu para a compreensão dos termos que mais foram referenciados nos discursos reunidos. Destacou-se, a partir dos resultados, a importância de elementos como o corpo e o prazer, além das diferenças das respostas a partir das vivências entre gerações. Os discursos de adultos brasileiros acerca da sexualidade mostram-se plurais e diversos, porém, também compartilham vários aspectos em comum, apontando para um imaginário coletivo que essa população compartilha sobre a temática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Adulto. Desenvolvimento Humano. Sexualidade.

---



## Introdução

O desenvolvimento humano constitui-se a partir de complexos fenômenos, sendo afetado por questões biológicas e sociais, como gênero (SILVA; OLIVEIRA; ZANELLO, 2019), orientação sexual (HENNING, 2020), condições socioeconômicas (CHARIGLIONE, *et al.*, 2020) e idade (SOARES; MENEGHEL, 2021). Ainda que dinâmico, esse processo é comumente impactado por uma perspectiva reducionista que o resume enquanto “fases” da vida, entendidas como infância, adolescência, adultez e velhice. Essas fases são enquadradas em regras que prescrevem a posição social em que cada sujeito deve ocupar na sociedade (COUTO, 2021), delimitando comportamentos e posturas que se acredita serem mais adequadas às pessoas de acordo com sua idade cronológica.

Essa lógica que compreende o tempo de maneira linear tem uma implicação direta na autopercepção que indivíduos constroem em relação ao próprio processo de envelhecimento (ARAGÃO; CHARIGLIONE, 2019), sendo um fator de impacto nos estudos sobre a temática. A exemplo disso, tem-se a Psicologia que, historicamente, se debruça na investigação dos ciclos iniciais de vida, em especial a infância e a adolescência (REBELO; BORGES, 2020). Isso constrói uma representação social que indica que essas seriam as únicas etapas em que há uma relevância para os estudos sobre desenvolvimento, sendo as outras, portanto, desprovidas de potencialidades nesse sentido.

Segundo Castro *et al.* (2020), a adultez e a velhice são fases da vida perpassadas por diversos preconceitos, sendo o processo de envelhecimento associado a características psicológicas e biológicas indesejadas (SAMPAIO, 2016). Em uma outra perspectiva, entretanto, o envelhecimento pode ser visto como dotado de possibilidades, entendendo que esse processo ocorre de maneira singular e complexa, e mesmo que exista a presença de perdas durante esse processo, é possível vivenciar a velhice com qualidade de vida (VIEIRA *et al.*, 2016). Assim, a investigação das experiências do envelhecimento é um ponto imprescindível para a promoção do bem-estar humano (ARAGÃO; CHARIGLIONE, 2019).

Para tal, é preciso identificar práticas com impacto positivo na qualidade de vida dos sujeitos. Entre elas, ressalta-se a sexualidade enquanto atividade que contribui para o envelhecimento saudável (CREMA; TILIO, 2021). Apesar de negada para aqueles que envelhecem, essa é uma dimensão humana que se caracteriza como uma necessidade



básica dos indivíduos e deve ser vivenciada em sua plenitude durante toda a vida (AGUIAR *et al.*, 2020). A sexualidade é influenciada pela interação de fatores sociais, econômicos, culturais, políticos, legais, históricos, biológicos, religiosos e espirituais (OMS, 2006).

Esse fenômeno é, portanto, multifacetado, existindo diversas formas de experimentá-lo e expressá-lo. No entanto, as possibilidades de cada indivíduo são impostas de acordo com o lugar social que este ocupa, sendo a sexualidade também usada enquanto ferramenta de regulação social (LIMA; BELO, 2019). Esse é um importante marcador para destacar a necessidade de que a sexualidade seja amplamente debatida, entendendo que sua vivência também pode se tornar campo de sofrimentos psíquicos (BAÉRE, 2019).

Nesse sentido, é fundamental compreender o envelhecimento enquanto processo dinâmico, construindo novas possibilidades de ser e viver enquanto indivíduo. Além disso, é necessário suscitar discussões que possibilitem que os sujeitos experimentem e expressem sua própria sexualidade, entendendo a importância desse fenômeno não só de maneira individual, mas também na coletividade. O presente estudo, portanto, tem como objetivo compreender a relação entre envelhecimento e sexualidade, como esses aspectos são entendidos pelos indivíduos e qual é o imaginário comum que eles compartilham em relação às temáticas.

## Método

### Desenho do Estudo

A pesquisa caracteriza-se como qualiquantitativa, de caráter descritivo e comparativo, com dados transversais e amostra não probabilística por conveniência. Este estudo faz parte de uma pesquisa guarda-chuva cujo fenômeno estudado é a visão de adultos em relação às vivências atuais e perspectivas futuras sobre a sexualidade. Pretende-se, no presente artigo, a partir da análise dos dados sobre vivências atuais, responder à questão: Quais perspectivas os adultos brasileiros têm em relação às próprias experiências em sexualidade?

### Amostra

Contemplou-se a participação de 193 pessoas, com média de idade de 34,01 anos (DP:  $\pm 12,02$ ) que consentiram em contribuir voluntariamente com a pesquisa mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Enquanto critérios de inclusão, considerou-se





que os participantes necessariamente tivessem entre 18 e 59 anos, fossem brasileiros e morassem em território nacional. Os critérios de exclusão elencados constituíam-se em: 1) possuir algum desconforto relacionado à temática discutida e 2) não apresentar meios de comunicação que viabilizassem o estudo, como computador e/ou aparelho celular.

A amostra constituiu-se de duas (1,09%) pessoas que se identificavam enquanto mulheres trans, isto é, que possuem identidade de gênero distinta daquela designada ao nascer; 129 (67,39%) mulheres cis, ou seja, que se identificam com seu sexo biológico; 54 (27,17%) homens cis e oito (4,15%) participantes que se identificavam com outros gêneros ou não quiseram responder. Ademais, foram levantados dados sociodemográficos relacionados à escolaridade, região de residência, orientação sexual, religião, estado civil e parentalidade (Tabela 1).

**Tabela 1: Caracterização sociodemográfica dos participantes**

<b>Categoria</b>	<b>Distribuição</b>	<b>Percentual</b>
<b>Escolaridade</b>		
Ensino Médio incompleto	1	0,52%
Ensino Médio completo	5	2,59%
Graduação incompleta	66	34,20%
Graduação completa	26	13,47%
Pós graduação incompleta	13	6,74%
Pós graduação completa	82	42,49%
<b>Região</b>		
Norte	1	0,52%
Nordeste	30	15,63%
Centro-Oeste	111	57,81%
Sudeste	45	23,44%
Sul	6	3,13%
<b>Religião</b>		
Catolicismo	48	24,87%
Espiritismo	16	8,29%
Protestantismo	19	9,84%
Sem religião	79	40,93%



Umbanda	13	6,74%
Outros	18	9,33%
<b>Gênero</b>		
Mulher Trans	2	1,09%
Mulher Cis	129	67,39%
Homem Trans	0	0,00%
Homem Cis	54	27,17%
Outros	8	4,15%
<b>Orientação Sexual</b>		
Bissexual	47	24,35%
Heterossexual	109	56,48%
Homossexual	30	15,54%
Outro	7	3,63%
<b>Estado Civil</b>		
Casado/a	51	26,42%
Divorciado/a	17	8,81%
Em relacionamento estável	46	23,83%
Solteiro/a	75	38,86%
Outro	4	2,07%
<b>Filhos</b>		
Sim	64	37,43%
Não	129	75,44%

Fonte: Elaboração própria.

## Instrumentos

O instrumento utilizado no presente estudo foi um formulário *online*, que informava o objetivo da pesquisa, etapas e informações gerais sobre o TCLE. O formulário utilizado para a coleta de dados foi dividido em duas seções. A primeira delas constituía-se de um questionário sociodemográfico para caracterizar a amostra. A segunda era composta por questões referentes às vivências de sexualidade no presente e perspectivas de vivências futuras, contemplando as seguintes questões: 1) “O que é viver plenamente a sexualidade?”; 2) “Como você,



particularmente, vivencia a sexualidade no agora?”; 3) “Como você pretende viver a sexualidade quando for idoso(a)?”; 4) “Deixe sua visão de como sua geração vivencia a sexualidade no agora.”; 5) “Como as próximas gerações irão vivenciar a sexualidade, na sua opinião?” e 6) “O envelhecimento pode impactar na percepção e vivência da sexualidade? Se sim, como?”. Este estudo aborda as questões 1, 2 e 4, referentes às vivências atuais em sexualidade.

### **Procedimentos de Coleta**

Os dados foram coletados de maneira coletiva e *online*, através do formulário gratuito *Google Forms*, disponibilizado e divulgado nas plataformas Instagram, Twitter, LinkedIn, Facebook e WhatsApp durante o período de 45 dias (de 1º de agosto de 2022 até 15 de setembro de 2022). A coleta de dados *online* foi priorizada devido ao contexto pandêmico e de isolamento social em parte do período em que a pesquisa se deu, somado à possibilidade de atingir um público maior de diversas localidades do país.

### **Procedimentos Éticos**

Este estudo recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília sob o protocolo do Certificado de Apresentação e Apreciação Ética (CAAE) de número 58603822.4.0000.5540, parecer de aprovação nº 5.460.127.

### **Análise de Dados**

Os discursos dos participantes deste estudo foram organizados em um único *corpus* textual, sendo examinados com auxílio do *software* IRaMuTeQ (*Interface do R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Esse *software* é gratuito e possibilita diversos tipos de análise de dados textuais, como a lexicografia básica, a classificação hierárquica descendente (CHD), a análise fatorial das correspondências (AFC), a análise de similitude e a nuvem de palavras (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizados os métodos CHD, AFC e a nuvem de palavras. Na CHD, cada classe é desenvolvida a partir de elementos que se destacam no texto, categorizados de acordo com a disposição dos conjuntos de palavras que surgem dos discursos. Essa análise gera categorias que representam a coerência das palavras entre si e é capaz de ressaltar elementos sobre o fenômeno investigado. A AFC associa textos com uma única modalidade



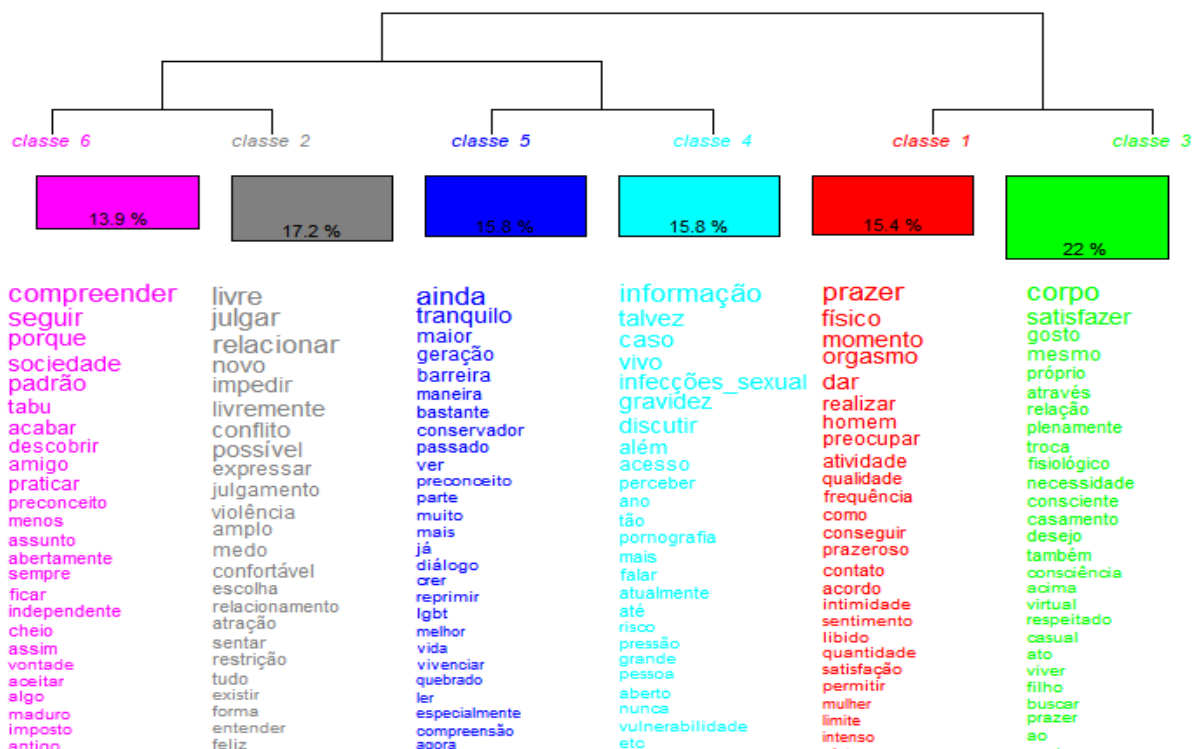
de associação, possibilitando comparação entre as modalidades. Já a nuvem de palavras é uma análise em que os elementos textuais são associados e organizados em posição e tamanho de acordo com sua frequência (CAMARGO; JUSTO, 2013). As análises foram realizadas com nível de significância da associação da palavra com a classe de  $p \leq 0,05$ .

## Resultados

O *corpus* geral foi constituído por 193 respostas, com aproveitamento de 273 segmentos de texto (ST) dos 359 gerados, o que equivale a um aproveitamento de 76,04%. Surgiram 11.258 ocorrências (palavras, vocábulos ou formas), sendo que 1.341 são formas distintas e 403 são palavras que aparecem uma única vez.

O dendrograma (Figura 1) expressa a divisão do *corpus* em classes estáveis, bem como a ligação das classes entre si, considerando apenas palavras com  $X^2$  de associação à classe ( $p \leq 0,05$ ), conforme orientado pelo tutorial do IRaMuTeQ (CAMARGO; JUSTO, 2013). O conteúdo analisado foi categorizado, de acordo com a CHD, em seis classes:

**Figura 1: Dendrograma de Classificação Hierárquica Descendente (CHD)**



Fonte: Elaboração própria.



A classe 1, denominada Prazer Físico e Orgasmo, incorporou 15,4% do *corpus* textual. Nessa classe, é possível notar elementos ligados ao prazer físico, tais como “frequência”, “atividade”, “prazeroso”, “contato”, “intimidade” e “satisfação”. Essa é uma dimensão importante da sexualidade e, ainda que possa sofrer mudanças significativas durante o processo de envelhecimento, é associada a uma melhora na qualidade de vida de pessoas adultas e idosas.

A classe 3, que dialoga diretamente com a classe 1, é apresentada como Os Corpos e suas Relações, e possui a maior frequência entre as classes (22%). Essa categoria se debruça em questões do corpo e sua relação com o mundo: “necessidade”, “desejo”, “relação”, “consciente”, “filho”, “fisiológico” e “viver” são algumas das palavras aqui destacadas. É possível levantar que esse arranjo de termos mostra-se como uma expressão dos participantes sobre a concepção do *eu* no mundo, entendendo de que maneiras o corpo pode exercer sua sexualidade e quais são os elementos que perpassam e impactam nesse fenômeno, como relacionamentos, parentalidade, desejos e questões fisiológicas (como envelhecimento, doenças e diferenças de corpos).

A classe 2, que possui frequência de 17,2%, foi denominada de Conflitos entre Liberdade e Restrição na Expressão da Sexualidade. O conjunto de palavras presentes nessa categoria pode simbolizar uma dicotomia das vivências atuais da sexualidade dos participantes, em que aparecem termos como “livre” em contraponto a “restrição”, “impedir” e “livremente”, “confortável” e “medo”. As palavras “violência” e “conflito” também aparecem, compondo um cenário que sinaliza os múltiplos lugares em que os participantes podem experimentar enquanto expressam sua sexualidade. É possível levantar o questionamento de quem seriam as pessoas a vivenciar sua sexualidade de maneira confortável e livre e quem são aqueles que vivem com medo, em conflito e cercados de violência e restrições.

A classe 6 obteve 13,9% do *corpus* textual e é nomeada como Padrões e Tabus em Sexualidade. Fazendo parte do mesmo subgrupo da classe 2, essa categoria possui termos como “sociedade”, “padrão”, “tabu”, “preconceito”, “assunto” e “abertamente”, aspectos que ajudam a construir uma percepção de uma realidade composta por estigmas às manifestações da sexualidade. Essa é uma classe importante para retomar as discussões sobre os espaços em que é possível falar sobre sexualidade e os prejuízos do não dito para o desenvolvimento de crianças, adolescentes, adultos e idosos. Ao se relacionar com a classe “Conflitos entre Liberdade



e Restrição na Expressão da Sexualidade”, a categoria 6 traz à luz a complexidade do fenômeno discutido que, mesmo inerente à existência humana, é permeado de censuras e interditos.

A classe 4 tem 15,8% do *corpus* textual e se aprofunda em termos referentes a duas consequências possíveis de uma relação sexual: Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e Gravidez. Itens como “infecções sexualmente transmissíveis”, “informação”, “gravidez”, “acesso”, “risco” e “pressão” compõem a categoria 4 e são aspectos amplamente abordados em discussões sobre sexualidade, ao passo que, paradoxalmente, ainda carecem de serem desenvolvidos em diversos espaços, como entre amigos, familiares e outros grupos que possam disseminar informações de prevenção de doenças, contracepção e promoção de saúde.

Por fim, a classe 5, denominada de Vivências de Acordo com as Gerações, teve a mesma frequência da categoria 4 (15,8%), a qual se relaciona diretamente. Esse grupo traz uma perspectiva temporal, com elementos como “ainda”, “passado” e “agora”, somados a elementos como “conservador”, “diálogo”, “reprimir”, “tranquilo” e “barreira”, que apresentam termos conflitantes. Nesse sentido, esse grupo pode se revelar como uma oposição entre vivências em sexualidade que aconteceram em gerações passadas ou com participantes mais velhos e experiências atuais ou com participantes mais jovens. Essa comparação intergeracional, ainda que focada em adultos, pode ser uma ferramenta importante para identificar tendências de comportamentos e atitudes que as próximas gerações terão em relação ao fenômeno investigado.

A AFC (Figura 2) evidencia intersecção entre as seis classes estáveis produzidas pela CHD em um plano cartesiano. Este procedimento de cálculo apresentou nitidamente a correspondência intertextual entre as seis categorias nos quatro quadrantes e ao longo dos dois eixos do plano. É possível observar que todas as classes possuem uma forte interdependência, o que contribui para a percepção da existência de uma relação direta entre os itens que as compõem e constroem a noção de vivências atuais em sexualidade de adultos no Brasil.









Essas informações foram corroboradas pelas análises da CHD e AFC, uma vez que os elementos mais frequentes nas classes possuem local de destaque e relevância na nuvem de palavras. Além disso, a análise é capaz de trazer à tona que, ainda que os discursos se assemelhem em vários itens e sejam capazes de se aproximar entre si, há uma pluralidade marcante de termos que caracterizam e refletem a realidade de adultos brasileiros em relação ao fenômeno investigado, entendendo que se trata de um público diverso e distinto.

## Discussão

A sexualidade é um importante fenômeno que contribui na formação identitária dos sujeitos. Essa dimensão humana é contemplada por aspectos como o desejo de cuidado, o amor, o afeto, a intimidade e o prazer (MORAES *et al.*, 2011). Tornando sua expressão mais consolidada na adultez, esse fenômeno é entendido como uma função vital da qual fazem parte diversos fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais que são transmitidos entre gerações (FERNANDEZ; PANIAGUA, 2007).

Esse multifacetado conceito pode ser entendido enquanto construção social dos usos dos corpos em busca de uma finalidade (SOARES; MENEGHEL, 2021). Nesse sentido, as perspectivas sociais acerca dessa temática são relevantes para compreender a maneira pela qual os indivíduos expressam e experimentam a própria sexualidade e qual é o panorama que eles constroem socialmente acerca do tema.

A partir da caracterização da amostra do presente estudo, é possível ressaltar que, ainda que a sexualidade seja experimentada por indivíduos de qualquer gênero, as mulheres tendem a ter maior contato com a temática, sendo essa prioridade em programas e políticas públicas no Brasil e buscando por mais serviços de Atenção Primária em Saúde (QUEIROZ *et al.*, 2020). Segundo Nogueira e Pachú (2021), esse processo se deve ao fato de que, no contexto cultural acerca dessa temática, quando mulheres enfrentam algum problema relacionado à sexualidade, elas comumente não têm a quem recorrer, buscando, então, por serviços de saúde. Os homens, entretanto, historicamente têm se despreocupado dos cuidados com saúde e autocuidado pessoal, aspectos que estão relacionados a uma construção sociocultural de um ser forte e viril (CARRARA; RUSSO; FARO, 2009). Nesse sentido, ainda segundo os autores, os homens, atravessados pela masculinidade, tornam-se indivíduos em perigo do ponto de vista da saúde pública.



Relacionando-se com questões de alerta em saúde, os resultados encontrados no presente estudo ressaltam a importância de discutir a saúde sexual e reprodutiva de maneira acessível e comprometida. Cabe ressaltar, segundo Souza *et al.* (2019), que, apesar dessa discussão ser fundamental, é importante também considerar que esse tema não deve ser colocado como exclusivo na atuação e estudo de profissionais da área de saúde, entendendo que é necessário que exista um diálogo com as outras facetas da sexualidade humana.

Nesse sentido, coloca-se à luz os termos “gravidez” e “informação” enquanto destaques nos resultados de uma coleta feita majoritariamente com participantes do público feminino, surgindo o questionamento: qual a dimensão do impacto que conteúdos como função sexual feminina, gravidez e prevenção têm na expressão da sexualidade de mulheres? Segundo Fernandes, Holanda e Marques (2021), a capacidade reprodutiva de corpos femininos e o desempenho sexual aparecem como fatores de especial relevância nos estudos sobre esse fenômeno. Onde estariam, então, os estudos, discussões e profissionais interessados em abordar a sexualidade feminina também sob outras óticas, como do prazer e da liberdade?

Em contraponto à perspectiva biológica da sexualidade, o *corpus* textual também traz discursos marcantes produzidos pelos participantes em relação às possibilidades da expressão da sexualidade e a quais aspectos que a perpassam. Termos como “prazeroso”, “desejo” e “satisfação”, que aparecem em pelo menos uma das classes, contribuem para compor uma grande parte do *corpus* textual e indicam a importância da corporeidade e do prazer para adultos brasileiros. Nesse sentido, a sexualidade parece ser entendida por muitos brasileiros como algo além da procriação e obrigação, valorizando também outras facetas dessa dimensão humana (VIEIRA *et al.*, 2016).

Com um notável crescimento da preocupação com questões relacionadas ao gênero e à sexualidade nos últimos anos (FACCHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013), os resultados deste estudo foram construídos por participantes de faixas etárias distintas e que, portanto, passaram por mudanças significativas nas discussões e práticas na sexualidade. O desenvolvimento de formas plurais de expressões e objetivos para com a sexualidade é um fenômeno novo, tendo em vista que essa dimensão humana já foi entendida como algo impuro, resumido ao sexo, e sendo tão somente relacionada à reprodução e não ao prazer (LOURO, 2000).





Ainda que seja possível apontar para mudanças concretas nas compreensões sobre esse fenômeno, Henning (2020) aprofunda-se nas vivências de pessoas LGBTQIA+ e aponta para como o processo de marginalização dessa comunidade ainda reverbera nos dias atuais em diversos espaços, discursos e políticas. Ao levantar narrativas desse público, o autor salienta que muitos desses indivíduos ainda sofrem com o medo de frustrar expectativas sociais e, por pressão, acabam seguindo um determinado padrão de vida. Essa perspectiva traz a importante compreensão de que, ainda que existam diversas formas de experimentar a sexualidade, as possibilidades dos indivíduos não são as mesmas, sendo importante entender que a expressão da sexualidade não depende somente da vontade daquele que a experimenta.

Segundo Ávila (2003), a mesma moral conservadora que prescrevia às mulheres a própria sexualidade enquanto submissa à reprodução também é definidora da heterossexualidade como “natural”, visto que essa se pauta no modelo da sexualidade baseado no sexo para procriação. Aqui, ressalta-se a importância dos movimentos LGBTQIA+ e feminista para o rompimento dessa lógica, abrindo espaço para o surgimento de novas possibilidades de ser e existir. A construção coletiva para a mudança dessa realidade mostra-se como fundamental, visto que a opressão das performances da sexualidade é um processo individualizante, que faz com que as questões sobre esse fenômeno pareçam ser assuntos particulares, ao passo que, na realidade, são dotadas de aspectos sociais e políticos (LOURO, 2000).

A idade, além da orientação sexual e do gênero, também aparece como importante fator para compreender os discursos dos participantes. Termos contraditórios presentes nas respostas, como “livre” e “oprimir”, “conservador” e “tranquilo”, abrem margem para refletir sobre os participantes mais velhos deste estudo, que provavelmente foram socializados em um contexto histórico marcado por tensões, ambiguidades e contradições: por um lado, uma severa repressão durante a Ditadura Militar, durante as décadas de 60 a 80, e, por outro, uma ascensão dos movimentos feministas e LGBT no país (CREMA; TILIO, 2021). Somado a isso, tem-se o impacto dos discursos sobre sexualidade e envelhecimento em que, na grande maioria das vezes, a velhice é entendida como etapa de vida ligada à assexualidade (SILVA; RODRIGUES, 2020), visão que desconsidera as múltiplas formas de experienciar essa dimensão humana, além de reduzir o envelhecimento a um processo limitante no desenvolvimento.



Apesar de dinâmica e multifacetada, ainda é atribuída à sexualidade uma série de preconceitos e interditos (SOARES; MENEGHEL, 2021). Os resultados indicam a compreensão de que uma quantidade significativa dos discursos dos adultos brasileiros sinaliza alguma questão com os estigmas sobre a sexualidade, em que ainda permanece o julgamento social e a dificuldade em abandonar antigas perspectivas por vergonha e recato (NOGUEIRA; PACHÚ, 2021). Entretanto, também é possível observar novos apontamentos sobre a temática, em que o desejo e a liberdade ganham destaque e tornam-se relevantes na compreensão que adultos brasileiros atualmente têm sobre esse constructo.

## Considerações Finais

Os discursos de adultos brasileiros acerca da sexualidade mostram-se plurais e diversos, compondo um cenário que ora evidencia um querer vivê-la de forma livre, usando-se da corporeidade e em busca do prazer e satisfação, ora expressa uma vivência com medos, restrições e perpassada por questões biológicas, como gravidez e ISTs. Esse contexto é capaz de ressaltar as múltiplas formas de experimentar a sexualidade, levando em consideração a importância da idade, gênero, escolaridade, região e outros fatores socioculturais para compor a percepção sobre esse fenômeno.

Nesse sentido, o presente estudo buscou contribuir com as pesquisas e discussões sobre sexualidade de adultos no Brasil, temática ainda pouco explorada. Faz-se necessário ressaltar a participação de indivíduos de diversas gerações, construindo um estudo que foi capaz de coletar os discursos daqueles que têm de 18 a 59 anos. Ademais, destaca-se o deslocamento do enfoque do Sudeste para o Centro-Oeste, entendendo que as pesquisas feitas no país normalmente concentram-se no eixo Rio-São Paulo.

Para futuras pesquisas sobre o tema, sugere-se o aprofundamento também nas questões interseccionais de raça, elemento que possui grande impacto na percepção das pessoas acerca do fenômeno estudado. Além disso, entende-se que há, na presente amostra, um alto nível de escolarização dos participantes, fato que pode ser entendido como uma limitação. Recomenda-se, assim, que outros estudos sobre o tema invistam em alcançar uma maior diversidade de participantes, processo importante para obter uma maior representatividade dos brasileiros.





## Referências

AGUIAR, Rosaline Bezerra *et al.* Idosos vivendo com HIV – comportamento e conhecimento sobre sexualidade: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 25, n. 2, p. 575-584, fev. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.12052018>. Acesso em: 13 fev. 2023.

ARAGÃO, Danilo Ribeiro do Nascimento; CHARIGLIONE, Isabelle Patriciá Freitas Soares. A Percepção do Tempo através do Processo de Envelhecimento. **Psi Unisc**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 3, n. 1, p. 106-120, 3 jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v3i1.12558>. Acesso em: 3 mar. 2023.

ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 19, n. 2, p. 465-469, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2003000800027>. Acesso em: 5 fev. 2023.

BAÉRE, Felipe de. A mortífera normatividade: o silenciamento das dissidências sexuais e de gênero suicidadas. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, MT, v. 2, n. 5, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/9935>. Acesso em: 2 maio 2023.

CAMARGO, Brígido V.; JUSTO, Ana M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, SP, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>. Acesso em: 7 jan. 2023.

CASTRO, Beatriz Rodrigues *et al.* A expressão do idadismo em tempos de COVID-19: uma reflexão teórica. **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, SP, v. 23, n. especial 28, p. 479-497, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/51568>. Acesso em: 13 mar. 2023.

CARRARA, Sérgio; RUSSO, JaneA.; FARO, Livi. A política de atenção à saúde do homem no Brasil, os paradoxos da medicalização do corpo masculino. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 19, n. 3, p. 659-678, 2009. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/physis/a/c43gm3yRYdDsCMGRZfjLrHM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2023.

CHARIGLIONE, I. P. F. S. *et al.* Cognitive interventions and performance measures: a longitudinal study in elderly women. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, p. e190032, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e190032>

COSTA, Emilly Priscila Silva *et al.* O tabu social atrelado a sexualidade dos idosos: uma revisão sistemática. **Envelhecimento Humano: Desafios Contemporâneos**, [s.l.], v. 1, p. 480-488, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.37885/200901266>.

COUTO, Daniela. Imagem corporal, uma perspectiva lifespan: breve revisão narrativa. **Revista Portuguesa de Psicologia da Aparência**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 23-39, 7 nov. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.52014/rppa.v1.i1.2021.16>. Acesso em: 9 fev. 2023.

CREMA, Izabella Lenza; TILIO, Rafael de. Sexualidade no envelhecimento: relatos de idosos. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, RJ, v. 33, n. 3, p. 182-191, 8 jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i3/5811>. Acesso em: 13 fev. 2023.

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, CE, v. 44, n. 1, p. 161-193, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/833>. Acesso em: 7 abr. 2023.

FERNANDES, Camila; HOLANDA, Marianna; MARQUES, Cíntia. Dossiê Gênero, reprodução, sexualidade, raça e direitos sexuais e reprodutivos. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, MG, v. 16, n. 1, p. 12-20, 5 jul. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34019/2318-101x.2021.v16.34719>. Acesso em: 3 abr. 2023.

FERNANDEZ, Martinez L.; PANIAGUA, Santos C.. La sexualidad em la persona adulta mayor. In: GONZALEZ, A. C. Murillo; BRENES, M. Rapozo (eds.). **Envejece La sexualidade?** Buenos Aires: Espacio Editorial, 2007. p. 15-35.



HENNING, Carlos Eduardo. O Luxo do Futuro. Idosos LGBT, teleologias heteronormativas e futuros viáveis. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, RJ, n. 35, p. 133-158, ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.35.07.a>. Acesso em: 13 fev. 2023.

LIMA, Vinícius Moreira; BELO, Fábio Roberto Rodrigues. Gênero, sexualidade e o sexual: o sujeito entre Butler, Foucault e Laplanche. **Psicologia em Estudo**, Maringá, PR, v. 24, p. e41962, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 176 p. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30353576.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2023.

MORAES, Késia Marques *et al.* Companheirismo e sexualidade de casais na melhor idade: cuidando do casal idoso. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, RJ, v. 14, n. 4, p. 787-798, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1809-98232011000400018>. Acesso em: 13 abr. 2023.

NOGUEIRA, Ana Júlia da Silva; PACHÚ, Clésia Oliveira. Sexualidade da mulher e autocuidado no âmbito da Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, SP, v. 10, n. 15, p. 1-9, 21 nov. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i15.22157>. Acesso em: 4 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Sexual and Reproductive Health**. Genebra: WHO, 2006. Disponível em: <https://www.who.int/teams/sexual-and-reproductive-health-and-research/key-areas-of-work/sexual-health/defining-sexual-health%AO>. Acesso em: 13 fev. 2023.

QUEIROZ, Iasmin Belém Silva *et al.* Abordagens de sexualidade e gênero na saúde do homem: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [s. l.], v. 43, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/3000/1587>. Acesso em: 3 abr. 2023.

REBELO, Piedade Vaz; BORGES, Graciete Franco. Contributos para o estudo do desenvolvimento do adulto: reflexões em torno da generatividade. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, BA, v. 5, n. 7, p. 97-114, 2020. Disponível em:



<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/603>. Acesso em: 7 abr. 2023.

SAMPAIO, Thiago Oliveira da Motta. Percepção do tempo: da psicologia para a psicolinguística. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, RS, v. 51, n. 3, p. 374, 7 out. 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/22264>. Acesso em: 13 abr. 2023.

SILVA, Edlene Oliveira; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. **Gênero, subjetivação e perspectivas feministas**. Brasília, DF: Technopolitik, 2019. 360 p.

SILVA, Mônica Rodrigues da; RODRIGUES, Leiner Resende. Connections and interlocations between self-image, self-esteem, active sexuality, and quality of life in ageing. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 73, n. 3, p. 1-6, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0592>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SOARES, Konrad Gutterres; MENEGHEL, Stela Nazareth. O silêncio da sexualidade em idosos dependentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 26, n. 1, p. 129-136, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020261.30772020>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SOUZA, Cinoélia Leal de *et al.* Envelhecimento, sexualidade e cuidados de enfermagem: o olhar da mulher idosa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, Df, v. 72, n. 2, p. 71-78, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0015>. Acesso em: 7 abr. 2023.

VIEIRA, Kay Francis Leal *et al.* Representação Social das Relações Sexuais: um estudo transgeracional entre mulheres. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 36, n. 2, p. 329-340, jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001752013>. Acesso em: 3 abr. 2023.



## What do Brazilians think about sexuality? Perspectives and reflections of Brazilian adults on their own experiences and expressions of sexuality

**ABSTRACT:** Sexuality is influenced by the interaction of social, economic, cultural, political, legal, historical, biological, religious and spiritual factors. This article aims to analyze the discourses of Brazilian adults about their own sexuality and its forms of expression. Data collection was carried out using an online form and had the contribution of 193 respondents, with a mean age of 34.01 years (SD:  $\pm 12.02$ ), whose responses were analyzed using the IRaMuTeQ software. The generated dendrogram pointed to the division of the textual corpus into six stable classes of words, which correlated with each other. The Factorial Analysis of Correspondences showed the intertextual correspondence between the six categories in the four quadrants and along the two axes of the plan. The word cloud contributed to the understanding of the terms that were most referenced in the gathered speeches. From the results, the importance of elements such as the body and pleasure was highlighted, in addition to the differences in responses based on experiences between generations. The discourses of Brazilian adults about sexuality are plural and diverse, but they also share several aspects in common, pointing to a collective imaginary that this population shares on the subject.

**KEYWORDS:** Adult. Human Development. Sexuality.

***Tainá Victória Machado***

*Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília*

***Silvia Beatriz Moreno DINIZ***

*Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília*

***Isabelle Patriciá Freitas Soares CHARIGLIONE***

*Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília*

*Recebido em: 20/07/2023*

*Aprovado em: 25/11/2023*



## ARTIGOS



## O assédio capacitista nas relações de trabalho

Bianca Spode Beltrame, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Andrea Poleto Oltramari, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

---

Resumo. Os ambientes laborais costumam ser constituídos por pessoas diversas e as organizações têm procurado adequar-se a um modelo mais inclusivo, não só pelos aspectos legais que surgem a cada dia, mas, também, pelo seu aspecto de inovação, no sentido de abrangerem um leque maior de opções no que tange à diversidade da força de trabalho e ao seu potencial criativo. No entanto, pelo formato de abordagem seletiva, os resultados não têm sido promissores. O que tem ocorrido é um processo de assimilação ou adaptação, e não um processo de inclusão, se apagando as diferenças, dificultando a integração e impedindo que experiências e conhecimentos possam ser alavancados, havendo uma instrumentalização da gestão da diversidade. Como consequência dessa visão simplista, não existe uma preocupação com o acolhimento efetivo dessas diversidades no ambiente laboral. Daí, surge o fenômeno do capacitismo, qual seja, o preconceito atrelado às capacidades da pessoa com deficiência. Esse ensaio se destina a analisar o fenômeno do capacitismo nas relações de trabalho neoliberais e, de maneira mais específica, a possível ocorrência de assédio moral em vista deste, cunhando um novo conceito de assédio, o *assédio capacitista*.

PALAVRAS-CHAVE: Assédio. Capacitismo. Trabalho. PcD. *Assédio capacitista*.

---





## Introdução

Os ambientes laborais costumam ser constituídos por pessoas diversas e com características distintas. Pless e Maak (2004), ao abordarem uma política organizacional que contemple a diversidade, argumentam que as organizações têm procurado adequar-se a um modelo mais inclusivo, não só pelos aspectos legais que surgem a cada dia, mas, também, pelo seu aspecto de inovação, no sentido de abrangerem um leque maior de opções no que tange à diversidade da força de trabalho e ao seu potencial criativo.

No entanto, pelo formato de abordagem seletiva, os resultados não têm sido promissores. O que tem ocorrido é um processo de assimilação ou adaptação, e não um processo de inclusão, se apagando as diferenças, dificultando a integração e impedindo que experiências e conhecimentos possam ser alavancados (PLESS; MAAK, 2004). Para Irigaray (2006), isso se explica porque a adoção de políticas de diversidade não é tomada com base em uma racionalização ética ou moral, mas sim, trata-se de uma resposta estratégica de aquiescência à pressão institucional política (IRIGARAY, 2006).

Há uma instrumentalização da gestão da diversidade (SARAIVA; IRIGARAY, 2009), pois, “a partir do momento em que a contratação de minorias tornou-se inevitável, os administradores nela investiram visando minimizar ou mesmo evitar eventuais conflitos, além de obter ganhos mercadológicos” (IRIGARAY; VERGARA, 2011, p. 1087). Como consequência dessa visão simplista, não existe uma preocupação com o acolhimento efetivo dessas diversidades no ambiente laboral. Daí, surge o fenômeno do capacitismo, qual seja, o preconceito atrelado às capacidades da pessoa com deficiência.

Embora a diversidade venha se destacando nos estudos organizacionais, ainda é um conceito que carece de consenso entre os pesquisadores (NKOMO; COX JR., 1999). Pode-se citar duas perspectivas mais comumente utilizadas: uma perspectiva restrita, a qual enfatiza a discriminação atrelada à raça, etnia, gênero e outros (CROSS; KATZ; MILLER; SEASHORE, 1994); e a perspectiva ampliada, onde a diversidade inclui todos, considerando aspectos que diferenciam indivíduos e grupos, como idade, história pessoal e corporativa, formação educacional, função e personalidade (JAMIESON; O'MARA, 1991).

Tendo em vista que a diversidade humana não apenas é parte constituinte de qualquer sociedade, mas, também, algumas de suas



expressões podem resultar em fenômenos de desigualdade (BRAH, 2006), entende-se que as pessoas com deficiência precisam ser incluídas quando a pauta é diversidade. Pois, tratam-se de grupos minoritários, estigmatizados e discriminados. Além disso, deficiência é um conceito abrangente relacionado às restrições sociais impostas às pessoas que possuem diversidades em suas habilidades corporais (SANTOS, 2008).

Na Administração, no tocante aos Estudos Organizacionais, o adoecimento no trabalho é focado sob como o neoliberalismo e suas formas de gestão contemporâneas têm impactado o trabalhador no seu bem-estar. A discussão acerca da temática assédio tomou uma dimensão considerável a partir de 1990, no contexto das atuais demandas organizacionais que transformam o ambiente de trabalho, “exigindo do trabalhador maior produtividade e adequação às normas vigentes, o que propicia que as relações humanas tornem-se mais fragilizadas e marcadas pela violência” (CARRIERI et al., 2013, p. 05).

Nesse sentido, o momento é propício para que a sociedade como um todo e as organizações em particular comecem a agir diante do problema do capacitismo e do assédio desse derivado; e, para que a área de gestão de pessoas e relações de trabalho assuma um papel de liderança na discussão sobre inclusão. Como afirma Martiningo Filho e Siqueira “as organizações precisam se preocupar mais com os indivíduos do que com os números e impedir a ação de gestores perversos ou paranoicos, adotando medidas para obrigá-los a controlar seu comportamento” (2008, p. 14).

Esse ensaio se destina a analisar o fenômeno do capacitismo nas relações de trabalho neoliberais e, de maneira mais específica, a possível ocorrência de assédio moral em vista deste, cunhando um novo conceito de assédio, o *assédio capacitista*. Este é um tema multidisciplinar, não basta olhar o fenômeno capacitismo somente à luz da Administração, da Psicologia, da Medicina, das Ciências Jurídicas ou da Sociologia. É preciso estudá-lo em todo o seu espectro e reunir os conhecimentos adquiridos por pesquisadores destas diferentes áreas. É neste sentido que o presente trabalho tem como objetivo *entender como o capacitismo e o assédio moral dele oriundo, ou seja, o que aqui chamamos por assédio capacitista, interfere nas relações de trabalho.*



## Capacitismo

O capacitismo tem sido pensado para nomear a discriminação de pessoas por motivo de deficiência (CAMPBELL, 2001; DIAS, 2013; FARIAS, 2020; MELLO, 2016; OLIVEIRA; SILVA, 2021; VENDRAMIN, 2019), e também tem sido compreendido como um eixo de opressão que, na intersecção com o racismo e o sexismo (WOLBRING, 2008; CAMPBELL, 2009; GESSER; BLOCK; MELLO, 2020) produz como efeito a ampliação dos processos de exclusão social.

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU), define, em seu artigo 1º, pessoas com deficiência como “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Importante salientar que a Convenção destaca a incompletude do conceito de deficiência, que deverá ser verificado e atualizado em cada momento/contexto histórico, apontando, ainda, para sua dimensão social, não mais a considerando como algo intrínseco à pessoa.

Nesse tópico analisa-se as fases dos estudos sobre capacitismo e traz-se os principais conceitos surgidos da evolução dessas pesquisas. Sem a pretensão de esgotá-los, mas, com o intuito de explicar a construção do novo termo que aqui se propõem.

### 2.1 Fases dos estudos sobre capacitismo

Consideradas “incapacitadas” até final do século XX, as pessoas com deficiência lutaram pelo seu reconhecimento e inclusão social, o que culminou inclusive com mudanças na nomenclatura. No final da década de 1970, tendo em vista a influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), foi utilizada a expressão “pessoas deficientes”. A inclusão do substantivo “pessoa” teve como objetivo evitar a coisificação, “contrapondo-se ao longo histórico de inferiorização e desvalorização associada a vida com alguma deficiência e aos termos pejorativos socialmente naturalizados até então” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 15).

Em seguida passou a ser utilizada a expressão “pessoas portadoras de deficiência”, com o objetivo de superar a noção de defeito ou deformidade, identificando a deficiência como uma característica. No mesmo sentido, outros eufemismos foram sugeridos, tais como “pessoas



com necessidades especiais” e “portadores de necessidades especiais”. Entretanto, o protagonismo alcançado pelo movimento social de PcD traçou uma luta política pautada na cidadania (LANNA JÚNIOR, 2010). Nesse ínterim, a condição de “portador” passou a ser questionada por transmitir a ideia de deficiência como algo que se porta e, portanto, não faz parte da pessoa. Além disso, ressalta a deficiência em detrimento do ser humano (SILVA; LAZZARIN, 2016; SILVA; PINTO, 2016).

A partir da década de 1990, “pessoa com deficiência” passou a ser a expressão utilizada para designar esse grupo social, sendo que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ocorrida em 2006, em Nova Iorque, apontou que a noção de deficiência é um conceito em construção e evolução. Porém, no Brasil, a nomenclatura foi adotada apenas com a publicação da Lei Brasileira de Inclusão, também conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

A Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) surgiu com o intuito de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais, a inclusão social e a cidadania. No seu texto são detalhadas as barreiras, compreendidas como entraves, obstáculos, atitudes ou comportamentos que afetem a participação social da pessoa, “bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança”.

Todavia, por mais que surjam leis decretando que a acessibilidade seja estabelecida, inúmeros outros obstáculos seguem dificultando que as PcD possam efetivamente estar integradas na sociedade e tenham seus direitos garantidos. Como bem enfatizado por Barreto, Medeiros e Paula, “seja qual for o espaço para a inclusão de PcD, os desafios são consideráveis e têm natureza diversa” (2020, p. 417). Vale salientar os estudos de Goffman (2008; 2014) e Bogart e Dunn (2019) sobre o termo estigma, nos quais estigma é um atributo negativo que caracteriza o indivíduo como estragado, imperfeito ou defeituoso. Da mesma forma, de acordo com Bampi, Guilhem e Alves (2010) quanto maior o grau da deficiência, maior e mais intenso é o estigma que recai sobre a pessoa com a deficiência. Estigma é um fenômeno socialmente construído (BLAINE, 2000), com fortes implicações negativas em suas vítimas (THOMPSON; NOEL; CAMPBELL, 2004) e se funda numa relação assimétrica, que referenda atributos tidos como depreciativos a uma pessoa ou grupo social (GOFFMAN, 2014).



Nesse sentido, os padrões sociais são responsáveis por definir quem será estigmatizado ou quem fará parte da normalidade, sendo as pessoas com deficiência integrantes do grupo dos estigmatizados, o que corrobora a chamada visão capacitista, que as designa como não capazes de participar da sociedade de forma efetiva (BROWN; LEIGH, 2018; GIESE; RUIN, 2018; MIK-MEYER, 2016). Dessa forma, o capacitismo é sempre associado ao estigma, ao preconceito em relação às capacidades das pessoas com deficiência, resultando no aumento do isolamento e da segregação desse grupo (BARROS et al., 2016).

A lógica capacitista é pautada no modelo médico de interpretação da deficiência que a entende como uma limitação e não como uma condição social. Diniz (2007, p. 10) explica que o modelo médico é o ato de catalogar a deficiência, enquadrando-a dentro de “parâmetros biomédicos pré-estabelecidos de incapacidades e impossibilidades com orientação a programas de reabilitação”. Para a autora, o conceito de deficiência deve ser estudado para além do modelo médico, trazendo à tona a estrutura social que oprime a pessoa deficiente, aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais como o sexismo, o racismo e a homofobia.

A postura capacitista advém de um julgamento moral que associa a capacidade unicamente à funcionalidade de estruturas corporais e mobiliza a avaliar o que as pessoas com deficiência são capazes de ser e fazer para serem consideradas plenamente humanas. Isto é, esquece-se que as pessoas com deficiência podem desenvolver outras habilidades não agregadas à sua incapacidade biológica (não ouvir, não enxergar, não andar, não exercer plenamente todas as faculdades mentais ou intelectuais, etc.) e “serem socialmente capazes de realizar a maioria das capacidades que se exige de um ‘normal’, tão ou até mais que este” (MELLO, 2014, pp. 94-96, grifos do autor).

Embora Campbell (2001) já mencionasse o capacitismo no início dos anos 2000, ainda são poucos os estudos que abordam este conceito (GEMELLI et al., 2021). No campo da Administração, o marco histórico da Constituição Federal de 1988 indicou o início da produção acadêmica acerca de PcD. Como exemplos, podem-se citar as pesquisas realizadas por Siqueira (1988); Machado-da-Silva, Cunha e Amboni (1990); Bertero, Caldas e Wood Júnior (1999); Wood Júnior e Paula (2002) e Fleury (2003). Mais tarde surgiram pesquisadores que passaram a elaborar análises críticas das publicações científicas, objetivando avaliar a





qualidade das pesquisas em Administração (GEMELLI et al., 2021; HOCAYDEN-DA-SILVA; ROSSONI; FERREIRA JÚNIOR, 2008).

Dessas pesquisas surgiram inúmeros conceitos referentes ao termo capacitismo; todos partindo do pressuposto que o fenômeno é um tipo de preconceito e discriminação que põe em xeque a capacidade da pessoa, em razão de sua deficiência. Tratar-se-á da evolução (se é que se pode chamar assim) desses conceitos no tópico que segue.

## 2.2 Conceitos de capacitismo

Os estudos sobre o capacitismo dizem de diversos conceitos, dentre eles, o de Farias (2020), que define o termo como uma atitude discriminatória que vê a pessoa com deficiência inapta para o trabalho e incapaz de cuidar da própria vida (FARIAS, 2020). Campbell (2001) conceitua o capacitismo como “uma rede de crenças, processos e práticas que produzem um determinado tipo de eu e corpo (o padrão corporal) que é projetado como o perfeito” (CAMPBELL, 2001, p. 44). Segundo a autora, pela ótica capacitista a deficiência é entendida como um estado diminuído de ser humano, o qual alude a uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade.

Mello (2014) propôs a tradução de *ableism* como capacitismo, inspirando-se no modelo Português (MELLO, 2014). Tal medida possibilitou uma maior visibilidade política relativa a esta forma de exercício do poder, pois, como Davis (1995) duas décadas antes já afirmava:

[...] há um silêncio estranho e realmente inexplicável quando a questão da deficiência é levantada: o silêncio é estranho, também, uma vez que grande parte das críticas da esquerda dedicou-se à questão do corpo, da construção social da sexualidade e gênero. Corpos alternativos, pessoas, discurso: gay, lésbica, hermafrodita, criminal, médico, e assim por diante. Mas à espreita por trás dessas imagens de transgressão e desvio há uma figura muito mais transgressora e desviante: o corpo com deficiência (DAVIS, 1995, p. 43, tradução nossa).

Pelo fenômeno do capacitismo, as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes – de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo, de ter relações sexuais (MELLO, 2016). Campbell (2009) considera que a deficiência para muitos tem um valor negativo, pois é percebida como uma desgraça, um castigo, algo que as impede de obter oportunidades e dignidade.





Associa-se a pessoa com deficiência a descrença nas possibilidades de funcionar bem, de produzir ou ter condições de viver autonomamente. Aliado a isso, há barreiras que vão desde a baixa qualificação, oriunda de um processo de segregação histórica, até as barreiras físicas, como transportes e edificações; e culturais, como o desconhecimento do potencial das pessoas com deficiência (HAMMES; NUERNBERG, 2015).

Para Mello “o capacitismo pode até ser uma categoria insuficiente na língua portuguesa, mas é justamente a capacidade de ser e fazer que é reiteradamente negada às pessoas com deficiência em diversas esferas da vida social” (MELLO, 2016, p. 06). Desse modo, recusa-se às pessoas com deficiência que essas possam desenvolver e utilizar outras habilidades não agregadas à sua deficiência biológica e serem aptas a participarem de todos os nichos sociais, sejam eles familiares, escolares, laborais ou quaisquer outros que lhe interessem.

Com relação ao ambiente laboral, em específico, é que essa pesquisa pretende apresentar uma proposição teórica. Analisar-se-á o assédio moral advindo do capacitismo nas relações de trabalho. Pretende-se compreender as causas e consequências do fenômeno que aqui nomeia-se como *assédio capacitista*.

Para Alves (1992), o portador de deficiência não possui limites no âmbito profissional e tem capacidade de ser não somente empregado, mas também “ser associado de cooperativas, exercendo trabalhos não na condição de ‘empregado’, mas sim dono do empreendimento na qualidade de associado” (ALVES, 1992, p. 38, grifos do autor). Todavia, a visão capacitista ainda predomina no mercado de trabalho brasileiro. E uma das consequências dessa visão limitada é a ocorrência do assédio moral nas relações laborais, assunto que será abordado no tópico a seguir.

## Assédio Moral

O fenômeno assédio moral tem natureza universal, entretanto, varia no que diz respeito a cultura, recebendo denominações diferentes a depender do país em que ocorre, por exemplo: *mobbin* (Itália, Alemanha e países escandinavos), *bullying* (Inglaterra), *harassement* (Estados Unidos), *harcelement moral* (França), *ijime* (Japão), *psicoterror laboral* ou *acoso moral* (em países de língua espanhola), terror psicológico, tortura psicológica ou humilhações no trabalho (em países de língua



portuguesa). No Brasil, a terminologia reúne as formas de manifestação como molestar, tyrannizar, vampirizar, no sentido de sugar as energias da vítima, assim como, conduzi-la ao ostracismo social (LOPES, 2008).

Para Hirigoyen (2017), uma das autoras mais citados no assunto, o assédio moral no trabalho conceitua-se como toda e qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, comportamento, atitude) que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou a integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego, pondo em perigo sua posição, ou degradando o clima de trabalho (2017a, 2017b).

Importante ressaltar que o assédio moral, no Brasil, de acordo com Freitas, Heloani e Barreto (2020) geralmente é praticado com pessoas que têm problemas de saúde, estão no final do prazo de estabilidade, encontram-se em período posterior a acidente de trabalho ou retornam da licença-maternidade, ultrapassaram a idade de 35 anos, questionam as políticas da gestão, e/ou são solidárias com os colegas também assediados.

Para o jurista Ernesto Lippmann (2005), o assédio moral trata-se “do abuso de direito no uso do poder disciplinar do empregador, que deixa de ser utilizado com a finalidade de incrementar a atividade produtiva, para servir como instrumento de revanche, intimidação e discriminação”. Afirma ainda que é “o controle desproporcional, ou inadequado, exercido com rigor excessivo, que atenta contra os direitos de personalidade do trabalhador e que por si já é fato gerador de dano moral” (LIPPMANN, 2005, p. 37).

Seguindo o linear da dignidade da pessoa humana, para Pamplona Filho et al. (2016, p. 08), “assédio moral pode ser conceituado como uma conduta abusiva, de natureza psicológica, que atenta contra a dignidade psíquica do indivíduo, de forma reiterada, tendo por efeito a sensação de exclusão do ambiente e do convívio social”. Este conceito busca um sentido de generalidade, como explicam os autores, pois o assédio moral não é um “privilégio” da relação de emprego, podendo ser praticado em qualquer ambiente onde haja uma coletividade, como, por exemplo, em escolas, comunidades eclesiais, corporações militares, entre outros.

Na relação de trabalho subordinado, porém, este cerco recebe tons mais dramáticos, por força da própria hipossuficiência de um dos seus sujeitos, em que “a possibilidade de perda do posto de trabalho que lhe dá a subsistência faz com que o empregado acabe se submetendo aos mais terríveis caprichos e desvarios, não somente de seu empregador, mas até



mesmo de seus próprios colegas de trabalho” (PAMPLONA FILHO et al., 2016, p. 08). Por isso mesmo, os autores que têm se debruçado sobre a questão acabam sempre conceituando o fenômeno dentro do campo das relações laborais.

Com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, especialmente após o surgimento dos ideais neoliberais, a violência moral nesses ambientes foi intensificada (DEJOURS, 2011). Aliado a isso, com a adoção de regimes de trabalho remoto, “também surgiu um trabalhador ‘telepressionado’, passando a existir uma hiperconectividade e constante disponibilidade do empregado em prol do empregador” (PAMPLONA FILHO; SANTOS, 2020, p. 70, grifos dos autores). É nesse contexto, de cultura urgente, “que emerge a telepressão e o assédio digital como baluartes da empregabilidade” (SANTOS, 2021, p. 55). Ademais, a blindagem oferecida pelas plataformas potencializa o assédio moral e reforça comportamentos agressivos, já que faz nascer uma falsa realidade de “ação sem rosto” (NUNES, 2019, p. 25).

Tramita atualmente no Senado Federal o Projeto de Lei nº 1.521 de 2019, oriundo do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 4.742 de 2001, cujo objetivo é inserir no Código Penal brasileiro a tipificação<sup>1</sup> do assédio moral e puni-lo na esfera criminal (FERNANDES; SILVA, 2020). Porém, a consideração dada pelo ordenamento jurídico brasileiro ao assédio moral no trabalho ainda é incipiente, “inclusive por ser considerado de difícil penalização, vez que é subjetivo e de comprovação complicada, pois o dano nem sempre é aparente e o nexa causal por vezes não pode ser observado” (FERNANDES; SILVA, 2020, p. 13).

Entretanto, a inexistência de lei específica não impede a tentativa de coibição de tal prática. Para tal, utiliza-se de outras fontes do direito; como por exemplo, a CF/88, o Código Civil e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Martins (2015) relaciona os direitos dos trabalhadores garantidos legalmente e que podem vir a ser devastados com a ocorrência de assédio moral laboral:

[...] com a prática do assédio moral há violação dos seguintes direitos fundamentais: direito fundamental ao trabalho, ao meio ambiente de trabalho equilibrado, ao desenvolvimento e à saúde, promovendo a

---

<sup>1</sup> O texto proposto é o que segue: Art. 146-A. Ofender reiteradamente a dignidade de alguém causando-lhe dano ou sofrimento físico ou mental, no exercício de emprego, cargo ou função. Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa, além da pena correspondente à violência. § 1º Somente se procede mediante representação, que será irretratável. § 2º A pena é aumentada em até 1/3 (um terço) se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos. § 3º Na ocorrência de transação penal, esta deverá ter caráter pedagógico e conscientizador contra o assédio moral (SENADO FEDERAL, 2019).



desordem econômica; impede o desenvolvimento pessoal do trabalhador; prejudica a saúde; e acaba por impor significado do conceito de trabalho de maneira superficial aos trabalhadores (MARTINS, 2015, p. 54).

A tipificação se torna imperiosa, pois, “o aparato legal atual não satisfaz as necessidades do combate à prática do assédio moral laboral” (FERNANDES; SILVA, 2020, p. 15). Embora imprescindíveis, os mecanismos atualmente utilizados são paliativos, no sentido de que não intimidam e muito menos impedem os agressores.

Algumas das primeiras consequências do assédio que facilmente são detectadas, no âmbito das organizações, podem ser sintetizadas em: queda da produtividade; alteração na qualidade do serviço/produto; menor eficiência; baixo índice de criatividade; absenteísmo; doenças profissionais; acidentes de trabalho; danos aos equipamentos; alta rotatividade da mão de obra, gerando aumento de despesa com rescisões contratuais, exames de contratação e de demissão, e seleção e treinamento de pessoal; aumento de demandas trabalhistas com pedidos de reparação por danos morais; abalo de reputação da instituição perante o público consumidor e o próprio mercado de trabalho, entre outros (ZIMMERMANN et al., 2006).

Além das consequências específicas do assédio moral, isto é, a vergonha e a humilhação, Aguiar (2007) explana que, como consequências individuais, encontramos:

[...] problemas de concentração, obsessões, fobias, crises de autoestima, depressão, angústia, sentimento de culpa, aumento de peso ou emagrecimento exagerado, redução da libido, aumento da pressão arterial, abuso de álcool, tabaco e outras drogas e pensamentos suicidas (AGUIAR, 2007, p. 10).

O Estado e a sociedade como um todo também sofrem os efeitos do assédio, arcando com elevados custos relacionados à saúde pública, à assistência e à previdência social, prestando serviços de reabilitação profissional e concedendo benefícios previdenciários em virtude do afastamento precoce dos funcionários (AGUIAR, 2007). Ferreira (2007) também elenca outros gastos, quais sejam, hospitalizações e medicamentos. É também uma perda de capital humano nas organizações, deixando de contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Cita ainda o autor “a precarização das condições de qualidade de vida, crises de relações familiares e comunitárias, custos sociais por



enfermidades, aumento do mal-estar, riscos de suicídio, de aborto e divórcios, além do desemprego” (FERREIRA, 2007, pp. 48-49).

Com relação a prática do assédio moral tendo como vítima a pessoa com deficiência, em muitos casos seu intuito é forçar o trabalhador a pedir demissão. Essa visão origina-se dos tempos mais remotos, quando uma pessoa com capacidade reduzida era socialmente excluída (COSER; POHLENZ, 2017). É imperioso que o ambiente de trabalho seja adequado em relação às condições físicas e psíquicas, para que a dignidade da pessoa humana com deficiência, em todos os seus aspectos, seja respeitada.

Além disso, o capacitismo pode ocorrer de diversas formas, inclusive por omissão – quando deixa de se dar uma oportunidade a uma PcD pelo simples fato dela ser PcD. O assédio é uma das expressões do capacitismo que ocorre por ação. Ou seja, a discriminação é uma motivação para que o *assédio capacitista* ocorra. A Convenção nº. 190 da OIT, em seus artigos 1º a 6º trata sobre a eliminação da violência e assédio moral no mundo do trabalho. Tal Convenção reconhece a estreita relação entre o assédio e a discriminação contra pessoas com deficiência e outros grupos historicamente discriminados, determinando que os países adotem legislações e políticas públicas que protejam esses grupos minoritários.

Inspirando-se nesses conceitos trazidos até então, porém levando em consideração as particularidades referentes as pessoas com deficiência, propõe-se um novo conceito, o qual denomina-se **assédio capacitista**. O qual se caracteriza como *uma atitude reiterada abusiva, preconceituosa com relação às suas capacidades e discriminatória no trabalho; dirigida, seja presencialmente ou por meio virtual, à pessoa com deficiência, com o intuito de inferiorizá-la e não assegurar, em condições de igualdade, o exercício de seus direitos e liberdades fundamentais, inclusão social e cidadania.*

Procura-se no conceito proposto unir a necessidade, estipulada legalmente, de ser “uma atitude reiterada”, porém, com a qualificação de ser “preconceituosa com relação às suas capacidades (...) dirigida (...) à pessoa com deficiência” e que tenha como intuito intimidá-la e/ou causar-lhe dano, “com o intuito de inferiorizá-la e não assegurar (...)”. Foca-se nas relações laborais, “discriminatória no trabalho”, atualizado conforme as novas relações de emprego, “seja presencialmente ou por meio virtual”. Por fim, o conceito une-se a disposição trazida pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU), adotada no Brasil pela





Constituição Federal por intermédio do Decreto nº 186/08, “em condições de igualdade, o exercício de seus direitos e liberdades fundamentais, inclusão social e cidadania”. Dessa forma, busca-se contemplar nesse conceito a dimensão social, visto que os valores, as crenças e os comportamentos que a compõem estão permeando os demais setores da vida social intimamente imbricados, uma vez que a instituição social, seja qual for, não existe senão na concretude das relações humanas. Tal conceito segue demonstrado no Quadro 5.

### Quadro 5: Construção do conceito *Assédio Capacitista*

<b>Conceito proposto:</b> O <i>assédio capacitista</i> trata-se de uma atitude reiterada abusiva, preconceituosa com relação às suas capacidades e discriminatória no trabalho; dirigida, seja presencialmente ou por meio virtual, à pessoa com deficiência, com o intuito de inferiorizá-la e não assegurar, em condições de igualdade, o exercício de seus direitos e liberdades fundamentais, inclusão social e cidadania.	
Características	Termos
Necessidade legal de reiteração da conduta para a caracterização do assédio moral.	“uma atitude reiterada”.
Com a qualificadora de ser voltada contra uma pessoa com deficiência.	“preconceituosa com relação às suas capacidades (...) dirigida (...) à pessoa com deficiência”.
Que tenha como intuito intimidá-la e/ou causar-lhe dano.	“com o intuito de inferiorizá-la e não assegurar (...)”.
Ocorrida nas relações laborais.	“discriminatória no trabalho”.
Atualizado conforme as novas relações de emprego.	“seja presencialmente ou por meio virtual”.
Abriga a disposição trazida pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU), adotada no Brasil pela Constituição Federal.	“em condições de igualdade, o exercício de seus direitos e liberdades fundamentais, inclusão social e cidadania”.

Fonte: *Elaboração própria (2022)*.

Trata de um fenômeno novo, que surge após as pautas para inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho começarem a ser (de certa forma) atendidas, e emerge como mais um dos reflexos negativos do neoliberalismo. Dias (2013) já afirmava que “a ofensiva neoliberal tende a radicalizar o discurso capacitista de maneira ainda mais perversa, exatamente por estabelecer-se como uma racionalidade política ‘exitosa e normativa’” (DIAS, 2013, p. 6, grifos da autora), cuja influência e dominação simbólica é muito mais ampla que meramente a esfera econômica. Sendo assim, o modo como as práticas neoliberais afetam a vida das PcD e reforçam a visão capacitista é o enfoque do próximo tópico.





## Neoliberalismo e a sociedade da performance

A última parte do presente ensaio busca examinar a interface entre neoliberalismo e capacitismo através da discussão entre a formulação e organização das relações do trabalho com base em concepções capacitistas dominantes. Campbell (2004) afirma que o capacitismo está para o segmento da pessoa com deficiência assim como o racismo está para as pessoas negras ou o machismo para as mulheres: “vincula-se com a fabricação de poder” (CAMPBELL, 2001, p. 44). Dessa forma, o capacitismo se manifesta nas esferas sociais, públicas e privadas, negando às PcD possibilidades de participação em políticas de saúde, acessibilidade, educação, cultura e lazer.

Busca-se conectar à essas concepções a precarização estrutural do trabalho – que, a seu turno, é um fenômeno constantemente presente, apenas com características diferentes no decorrer da história capitalista industrial (ALESSI, 2019). Porém, com a mundialização da dinâmica capitalista, que através da reestruturação produtiva vem se apoiando num projeto sociopolítico e econômico neoliberal, “o crescimento econômico e consequentemente social acontece de maneira lenta, enquanto a lucratividade gerada pela acumulação flexível alcança patamares numa rapidez nunca antes alcançada” (ALESSI, 2019, p. 58). Tudo isso cobra o seu preço.

O sistema de produção neoliberal capitalista para ampliação de sua lógica acumulativa recorreu ao movimento tendencial de flexibilização e terceirização, informalidade e precarização do trabalho, que se tornaram regras da dinâmica produtiva. Consequentemente, vem exigindo cada vez mais os desmontes das legislações sociais e do trabalho para que se consiga revigorar a dinâmica acumulativa, “mesmo que isso signifique solapar direitos conquistados ao longo da história do capitalismo industrial” (ALESSI, 2019, p. 60). Assim, com o crescente desmantelamento da proteção social, tem-se que esse novo cenário neoliberal impulsiona a desconstrução de direitos até então tidos como basilares (KREIN; COLOMBI, 2019).

Onde esses pontos se encontram? É justamente a classe que promove a desconstrução desses direitos que forma a percepção da deficiência pela sociedade. Faz isso a partir dos seus próprios valores ideológicos, com o intuito da manutenção das relações de dominação, afastando quem não atenda às suas demandas arraigadas numa sociedade baseada na maximização da produção, do lucro e da exploração (GESSER;



BLOCK; MELLO, 2020). Portanto, a não participação na geração do lucro capitalista resulta em processos de exclusão, contribuindo para a eliminação de maiores possibilidades de pessoas com deficiência se realizarem por meio do trabalho.

Somado a isso, Dias (2013) problematiza a organização do discurso capacitista a partir da formulação eugênica do século XIX. Para a autora, três elementos estruturantes da construção social do capacitismo devem ser considerados: a compreensão da deficiência e a história da eugenia; o papel do conceito de normalidade e suas implicações na conceituação da deficiência e a ofensiva mais recente do neoliberalismo e seus resultados nas populações marginalizadas, incluindo as pessoas com deficiência (DIAS, 2013).

Um dos maiores desafios impostos às pessoas com deficiência no mundo contemporâneo é o desafio de autonomia. No Brasil, “menos de um por cento das PcD estão entre os trabalhadores” (DIAS, 2013, p. 11). De acordo com a autora, isso se deve ao fato que os postos de trabalho são planejados de acordo com as habilidades dos empregados e não revisitados de acordo com suas deficiências. Tal fato impossibilita que a pessoa com deficiência seja vista como igual, pois os empregadores violam concepções de adaptação razoável. “As pessoas com deficiência não são estimuladas, e muitas vezes são francamente desanimadas, de expor acerca de suas deficiências” (DIAS, 2013, p. 11).

O mundo do trabalho espera das pessoas com deficiência que superarem sua deficiência em um mundo “normal”, o que passou a ser duramente criticado no campo de estudos sobre deficiência (CLOGSTON, 1994). A ideia de superação, “tenta criar um especialismo, para motivar as pessoas com deficiência a se imaginarem como super-heróis para os outros seguirem” (DIAS, 2013, p. 11). Mais grave que isso, para Dias, é a dívida que passa a ser construída: “obriga-se a todas as PcD a serem profundamente gratas com as imensas oportunidades dadas a elas por seus patrões, empregos e cotas, alienando-as da noção de que elas têm direito ao trabalho a autonomia” (DIAS, 2013, p. 11).

Esse pensamento acaba por “ampliar e disseminar os valores de mercado para todas as instituições e ações sociais, assim como o próprio mercado continua a ser uma esfera distintiva” (BROWN, 2019, p. 40). Dessa forma, “a governa-mentalidade neoliberal perscruta e a reorganiza as práticas de governança e cidadania” (BROWN, 2019, p. 40) e deseja que os agentes sociais virem atores empresariais nas mais completas esferas



da vida. Para Dias (2013), isso faz com que as PcD se sintam com sua autonomia moral reduzida na mesma medida de sua capacidade de "autocuidado", que seria previamente definida pela capacidade de dar conta de suas necessidades e ambições. "Neste léxico, as pessoas com deficiência são visivelmente não ajustáveis" (DIAS, 2013, p. 6). Outro reflexo disso é a crise de identidade gerada nas PcD, "a qual é derivada da dinâmica do reconhecimento do trabalho - onde a inexistência de alteridade e reconhecimento pelo trabalho prestado rompe com a dinâmica da identidade" (SOBOLL, 2008, p. 149).

Pensando tais fenômenos sociais a partir da dialética do mundo do trabalho, traz-se o conceito de "sociedade da performance", a qual engendra uma falaciosa superpotência como forma de realização de vida, na medida que o tom do existir passa a ser guiado por uma série de imperativos de desempenho apresentados como receitas para uma vida feliz (FACAS, 2020). Para Facas (2020), nesse contexto se demanda uma performance de atleta, com superação de limites e aprimoramento contínuo do corpo. Tem-se então um ideal de perfeição inalcançável, "na medida em que nega a própria condição humana - não há espaços para fraquezas, tristezas, cansaço" (FACAS, 2020, p. 66) e, muito menos, deficiências. Essa exigência da superpotência, causadora de mal-estar social e existencial, está calcada em manifestações da norma performativa (DARDOT; LAVAL, 2016).

Neste cenário, o corpo é alienado e coisificado. O valor expositivo depende, sobretudo, da bela aparência. Para Han (2017), tudo deve ser visível na medida em que aquilo que não se submete à visibilidade é colocado sob suspeição. Compreende-se então que "a sociedade da performance demanda um saber-ser atrelado ao aparecer ou, em um jogo pobre de palavras, a apare-ser" (FACAS, 2020, p. 66). Este cenário, para o autor, está dialeticamente ligado aos imperativos de desempenho no mundo do trabalho, na medida em que os constitui e é constituído por eles. "O discurso do alto controle dos modelos de gestão taylor-fordistas cede espaço para o autocontrole performático" (FACAS, 2020, p. 66).

Destarte, especialmente em uma sociedade da performance, "os corpos têm valor dentro de uma escala produtiva" (GESSER; BLOCK; MELLO, 2020, p. 18). As vulnerabilidades e as precariedades serão acentuadas à medida que aquele corpo responde ou não às condições exigidas pelas estruturas de poder. Assim, "o capacitismo também tem relação com o aperfeiçoamento do sistema capitalista, à medida que há o estabelecimento de um ideal de corponormatividade que corrobora com a



manutenção e aperfeiçoamento desse sistema econômico” (GESSER; BLOCK; MELLO, 2020, p. 18).

Tendo em vista que o trabalho, além do papel de integração social, exerce também um efeito reabilitador, na medida em que contribui para o aumento da autoestima e nível de ajustamento pessoal; tem-se que a ausência da possibilidade de trabalho para a pessoa deficiente aumenta sua exclusão. Além disso, acentua a sua subordinação, esmaecendo a própria identidade, “tornando-o aquele que precisa sempre pedir emprestada a voz do outro para se fazer ouvir” (IRIGARAY, 2016).

Acontece que as barreiras impostas às pessoas com deficiência resultam de uma sociedade que desconsidera as bases materiais que promovem desigualdades de apropriação e usufruto das produções humanas (OLIVEIRA; MELO; SILVA, 2020). Isso acarreta práticas injustas e discriminatórias que têm impossibilitado que pessoas com deficiência tenham condições igualitárias de lutar por direitos na sociedade, sendo perversa a concepção de igualdade de oportunidades, que acaba por responsabilizar a pessoa pelo seu sucesso ou fracasso. Neste aspecto, a deficiência não é uma consequência natural do corpo lesionado, e sim uma imposição econômica, política, cultural e social (OLIVEIRA; MELO; SILVA, 2020).

Qualquer que seja a natureza ou causa da deficiência, os principais desafios a serem enfrentados residem na qualidade das interações e relações com o ambiente e rupturas com múltiplas barreiras insensíveis a diversidade humana (OLIVEIRA; MELO; SILVA, 2020). Exemplificando, os autores citam as barreiras atitudinais, políticas, comunicacionais, físicas e arquitetônicas, que favorecem e sustentam a cultura do capacitismo sobre as pessoas com deficiência (OLIVEIRA; MELO; SILVA, 2020). Essa cultura capacitista, construída ao longo dos séculos, é responsável pela falta de políticas públicas inclusivas que tratem sobre educação, saúde, habitação, transporte, lazer e cultura. Com isso, ocorre um esvaziamento de direitos e demandas, acentuado pelas barreiras já citadas. “O desafio é desconstruir abordagens como o modelo biomédico da deficiência para o alcance de políticas públicas verdadeiramente inclusivas” (OLIVEIRA; SILVA, 2021, p. 263).

Logo, o que deve ser considerado é a opressão sobre a condição de vida que delimita a deficiência. Em oposição ao modelo capacitista, “o enfoque social da deficiência compreende que o problema central do ‘déficit’ está na sociedade capitalista/burguesa que exclui, oprime e se



mantém, hegemonicamente, pela produção e reprodução da desigualdade social” (OLIVEIRA; MELO; SILVA, 2020, p. 263, grifo dos autores). As dificuldades em relação à contradição inclusão e exclusão extrapolam a questão da deficiência, dado que a relação direta é com o modelo de sociedade existente (OLIVEIRA; MELO; SILVA, 2020).

O modelo de segregação e de inclusão, nada mais é do que “o ajustamento desse público a lógica burguesa em cada momento histórico, gerando opressões em todos os espaços que participam: emprego, escola, espaço público, meios de comunicação social e na própria família” (OLIVEIRA; MELO; SILVA, 2020, p. 263). No mesmo sentido Birman (2006) relata que o dismantelamento causado pelo neoliberalismo, no caso brasileiro, é ainda mais grave, pois “a fragilidade das instituições e o descaso das autoridades políticas num país secularmente miserável, permeado pelas desigualdades terríficas do gozo, levou a destruição completa de milhares de pessoas” (BIRMAN, 2006, p. 73).

Se o tornar-se mulher é uma condição cultural e as desigualdades de gênero são respaldadas em aspectos sociais, isso também diz respeito ao corpo com deficiência. Trata-se de evidenciar que a deficiência se configura culturalmente, “e ainda que não tenha sido citada nos primeiros estudos marxistas, o capacitismo é uma categoria que demonstra que a construção social das deficiências é inseparável do capitalismo” (XAVIER DOS SANTOS, 2021, p. 02).

Diante do visto até então, parte-se para os primeiros pensamentos que servirão como base inspiradora para a construção da tese.

### **Reflexões finais**

É necessário ter cuidado para que o discurso da inclusão não vire um clichê. É preciso discriminar e reconhecer os diferentes tipos de acessibilidade e barreiras, e como a sociedade ainda é capacitista. Comumente a acessibilidade é lembrada apenas na sua dimensão arquitetônica (MARCHESAN; CAPENEDO, 2021). Enquanto isso, a acessibilidade atitudinal é a que com mais força impactaria positivamente a vida das PcD; porém, segue constantemente ignorada. Isso porque tal acessibilidade depende de esforços mais acurados do que a simples reforma de uma obra - depende de uma prática constante de autopercepção, conhecimento e análise.





Observa-se que os conceitos sobre capacitismo se reescrevem e se atualizam; entretanto, há sempre um sentido que permanece: o imaginário de que existem pessoas com capacidades plenas, e de que as pessoas com deficiência são incapazes por natureza. Essa generalização sobre a hierarquização dos corpos, apesar de errada, tem a sua finalidade. Mello (2016) afirma que a hierarquização dos corpos está diretamente relacionada com o capacitismo e, especialmente, com o capitalismo - alcançado pela exclusão e pela dominação. A emancipação de todas as opressões sobre a pessoa com deficiência só será possível se ocorrer concomitantemente com uma mudança estrutural da sociedade.

As políticas de “inclusão” existentes não superam as condições em que se produz a exclusão, na medida em que não desestruturam ou rompem com o modo de produção capitalista, mas apenas colaboram para um ajuste ou uma acomodação na relação entre capital e trabalho. Assim, diante dos efeitos do neoliberalismo, é necessária a reconstrução de instrumentos e recursos para os segmentos mais vulneráveis e precarizados, aí incluídas as PcD.

No imaginário dominante de superação, em que o individualismo se dota de marca definitiva de status, poder e excelência, o capacitismo encontra um excelente aliado no neoliberalismo (DIAS, 2013). A sociedade passa a se organizar em torno do corpo normal e de sua busca por individualidade e autossustentação e nunca por uma coletividade, afinal a característica definidora do neoliberalismo é ultrapassar qualquer forma de aliança solidária. “Nesse mundo faustiano, as pessoas com deficiência são cada vez mais exploradas, e convidadas a acreditar que enquanto isso salvam o mundo, tornando-se exemplos” (DIAS, 2013, p. 11).

Por fim, é crucial que o Estado e a sociedade possibilitem a inclusão social da pessoa com deficiência, igualmente no mercado de trabalho, mediante a acessibilidade em todas as suas formas e o oferecimento de idênticas oportunidades de emprego. E, para além disso, o assédio capacitista precisa ser extinto, pois a saúde física e psicológica desse trabalhador com deficiência não deve ser afetada. O ambiente de trabalho precisa estar adequado com relação às condições físicas e psíquicas, a fim de que as ameaças psicológicas e a ausência de ética profissional sejam abolidas, para que a dignidade da pessoa humana com deficiência seja respeitada.





## Referências

- AGUIAR, A. L. S. *Assédio Moral: o direito à indenização pelos maus-tratos sofridos no ambiente de trabalho*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: LTr, 2007.
- ALESSI, D. Relações de trabalho docente no Brasil à luz do neoliberalismo: Uma análise da reforma trabalhista de 2017. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, *Centro de Filosofia e Ciências Humanas*, Curso de Ciências Sociais, 2019.
- ALVES, R. V. *Deficiente físico: novas dimensões da proteção ao trabalhador*. São Paulo, Editora LTr, 1992.
- BAMPI, L. N. S.; GUILHEM, D.; ALVES, E. D. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 4, pp. 816-823, 2010.
- BARRETO, L. S.; MEDEIROS, C. R. O.; PAULA, V. A. F. Podem as Pessoas com Deficiência Consumir? A Representação Incidental na Publicidade e Propaganda. *Revista Gestão & Planejamento*, v. 21, n. 1, pp. 416-437, 2020.
- BARROS, T. S.; DEUSILAN, A.; NORATO, H.; MORAIS, I. Organizações e diversidade: uma análise do tratamento dado aos alunos portadores de deficiência em instituições federais de ensino superior. *Revista Organizações em Contexto*, v. 12, n. 23, pp. 69-102, 2016.
- BERTERO, C. O.; CALDAS, M. P.; WOOD JÚNIOR, T. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um Debate Local, *Revista de Administração Contemporânea- RAC*, Curitiba, v. 3, n. 1, pp. 147-178, 1999.
- BIRMAN, J. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BLAINE, B. *The psychology of diversity*. Mountain View: Mayfield, 2000.
- BOGART, K. R.; DUNN, D. S. Ableism Special Issue Introduction. *Journal of Social Issues*, v. 75, n. 3, pp. 650-664, 2019.



BRAH, A. Diferença, diversidade e diferenciação. *Cadernos Pagu*. Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. *Estatuto da Pessoa com Deficiência*: Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Organizado por Senador Paulo Paim. Brasília: Senado Federal, DF, 2015.

BROWN, N.; LEIGH, J. Ableism in academia: where are the disabled and ill academics? *Disability & Society*, v. 33, n. 6, pp. 985-989, 2018.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo*: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 28, 2019.

CAMPBELL, F. K. Inciting Legal Fictions: Disability'S Date with Ontology and the Ableist Body of the Law. *Griffith Law Review*, v. 10, n. 1, pp. 42-62, 2001.

CAMPBELL, F. K. *Contours of ableism*: The production of disability and abledness. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2009.

CARRIERI, A. P.; AGUIAR, A. R. C.; DINIZ, A. P. R. Reflexões sobre o indivíduo desejante e o sofrimento no trabalho: o assédio moral, a violência simbólica e o movimento homossexual. *Cad. EBAPE.BR*, v. 11, nº 1, artigo 10, Rio de Janeiro, Mar. pp. 168-180, 2013.

CLOGSTON, J. S. Disability coverage in American newspapers. *The disabled, the media, and the information age*, p. 45-57, 1994.

COSER, K.; POHLENZ, M. Assédio moral no ambiente de trabalho em relação às pessoas portadoras de deficiências. *Unoesc & Amp; Ciência - ACSA*, 8(1), 25-32, 2017.

CROSS, E. Y.; KATZ, J. H.; MILLER, E.; SEASHORE E, W. *The promise of diversity*. BurrRidgne, IL: Irwin, 1994.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DAVIS, L. J. *Enforcing normalcy*: Disability, deafness, and the body. Verso Books, 1995.

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: 7ª Ed. FGV, 2011.



DIAS, A. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. In: I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência. *Anais [...]*, São Paulo, 2013.

DINIZ, D. *O que é deficiência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

FACAS, E. P. Sociedade da Performance e a falácia da liberdade no discurso neoliberal. In: Ferreira, et al. (Orgs). *Vida e morte no mundo do trabalho: neoliberalismo como patologia bio e necropolítica*. Editora Fi. Porto Alegre, RS, pp. 63-75, 2020.

FARIAS, A. Q. Deficiência, docência e ensino superior: a trajetória acadêmica de uma professora cega. *Revista educação inclusiva*, 3(2), 57-65, 2020.

FERNANDES, V. H.; SILVA, G. R. Assédio Moral no Trabalho. *Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia-REIVA*, 3(02), 25-25, 2020.

FERREIRA, J. B. Trabalho, sofrimento e patologias sociais. Estudo com trabalhadores bancários e anistiados políticos de uma empresa pública. *Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações*. Universidade de Brasília (UNB). Brasília, 2007.

FLEURY, S. (Coord.). Análise do perfil dos artigos publicados na revista de administração pública - RAP - no Período 1992-2002. Rio de Janeiro: *EAESP/FGV*, 2003.

FREITAS, M. E.; HELOANI, R.; BARRETO, M. *Assédio moral no trabalho*. Cengage Learning, 2020.

GEMELLI, C. E.; LOPES, G. P.; BELTRAME, B. S.; FRAGA, A. M. Uma década de (in)visibilidades: revisão sistemática das publicações sobre Pessoas com Deficiência na Administração. In: *Congresso de Administração, Sociedade e Inovação – CASI*. Rio de Janeiro, 2021.

GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G. Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, M.; BOCK, L. K.; LOPES, P. H. (ORG). *Estudos da Deficiência anticapacitismo e emancipação social*, Editora CRV Curitiba, pp. 19-29, 2020.



GIESE, M.; RUIN, S. Forgotten bodies – an examination of physical education from the perspective of ableism, *Sport in Society*, v. 21, n. 1, pp. 152-165, 2018.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. RJ: LTC, 2008.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 20<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

HAMMES, I. C.; NUERNBERG, A. H. A inclusão de pessoas com deficiência no contexto do trabalho em Florianópolis: relato de experiência no Sistema Nacional de Emprego. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 35, n. 3, pp. 768-780, 2015.

HAN, B-C. *Sociedade da Transparência*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HIRIGOYEN, M. F. *Assédio Moral – A violência perversa no cotidiano*. Tradução de Maria Helena Kuhner. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2017a.

HIRIGOYEN, M. F. *Mal-estar no trabalho – Redefinindo o assédio moral*. Tradução de Rejane Janowitz. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2017b.

HOCAYDEN-DA-SILVA, A. J.; ROSSONI, L.; FERREIRA JUNIOR, I. Administração pública e gestão social: a produção científica brasileira entre 2000 e 2005. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, pp. 655-680, 2008.

IRIGARAY, H. A. R. Prejudice Against Gays, Lesbians, and Bisexual Employees and the Impacts on their Health and Well-Being. In: ICAP - *International Congress of Applied Psychology*, Atenas. XXVI Congresso ICAP, 2006.

IRIGARAY, H. A. R.; VERGARA, S. C. O tempo como dimensão de pesquisa sobre uma política de diversidade e relações de trabalho. *Cadernos EBAPE. BR*, 9, pp. 1085-1098, 2011.

IRIGARAY, H. A. R. A inserção dos surdos no mercado de trabalho: políticas públicas, práticas organizacionais e realidades subjetivas. *Gestão e Planejamento*, v. 17, pp. 213-231, 2016.



- JAMIESON, D.; O'MARA, J. *Managing workforce 2000*. San Francisco: Jossey-Bass, 1991.
- KREIN, J. D.; COLOMBI, A. P. F. A reforma trabalhista em foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário. *Educação & Sociedade*, 40, 2019.
- LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Comp.). *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.
- LIPPMANN, E. *Assédio sexual nas relações de trabalho*. LTr, São Paulo. 2ª ed 2005.
- LOPES, P. R. M. *Ética, assédio moral e assédio sexual na administração pública*. 1. ed. Brasília: Edição do Autor, 2008.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L.; CUNHA, V. C.; AMBONI, N. Organizações: O estado da arte da produção acadêmica no Brasil. In: Encontro anual da ANPAD, 14, 1990, Belo Horizonte. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 1990.
- MARCHESAN, A.; CARPENEDO, R. F. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. *Trama*, 17(40), pp. 56–66, 2021. <https://doi.org/10.48075/rt.v17i40.26199>
- MARTININGO FILHO, A.; SIQUEIRA, M. V. S. Assédio Moral e Gestão de Pessoas: Uma análise do assédio moral nas organizações e o papel da área de Gestão de Pessoas. *RAM – Revista de Administração Mackenzie*. Vol. 9; n. 5, pp.11-34, 2008.
- MARTINS, S. P. *Assédio moral no emprego*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- MELLO, A. G. de. Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. *Dissertação (mestrado)*. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Florianópolis, 2014.
- MELLO, A. G. de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética



em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro. v. 21, n. 10, pp. 3265-3276, Maio, 2016.

MIK-MEYER, N. Othering, ableism and disability: a discursive analysis of co-workers? Construction of colleagues with visible impairments. *Human Relations*, v. 69, n. 6, pp. 1341–1363, 2016.

NKOMO, S. M.; COX JR., T. Diversidade e identidade nas organizações. In: CLEGG, S. R. et al. *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. V. 1. São Paulo: Atlas, p. 334-360, 1999.

NUNES, T. C. G. *A precarização no teletrabalho: escravidão tecnológica e impactos na saúde física e mental do trabalhador*. Belo Horizonte: RTM, 2019.

OLIVEIRA, M. S.; MELO, S. C.; SILVA, M. C. L. O Acesso de Estudantes com deficiência no Ensino Superior e sua Relação com o Projeto de Sociedade Existente. *Práxis Educacional*, 16(41), pp. 167-183, setembro, 2020.

OLIVEIRA, M. S.; SILVA, M. C. L. O aprofundamento do Capacitismo na Pandemia. *RTPS-Revista Trabalho, Política e Sociedade*, 6(10), pp. 259-272, 2021.

PAMPLONA FILHO, R.; LAGO JÚNIOR, A.; BRAGA, P. S. Noções Conceituais sobre o Assédio Moral na Relação de Emprego. *Revista Direito UNIFACS – Debate Virtual*. nº. 190, Salvador, 2016.

PAMPLONA FILHO, R.; SANTOS, C. M. P. G. *Assédio Moral organizacional: presencial e virtual*. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

PLESS, N. M.; MAAK, T. Building an Inclusive Diversity Culture: Principles, Processes and Practice. *Journal of Business Ethics*, Suíça, n. 54, pp. 129–147, 2004.

SANTOS, C. P. G. Assédio moral organizacional virtual *Conteúdo Jurídico*, Brasília-DF: 05 jan, 2021.

SANTOS, W. R. D. Pessoas com deficiência: nossa maior minoria. *Physis: revista de saúde coletiva*, 18, 501-519, 2008.





SARAIVA, L. A. S.; IRIGARAY, H. A. D. R. Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? *Revista de Administração de Empresas*, 49(3), 337-348, 2009.

SILVA, H. O.; LAZZARIN, F. A. Do Panorama de exclusão para a construção de uma sociedade inclusiva: A relevância do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação para as Pessoas com Deficiência. *GESTÃO. Org*, v. 14, n. 5, pp. 303-311, 2016.

SILVA, J. S.; PINTO, F. R. Conviver e Perceber a Deficiência: Relação e Influência nas Concepções de uma Amostra de Discentes de Administração. *Gestão & Regionalidade*, v. 32, n. 96, pp. 71-91, 2016.

SIQUEIRA, M. O tema recursos humanos nas reuniões da ANPAD: trajetórias e perspectivas. In: Encontro Anual da ANPAD, 12, 1988, Foz do Iguaçu. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 1988.

SENADO FEDERAL. *Projeto de Lei nº 1.521*, de 2019. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o assédio moral, 2019.

SOBOLL, L. A. P. *Assédio moral/organizacional: uma análise da organização do trabalho*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

THOMPSON, V.; NOEL, J.; CAMPBELL, J. Stigmatization, discrimination, and mental health the impact of multiple identity status. *American Journal of Orthopsychiatry*, v. 74, n. 4, pp. 529-544, 2004.

VENDRAMIN, C. Repensando mitos contemporâneos: o Capacitismo. *Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneos*. UNICAMP, Campinas/SP, Agosto, 2019.

WOLBRING, G. The politics of Ableism. *Development*, Washington DC, v. 51, n. 2, pp. 252-258, 2008.

WOOD JÚNIOR, T.; PAULA, A. P. P. de. Pop-management: pesquisa sobre as revistas populares de gestão no Brasil. In: Encontro anual da ANPAD, 26, 2002, Salvador. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2002.

XAVIER DOS SANTOS, L. “Deficiência” para um dicionário marxista: a política capacitista de uma palavra. Pensata: *Revista Dos Alunos Do*



*Programa De Pós-Graduação Em Ciências Sociais Da UNIFESP*, 9(2), 2021. <https://doi.org/10.34024/pensata.2020.v9.11100>

ZIMMERMANN, S. M.; SANTOS, T. C. D. R.; LIMA, W. C. M. Assédio moral. In *Revista eletrônica: acórdãos, sentenças, ementas, artigos e informações*. Porto Alegre, RS, v. 2, nº. 7, pp. 10-16, maio, 2006.



## *Ableist harassment in work relationships*

**ABSTRACT:** Work environments are usually made up of different people and organizations have sought to adapt to a more inclusive model, not only because of the legal aspects that arise every day, but also because of its innovative aspect, in the sense of covering a range of greater choice in terms of workforce diversity and creative potential. However, due to the selective approach format, the results have not been promising. What has occurred is a process of assimilation or adaptation, and not a process of inclusion, erasing differences, making integration difficult and preventing experiences and knowledge from being leveraged, with an instrumentalization of diversity management. As a consequence of this simplistic view, there is no concern with the effective reception of these diversities in the work environment. Hence, the phenomenon of ableism arises, that is, the prejudice linked to the abilities of the person with a disability. This essay aims to analyze the phenomenon of ableism in neoliberal labor relations and, more specifically, the possible occurrence of moral harassment in view of this, coining a new concept of harassment, the *ableist harassment*.

**KEYWORDS:** Harassment. Ableist. Work. PwD. *Ableist harassment*.

***Bianca Spode BELTRAME***

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.*

***Andrea Poletto OLTRAMARI***

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.*

*Recebido em: 09/05/2022*

*Aprovado em: 25/11/2023*



## RESENHAS



LORBER, Judith. **The New Gender Paradox: Fragmentation and Persistence of the Binary.** Cambridge: Polity Press, 2022.

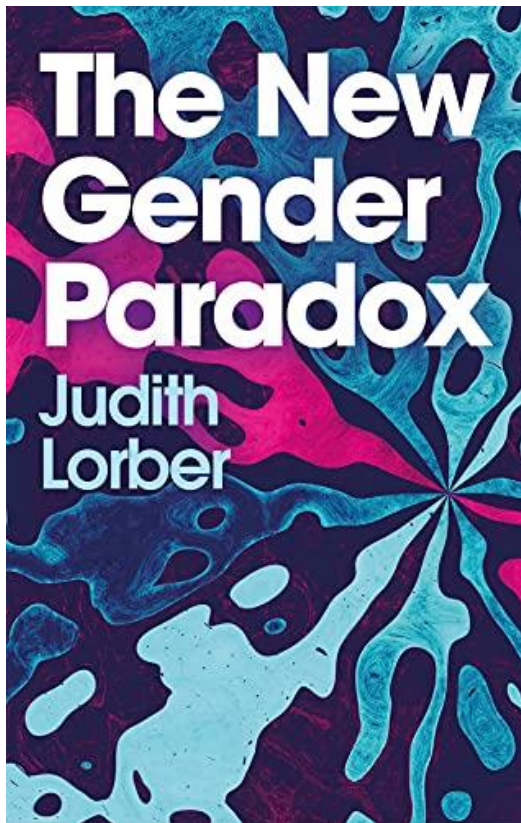
Laura Ribeiro ARAÚJO, *Universidade Federal de Minas Gerais.*

---

**Resumo:** Publicado em 2022, "The New Gender Paradox", de Judith Lorber, oferece uma visão geral do campo de estudos sobre gênero, discutindo aspectos de dissolução e de permanência do binário. Sem se aprofundar no tema, a autora perpassa as principais publicações das últimas décadas, focando no processo de construção social de gênero para discutir elementos de contestação e práticas de manutenção de gênero na sociedade. O livro é uma alternativa de entrada no campo de estudos sobre gêneros, abrindo novas rotas para exploração de manifestação de identidades e revelando lacunas nos estudos contemporâneos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estudos de Gênero. Feminismo. Binarismo.

---



Publicado em 2022, “The New Gender Paradox” (“O novo paradoxo de gênero”, em tradução livre), de Judith Lorber, vem atualizar as leituras de gênero apresentadas em seu livro “Paradoxes of Gender” (1994), também sem tradução para o português. Nesse novo volume, lançado pela editora britânica Polity, a autora promete não só revisar os estudos contemporâneos sobre construções sociais de gênero que vêm ganhando força nas últimas décadas, mas também explorar os processos de fragmentação e de persistência de gênero que vêm tanto questionando o binário quanto reforçando sua presença nas práticas e discursos sociais. Os quatro capítulos do livro cobrem, então, a presença de leituras de gênero em pessoas,

sociedades e organizações, passa por ações de reforço e quebra de estereótipos de gênero nesses espaços, e encerram o volume com uma reflexão sobre a constante promessa de uma revolução dos gêneros.

Judith Lorber é hoje professora emérita de sociologia e estudos femininos na Escola de Pós-Graduação da Universidade da Cidade de Nova York, nos Estados Unidos. Seus escritos marcaram profundamente o campo de estudos de gênero e do feminino, estabelecendo novos paradigmas para a perspectiva da construção social de gênero no campo da sociologia. Lorber foi também responsável pela implementação de estudos voltados para a sociologia de gêneros e teorias feministas na Faculdade do Brooklyn, encabeçando a fundação do periódico “Gender & Society”. Dentre suas produções destacam-se textos com abordagens didáticas que não só introduzem correntes teóricas voltadas para a compreensão de gênero na sociedade, mas também introduzem novas visões sobre os processos sociais de binarização e de desbinarização de gênero e seus efeitos nos mais diversos campos da vida cotidiana, como “Paradoxes of Gender” (1994), “Gender and the Social Construction of Illness” (2002) e “Gender Inequality: Feminist Theories and Politics” (2011).



De volta ao livro, temos um primeiro capítulo, “How Gendered People, Organizations and Societies Are Constructed”, que inicia com breves considerações sobre os modos pelos quais as relações de opressão de gênero vêm se modificando com o tempo, tomando como foco alterações nos modos de produção, no lidar com o público e o privado e nas estruturas familiares predominantes. Lorber comenta como o conceito de gênero deixa sua leitura de atributo que emana do indivíduo em direção ao social e passa a ser entendido como um conceito elementar na construção da sociedade e das relações estabelecidas entre sujeitos. Essa atribuição de gênero a processos e dinâmicas mantém o desequilíbrio nas relações entre homens e mulheres e agrava opressões que se expandem também na interseccionalidade do gênero com outras categorias como raça, classe, mobilidade etc. Apesar disso, a autora argumenta que, enquanto a estrutura binária de gênero vem sendo fragmentada por identidades não-binárias, por pessoas trans que subvertem expectativas tradicionais de gênero ou por aquelas que se identifiquem no continuum do queer, essas mesmas estruturas são reforçadas não apenas por teorias que acreditam haver no biológico alguma diferença essencial entre o feminino e o masculino, mas também por ações que levem o binário homem x mulher como centro de investigação.

Ainda no mesmo capítulo, Lorber faz um breve apanhado do histórico dos estudos de gênero, iniciando com o trabalho de Harold Garfinkel (1967), passando pela lógica de “doing gender” (fazendo gênero) e finalizando com o conceito de performance de gênero como discutido por Judith Butler em seu revolucionário “Problemas de Gênero” (2003). A autora dedica-se ainda a discutir, com mais profundidade, os efeitos de diferenciação de gênero em espaços sociais, e retoma seu trabalho em “Paradoxes of Gender” (1994) para discutir os princípios que estruturam a diferenciação de gênero como aparato social. Ao oferecer uma revisão das principais concepções que tratam gênero como construção social em lugar de determinismo biológico, o capítulo nos traz a oportunidade de nos recolocarmos na linha temporal dos estudos de gênero das últimas décadas, convidando a leitora a refletir sobre os processos sociais que celebram a construção individual de gênero ao mesmo tempo em que perpetuam dinâmicas de opressão em espaços sociais.

Já o segundo capítulo, “Fragmentation of the Gender Binary”, foca nos processos de fragmentação introduzidos no primeiro capítulo. O primeiro processo discutido é o da multiplicação do gênero, um





movimento que, na dissolução do binarismo, busca expandir as possíveis identificações em lugar de abolir essas mesmas possibilidades. Uma das vantagens desse processo é justamente a de abrir o leque de identidades ao mesmo tempo em que questiona o posicionamento polarizado de homem-mulher em um contínuo de gradação tão comumente adotado mesmo em círculos que pretendem celebrar a dissolução do oposicionismo binário de gênero. Para a autora, é preciso ainda reconhecer as dificuldades encontradas por esses grupos que escapam às expectativas tradicionais de performance e apresentação de gênero, principalmente no que diz respeito à circulação em espaços hostis a essas presenças. O segundo processo tratado neste capítulo é o da implementação de banheiros sem identificadores de gênero para uso. Lorber navega pelo histórico da batalha por banheiros mais inclusivos e, para isso, destrincha “Queering Bathrooms” (2010), De Sheila Cavanagh, e comenta os principais desafios encontrados por pessoas que se encontram fora da lógica cis-heteronormativa de identificação. A análise passa não só pelo aspecto revolucionário de habitar esses espaços muitas vezes inóspitos àqueles que habitam as margens, mas também pelo impacto transformador a nível individual de questionar as divisões de espaços de acordo com o gênero.

Ainda no mesmo capítulo, Lorber traz apontamentos sobre as contradições que a intersexualidade, tanto no âmbito de identidade quanto no âmbito dos esportes, encontra nas representações sociais e leituras de si. O mesmo parece acontecer com homens que menstruam e engravidam, uma vez que a função biológica parece, com frequência, sobrescrever a identidade assumida e performada. Um tópico de alta demanda hoje nos estudos linguísticos e de gênero no Brasil aparece também nesse capítulo em um subtópico sobre neutralização de pronomes. A autora discute a adoção do “They/Them” no inglês e adoção de identidades étnicas neutralizadas, como “latinx” em lugar de “latina” ou “latino” também no inglês. Apesar de não entrar em aspectos psicanalíticos do efeito da língua na construção de si, Lorber reitera a relevância dessas transformações linguísticas nas janelas de compreensão de mundo adotadas por indivíduos da sociedade, trazendo estudos realizados nos Estados Unidos com casos recentes de utilização do pronome pessoal feminino do singular para se referir a cargos como a presidência — questão ainda inovadora para os estadunidenses.

Os últimos dois tópicos desse segundo capítulo tratam ainda de aspectos relevantíssimos na busca pela fragmentação do binário:



primeiro, da condução de pesquisas que busquem multiplicar o escopo comparativo de grupos de indivíduos, ou seja, pesquisas que não foquem apenas no feminino vs. masculino no momento de análise comparativa de dados, mas que abram espaço para que novas identidades permeiem o discurso e desfaçam a lógica de oposição binária prevalente. Segundo, a autora discute os entraves encontrados na fragmentação do binário, como discutida ao longo do capítulo, e convida leitoras para reflexões sobre as consequências desse processo: com a multiplicação de possíveis lócus de identificação de gênero e consequente criação de espaços não demarcados, extinguem-se, daí, espaços seguros de confraternização destinados à celebração de um gênero específico. O capítulo nos convida a pensar como se estruturam as principais barreiras a processos de dissolução de gênero, mas não discute como, eventualmente, ultrapassá-las, tampouco se aprofunda no efeito dessa dissolução em lutas contra opressão que tomam como centro o feminino. Como evitar uma dissolução que aponte novamente para o masculino como o espaço do não-gênero? Infelizmente, Lorber não se demora sobre essa questão.

O terceiro capítulo, “Persistence of the Gender Binary”, vai, então, no sentido contrário ao discutir processos que garantam a manutenção e hegemonia do binário na sociedade. O primeiro ponto de discussão não poderia ser outro senão o mito da diferença de cérebros masculinos e femininos. Nesse tema, Lorber apresenta com brevidade os principais argumentos que ancoram no biológico como fonte de diferenciação entre homens e mulheres, listando, em seguida, as contrariedades encontradas nesse tipo de abordagem. Aspectos como influência do contexto social, duplicidade de efeitos hormonais no corpo, desnaturalização de comportamentos associados a determinados gêneros e estudos modernos são trazidos pela autora como argumentos iniciais que desbancam o determinismo biológico de gênero. O segundo ponto de discussão é sobre a apresentação de pesquisas que tomam a oposição de feminino e masculino como centro: a autora usa como exemplo uma série de pesquisas realizadas durante o período de COVID-19 que contrastava mulheres e homens tanto no que diz respeito às taxas de infecção e morte, quanto no que diz respeito à posição de liderança ocupada durante a pandemia. Nesse ponto, a autora questiona como essa oposição parece fixar na representação de mulheres-líderes expectativas de um governo “feminilizado”, uma vez que essas lideranças adotavam ações de valorização da comunidade em contraste com homens-líderes que optaram por metáforas de violência no combate à COVID. Esse tipo de representação naturalmente vai na contramão de ações de fragmentação



ou, ainda, de questionamento de estereótipos associados a determinados gêneros, participando ativamente do processo de manutenção do binário.

Outro ponto de interesse nesse capítulo está na discussão do movimento #MeToo iniciado nos Estados Unidos em 2017 e frequentemente considerado um ponto de virada nos estudos feministas dos últimos anos. Lorber atravessa as principais mudanças legais ocorridas nos EUA como consequência desse movimento, e discute, sem desqualificar o esforço de mulheres contra os abusos sexuais ocorridos em ambiente de trabalho, como a oposição de mulher x homem nesse contexto também reforça leituras de padrões comportamentais de gênero e naturaliza as barreiras que estruturam o binário. O tema da violência de gênero segue esse tópico revelando como a violência é frequentemente retratada como uma expressão de masculinidade e os efeitos dessa fixação nas expectativas do gênero, principalmente quando o oposto é colocado à tona. A autora finaliza o capítulo abordando o modo como o binário é tomado como o ponto de partida em discussões legais, sociais e estruturais e legitimam formas de exploração e violência ainda correntes em nossa sociedade.

O quarto, e último capítulo do livro, “Why Haven’t We Had a Gender Revolution?” traz, enfim, um resumo de todos os conceitos trabalhados até então, convidando leitoras a refletir sobre a fragmentação do binário e a ainda persistente manutenção da estrutura tradicional de homem x mulher. O primeiro tópico abordado foca na lógica de equidade virtual (em oposição à “equidade real”, na qual a busca por dissolução ou pelo apagamento de diferenças sem mudanças estruturais, que permitam a circulação dessas diferenças, acaba por não prosperar. A multiplicação de identidades dificulta também a formação de frentes de contestação unificadas em torno de um objetivo comum: para além da lógica do gênero, precisamos pensar também nos outros eixos que definem a identidade de um indivíduo, tais como raça, classe, religião, mobilidade, dentre outros. Outro ponto de consideração é o modo como determinadas identidades de gênero aparecem na estruturação do contínuo que se estende, como em uma linha, do feminino ao masculino, condicionando a existência de sua identidade à manutenção do binário oposicionista que justamente precisa ser combatido para sua emancipação.

Lorber finaliza o capítulo com sugestões de ações, tanto individuais quanto de ordem legal e estrutural, como concessão de licença paternidade nos mesmos termos da licença maternidade, por exemplo, que auxiliem na redução das diferenças de gênero que normalizam o



binário. A autora comenta ainda como a dissolução de gêneros não resolve, porém, a questão da violência contra a mulher tão enraizada em nossa sociedade na forma de violência doméstica, assédio sexual e outras formas de opressão do corpo da mulher, uma vez que nesse processo, para a autora, mulheres acabam recorrendo ao auxílio de outras mulheres. O objetivo, para Lorber, não é então a extinção da lógica de gênero, mas a extinção das desigualdades de gênero que afetam aqueles à margem do hegemônico. Esse processo, Lorber finaliza, envolve então a simultânea fragmentação e persistência do binário.

“The New Gender Paradox” traz uma visão geral dos estudos de gênero na atualidade, focando sua apresentação em discussões correntes na sociedade estadunidense. Em pouco menos de 100 páginas a autora traz uma revisão sistemática do campo de estudos de gênero e aponta como mesmo na fragmentação do binário encontramos movimentos que agem no sentido de consolidação do oposicionismo de feminino e masculino. Apesar de introduzir os principais temas, a autora não aprofunda na própria discussão. Assim, o livro aparece como boa alternativa para iniciação nos estudos de gênero na contemporaneidade, sugerindo rotas alternativas para a leitura do fenômeno de dissolução e permanência do binário. Infelizmente, o título não traz considerações relevantes sobre o papel do digital nesse processo de fragmentação, sem discutir movimentos oriundos do #MeToo, por exemplo, ou de reclamação de espaços virtuais de interação para discussões de gênero. Do mesmo modo, não existem apresentações de conceito, sendo a leitura dependente de prévia exploração das identidades mencionadas por Lorber. Estudos sobre a lógica de ageneridade também não figuram em “The New Gender Paradox”, o que revela a demanda do campo por produções que considerem essa identidade e seu papel na dissolução do binário.

### Referências:

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAVANAGH, Sheila. **Queering Bathrooms: Gender, Sexuality, and the Hygienic Imagination**. Toronto: University of Toronto Press, 2010.



GARFINKEL, Harold. **Studies in Ethnomethodology**. Nova Jérsei: Prentice Hall, 1967.

LORBER, Judith. **Paradoxes of Gender**. Londres: Yale University Press, 1994.

LORBER, Judith; MOORE, Lisa Jean (eds.). **Gender and the Social Construction of Illness**. Plymouth: Altamira Press, 2002.

LORBER, Judith. **Gender Inequality: Feminist Theories and Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

LORBER, Judith. **The New Gender Paradox: Fragmentation and Persistence of the Binary**. Cambridge: Polity Press, 2022.



## Resumo em segunda língua

RESUMO (INGLÊS): Published in 2022, "The New Gender Paradox", by Judith Lorber, offers an overview of the field of gender studies, discussing aspects of dissolution and permanence of the binary. Without delving further into the subject, the author goes through the main theories of the last decades, focusing on the process of social construction of gender when discussing elements of contestation and practices of maintenance of gender in society. This book serves as an entry point into the field of gender studies, opening up new ways of exploring the logic and configuration of identities and revealing gaps in contemporary studies.

PALAVRAS-CHAVE (INGLÊS): Gender Studies. Feminist Theory. Binarism.

***Laura Ribeiro ARAÚJO***

*Licenciada em Letras / Inglês e bacharela em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestranda em Estudos Literários pela mesma universidade com bolsa pela FAPEMIG. Atualmente desenvolve pesquisas no campo do feminino em Shakespeare e sobre representação de gênero em ficções de fãs.*

*Recebido em: 08/07/2023*

*Aprovado em: 09/10/2023*